

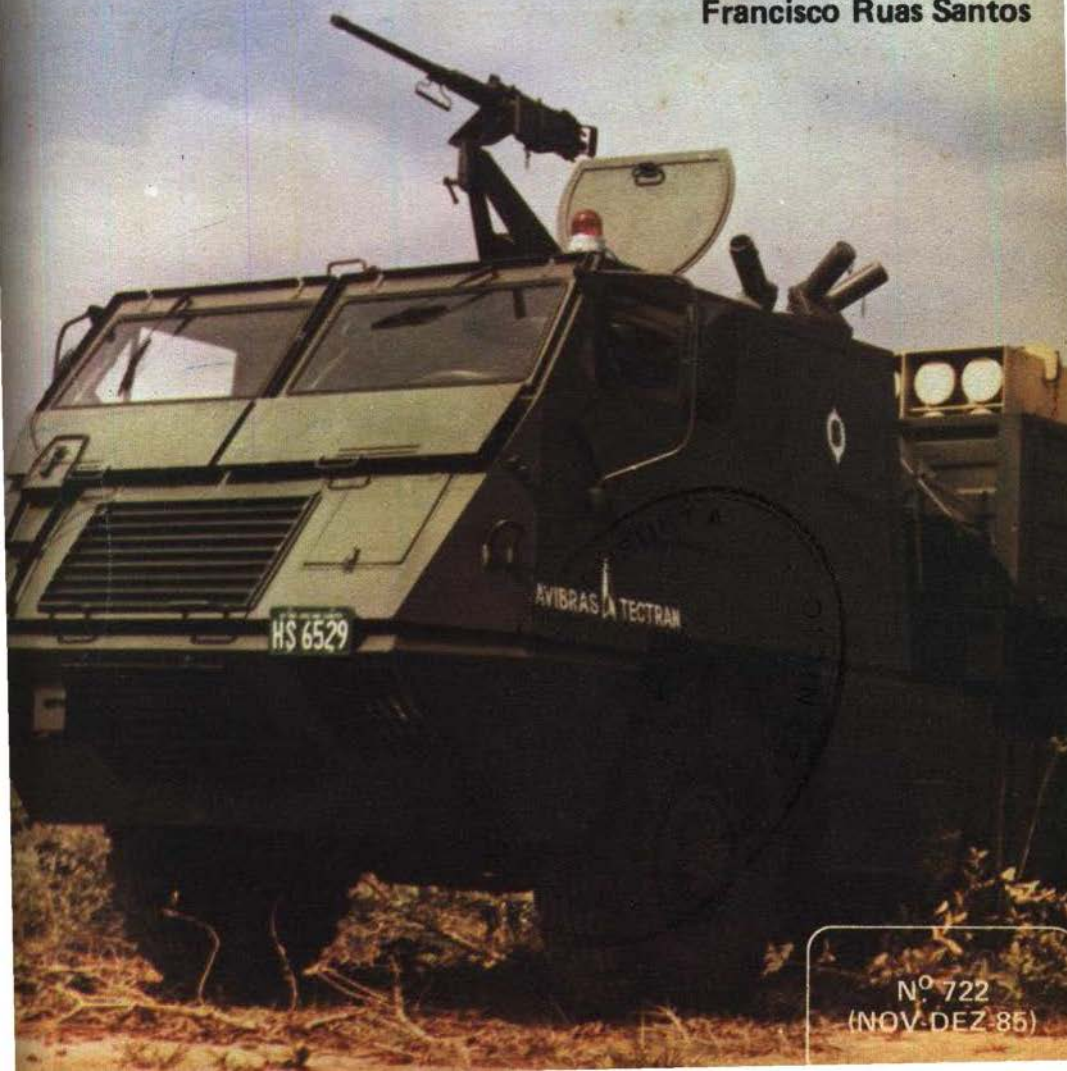


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

O BRASIL
NAS BATALHAS DO ATLÂNTICO

Francisco Ruas Santos



Nº 722
(NOV-DEZ 85)

POR QUE ANUNCIAR EM “A DEFESA NACIONAL”?

A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

- Ela circula em todos os Estados do Brasil e no Exterior;
- Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais leitores que o número regular de seus assinantes;
- Depois de lida, ela constitui fonte permanente de informações. Sendo uma revista de estudo de problemas brasileiros e que também focaliza os mais palpitantes temas militares, políticos, econômicos e sociais da atualidade internacional, ela é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas simplesmente noticiosas.
- Circula num meio ponderável de capacidade aquisitiva e de poder decisório.

Anuncie em A DEFESA NACIONAL. São 72 anos de serviços prestados ao Brasil, às Forças Armadas e ao progresso nacional.



**A DEFESA
NACIONAL**

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias - térreo, Praça Duque de Caxias, 25
Tel. 283-3030 - CEP 20.455 - Rio de Janeiro - RJ



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudos de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O BRASIL NAS BATALHAS DO ATLÂNTICO — <i>Cel R/1 Francisco Ruas Santos</i>	5
A PAZ MORNDA DA GUERRA FRIA — <i>Professora Therezinha de Castro</i>	29
O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL — <i>CMG Henrique da Costa Corrêa</i>	58
COMPATIBILIDADE ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO — <i>Cel Art QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	68
NOVAS PROPOSTAS NORTE-AMERICANAS PARA REDUÇÕES DE ARMAS — <i>David Emery</i>	160

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

AS COMUNICAÇÕES NA ERA DA INFORMÁTICA — <i>Cap Com José Angelo Maciel Monteiro</i>	23
UMA NOVA FORMA DE GUERRA — <i>Ten Cel Inf QEMA Jair de Araújo Caldas Xexéo</i>	52
O OFICIAL E SUA FORMAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA — <i>1º Ten Int José Viriato Coelho Vargas</i>	75
O BATALHÃO LOGÍSTICO — BREVE ANÁLISE ORGANIZACIONAL — <i>Ten Cel QMB Ivan Fialho</i>	98
AS CARACTERÍSTICAS DO PESQUISADOR DE INFORMAÇÃO — <i>Ten Cel Art QEMA João Amâncio de Queiroz Neto</i>	129
A ARMA DE MATERIAL BÉLICO — <i>Maj QMB Adão Pantoja de Maria</i>	149

ESTUDOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

O PRÍNCIPE PERFEITO — <i>Professor Joaquim Thomaz</i>	92
ASPECTOS FILOSÓFICOS E EDUCACIONAIS NA OBRA DE RONDON — <i>Cel Inf ME João Marinonio Aveiro Carneiro</i>	106

INFORMAÇÕES	165
LIVROS	169

A DEFESA NACIONAL — Nº 722
Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor — Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

Anunciam neste número:

GRUPO JOÃO SANTOS, . . . 4.^a Capa
FIATALLIS, 104/105
BIBLIX, 174/175



NOSSA CAPA

O Sistema Universal de Foguetes de Artilharia para Saturação de Área (ASTROS) da Avibrás inclui o Veículo Remuniçador que é visto na Capa. A viatura remuniçadora transporta 8 "containers" de qualquer tipo, em duas camadas de quatro. Tem um guindaste para transferir, um a um, os "containers" do compartimento de carga para a plataforma de tiro do lançador, ficando as duas viaturas lado a lado. Os próprios operadores da remuniçadora, auxiliados pelos 4 homens da peça, são suficientes para o trabalho.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Diretor-Secretário: Cel José Fernando Maya Pedrosa

Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes

Diretor Tesoureiro: 1.º Ten Zilton de Oliveira Victório

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt
Cel Lino Palha de Castro
Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu

Redator-Executivo: Cel José Fernando Maya Pedrosa

Coordenação Editorial: José Livio Dantas

Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis

Cel R/1 Virgílio da Veiga

Cel Claudio Moreira Bento

CMG José Correia de Sá e Benevides

Professor Jorge Boaventura

Publicidade: Floriano Serpa

Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL:

Assinatura anual (6 números) Cr\$ 67.200

Exterior: US\$ 50.

Número Avulso — Cr\$ 15.000

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25

20.455 Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: 253-4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.



A DEFESA NACIONAL
publicará no próximo número:

**PLANO DIRETOR DO EXÉRCITO — APLICAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO AO PLANEJA-
MENTO ESTRATÉGICO — *Cel Marcus Aurelius Minervino***

**PROPOSTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA DOU-
TRINA MILITAR BRASILEIRA — *Cel Oacyr Pizzoti Mi-
nervino***

**EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DE OFICIAIS — *Gen Bda
Clarke M. Brintnall (ex dos EUA)***



O BRASIL NAS BATALHAS DO ATLÂNTICO

Francisco Ruas Santos

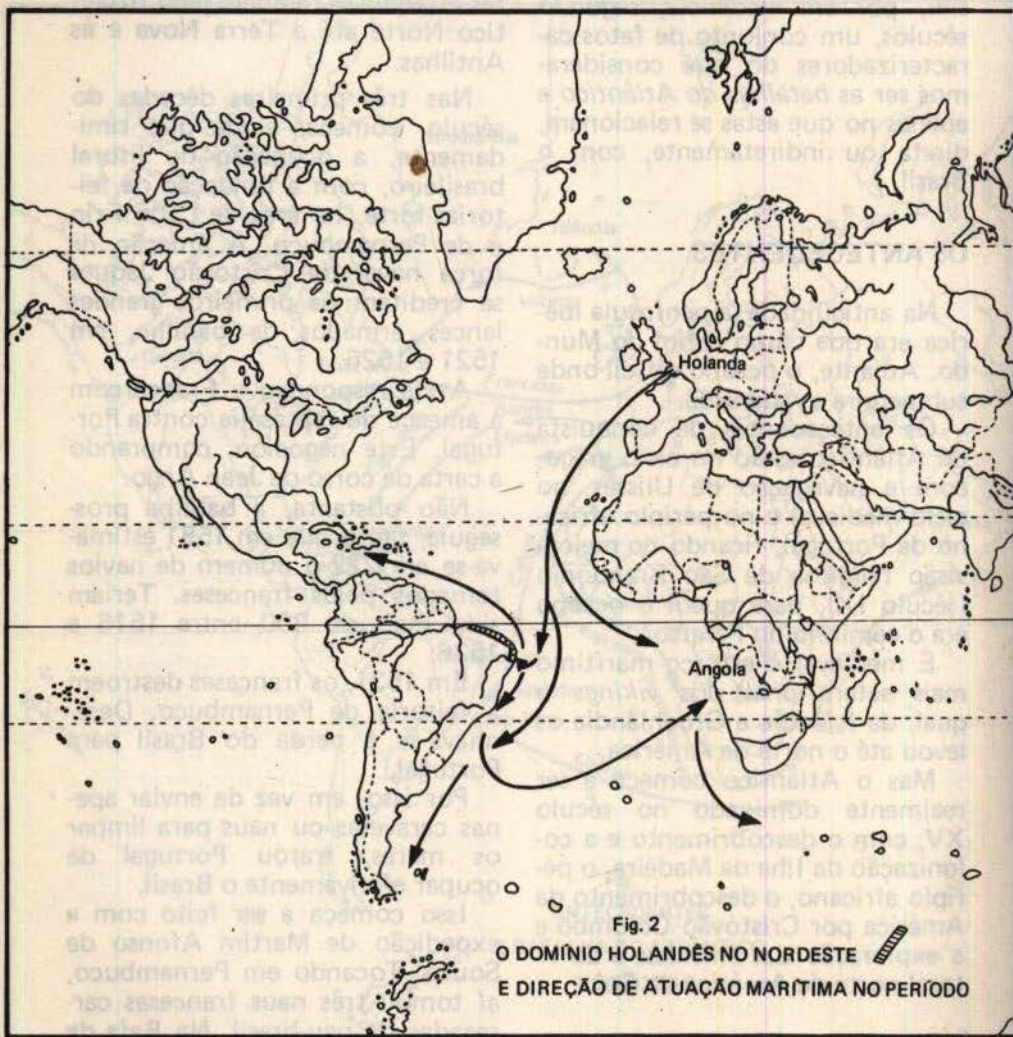
CONCEITO DE BATALHA E CARACTERIZAÇÃO

No ponto de vista militar, é sabido que *batalha* é um conjunto de operações militares de força ou de combate, planejadas e coordenadas com vista à obtenção de uma decisão significativa. Modernamente, envolve a maioria ou a totalidade de forças de um *teatro de operações* e, segundo a escala da decisão envolvida, pode ser *estratégica* ou *tática*. Assim, por exemplo, o conjunto de operações relacionadas com o ataque de Nassau à Bahia, em 1638, constitui uma *batalha estratégica* que denominamos de *Salvador*, enquanto, relativamente a esta, as duas batalhas de Guararapes (1648 e 1649) são *batalhas táticas*. Por outras palavras, a decisão da guerra holandesa foi obtida pelos nossos em Salvador, no ano de 1638, cabendo às duas batalhas de Guararapes o papel de acaba-

mento, ainda que distante, da batalha de Salvador.

Um outro exemplo que, além do mérito conceitual, tem o de evidenciar o quanto a *falta de conceitos prejudica a informação*, está na batalha do Passo do Rosário¹. Relativamente ao teatro de operações sulino, foi uma *batalha tática*, por nós perdida, e uma *batalha estratégica indecisa*. Na realidade, a decisão foi obtida num plano muito superior ao militar, ou numa "batalha política", concretizada na convenção de paz de 1828 e na vitória exclusiva do Uruguai que, assim, assegurava sua independência face à Argentina e ao Brasil.

Neste trabalho o termo batalha vai ser muito mais abrangente, pois, além do significado militar, presente sempre, tem o de *esforço continuado*, sob diversos ângulos e através do tempo, para a *conquista e o domínio do Oceano Atlântico*, tanto de sua orla, quanto de suas águas.



Atlântico Sul, em seqüência à nau francesa *Pèlerine*, tomada pela esquadra do Estreito (Gibraltar) e carregada de pau-brasil.

Destacando-se da esquadra de Martim Afonso, seu irmão Pero Lopes destrói a feitoria que os franceses haviam feito pouco antes na Ilha de Santo Aleixo, tomou-lhes uma embarcação e uma nau que carregava pau-brasil.

Pero Lopes refez e fortificou a feitoria de Pernambuco em 1532.

Decidida pelo rei D. João III a ocupação e a colonização sistemáticas do Brasil, através de capitânias hereditárias, ia também tomar nova feição a defesa da orla litorânea brasileira, face às investidas de corsários, traficantes e colonizadores estrangeiros.

Tal decisão era tão mais urgente quando se considera que, em 1541, ante a viagem de Jaques Cartier ao Canadá, o embaixador da Espanha em Portugal pedia a união das esquadras portuguesa e espanhola para impedir que os franceses se estabelecessem na América. Essa união de forças não se fez³.

Nessa ocasião a defesa e a ocupação do Brasil já tinham custado quantia avultada.

Prosseguia o tráfico clandestino do pau-brasil, o qual, nessa batalha, se misturava com a luta dos colonizadores portugueses contra índios hostis.

Seja como for, em 1549, ano da fundação de Salvador e do estabelecimento do primeiro governo geral, subsistiam núcleos de povoa-

ção em São Vicente, Espírito Santo, Ilhéus, Porto Seguro e Pernambuco. Não vingara a tentativa dos portugueses de ocupar nessa primeira metade do século a costa norte, onde franceses também traficavam com índios.

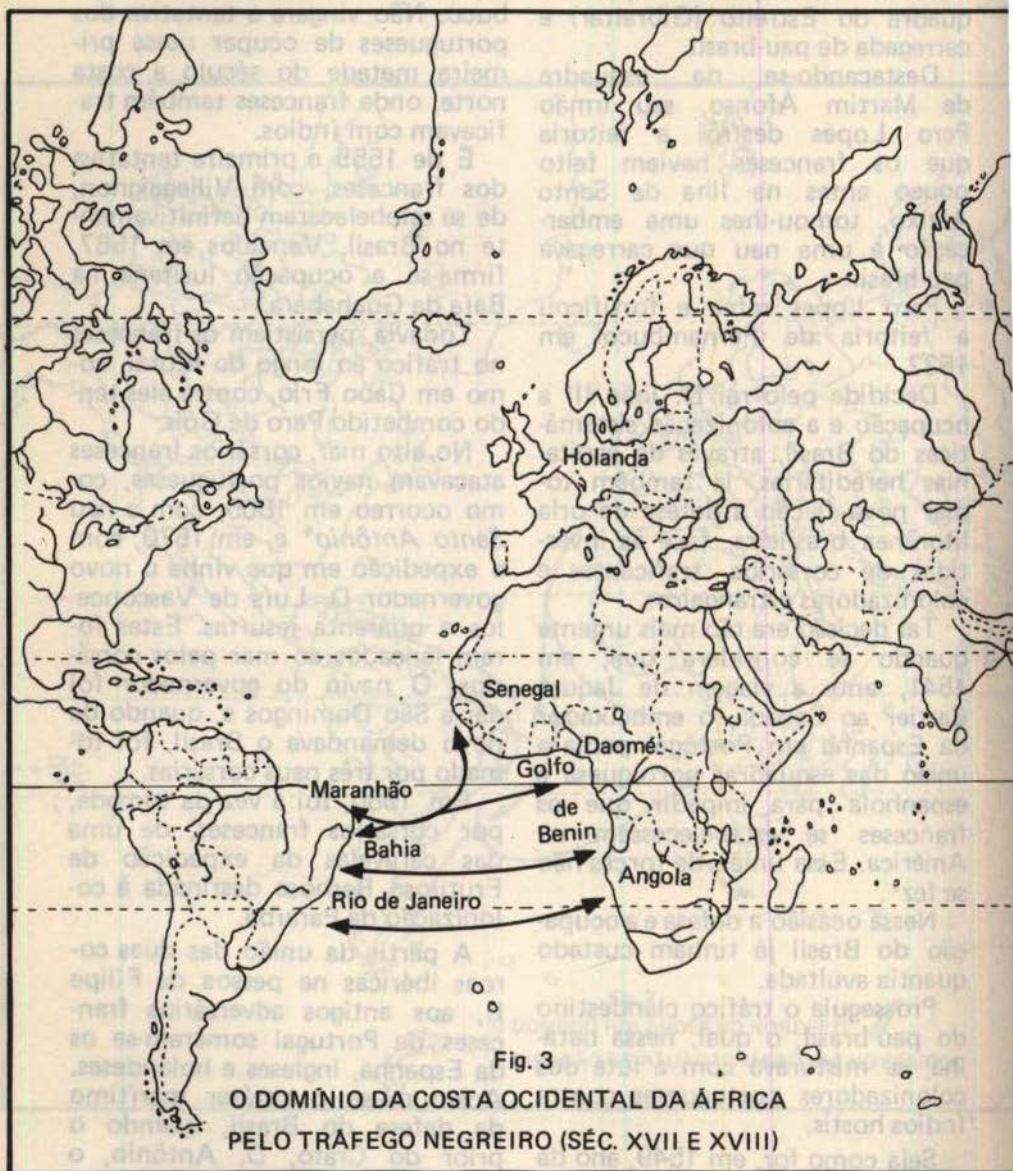
É de 1555 a primeira tentativa dos franceses, com Villegaignon, de se estabelecerem definitivamente no Brasil. Vencidos em 1567, firma-se a ocupação lusitana na Baía da Guanabara.

Todavia, persistiam os franceses no tráfico ao longo do litoral, como em Cabo Frio, contra eles tendo combatido Pero de Góis.

No alto mar, corsários franceses atacavam navios portugueses, como ocorreu em 1565, com a nau *Santo Antônio*⁴ e, em 1570, com a expedição em que vinha o novo governador D. Luís de Vasconcelos e quarenta jesuítas. Estes foram lançados ao mar pelos corsários. O navio do governador foi dar a São Domingos e, quando de novo demandava o Brasil, foi tomado por três naus corsárias.

Em 1580, foi a vez da tomada, por corsários franceses, de uma das caravelas da expedição de Frutuoso Barbosa destinada à colonização da Paraíba.

A partir da união das duas coroas ibéricas na pessoa de Filipe II, aos antigos adversários franceses de Portugal somaram-se os da Espanha, ingleses e holandeses. Acentuou-se o caráter marítimo da defesa do Brasil, quando o prior do Crato, D. Antônio, o vendeu simbolicamente à França para, em troca, obter o trono português.



Nessa conjuntura, a esquadra de sessenta navios franceses, sob o comando de Filipe Strozzi, foi, no entanto, derrotada em águas dos Açores pela força naval luso-espanhola, de 34 galeões, sob o comando de D. Álvaro de Bazan.

Em terra, os aspectos mais notáveis da batalha quase secular são: a conquista da Paraíba, onde operavam os franceses, ocorrida entre 1581 e 1596 (num de seus lances com o apoio da esquadra espanhola guarda-costa de D. Diego Flores de Valdés); a expulsão em 1583, por uma força naval dessa esquadra, de dois galeões ingleses na área de Santos; o ataque à Bahia, em 1587, dos corsários ingleses Withrington e Lister, frustrado pela defesa; a conquista e ocupação de Sergipe, em 1589-1590; o ataque do corsário Cavendish a Santos e Espírito Santo, em 1591-1592; o ataque dos corsários Lancaster e Venner ao Recife em 1595; o assalto à vila de Ilhéus por piratas em 1597; a conquista do Rio Grande do Norte neste ano (aí já vinham traficando os franceses, cujos navios se supriam na área, tal como antes na Paraíba); a incursão de três naus francesas na Baía da Guanabara, frustrada, como infrutífera foi também a aguada que a esquadra holandesa de Oliver van Noord aí tentou, em 1598.

Assim, a despeito de reveses locais, terminava a batalha do Atlântico no século XVI, com a vitória dos portugueses, que firmaram a ocupação do litoral de São Vicente a Natal.

Mas a defesa desse vastíssimo território continuava a depender, e muito, da atuação de forças navais luso-espanholas no Atlântico.

A BATALHA DO ATLÂNTICO NO SÉCULO XVII

Em 1605, o rei Henrique IV, da França, deu licença para ocupar cem léguas do litoral sul-americano abaixo do Equador a Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière. A área já era conhecida dos franceses e foi, provavelmente na altura da Ilha do Maranhão, que o francês Jacques Riffault perdera dois navios já em 1594.

Em 1612 começa a ganhar corpo a "França Equinocial", com a ocupação do Maranhão pelos franceses, de onde foram expulsos em 1614 pelos luso-brasileiros. Assim, a ocupação por estes da costa leste-oeste, já reconhecida e ocupada até o Ceará, estendeu-se ao Maranhão e, daí, à foz do Rio Pará, onde deram início a Belém, no ano de 1616. No ano anterior, corsários franceses tinham rondado a barra da Bahia, quando o navio guarnecido para enfrentá-los desapareceu num temporal.

Os holandeses que, desde fins do século XVI, já operavam na Amazônia, acabaram também por ser daí expulsos em 1623, devido à atuação de forças locais e vindas de Portugal. Em 1603, já haviam eles atacado (força naval de van Caarden) a Bahia. Onze anos depois, tendo refrescado na área da Ilha Grande (força naval de Joris van Spilbergen), foram rechaçados em terra firme fluminense por

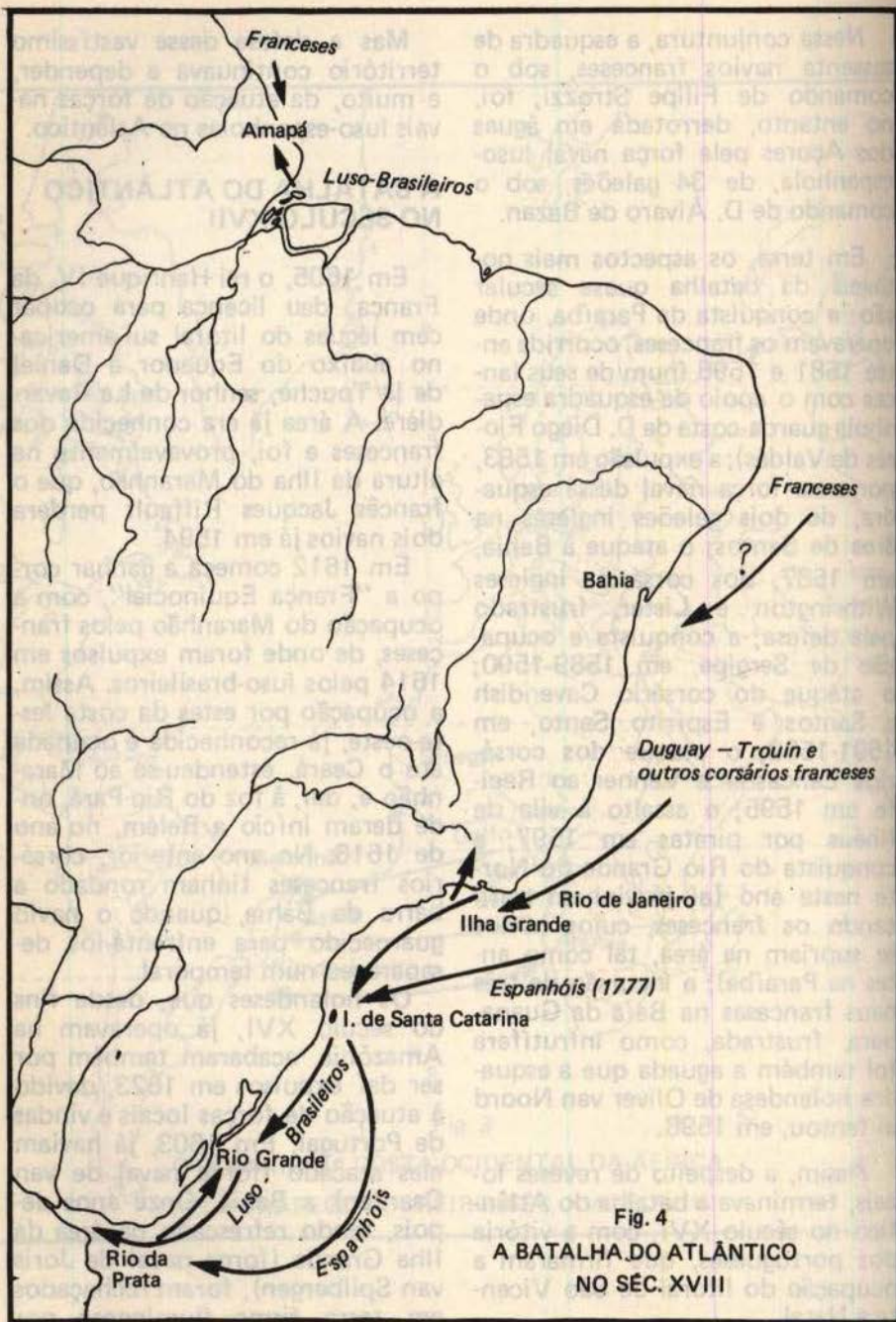


Fig. 4

A BATALHA DO ATLÂNTICO
NO SÉC. XVIII

uma força sob o comando de Martin de Sá; mas incursionaram em Santos no mês de janeiro de 1615.

Tudo isso era o prenúncio dos ataques holandeses de grande envergadura, a realizar pela Companhia das Índias Ocidentais, detentora de privilégio outorgado pelas Províncias Unidas (Países Baixos) para operar militar e comercialmente no Atlântico, América e África. Agiria ela sob a inspiração da guerra contra a Espanha.

Nos começos de 1623, mandou a Companhia uma pequena frota à costa ocidental da África. No ano seguinte, poderosa expedição que organizara atacou a Bahia, ocupando Salvador. Daí foram os holandeses expulsos no ano seguinte, mediante ações terrestres dos luso-brasileiros, reforçados depois por meios trazidos da península ibérica também numa forte expedição.

A Companhia era atraída principalmente pelo açúcar brasileiro e, nos mares, pela guerra de corso.

Força naval holandesa, sob o comando de Pieter Heyn, investiu contra Vitória, sem êxito, quando aí estava uma força de socorro à Bahia, sob o mando de Salvador Correia de Sá e Benevides, vinda do Rio de Janeiro.

A ação de Heyn repetiu-se na Bahia de Todos os Santos, em 1627, aí surpreendendo a frota mercante prestes a partir. Conseguiu a rendição de vinte e cinco navios e permaneceu na Bahia durante um mês. Renovou a ação no mês de junho seguinte, aprehendendo navios e incursionando no Rio Pitinga durante cerca de trinta dias.

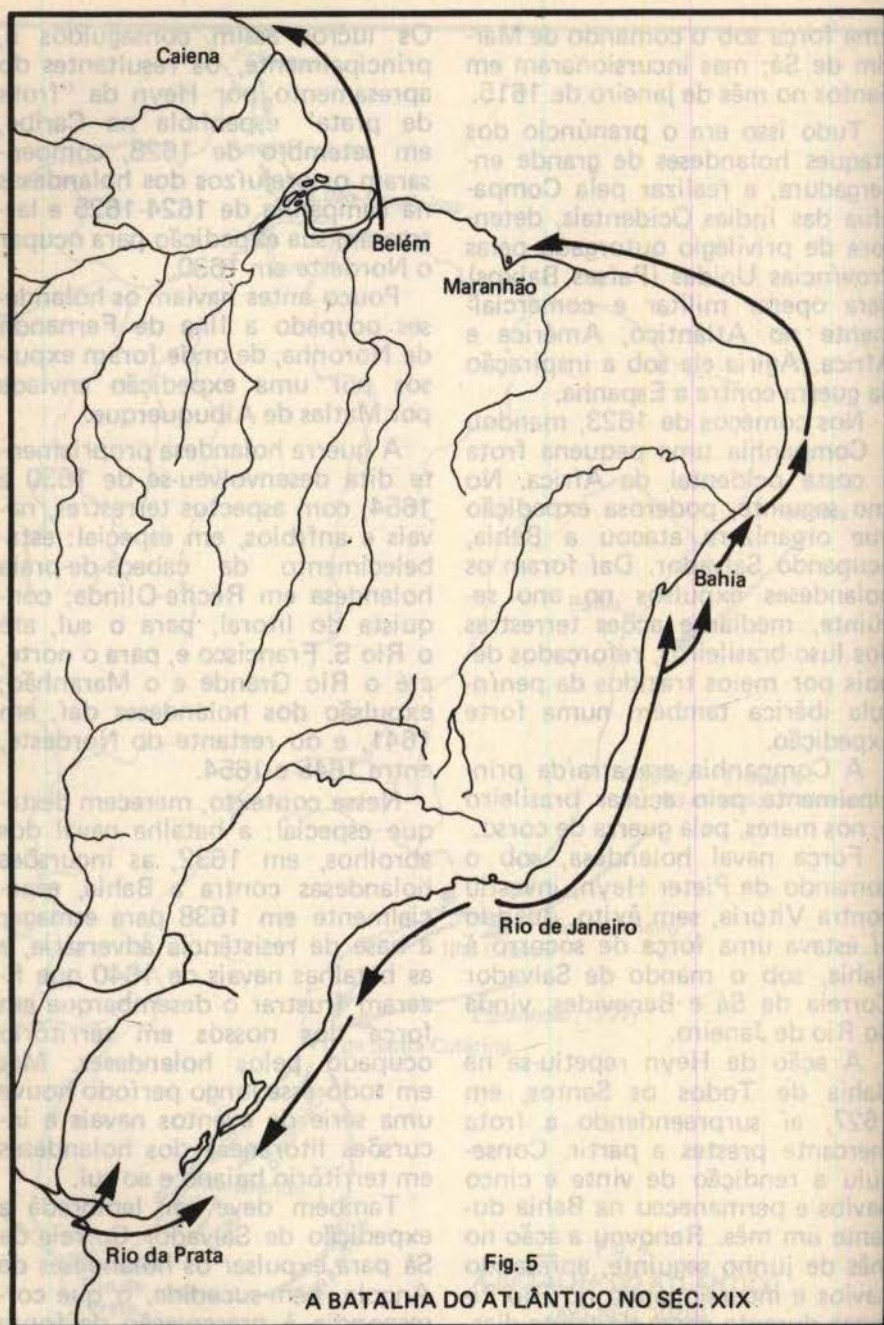
Os lucros assim conseguidos e, principalmente, os resultantes do apresamento por Heyn da "frota de prata" espanhola no Caribe, em setembro de 1628, compensaram os prejuízos dos holandeses na campanha de 1624-1625 e lastrearam sua expedição para ocupar o Nordeste em 1630.

Pouco antes haviam os holandeses ocupado a Ilha de Fernando de Noronha, de onde foram expulsos por uma expedição enviada por Matias de Albuquerque.

A guerra holandesa propriamente dita desenvolveu-se de 1630 a 1654, com aspectos terrestres, navais e anfíbios, em especial: estabelecimento da cabeça-de-praia holandesa em Recife-Olinda; conquista do litoral, para o sul, até o Rio S. Francisco e, para o norte, até o Rio Grande e o Maranhão; expulsão dos holandeses daí, em 1641, e do restante do Nordeste, entre 1645 e 1654.

Nesse contexto, merecem destaque especial: a batalha naval dos abrolhos, em 1632, as incursões holandesas contra a Bahia, especialmente em 1638 para esmagar a base da resistência adversária, e as batalhas navais de 1640 que fizeram frustrar o desembarque em força dos nossos em território ocupado pelos holandeses. Mas em todo esse longo período houve uma série de eventos navais e incursões litorâneas dos holandeses em território baiano e ao sul.

Também deve ser lembrada a expedição de Salvador Correia de Sá para expulsar os holandeses de Angola, bem-sucedida, o que correspondia à preservação da fonte



de escravos africanos para a produção agrícola no Brasil.

Assim, a despeito de reveses graves, em terra e no mar, como a perda temporária da Região Nordeste, Portugal venceu a batalha do Atlântico do século XVII.

A BATALHA DO ATLÂNTICO NO SÉCULO XVIII

Nessa batalha as forças nossas adversárias foram da França e da Espanha, enquanto Portugal prevalecia-se da aliança inglesa.

Está a batalha inserida nas guerras européias de que participam Inglaterra, França e Espanha, dentre outros países.

Sua motivação está em especial na busca da ocupação, pela Coroa portuguesa, da margem setentrional do Rio da Prata e na guerra de corso inimiga, com a atração suplementar do ouro do Brasil.

As ações principais são terrestres e navais que se desenvolvem no Prata e ao longo do litoral sul, devendo ser ressaltadas: a fundação de Rio Grande e a ocupação da Ilha de Santa Catarina, de onde prosseguiria a expedição espanhola de D. Pedro de Cevallos para expulsar os nossos do Prata; as incursões francesas de Du Clerc e Duguay-Trouin no Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, respectivamente. À primeira destas investidas associa-se a atuação da força francesa na área da Ilha Grande, de resto preferida por piratas e corsários atraídos pelo ouro das Minas Gerais que por aí se escoava.

Ameaça ao Brasil, não muito conhecida, desenhou-se em 1762-

1763, quando a França, prevalecendo-se da guerra na península ibérica, entre Portugal e Espanha, tentou reproduzir, ao mesmo tempo, empresas anteriores de fixação no litoral brasileiro e a ação naval de Duguay-Trouin, tudo agora com perspectivas de êxito mais duradouro.⁵

Pouco lembrados são os numerosos eventos dessa batalha ocorridos no litoral africano entre o Senegal e Angola. Sua motivação ainda era o comércio de escravos africanos com destino ao Brasil. No Golfo de Guiné, destacou-se a influência baiana, marcada, em 1721, pela construção, pelos nossos, do Forte de Ajuda e a presença, na área, de elementos culturais brasileiros.

Aspecto digno de nota dessa batalha é a fortificação pelos nossos das ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade. Esta fora ocupada por ingleses em duas oportunidades e, em 1782, já por eles abandonada, recebeu um forte.

No saldo geral, perdêramos para os espanhóis a margem setentrional do Rio da Prata; mas, em compensação, ocupamos o litoral sul e firmamos nossa presença no Amapá face aos franceses da Guiana.

A BATALHA DO ATLÂNTICO NO SÉCULO XIX

Assegurado o domínio do Atlântico pelos ingleses, em detrimento da França, foi possível a vinda do governo metropolitano para o Brasil, em 1808. Em seguida, ex-

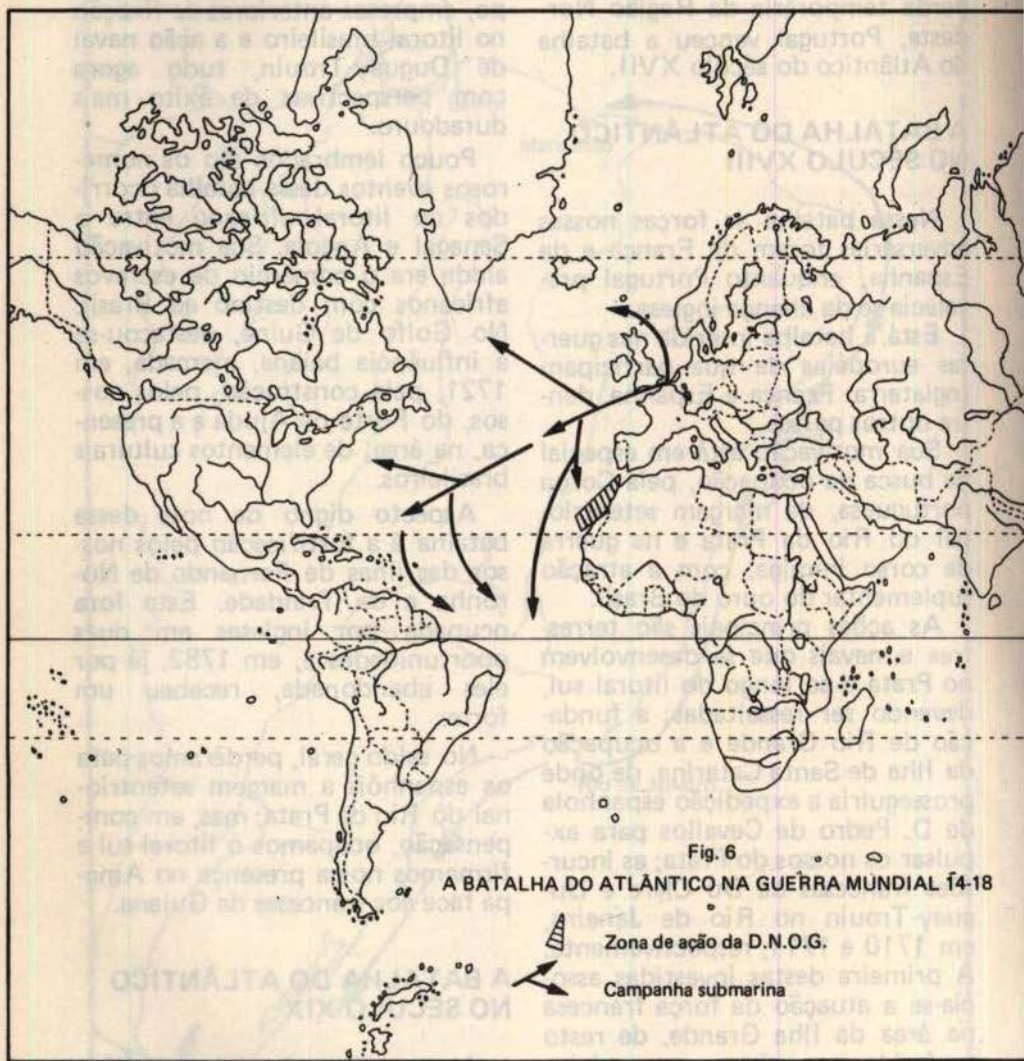


Fig. 6

A BATALHA DO ATLÂNTICO NA GUERRA MUNDIAL I4-18

Zona de ação da D.N.O.G.

Campanha submarina

pedição partida do Pará conquistou Caiena.

Renovaram-se as ações para firmar o nosso domínio no atual Uruguai, conseguido com a derrota das forças artiguistas em 1821.

Declarada a guerra com as Províncias Unidas por causa desse domínio, foi ele perdido para o Brasil e a Argentina, ficando o Uruguai independente em 1828. A guerra naval nessa quadra foi marcada por combates em águas platinas e pelo corso.

Uma outra fase da batalha está configurada pela nossa guerra da Independência, principalmente com as campanhas da Bahia e do Nordeste, em que vencemos as forças lusitanas.

Uma terceira fase é marcada pelas ações navais inglesas contra o tráfico negreiro para o Brasil, em especial ao longo do nosso litoral. A extinção efetiva do tráfico a encerrou.

Outros eventos da batalha são motivados por nossas lutas internas: ações navais e litorâneas contra a revolução pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador, da revolução farroupilha prolongada a Santa Catarina, com o combate naval de Laguna, a revolta da Esquadra, no Rio de Janeiro, no litoral catarinense e em Rio Grande.

Evento muito significativo foi também a ocupação das ilhas da Trindade e Martim Vaz pelos ingleses e sua incorporação imediata ao império britânico. Pela via diplomática, o Brasil demonstrou seu direito às ilhas, chegando a um fim rápido a ocupação inglesa.

Muito grave e também não muito conhecida, é a incursão dos franceses da Guiana no Amapá em 1895.

A batalha do século deixou como saldo favorável nossas vitórias nos seus lances mais importantes: o da Independência e o da manutenção da soberania brasileira na área atlântica.

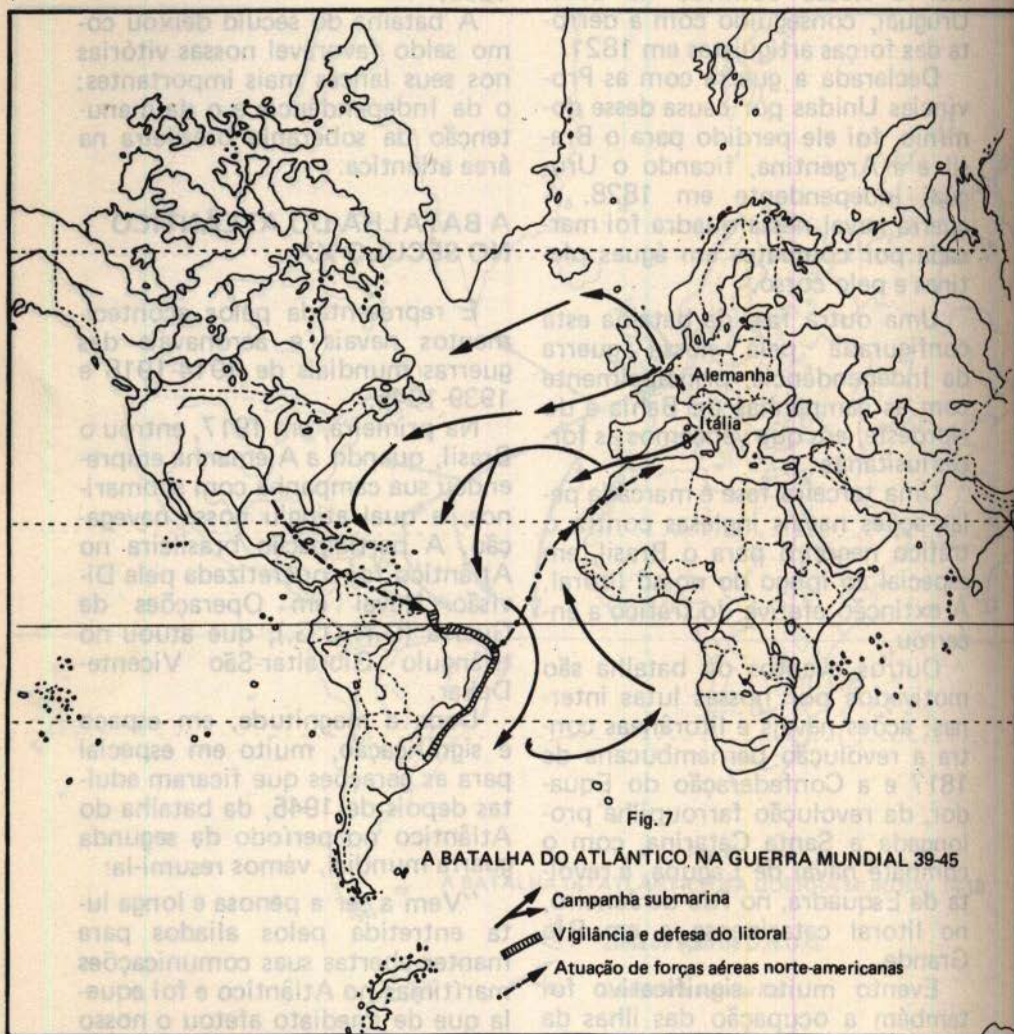
A BATALHA DO ATLÂNTICO NO SÉCULO XX

É representada pelos acontecimentos navais e aeronavais das guerras mundiais de 1914-1918 e 1939-1945.

Na primeira, em 1917, entrou o Brasil, quando a Alemanha empreendeu sua campanha com submarinos, a qual atingiu nossa navegação. A participação brasileira no Atlântico foi concretizada pela Divisão Naval em Operações de Guerra (D.N.O.G.), que atuou no triângulo Gibraltar-São Vicente-Dakar.

Dada a magnitude, em espaço e significação, muito em especial para as gerações que ficaram adultas depois de 1945, da batalha do Atlântico no período da segunda guerra mundial, vamos resumí-la:

“Vem a ser a penosa e longa luta entretida pelos aliados para manter abertas suas comunicações marítimas no Atlântico e foi aquela que de imediato afetou o nosso País (cessão de bases aos americanos, ataques dos submarinos do Eixo à navegação brasileira, defesa do litoral e de comboios marítimos, e racionamento de gasolina, principalmente).



Na sua primeira fase (1940/1941), fora de grande perigo para a Inglaterra. É a fase da resposta inglesa aos submarinos com o *radar* e a atuação destes em "matilhas". O mês de Março de 1941 foi particularmente crítico, quando as belonaves alemãs *Scharnhorst*, *Gneisenau* e *Hipper* vasculhavam o Atlântico Central, afundando substancial tonelagem inglesa. É a fase em que ocorreu a caça e a destruição do *Bismarck*.

Na sua segunda fase (Jul 1941/1942), os ingleses começaram a receber auxílio dos americanos, quer porque estes passaram a cumprir missões de vigilância no Atlântico Norte, quer porque forneceram aos ingleses 50 contratorpedeiros. No segundo semestre de 1942, a campanha foi desastrosa para os aliados. As forças do Eixo atuaram ativamente em águas americanas, chegando a interromper o tráfego petrolífero no Golfo do México. Logo, porém, os aliados reagiram, voltando os submarinos do Eixo à tática das "matilhas". Com o aumento da produção alemã de submarinos, a situação tornou-se novamente sombria para os aliados em fins de 1942, pois sua aviação, devido à falta de bases intermediárias, não podia dominar essas "matilhas". Ao se encerrar o ano de 1942, a navegação aliada tinha perdido mais de 8 milhões de toneladas de deslocamento.

Os desembarques dos aliados na África do Norte adquirem mais um significado importante, pois facultaram-lhes bases aéreas e navais, de onde podiam atuar melhor

contra os submarinos do Eixo. Com efeito, no mês seguinte, suas perdas mercantes caíam de mais da metade.

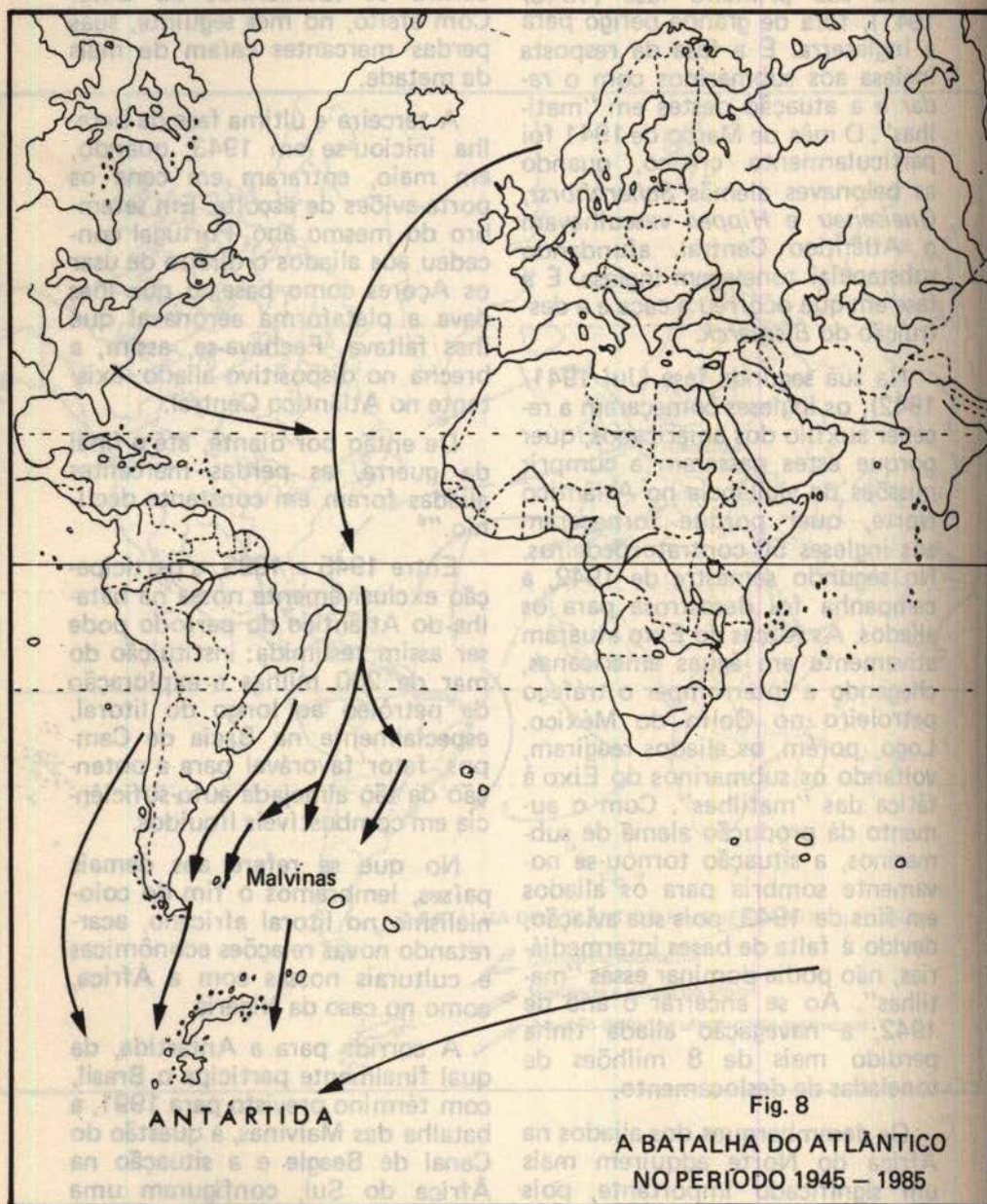
A terceira e última fase da batalha iniciou-se em 1943, quando, em maio, entraram em cena os porta-aviões de escolta. Em setembro do mesmo ano, Portugal concedeu aos aliados o direito de usar os Açores como base, o que lhes dava a plataforma aeronaval que lhes faltava. Fechava-se, assim, a brecha no dispositivo aliado, existente no Atlântico Central.

De então por diante, até o final da guerra, as perdas mercantes aliadas foram em constante declínio.⁶

Entre 1945 e 1985, a participação exclusivamente nossa na batalha do Atlântico do período pode ser assim resumida: instituição do mar de 200 milhas e exploração de petróleo ao longo do litoral, especialmente na Bacia de Campos, fator favorável para a obtenção da tão almejada auto-suficiência em combustíveis líquidos.

No que se refere aos demais países, lembremos o fim do colonialismo no litoral africano, acarretando novas relações econômicas e culturais nossas com a África, como no caso da Nigéria.

A corrida para a Antártida, da qual finalmente participa o Brasil, com término previsto para 1991, a batalha das Malvinas, a questão do Canal de Beagle e a situação na África do Sul, configuram uma conjuntura na qual, direta ou indiretamente, está envolvido o Brasil.





Piet Heyn investe contra Salvador em 1627. Gravura holandesa reproduzida no livro "The Dutch in Brazil" de C.R. Boxer, publicado pela Oxford University Press, Inglaterra.

AS LIÇÕES DAS SECULARES BATALHAS DO ATLÂNTICO

Num dos seus clássicos escritos, Rui Barbosa alertava:

"o mar é o grande avisador" e "pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos".

"Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente".⁷

É preferível, depois desse alerta de 1898, mas sempre válido, deixar que os leitores, civis e militares, tirem suas lições das seculares batalhas do Atlântico.

NOTAS

- 1) Como se sabe, a falta de conceitos e aceitação geral gera divergências e polêmicas frequentemente estéreis. Foi justamente devido a essa falta que surgiu polêmica entre Max Fleiuss e Tasso Fragoso a propósito da batalha do Passo do Rosário. Este a tinha por perdida para os brasilei-

ros, no que foi contestado pelo primeiro. Mas, tomando-se por paradigma coevo a batalha napoleônica, o Marquês de Barbacena, tendo planejado desalojar o adversário de sua posição no Passo do Rosário e não o conseguindo, *perdeu a batalha*. Não importa que, depois, o inimigo tenha marchado para o sul, sem destruir o exército de campanha de Barbacena. Conceitualmente, a questão relaciona-se com a "indecisão estratégica" no teatro sulino em 1827-1828.

- 2) Cf. Pedro Calmon, *História do Brasil* em sete volumes, edição da J. Olímpio, 1981, p29 e seg.
- 3) Idem, p161.
- 4) Nessa nau viajava um dos mais interessantes heróis do século, Jorge de Albuquerque Coelho, e sua longa e emocionante viagem trágico-marítima, cuja descrição veio até nós, é uma excelente amostra do que era a batalha em alto mar.
- 5) Cf. Pedro Calmon, ob. cit., p1185.
- 6) *2ª Guerra Mundial*, do autor deste trabalho, editado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1967, p50-51.
- 7) *A Lição das Esquadras*, cf. almirante João Carlos Caminha, *História Marítima*, edição da Biblioteca do Exército, 1980, capa.



O Coronel R/1 Francisco Ruas Santos, da Arma de Infantaria, é possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição *Histórica do Exército Brasileiro* (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977)* e *Informação e Indexação*.



AS COMUNICAÇÕES NA ERA DA INFORMÁTICA

José Angelo Maciel Monteiro

INTRODUÇÃO

A Informática a cada dia tem participado mais e mais de nossas vidas, ocupando a todo momento novos lugares em nossas atividades profissionais.

Os cálculos de dados de tiros de Artilharia de Campanha, que antes eram auxiliados por régua e tabelas, são hoje substituídos por modernas calculadoras "H P 97". Baterias de tiro antiaéreo, utilizam programas computacionais, exigindo cada vez mais técnicos habilitados na área de Informática.

Serviços como o de Saúde e de Intendência têm suas atuações altamente beneficiadas por sistemas de computação.

Uma boa proposta para a arma de Comunicações seria a informatização de grande parte de sua documentação operacional com a obtenção de vantagens significativas tanto no campo da segurança como na economia de tempo, de

meios e na velocidade de informação.

APLICANDO A INFORMÁTICA NAS COMUNICAÇÕES

Normalmente, um Centro de Comunicações tem como instrumentos de trabalho, no mínimo, uma máquina de escrever, na qual são formados adequadamente todos seus documentos.

São preparados, neste órgão, pelo Comandante da Unidade de Comunicações, assessorado pelo seu Estado-Maior, documentos tais como diagramas de redes, rádio, diagramas dos circuitos, cartas de itinerário de linhas, planos de comunicações, instruções para a exploração das comunicações (IECOM) e outros.

Com o avanço atual na área de Informática, novos recursos de HARDWARE e SOFTWARE criaram a possibilidade de confeccionar estes documentos com uma velo-

cidade bem maior e com uma precisão ainda superior aos métodos anteriores. O uso dos meios atuais, como a tradicional máquina de escrever, o mimeógrafo, a régua e o compasso serão assim eliminados.

A disposição dos usuários estão diversos tipos de programas utilitários que permitem gerar telas as quais poderiam ser gravadas em discos flexíveis (tecnicamente chamados de "disquettes"). Qualquer texto, página após página, pode, assim, ser editado ao mesmo tempo em que se mantém gravados e em condições de serem direcionados para uma impressora apropriada para gerar o número de cópias desejadas, sem a preocupação com as já quase ultrapassadas folhas de carbono, que tanto trabalho ocasionam atualmente nas correções.

Ao analisar-se a possibilidade de informatização de alguns documentos de comunicações, é normal iniciar-se pelas IECOM, documento de maior importância para as comunicações, por englobar as ordens de combate especiais para todos os órgãos e tropas.

As IECOM estabelecem prescrições técnicas indispensáveis à exploração dos sistemas de comunicações e permitem ao oficial de comunicações (O COM), o controle técnico das comunicações.

As IECOM são montadas em conjunto de instruções modulares, apostiláveis, que são substituídas em função das necessidades táticas e técnicas.

O O COM do Batalhão de Comunicações do Exército encarrega-

se da confecção das IECOM do Exército e as submete à aprovação pelo Comando de seu escalão.

Após a aprovação, uma via desce aos comandos de Divisão para servir de base as IECOM divisionárias. Uma vez criada e aprovada, uma via das IECOM da Divisão desce para os comandos de Brigada que, calcados em seu conteúdo, confeccionam as suas IECOM.

Normalmente entre IECOM prontas e em condições de serem rodadas, no mínimo quatro edições diferentes devem estar disponíveis.

Tudo isto demanda um trabalho muito grande em termos de datilografia, conferências, correções e execução para cada edição. Levando para o lado da informatização, um simples micro, associado a uma impressora apropriada, ofereceria as seguintes vantagens nestes procedimentos:

1ª) Geração de todas as instruções através de SOFTWARES de edição de texto, (como o Edit da PROLOGICA ou o WORDSTAR oferecido para vários micros);

2ª) Correções sem gasto de material e com menor tempo;

3ª) Eliminação do mimeógrafo e seus respectivos materiais de consumo e operador;

4ª) Arquivamento de todas as instruções da IECOM em "disquettes", aumentando o grau de segurança, pois em princípio, só poderão ser observadas as instruções através inserção do "disquette" em micro com o mesmo sistema operacional;

5ª) Rapidez de impressão, pois um simples comando de teclado

pode disparar um grande número de cópias, sem necessidade de se esperar a ordenação correta das folhas ou o seu secar;

6ª) Economia de pessoal (que tem de ser de confiança) empregado em ordenação de folhas;

7ª) Facilidade na execução de alterações em determinadas instruções, como por exemplo o índice, sem ter que rebater-se todo o trabalho;

8ª) Facilidade de criação de novo documento, aproveitando-se a estrutura, o esqueleto de qualquer documento idêntico que tenha sido gerado anteriormente em "disquette" podendo ou não, ao final, inutilizar-se esta estrutura de origem;

As instruções podem perfeitamente ser geradas em folhas independentes. Desta forma, é muito simples criarmos a qualquer momento, extratos de IECOM com apenas instruções específicas para cada caso, bem como substituir instruções ou modificá-las quase que instantaneamente.

Os extratos são particularmente necessários, por exemplo, para emprego nos postos rádio, onde não devemos correr o risco de apreensão do documento como um todo.

As versões das IECOM citadas anteriormente, podem ser guardadas em embalagens apropriadas, nos mesmos locais onde são atualmente guardadas as geradas por estêncil, com a vantagem de que desta maneira, os meios visuais de espionagem do inimigo não mais atingirão seus objetivos.

O Exército pode ao invés de

mandar uma via impressa das suas IECOM para a divisão, enviar uma cópia gerada em "disquette". A Divisão copia este documento em outro "disquette" e após desmagnetizá-lo (por medida de segurança), devolver ao Exército. Pode também gerar a partir desta cópia, as suas IECOM também em "disquette" e remeter uma cópia em "disquette" para as Brigadas confeccionarem as suas próprias IECOM. Tanto a Divisão como as Brigadas tomariam os mesmos procedimentos realizados com a troca de informações entre o Exército e as Divisões. Com estes procedimentos ganha-se em segurança, pois o estafeta só iria transitar com "disquettes" cujo conteúdo não teria o mínimo conhecimento. Ganha-se em economia de material de escritório, pois os "disquettes" são reutilizáveis.

Todos os procedimentos até aqui descritos, são aplicáveis às instruções-padrão de Comunicações (I P COM), por serem, um documento comentado, explicativo, das instruções para exploração das comunicações em vigor.

APLICAÇÕES NOS PELOTÕES RÁDIO

Os micros atuais possuem diversos recursos gráficos disponíveis. São utilitários que nos permitem realizar qualquer gráfico, diagrama ou documento, com grande facilidade, dispensando qualquer equipamento auxiliar. Como exemplo, existe em determinadas marcas de micros um acessório chamado "mouse", o qual passa para a tela

qualquer desenho, carta, foto, etc. pelo simples passar deste componente sobre o material de interesse. Isto torna tudo muito mais fácil, simples e rápido.

O Pelotão Rádio pode assim beneficiar-se editando o diagrama das redes rádio, o quadro de redes rádio, bem como, os extratos dos diagramas de suas redes rádio para serem distribuídos aos operadores em missão. O controle do material empregado pelos diferentes postos rádio bem como os materiais cedidos a outras unidades, podem facilmente ser realizados.

Todas estas aplicações, numa situação ideal de recursos, possibilitam a liberação de pessoal, antes envolvido em tarefas como desenho e datilografia, para missões mais operacionais.

Pode-se ainda, através de um INTERFACE para computador chamado RTTY, aparelho que decodifica os sinais de teletipo, receber as mensagens enviadas pelos escalões superiores na tela do micro; imprimindo-as à velocidades bem superiores a dos atuais teleimpressores.

APLICAÇÕES NOS PELOTÕES FIO

O Pelotão Fio com o emprego das facilidades da Informática, a seu dispor, pode gerar o diagrama dos circuitos, a carta de itinerário de linhas e a carta do sistema multicanal. Pode também gerar o extrato da carta de itinerário de linhas para ser distribuído aos chefes de turmas de construção. Pode igualmente

controlar o material distribuído às diferentes turmas de construção, facilitando a conferência após o fim das atividades.

Podem também substituir os teletipos por micros, transmitindo as respectivas mensagens a velocidades bem superiores à daquelas máquinas, para os outros postos de comando do escalão superior, codificando-as segundo as necessidades de segurança. O cálculo geral das frequências do sistema multicanal bem como o cálculo dentro de cada sítio de antenas, pode ser simplificado por SOFTWARE adequado, eliminando este problema, sempre demorado e de certa complexidade.

APLICAÇÕES NOS PELOTÕES DE CENTRO DE MENSAGEM (CM)

A atuação da Informática no Pelotão de CM é de grande valia. O quadro de saída de mensageiros e a carta de itinerário de mensageiros podem ser realizadas de forma vantajosa.

Através das linhas telefônicas que interligam os centros de mensagens, podem ser acoplados micros e transmitidas mensagens e outros documentos a uma velocidade espantosa. Há que se ressaltar que os meios de interceptação telefônicos convencionais, não servem mais para este tipo de comunicação, já que os mesmos transmitem dados ao invés de sinais analógicos.

Pode-se gerar através do utilitário DBASE, um arquivo de mensagens no qual se tem dispo-

nível os dados de todas as mensagens expedidas e recebidas pelas autoridades do Posto de Comando (PC), bem como das mensagens em trânsito. A qualquer momento pode-se emitir, por exemplo, o controle das mensagens em ordem cronológica, emitidas pelo E/4, inclusive com o controle de recebido do destinatário. Pode-se também gerar cópias, resumo das mensagens que necessitem deste artifício.

Assim diminui-se a vulnerabilidade dos atuais arquivos, como por exemplo, evitando a perda de uma cópia de mensagem, e dando ainda uma melhor organização a estes procedimentos.

Pode-se ainda desconfigurar o teclado através SOFTWARE em "disquette", implementável a qualquer momento, fazendo que o mesmo realize trabalhos de criptografia mediante assunção da configuração desejada. Isto significa fazer com que cada tecla digitada, corresponda a outro carácter pré-estabelecido para determinado dia ou hora. Vale aqui ressaltar que processos mais complexos e de maior grau de privacidade não abordados aqui podem ser também implementados.

APLICAÇÕES NO ÂMBITO DAS GRANDES UNIDADES E UNIDADES (GU/U)

Uma aplicação possível da Informática nas comunicações se traduz na criação de um banco de dados no Exército de Campa-

nha, que possa ser acessado pelas GU subordinadas através uma rede de dados. A qualquer momento, por exemplo, o Comandante de uma Brigada pode avaliar as possibilidades do inimigo com maior eficiência e rapidez, interagindo na rede de dados integrada comparando instantaneamente efetivos equipamentos, etc., da força oponente.

CONCLUSÕES

Sob o ponto de vista de custos, um micro com unidade de "disquette" e impressora pode ter um preço mais alto, inicialmente, do que o preço de um mimeógrafo somado ao de uma máquina de escrever. Entretanto o custo benefício é tentador.

Com a informatização eliminam-se gastos com tintas, estêncil para a confecção e substituição de documentos e outros materiais de expediente, resultando indubitavelmente, numa agilização nas tarefas de confecção e maiores facilidades, condições de coordenação e controle sobre estes documentos. Eliminação de pessoal empregado em atividades de mimeógrafo e máquina de escrever e, acima de tudo, ganha-se em segurança. Segurança que, como foi dito, pode aumentar em alguns trabalhos se for criada uma nova configuração de teclado. Uma segurança que, como já foi explanado, escapa dos meios visuais e convencionais de espionagem. Os "disquettes" podem ser cifrados, ou podem também conter chaves de leitura, o que só permite a leitura

do seu conteúdo mediante a entrada de uma chave ou senha codificada.

Quanto à necessidade de energia elétrica para o funcionamento destas máquinas, cabe lembrar que no futuro não mais serão encontradas máquinas de escrever não eletrônicas nem, tão pouco mimeógrafos não elétricos. Além do mais, computadores normalmente trabalham com voltagens da ordem de 05 a 18 volts. Tensões mais altas como as necessárias aos ventiladores, podem ser modificadas por pequenos conversores, ligados às baterias veiculares.

Os microcomputadores modernos são equipamentos modulares que têm a sua manutenção baseada em troca de placas. Esta sistemática de manutenção já está adotada no Exército Brasileiro. Os recursos humanos serão difíceis de

alocar? Não! Os micros estão na relação dos equipamentos mais vendidos ultimamente. Dentro das fileiras do Exército, uma parcela de expressão já possui cursos de computação e muitos possuem micros em casa. Não podemos negar que estamos na era dos micros.

Seria tudo isto um sonho? Também não! Estamos dentro da realidade do século 20. Dentro da atual telemática. E o custo? Barato! Considerando o aumento da segurança, o menor emprego de pessoal fora das atividades fins, o menor engajamento homem-hora em atividades burocráticas e o menor consumo de materiais como estencils, tintas e outros.

É um caso a se pensar. "Até as mais geniais operações militares tornam-se ineficientes quando não se protegem as comunicações".



O Cap Com José Angelo Maciel Monteiro tem os seguintes cursos: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Análise de sistemas do Instituto Militar de Engenharia (IME), Organização e Métodos SEPLAN (1985), Operacionalização de Objetivos Educacionais, Análise Ocupacional e Recursos Multisensoriais, os três últimos feitos no Centro de Estudos de Pessoal (CEP). Serve atualmente no Setor de Teleprocessamento da Seção de Operação do Centro de Informática, Brasília, DF.



A PAZ MORNA DA GUERRA FRIA

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

Em se tratando de conferências internacionais pertinentes à paz, a mais conhecida reuniu-se em Paris no ano de 1849 com cerca de 600 participantes, presididos por Victor Hugo; nela já ficou patenteado o princípio de que os preparativos para a guerra seriam a melhor salvaguarda para a paz.

Assim, das guerras regionais ou continentais o Mundo foi, aos poucos, compelido à Primeira Guerra Mundial, que, terminada, levou a humanidade a acreditar na *Liga das Nações* em cuja Carta declaravam solenemente os seus signatários: "a guerra de agressão é um crime internacional" e, conse-

qüentemente todos se propunham "seriamente a não ser nenhum deles, responsável por iniciá-la".

Enquanto na Liga das Nações se defendia o desarmamento, o Japão ocupava a Mandchúria, na América do Sul eclodia em conflito de fronteira sangrenta guerra entre o Paraguai e a Bolívia, enquanto Hitler marchava rapidamente para o poder na Alemanha. Fatos esses contemporâneos aos planos de paz que se desenvolviam desde 1924 e que culminaram em 1932 na *Conferência Global de Desarmamento*. Nesse mesmo ano se diluíam as esperanças pacifistas visto que nas sessões iniciais da Conferência da Liga das Nações, cada uma das grandes potências apresentava planos não só diferentes como

conflitantes para o desarmamento.

A Europa, o epicentro nevrálgico do Mundo, já estava dividida, inquieta com a crescente militarização da Alemanha e na expectativa ante o quadro econômico sombrio; diante dos fatos, em dezembro de 1933, o Delegado soviético Maxim Litvinov declarava morta a Conferência do Desarmamento.

ENCONTROS E DESENCONTROS

De 1939 a 1940 os governos de Paris e de Londres se reuniram 16 vezes sem conseguir evitar a debauche da França. A Segunda Guerra Mundial não só prosseguia como se alastrava, gerando negociações secretas entre militares ingleses e estadunidenses, ainda em janeiro de 1941, culminando com o encontro entre Churchill e Roosevelt, em agosto do mesmo ano, no mar, diante de Newfoundland. Quatro meses depois, precisamente a 7 de dezembro de 1941, atacados em Pearl Harbour, os Estados Unidos entravam na Segunda Guerra Mundial.

Inicia-se toda uma série de *Conferências para acordos estratégicos*, sendo a primeira codinominada ARCADIA (22 de dezembro de 1941 a 14 de janeiro de 1942). Nesse encontro resolveram Roosevelt e Churchill coordenar as operações militares com planos para desembarques no noroeste da África ou na própria França; ficando sobretudo explícito que nenhum dos dois países faria a paz em separado.

Com o desenrolar do conflito ficava combinado na Conferência codinominada SÍMBOLO (13 a 23 de janeiro de 1943), em Casablanca, no Marrocos, que seria invadido o norte da África. A Rússia já havia entrado na guerra contra o EIXO, mas Stalin não compareceu ao encontro que também preferiu invadir a Sicília, no lugar da França, e dividir os recursos bélicos entre o Mediterrâneo e o Pacífico.

Na TRIDENTE, encontro realizado pouco depois, novos planejamentos bélicos foram acertados, centrados na operação "Overlord" de invasão do norte da França com o General Dwight Eisenhower no Comando Supremo Aliado. Invasão, que pela importância fora discutida minuciosamente em *Teheran* (28 de novembro a 1º de dezembro de 1943) quando os Aliados já se faziam representar pelos "Três Grandes", com a presença de Stalin ao lado de Roosevelt e Churchill.

Têm início então os *desencontros nos encontros*, podendo-se dizer que *em Teheran seria lançada a semente da "Guerra Fria"*, pois além de impor sobre a imediata invasão da França através do Canal da Mancha para aliviar a pressão alemã sobre as tropas soviéticas, Stalin fez grandes exigências territoriais, sobretudo com vistas à Polônia. Desencontros já prenunciados quando se resolveu *discutir sobre a organização do Mundo no pós-guerra*, de 18 a 30 de dezembro de 1943 com a presença dos Ministros das Relações Exteriores, em Moscou — Viachislav Molotov

pela Rússia, Anthony Eden pela Inglaterra e Cordell Hull pelos Estados Unidos.

O *Plano Morgenthau*, proposto pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Morgenthau Jr., que sugeria a transformação da Alemanha num país basicamente agro-pastoril, já aprovado na Conferência de Quebec, codinominada OCTAGONO, seria rechaçado na operação ARGONAUTA realizada em Yalta, cidade da Criméia, de 4 a 11 de fevereiro de 1945. Na Criméia era selado o destino da Alemanha subdividida em zonas de ocupação, para que se acomodasse, em parte, o já antagônico Eixo Leste-Oeste.

Na ocasião, já bastante doente, Roosevelt procurou minimizar os desacertos, pensando na utópica fusão dialética do capitalismo com o comunismo, perdendo terreno, sobretudo quando se tratou de implantar a ONU. Para abrir mão da participação das 16 Repúblicas Socialistas Soviéticas independentemente umas das outras, o que daria completa vantagem ao Kremlin, Stalin exigiu o estabelecimento do direito de veto para os membros permanentes do Conselho de Segurança.

PODER E CONFRONTO

No confronto com o Nazismo, enquanto os Estados Unidos lutaram em duas frentes, Stalin só concordou em declarar guerra ao Japão após a vitória na Europa. Assim, enquanto as tropas inglesas e estadunidenses não haviam ainda cruzado o Reno, e na Itália se en-

contravam atoladas nos Apeninos, os exércitos russos atingiam o Oder, a Polônia e maior parte da Europa Oriental.

Num confronto do Eixo Leste-Oeste que se formava, observou Stalin, ainda em Yalta, que a *palavra "Aliados" não tinha qualquer sentido* — eram na realidade três os que negociavam a paz para um Mundo que pretendiam, cada qual a seu modo, comandar. Na "Paz Morna" de uma "Guerra Fria", *punham-se em confronto o Poder Terrestre e o Poder Marítimo*; e, nesse contexto, a França varrida e a Alemanha vencida cediam lugar à Rússia, enquanto do outro lado, a Inglaterra que resistira ao conflito, tudo faria para não ser suplantada pelos Estados Unidos.

Tinha grande significado, pois, o prognóstico de Goebbels ao escrever em seu Diário — "Seja qual for o resultado dessa guerra, só haverá um perdedor: a Inglaterra". Conseqüentemente, percebeu a Rússia que para a Inglaterra sempre voltada ao Poder Marítimo, de nada lhe valeria a Europa Oriental, permitindo assim, que fosse mantida sob influência do Kremlin; no entanto, *Stalin não conseguiria envolver todo o "Heartland" de Mackinder*, por ter sido a Alemanha dividida politicamente. Mas soube muito bem tirar proveito diplomático ante a ambição de um Império Britânico, prestes a se dissolver com a debacle do colonialismo; a Inglaterra procurou deter o Poder Marítimo e sua influência no Mundo Ocidental, mas tudo perderia para os Estados Unidos.

Assim, no contexto da bipolaridade, uma vez desclassificadas para o jogo decisivo do xadrez mundial — de um lado a França-Alemanha (Poder Terrestre) e do outro a Inglaterra (Poder Marítimo), *estariam no confronto a Rússia e os Estados Unidos.*

Do exposto concluímos com Raymond Aron:* “Foi a movimentação dos exércitos que acarretou a partilha, não do Mundo, mas da Europa. Os ocidentais podiam prever que a linha de contenção de seus exércitos seria também a linha de contenção das democracias à maneira ocidental. Mas não pensaram a tempo e não concederam à União Soviética o que ela faria depois... Se Roosevelt tivesse conhecido melhor a União Soviética e a Europa teria agido de outra forma. Mas, no fundo, o que aconteceu responde à lógica daquela guerra vencida por inimigos potenciais; cada um desses inimigos se apoderou da metade da Europa”. De fato, Roosevelt só conhecera uma Rússia ainda muito fraca, isolada e atrasada, quando da ascensão de Hitler; mas a situação mudara substancialmente após a derrota do Nazismo quando a Rússia, a despeito dos grandes custos acarretados com a invasão alemã, se apresentou como uma das três principais potências a sobreviver com seus territórios intactos.

Por outro lado, habilidosamente, Stalin conseguiu obter vantagens para impor o seu sistema,

ainda enquanto seus exércitos marchavam. *Tornou comunista a Europa até o Elba, sem revoluções internas, do mesmo modo como sovieterizara os Estados Bálticos* durante o Pacto que assinara com Hitler. Do ponto de vista geopolítico tratava-se de uma autêntica incorporação à esfera soviética de Poder, ou, mais verdadeiramente, uma compulsória subordinação ao controle do Kremlin de países até então tradicionalmente ocidentais como a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia e a própria Alemanha Oriental. E o resultado prático, é que começaria pela Europa a divisão do Mundo em dois Blocos antagônicos.

Impunha-se, por outro lado, a *previsão de Alexis de Tocqueville*,* quando em 1835, isto é, mais de um século antes do término da Segunda Guerra Mundial, ao afirmar: “Existem hoje sobre a Terra, dois grandes povos que, tendo partido de pontos diferentes, parecem adiantar-se para o mesmo fim — são os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade; e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados noutras partes, colocaram-se de improviso na primeira fila entre as nações e o Mundo se deu conta, quase que ao mesmo tempo, do seu nascimento e da sua grandeza. Todos os outros povos parecem ter chegado mais ou menos aos limites traçados pela natureza, nada mais lhes restando senão manter-se on-

* “O Espectador Engajado” — Editora Nova Fronteira — págs. 146/148.

* “A Democracia na América” — Editora Itatiaia Limitada — Belo Horizonte, 1962 — págs. 315/316.

de se acham; mas aqueles estão em crescimento; todos os outros se detiveram, ou só avançam a poder de mil esforços... O americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe opõe; o russo está em luta com os homens; por isso, as conquistas do americano se firmam com o arado do lavrador, as do russo com a espada do soldado. Para atingir a sua meta, o primeiro apóia-se no interesse pessoal e deixa agir, sem dirigi-las, a força e a razão dos indivíduos. O segundo concentra num homem, de certa forma, todo o poder da sociedade. Um tem por principal meio a ação, a liberdade; o outro, a servidão. O seu ponto de partida é diferente, os seus caminhos são diversos; não obstante cada um deles parece convocado, por um desígnio secreto da Providência, a deter nas mãos, um dia, os destinos da metade do Mundo".

Esta foi uma das muitas profecias de Tocqueville sobre os Estados Unidos, nação geopoliticamente adolescente, já que surgia em 1835, como uma experiência sem precedentes na História das nações; curiosidade que despertou ainda naquele jovem francês de 26 anos, só tendo paralelo na Rússia da época.

LUTA PELA SUPREMACIA

A definição ocidental de "Guerra Fria", atribuída ao financista estadunidense Bernard Baruch, aplicada à situação de hostilidade no Eixo Leste-Oeste, jamais foi aceita por Moscou. Consequentemente, alegando que o Bloco

Oriental só deseja a "Coexistência Pacífica", a chamada "Paz Morna" se ajusta plenamente dentro da Geopolítica do Confronto.

Foi com base na "Coexistência Pacífica" que Molotov, Ministro das Relações Exteriores da Rússia, propôs, em 1954, um projeto de pacto europeu de segurança com duração de 50 anos, com base na dissolução das organizações militares nos dois campos antagônicos. Autêntica "Paz Morna" não aceita pelos Estados Unidos, visto que para o Pacto de Varsóvia a medida não implicaria em grandes transtornos com as forças soviéticas recuando apenas algumas centenas de quilômetros, enquanto a OTAN, na prática, estaria apenas do outro lado do Atlântico.

Em contrapartida, o Kremlin não perderia a oportunidade de obter outra vantagem, quando, em nome da "Coexistência Pacífica", no encontro Nixon-Brezhnev, em Moscou, (junho de 1974), consegue de Washington uma declaração de "não ingerência nos negócios internos dos dois países"; autêntico contra-senso se atentarmos sobre a disparidade entre os sistemas — totalitário fechado e democrático aberto.

Por outro lado, na Geopolítica do Confronto, temos que refletir sobre as distorções semânticas, caracterizando um Mundo que pretensamente se quer desarmar.

George Orwell* em seu trabalho "1984" temia a deturpação do

* Pseudônimo do inglês Arthur Blais, nascido na Índia em 1903 e falecido em 1950; o trabalho que estamos mencionando data de 1944.

sentido das palavras resultante do martelar constante da "Indoctrination", ou seja, da propaganda subliminar que através de algumas fórmulas e expressões repetidas forma a opinião das nações, conduzindo-lhes o próprio povo. Deu a esse fenômeno o nome de "Newspeak" ou "Novilíngua", que se constitui na transmutação do sentido tradicional das palavras, induzindo a manobras do que se convencionou chamar "Double-Think" ou "Pensamento Duplo". Consequentemente, em face da manobra do sentido dubio — liberdade é escravidão; paz é guerra; nacionalismo incipiente é neocolonialismo; ditadura só se aplica à direita, jamais à esquerda.

Para Orwell, o perfil político do Mundo, no então longínquo 1984, era representado por um monstro de três cabeças que se agredindo entre si em quase nada diferiam. Com base na sociedade humana que desde os primórdios da História sempre se dividiu em três classes — a alta, a média e a baixa, lutando sempre uma contra a outra, destaca Orwell três Estados totalitários nos quais 85% da população chamada com desprezo de "proleta", vegetando na pobreza, vive à margem da política. Por sua vez, os outros 15% são membros de um Partido Único de características socialistas, mas que nem por isso deixam de viver fora do totalitarismo, submetendo-se ao rígido controle de um governo impessoal, sem leis escritas.

Dentro deste quadro, o conceito ideológico chave no vocabulário

político explicitado por Orwell é o do "duplipensar", ou seja, a capacidade de manter simultaneamente duas crenças opostas, acreditando por igual em ambas. Saber que está brincando com a realidade, mas mediante o exercício do raciocínio, convencer a si próprio de que não está violentando essa mesma realidade. O referido processo deve ser consciente, pois do contrário não funcionará com a precisão necessária; mas, ao mesmo tempo, tem que ser consciente a fim de não produzir sensação de falsidade e culpa. Em resumo, para "duplipensar" é necessário adulterar conscientemente o passado, no momento em que este entra em desarmonia com o presente, ou como instrumento de verificação ou contestação das afirmações do Partido, o todo poderoso.

Dentro da ficção orwelliana, o Mundo atual continua a "duplipensar" visto que a adulteração nos discursos políticos com fatos suprimidos, mudados ou reintroduzidos, vêm sendo a tônica da "Paz Morna" da "Guerra Fria". No âmbito das Relações Internacionais toda a humanidade é assim levada a "duplipensar" influenciada pelos sofisticados meios de comunicação de massa representados por Orwell como a "teletela", o elemento de maior efeito dramático, ou seja, um tipo de televisão que tanto transmite como recebe.

Dentro da ficção de Orwell, ainda nos anos 40, essas "teletelas" estavam instaladas, aos milhões, tanto nos lugares públicos como em casas particulares, só podendo ser desligadas pelos dirigentes do

Partido. Por sua vez, os Ministérios que dirigem o Estado totalitário em "1984" refletem em suas próprias nomenclaturas a subversão de valores, na operação constante e total de lavagem cerebral; cabe assim ao "Minitrue" ou "Ministério da Verdade, toda uma propaganda manejada pela Polícia instalada no "Minilove" ou "Ministério do Amor", a fim de que obtenha pleno êxito o "Minipeace", que nada mais é do que o "Ministério da Paz" voltado para a guerra.

No contexto da "Paz Morna" na "Guerra Fria" mostra a prática que a subversão de valores tem sido bem mais eficiente quando levada a efeito pelo Kremlim em relação a seus "aliados" ou "satélites" europeus, por ser mais disciplinada, competente e calculada que a de Washington. Geoestrategicamente, tal posicionamento tem sentido, em face da importância que representa para a Rússia a barreira natural formada pela "Cortina de Ferro". Na região, a Rússia é militarmente mais forte, porém economicamente mais fraca que o Ocidente; por isso, enquanto o Kremlim ameaça a Europa Ocidental com seu poderio militar, esta o ameaça com seu desenvolvimento econômico.

É fato comprovado que desde o segundo conflito mundial o conceito de "Segurança Nacional" vem adquirindo um esmagador caráter militar, induzindo a política de preparo permanente à militarização da economia mundial, conforme o quadro que se segue:

DESPESAS MUNDIAIS COM ARMAMENTOS POR PAÍSES (1984)

<i>América do Norte</i>	
Estados Unidos	186.544
Canadá	5.546
<i>Europa Ocidental (OTAN)</i>	
Inglaterra	29.443
França	28.042
Alemanha Federal	27.355
Itália	10.982
<i>Europa Oriental (Pacto de Varsóvia)</i>	
Rússia	137.600
Outros Países	13.530
Países Europeus não pertencentes a Alianças Militares	15.338
<i>Oriente Médio</i>	
Arábia Saudita	23.385
Egito	1.905
Outros Países	19.490
<i>Ásia e Oceânia</i>	
Japão	10.939
Coréia do Norte	4.140
Coréia do Sul	4.201
Austrália	4.407
Outros Países	21.996
<i>América Central e Insular</i>	
	2.895
<i>América do Sul</i>	
Argentina	14.745
Chile	7.262
BRASIL	2.196
Peru	1.771
Outros Países	1.287
<i>África</i>	
	2.229
<i>Total Mundial</i>	
US\$ 636,7 bilhões	

Dados Estimativos do Anuário do Instituto Internacional para a Paz de Stocolmo.

A despeito da política de preparo permanente à militarização, as *Superpotências, dentro da "Paz Morna" que norteia a "Guerra Fria" se enfrentam nos SALT* sigla de "Strategic Arms Limitation Talks", a despeito da recíproca incompreensão no campo da semântica.

Assim sendo, para os Estados Unidos, o *Conceito MAD* ("Mutual Assured Destruction") significa que a partir do momento em que cada uma das Superpotências seja capaz de causar prejuízos "inaceitáveis" à outra, mesmo após haver sofrido um "Ataque-Surpresa" ("First-Strike"), o uso de armas estratégicas deve ser excluído, mesmo assim. No entanto, a tecnologia militar vem anulando, em parte, a noção do MAD, que se traduz por "Destruição Mútua Assegurada", em nome da Doutrina da Contraforça ("Contraforce"). Prova este fato, a postura ofensiva do governo Reagan ante a perspectiva de desenvolver todo um arsenal bélico desde as plataformas espaciais para a interceptação de mísseis, a fim de manter *uma forte política defensiva preparada para garantir a paz e evitar a guerra*. Por sua vez, a Rússia, cuja doutrina oficial estratégica considera que as armas nucleares não passam de mais um recurso militar a ser empregado conforme a conjuntura, sem distinção dos armamentos clássicos, jamais aceitou o Conceito MAD; nem mesmo o termo "Theatre" utilizado pelos Estados Unidos para distinguir as armas baseadas fora de seu

território, das estratégicas, domesticamente instaladas.

DESARMAMENTO

Embora inúmeras já sejam as conferências e acordos sobre o *desarmamento*, observa-se que relativamente se trata de *fenômeno recente*. Fenômeno que fez malograr a Liga das Nações, que vem desacreditando a ONU, mas que se constitui talvez no maior problema político da segunda metade do século XX.

No campo do desarmamento as negociações vêm se situando a três níveis: bilateral, regional e multilateral.

A) *Negociações Bilaterais*

Data de 20 de junho de 1963 o *primeiro acordo bilateral entre as duas Superpotências intitulado "Hot Line Agreement"*, em prol do estabelecimento de uma linha direta de comunicações entre Moscou e Washington para uso em caso de emergência. A 30 de setembro de 1971 através do "Hot Line Modernization" era ampliada a confiabilidade do sistema de comunicações diretas entre as capitais das duas Superpotências por meio de canais adicionais e utilização de satélites — o Intelsat dos Estados Unidos e o Molnyia da Rússia.

Com o intuito de diminuir o risco de uma Guerra Nuclear por acidente, foi assinado no mesmo dia 30 de setembro o "Nuclear Accidents Agreements", estabelecendo-se que os signatários se avisarão mutuamente no caso de acidente ou incidente, não autori-

zado, envolvendo a possibilidade de explosão nuclear. Na eventualidade, a parte responsável deverá tomar providências imediatas para neutralizar ou desarmar o engenho nuclear em questão. Por sua vez, os signatários também se obrigam em avisar caso venha a ser assinalado, no sistema de alarma contra mísseis estratégicos, de qualquer objeto não identificado ou de qualquer interferência indébita nesse sistema ou no de comunicações; comprometendo-se também a avisar sobre lançamentos planejados de mísseis estratégicos que ultrapassem os limites do país que realizou a operação.

As normas visando a segurança nos navios e aeronaves das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Rússia em alto-mar estão explicitadas no Acordo de 25 de maio de 1972. Através dele, se comprometem as partes contratantes a prestar informações sobre atos em alto-mar que representem perigo para a navegação marítima ou aérea; informando sobre colisões, avarias ou outros incidentes, ditando ainda regras de condutas para navios engajados na vigilância de embarcações de outros países, bem como para os que se destinem a lançamento ou recolhimento de aviões.

Ainda em 25 de maio de 1972 um Protocolo Adicional estabelecia que navios e aviões das Superpotências não poderiam realizar ataques simulados apontando canhões, metralhadoras, lançadores de mísseis, tubos de torpedos e outras armas para navios mercan-

tes de qualquer país evitando assim, incidentes em alto-mar.

Ainda no campo das negociações bilaterais num esforço de desarmamento, os SALT, na prática, não geraram qualquer redução das forças nucleares de ambos os lados, muito embora hajam fixado tetos para certas categorias de armamento nuclear estratégico. É que a máquina de propaganda dos dois países, através do "duplipensar" orwelliano, procura minimizar suas respectivas capacidades para justificar, dentro da paz armada, a ampliação do arsenal bélico.

O SALT-1 de 1972 também conhecido como "Ant-Balistic Missile Treaty", proíbe o desdobramento do sistema de mísseis anti-mísseis balísticos para a defesa de todo o território dos dois continentes. Conseqüentemente, limita o sistema de mísseis anti-mísseis a duas áreas para cada país — uma para a defesa da capital, a outra para resguardar um conjunto de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM's). Em cada uma dessas áreas não podem ser instalados mais de 100 lançamentos de mísseis anti-mísseis, nem mais de 100 mísseis interceptadores. Para a verificação do cumprimento do Tratado são utilizados satélites de observação construídos com os recursos técnicos dos signatários. Na oportunidade ainda, um acordo provisório congelou durante cinco anos o número de lançadores de mísseis balísticos intercontinentais baseados em terra (ICBM's), bem como a quantidade de lança-

dores de mísseis balísticos instalados a bordo de submarinos.

O *Acordo sobre a Prevenção da Guerra Nuclear* foi assinado a 22 de junho de 1973, estabelecendo que as Superpotências devem agir de modo a evitar a irrupção do conflito entre elas, ou entre uma delas e outro país.

O SALT-2 assinado a 3 de julho de 1974, também conhecido como "ABM Treaty" reduz o estipulado no SALT-1, limitando a uma única área a ação para o desdobramento dos sistemas de mísseis. Ainda nessa data, os Estados Unidos e a Rússia através do TTBT (Threshold Test Ban Treaty) limitaram os testes subterrâneos de armas nucleares a um teto de 150 kilotons, aperfeiçoando, ainda mais, as comunicações diretas entre a Casa Branca e o Kremlin.

O quadro que se segue indica o número de explosões para ensaio de armas nucleares de 16 de julho de 1945 a 31 de dezembro de 1983; abrangem esses números as explosões atmosféricas e subterrâneas, mas não computa a única explosão experimental realizada pela Índia em 1974, declaradamente para fins pacíficos.

Estados Unidos	729
Rússia	527
França	120
Inglaterra	36
China	27

Em face da "Paz Morna" que controla a "Guerra Fria" cada adversário mantém o outro virtualmente como refém; as duas Superpotências vêm se encontrando para deter a corrida armamentista, sem que nenhuma delas haja alcançado plenos resultados. Assim, na Geopolítica do Confronto o quadro que se segue mostra como se encontravam os arsenais nucleares dos Estados Unidos e Rússia em 1983:

Mísseis Balísticos Intercontinentais lançados de terra

Estados Unidos	1.045
Rússia	1.398

Mísseis Balísticos lançados de Submarinos

Estados Unidos	568
Rússia	941

Bombardeios de longo alcance equipados com armamento nuclear

Estados Unidos	241
Rússia	145

Número Total de Ogivas Nucleares capazes de serem transportadas pelos vetores acima indicados

Estados Unidos	9.665
Rússia	8.880

Megatonagem Total das Ogivas a bordo desses vetores

Estados Unidos	3.886
Rússia	3.835

Fonte: Anuário do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Stocolmo — 1983.

Com a OTAN e o Pacto de Varsóvia "duplipensando" e atuando numa autêntica Geopolítica de Confronto face a Europa, esse continente, hoje o mais armado do Mundo, assiste sempre a nova escalada nuclear, visto que a tônica das conversações e acordos se atém ao controle de armamentos e não ao desarmamento propriamente dito. E, nesse contexto vem bem a propósito o pensamento de Metternich, diplomata austríaco do século XIX de que "a segurança absoluta de um país significa a insegurança absoluta para todos os demais".

Em face da "Paz Morna" que tempera a "Guerra Fria" se impõe o quadro com a distribuição per-

centual das despesas mundiais com armamentos em 1983:

B) Negociações Regionais

No contexto atual as principais negociações multilaterais no âmbito regional estão bem mais afeitas à Europa. Assim, desde 1973 propostas pelo Conselho Ministerial da OTAN prosseguem as MBFR, ou seja, as "Reduções Mútuas Equilibradas de Forças Militares", que se revestem de suma importância em face do Poder Terrestre representado pelo Pacto de Varsóvia. É forçoso então ressaltar que o resultado dessas conversações vem sendo praticamente nulo, já que os russos se recusam a fornecer dados precisos ou outros detalhes sobre a força real do Pacto

	US\$ Milhões	Porcentagem
Países da OTAN		
Estados Unidos	186.544	29%
Outros Países	120.627	19%
Total	307.171	48%
Países do Pacto de Varsóvia		
Rússia	137.600	22%
Outros Países	13.530	2%
Total	153.130	24%
China	35.800	6%
Resto do Mundo	142.691	22%
Total Mundial	US\$ 636,7 bilhões	

Fonte: Anuário do Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Stocolmo (1983)

de Varsóvia, insistindo na necessidade de um acordo sobre as reduções antes de examinarem-se os fatos.

Conseqüentemente, na Geopolítica do Confronto, ante um ataque do Pacto de Varsóvia, a OTAN não dispendo de forças convencionais capazes de fazer frente apelará para um contra-ataque nuclear ou convencional mediante o uso de armas nucleares. Esse postulado, oficialmente adotado pela OTAN, justifica a necessidade da manutenção de forças nucleares estacionadas na Europa Ocidental.

Em se tratando dessa "Paz Morna" no campo da "Guerra Fria", observa-se que o impasse começa na semântica. Assim, enquanto os Estados Unidos propõem reduções assimétricas em suas vantagens a fim de estabelecer o equilíbrio de forças entre o Pacto de Varsóvia e a OTAN, também divergem quanto à definição soviética quanto ao termo "estratégico", só aplicado aos mísseis e outras armas capazes de atingir, partindo da Rússia o território estadunidense, sem considerar os mísseis que mantêm na Europa Oriental.

Por outro lado, o SALT-1 impondo um teto ao número de mísseis nucleares sem limitar as ogivas, levou os russos a aumentar o número das separadamente guiadas, e recuperar, pelo menos numa certa proporção, o seu atraso tecnológico. Na prática uma autêntica "Paz Morna", já que segundo os especialistas, três ogivas separadamente guiadas são capazes de destruir a totalidade das instalações militares da OTAN, num só

ataque-surpresa, embora não recebam da Rússia a classificação "estratégico".

Caracterizando-se também como "Paz Morna", a *Conferência sobre a Segurança e Cooperação Européia* iniciada em Helsinque (1974), está longe de se tornar uma autêntica détenté, já que seu tema principal, bastante utópico, vem sendo o do fortalecimento da confiança entre os dois Blocos Militares; tema esse discutido também em *Madrid* (1982-83) e *Stocolmo* (1984), sem nenhum sucesso.

Dentro desse contexto, numa guerra futura, em face do Pacto de Varsóvia e OTAN, *o desfecho forçosamente irá mais uma vez ser decidido na Europa*; devendo-se então distinguir dois tipos de guerras possíveis: a termonuclear entre as duas Superpotências na bipolaridade do plano militar, e a convencional, desenrolada num continente ou região, considerada como secundária.

No entanto, é forçoso se dizer que é a "Paz Morna" que ainda controla as Superpotências das quais depende a "Guerra Termonuclear", como ainda a quase totalidade dos conflitos secundários. Daí o *Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina*, ou simplesmente *Tratado de Tlatelolco*, concluído na Cidade do México a 14 de fevereiro de 1967, do qual participou o Brasil, procurar levar seus signatários a utilizar exclusivamente para fins pacíficos o material e as instalações nucleares sob sua jurisdição e a impedir, nos respectivos

territórios, o ensaio, o uso, a fabricação, a produção ou a aquisição, por qualquer meio, de qualquer arma nuclear, direta ou indiretamente, por si mesmos, por mandato de terceiros, ou por qualquer outra forma, bem como o recebimento, o armazenamento, a instalação, a colocação ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear direta ou indiretamente por si mesmos ou por mandato de terceiros, ou por qualquer outro meio.

Os *três Protocolos Adicionais do Tratado de Tlatelolco* se destinam aos países não latino-americanos que exerçam autoridade sobre territórios englobados na área de aplicação do documento; bem como às potências nucleares para que renunciem ao emprego ou à ameaça de emprego de armas atômicas em áreas do referido Tratado.

Para assegurar a observância do Tratado de Tlatelolco foi criada a OPANAL (Organização para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina) cuja função principal consiste no supervisionamento do cumprimento das obrigações a que se submeteram os signatários. Embora o documento venha sendo escrupulosamente respeitado pelas partes latino-americanas contratantes, a Argentina acusou formalmente a Inglaterra na reunião da OPANAL realizada em junho de 1983 em Kingston, na Jamaica, de violação dos compromissos, já que durante a Guerra das Malvinas empregou submarinos de propulsão nuclear, transportando

bombas nucleares em seus vasos-de-guerra.

Esse episódio reafirma uma vez mais a "Paz Morna" nesse Mundo conturbado caracterizado na frase que Margareth Thatcher pronunciou na ONU em maio de 1982. Afirmou a Primeira Ministra da Inglaterra na Segunda Assembléia Especial sobre Desarmamento da ONU que, "em meio às tensões de uma guerra, as declarações unilaterais carecem de valor".

Daí a grande vulnerabilidade da Antártica, sem estatuto político, e cobiçada internacionalmente, hoje também alvo de acordo dúbio que poderá vir a carecer de valor. Assinado a 1º de dezembro de 1959 e em vigor desde 23 de junho de 1961, o *Tratado da Antártica* teve a adesão do Brasil a 16 de maio de 1975. Estabelece o referido acordo que no Continente Austral são proibidas quaisquer atividades bélicas, inclusive a instalação de bases militares, a realização de manobras, a experiência com qualquer tipo de armas nucleares e o lançamento de lixo ou resíduos radioativos.

Por enquanto, a despeito do desrespeito parcial ao Tratado, com a instalação ostensiva de bases científico-militares, se vem realizando a cooperação internacional em certos programas de estudos. No entanto, é fato que o Tratado poderá vir a ser modificado em 1991, se um Estado-Membro do Conselho Consultivo convocar, para tanto, uma reunião.

Observamos diante dos fatos que a *tecnologia desfez a imagem heróica dos Pólos*, que hoje se destacam no campo da economia co-

mo também no da estratégia. E se a Antártica ainda permanece como o único lugar não partilhado politicamente no Mundo, e ainda governado por princípios do cavalheirismo, é fato que já não se encontra mais imune a demonstrações de rivalidades internacionais; foi, pois, também alcançada pela "Paz Morna" de uma "Guerra Fria" que caracteriza a bipolaridade de nossos tempos.

C) *Negociações Multilaterais*

Em 1962, sob a égide da ONU, surgiu, sediada em *Genebra*, a *Conferência do Desarmamento* composta por 40 países, da qual, desde o início participa o Brasil.

Graças a essa Conferência foram concluídos vários acordos dentre os quais o *Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares* firmado respectivamente em Londres, Moscou e Washington no dia 1º de julho de 1968, entrando em vigor a 5 de março de 1970. Pelo documento alguns países militarmente nucleares se comprometem a não transferir mais armas nucleares de qualquer tipo, nem outros artefatos explosivos nucleares a qualquer outro país. Do mesmo modo, se propõem a não receber transferência, nem exercer o controle sobre armas e artefatos explosivos nucleares; não fabricar ou adquirir por outros meios essas mesmas armas e artefatos explosivos nucleares.

Na prática, esse Tratado não se exime de coibir a proliferação vertical das armas nucleares; isto é, mantém o monopólio nuclear das Superpotências, sem evitar que

cresçam suas produções de armas nucleares. Conseqüentemente, a França e a China, que são potências nucleares, não subscreveram o acordo por perceberem que o mesmo consolidava o "condomínio" dos Estados Unidos e Rússia. Na mesma posição se colocou o Brasil, justificando sua recusa em face do Tratado tentar unicamente evitar a proliferação horizontal de armas nucleares, impedindo apenas que países não nucleares venham a ingressar no campo.

Assim o NPT ("Non-Proliferation Treaty") tal como foi redigido não estabelece, na prática, o verdadeiro equilíbrio entre as responsabilidades e as obrigações mútuas. Deixa de compromissar as potências signatárias iniciais de proceder a um desarmamento total ou parcial; submetendo os países não nucleares ao controle obrigatório da Agência Internacional de Energia Atômica, excluindo dessa obrigação as potências nucleares.

O *Tratado de Proibição de Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa do Fundo dos Mares, no Leito dos Oceanos e no Respetivo Subsolo*, também conhecido como o *Tratado do Fundo dos Mares*, foi assinado simultaneamente pelos governos de Londres, Moscou e Washington a 11 de fevereiro de 1971, entrando em vigor a 11 de maio do ano seguinte. Comprometem-se seus signatários a não embasar ou instalar no fundo dos mares, além do limite externo de uma zona de 12 milhas marítimas "quaisquer armamentos nucleares

ou outros tipos de armas de destruição total, bem como estruturas de lançamento ou de instalações concebidas expressamente para o armazenamento, prova ou emprego de tais armas". É esta, em resumo, a essência do "Sea-Bed Treaty", ao qual o Brasil aderiu em 3 de setembro de 1971.

A *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas e de Toxinas*, também conhecida como a *Convenção sobre a Guerra Bacteriológica ou "BW Convention"* foi assinada simultaneamente em Londres, Moscou e Washington a 10 de abril de 1972, entrando em vigor a 26 de março de 1975. Em tese, se trata da primeira medida de desarmamento geral, pois exige a destruição total de todos os arsenais de armas bacteriológicas e toxinas utilizadas para fins militares.

O documento consta de 15 artigos negociados durante longos debates em Genebra, aprovados em 1971 pela ONU por 110 votos a favor, nenhum contrário e uma abstenção, e que contou com a anuência do Brasil no dia de sua assinatura simultânea, mas ratificada a 27 de fevereiro de 1973.

A *Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Qualquer Uso Hostil de Técnicas de Modificação do Meio Ambiente*, também conhecida como *Convenção sobre a Guerra Meteorológica*, assinada a 18 de maio de 1977 no Palácio das Nações em Genebra por 33 países, entre os quais o Brasil, designou como depositário o Secretário Ge-

ral da ONU, que era na época, Kurt Waldheim.

Com duração ilimitada, leva os signatários ao compromisso de não utilizar, com finalidade bélica, as armas capazes de modificar o meio ambiente, explicitando essas técnicas em seu Artigo II. É o seguinte o seu texto: "A expressão técnicas de modificação do meio ambiente designa toda técnica que tenha por objetivo modificar, graças a uma manipulação deliberada de processos naturais, a dinâmica, a composição ou a estrutura da Terra, incluídas suas formas de vida vegetal e animal, sua litosfera, sua hidrosfera e sua atmosfera ou espaço extra-atmosférico".

Dos 40 países que compõem a Conferência do Desarmamento, nove integram o Bloco Ocidental e oito o Oriental; além da França e China, destaca-se ainda o *Grupo dos 21*, do qual faz parte o Brasil, incluindo aqueles que não estão vinculados a qualquer aliança militar com as Superpotências e também não possuam armas nucleares.

A Conferência se reúne durante 8 meses, entrando em recesso de setembro a dezembro, durante o período anual das sessões da Assembleia Geral da ONU; é então que a Conferência do Desarmamento submete suas atividades à apreciação dos demais componentes da ONU, que podem também formular recomendações sobre o trabalho a realizar.

Na atualidade a Conferência trabalha em temas que procuram *corrigir equívocos, distorções ou omissões nos Tratados já assina-*

dos. Um desses temas diz respeito ao Tratado de Proscrição Parcial dos Ensaios Nucleares de 1963 que proíbe testes na atmosfera e espaço exterior além dos seus limites, bem como submarinos, mas não se refere aos subterrâneos. Conseqüentemente, os países do Grupo dos 21 advogam a imediata negociação de um novo documento que abranja a proibição completa de ensaios nucleares em todo e qualquer ambiente.

A cessação da corrida armamentista constitui-se no mais importante tema do Mundo atual, sem que se tenha chegado a um acordo sobre as modalidades de se encetarem negociações propriamente ditas sobre quaisquer de seus aspectos. Daí haver o nosso *Embaixador Celso de Souza e Silva*, Representante Especial do Brasil para Assuntos de Desarmamento, Presidente da Comissão de Política e Segurança da Assembléia Geral da ONU, escrito em seu *Relatório na Conferência do Desarmamento de 1984*: "Após mais de vinte anos de negociações infrutíferas, encontramos-nos mais afastados do que nunca do nosso objetivo principal — negociar acordos que conduzam à meta final do desarmamento geral e completo sob controle internacional eficaz. À luz deste fato, não podemos senão aceitar a evidência de que nossos insucessos têm sido maiores do que nossas realizações".

Do exposto podemos concluir que na *"Paz Morna" da "Guerra Fria" a Doutrina da Dissuasão Nuclear, que consiste em conferir credibilidade a uma ameaça, dis-*

suade até mesmo a possibilidade de sua própria discussão. No contexto, pois, toda a humanidade continua submetida a conflitos locais" já que os interesses das Superpotências há muito ultrapassaram suas próprias fronteiras ou regiões geográficas e abarcam agora o Mundo inteiro reduzindo ao papel de espectador e refém da confrontação entre elas". Em Relatório de 1983 afirma ainda o Embaixador Celso de Souza e Silva que o insucesso da Comissão do Desarmamento se liga ainda ao fato de existirem declarações unilaterais com dois elementos básicos em comum: "Primeiro, nenhuma delas foi submetida à negociação ou à consulta com os países não possuidores de armas nucleares; segundo, nenhuma delas menciona o objetivo final do desarmamento nuclear".

É fato, no entanto, que a *"Dissuasão Nuclear" vem impedindo a guerra convencional e atômica dentro do "Equilíbrio do Terror";* e que na *"Paz Morna" da "Guerra Fria" a pesquisa de defesa estratégica, a despeito de haver progredido notavelmente na última década, induziu na Geopolítica do Confronto o fenômeno da "Barreira Prudente".* Assim, a *"Paz Morna" da "Guerra Fria" se atém ao princípio de um círculo vicioso em que os esforços defensivos estimulam os ofensivos, levando a "bola de neve" a minar a estabilidade enfraquecendo o poder dissuasório. "A crítica que se pode fazer à doutrina de dissuasão nuclear é que ela não se constitui numa estratégia; a teoria da dis-*

suasão não indica como as armas nucleares podem ou devem ser usadas; ela se constitui num artifício, cujo objetivo é não usar as armas nucleares; e nisso a dissuasão se tornou no oposto da estratégia militar, cuja finalidade é indicar como as armas devem ser usadas".*

Sob o patrocínio da ONU foram firmados vários tratados multilaterais. A preocupação dos governos ante a Geopolítica do Confronto se refletiu sobretudo em 1978, por ocasião da *Primeira Assembleia Geral da ONU, dedicada ao desarmamento*, quando se adotou o *Documento Final* que assim se expressa em seu primeiro parágrafo: "A acumulação de armamentos, especialmente o armamento nuclear, constitui hoje mais uma ameaça do que uma proteção para o futuro da humanidade. . . A remoção da ameaça de uma guerra mundial — uma guerra nuclear — é a tarefa mais aguda e urgente dos dias de hoje. A humanidade está confrontada com um dilema — ou freamos a corrida armamentista ou teremos que enfrentar a aniquilação".

A despeito do desarmamento haver sido solenemente condenado pela ONU, na "*Paz Morna*" da "*Guerra Fria*" o Mundo vem assistindo à mais desenfreada carreira armamentista da História; muito embora a segurança das nações em confronto procure se apoiar na teoria da dissuasão, ou seja, na ca-

pacidade de infringir ao agressor potencial uma destruição insuportável em retaliação a um ataque mortal.

Ataque mortal que já busca uma quarta dimensão levando a Conferência do Desarmamento a incluir em sua Agenda, desde 1982, o tema da prevenção de uma corrida armamentista ao espaço exterior; daí o chamado *Acordo da Lua e Armas Cruéis*. São na prática dois tratados pertinentes ao desarmamento; o primeiro data de 18 de dezembro de 1979 e é o *Acordo que Dispõe sobre as Atividades dos Estados na Lua e Outros Corpos Celestes*; o segundo, firmado a 10 de abril de 1981 é a *Convenção sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais que Possam ser Consideradas Excessivamente Danosas ou de Efeitos Indiscriminados*.

As armas cruéis vetadas pela Convenção incluem lança-chamas, minas, bombas-armadilha, bombas-relógio e bombas de fragmentação que lançam minúsculos estilhaços impossíveis de serem registrados por radiografias.

Em 1983 a Assembleia Geral da ONU recomendou que a Conferência do Desarmamento iniciasse negociações no sentido de prevenir a corrida armamentista ao espaço exterior, popularmente conhecida como "*Guerra nas Estrelas*".

É necessário, no entanto, rememorarmos que a primeira visão de nosso Mundo de uma perspectiva cósmica, teria início com o lançamento do "*Sputinik*" pela Rússia a 4 de outubro de 1957, seguido

* N.F. Lavenère-Wanderley — "A Paz Nuclear" — *A Defesa Nacional*, Nº 713 — Maio/Junho de 1984.

pelo "Explorer I" dos Estados Unidos a 31 de janeiro de 1958, passando as duas Superpotências a explorar o espaço. A conquista do espaço sideral iria desencadear a corrida armamentista nos anos 60, enquanto o controle dos armamentos dentro da "Paz Morna" da "Guerra Fria" passava a dominar o relacionamento mundial nos anos 70.

CONCLUSÃO

A maior parcela dos 100 milhões de dólares que o governo Reagan pretende gastar em 1985-86 com a *"Iniciativa de Defesa Estratégica"*, ou *"Guerra nas Estrelas"* irá para projetos que não terão imediata aplicação pacífica; sabemos, no entanto, que as pesquisas bélicas acabam, contraditoriamente, colaborando para as causas da paz.

O principal obstáculo a ser enfrentado pela energia nuclear para fins pacíficos, talvez provenha do fato de ter sido a mesma revelada ao Mundo na forma da bomba atômica; entretantes, é inegável, que *o futuro da indústria energética depende de sua conversão à energia nuclear*. Com o aumento da população será necessário um acréscimo equivalente na disponibilidade da energia nuclear, sobretudo se levarmos em conta que as fontes de petróleo e de gás natural que atendem a 3/4 das necessidades mundiais deverão durar ainda apenas mais uma geração; por outro lado, a energia derivada de combustíveis nucleares é substancialmente mais barata que a do

carvão, produto adstrito hoje a uma série de dificuldades, sobretudo por serem de difícil acesso muitas das principais reservas mundiais.

Em contrapartida podemos afirmar que a despesa e complexidade do método contribuindo para limitar a produção de bombas atômicas a poucos países, daria destaque ao método laser de separação de isótopos, representando não só considerável redução nos custos, como maior simplicidade de operação.

Laser é acrônimo de sua definição técnica, ou seja, "Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation"; trata-se de uma luz que pode ser obtida de qualquer substância — os cientistas russos usaram um tônico de vodka e os estadunidenses, a gelatina. Descoberto simultaneamente nos dois países na década dos 50, o laser é a forma original de luz fabricada pelo homem. A luz do Sol ou de uma lâmpada incandescente é difusa e à medida que se propaga vai se dispersando até se dissipar por completo; a luz do laser é coerente, oscilando numa única frequência eletromagnética. Por não se abrir em leque, a luz do laser pode ser focalizada e apontada, sendo capaz de percorrer grandes distâncias antes de perder a energia; é assim, a mais poderosa luz existente na Terra.

Dentro do contexto da "Guerra nas Estrelas" o chamado "raio da morte" ou "arma-laser-de ataque", são técnicas belicistas que poderão vir a serem usadas em campos de batalha no espaço si-

deral, onde inexistem perturbações atmosféricas para desviar o feixe de luz. Por sua vez, o "laser antisatélite" servirá para abater satélites adversários a partir do solo, com o aperfeiçoamento chamado "ótica adaptável" que assegura pontaria precisa, corrigindo automaticamente os distúrbios atmosféricos.

Enquanto um dos subprodutos do programa para a fabricação da bomba nuclear nos Estados Unidos, o elemento artificial chamado *amerício*, se constitui no principal ingrediente dos atuais *detetores de incêndio de uso residencial*; os poderosos raios laser de potencial destrutivo poderão separar um dos isótopos do mercúrio em quantidades comerciais para fabricar *lâmpadas fluorescentes* bem melhores e mais duráveis que as atuais.

O interesse militar por uma "arma laser de raio-X" repousa no fato de que ela poderá liberar contra alvos distantes no espaço uma quantidade de energia muito mais destrutiva que as possibilitadas pelos lasers convencionais. As aplicações militares dos lasers têm sido usadas em muitos sistemas sofisticados de guiamentos. As "bombas guiadas a laser" ou "bombas espertas" foram empregadas no Vietnã, e hoje há uma classe inteira de armas desse tipo conhecidas como PGM's ("Precision Guided Munitions"). Incluem bombas, mísseis e outros projéteis que podem ser lançados de tanques, navios, aviões ou mesmo por soldados a pé, caçando e assinalando alvos diretos; podendo também

atingir seus alvos sem a ajuda externa e com margem mínima de erro, já que no campo de batalha do futuro forças inimigas serão localizadas e alvejadas quase que instantaneamente com a ajuda de sistemas de dados, informação por computador, avaliação e controle automático de fogo. Assim, seria posto em prática um método de fotografar do espaço a 480 km de distância movimentos e instalações militares, transmitindo fotografias instantaneamente, por meio de raios laser, ao Gabinete Oval da Casa Branca.

Paralelamente pensam os cientistas, com base no "laser de raio-X", na elaboração de um supermicroscópio capaz de permitir a filmagem mediante *processo de holografia em três dimensões, do mecanismo do código genético de uma célula viva*. É fato, pois, incontestável ser a guerra um degrau da Ciência. Os *antibióticos e aviões a jato* que salvam ou aproximam vidas, são consequências de programas bélicos que desencadearam a Segunda Guerra Mundial. Programas bélicos, que, no momento, vêm contribuindo para *detectar o câncer em estágio inicial ou para fotografar defeitos genéticos*.

Concluimos ainda, que inúmeras vezes a História registra o engenho humano superando não só as expectativas, como ainda as previsões dos próprios inventores. Um desses casos se refere a *Thomas Edison*, quando afirmou que lidar com corrente alternada era pura perda de tempo, pois sendo muito perigosa, jamais alguém iria se aventurar a usá-la. Por sua vez, Al-

fred Nobel, após descobrir o dinamite, ficou certo de que com isso contribuía para o término das guerras, já que as armas tornar-se-iam tão mortíferas que atingiriam não só as tropas em combate como a própria população civil.

Com base no verso da medalha, justificam seus trabalhos os cientistas dos laboratórios de *Lawrence Livermore*, na Califórnia, de *Los Álamos*, no Novo México e de *Oak Ridge*, no Tennessee, prometendo farta colheita não só no campo militar como na área das ciências básicas, da medicina e da indústria.

Os cientistas de Los Álamos que durante a Segunda Guerra Mundial elaboraram as teorias das bombas atômica e de hidrogênio, utilizando a luz circular polarizada para fins bélicos, chegaram também à fabricação de *um instrumento capaz de efetuar a análise não só rápida, quanto barata de vírus no sangue*.

De Livermore os cientistas partindo de uma tecnologia destinada a gerar raios mortais contribuíram para a descoberta do HBTS ("High Brightness Test Stand"), pequeno acelerador produtor de intenso feixe elétrico de alta energia; cabe a esse feixe potencializar um mecanismo chamado *electron livre*, um dos candidatos a arma espacial, como também na *remoção de gases das chaminés das fábricas poluidoras do ar*. Contribuindo para minimizar a poluição o HBTS também se propõe a *eliminar as pragas que inutilizam frutas e vegetais frescos*, substituindo os ofensivos agrotóxicos.

Muitas das armas projetadas pa-

ra a "Guerra nas Estrelas" exigem o uso de gigantescos espelhos, tallados e polidos com mais perfeição para refletir eficientemente os raios no espaço. Tais espelhos poderão ser utilizados para fins pacíficos, melhorando consideravelmente a qualidade dos telescópios. Por sua vez, os supercomputadores utilizados nos desenhos de sofisticadas armas, podem ainda, quando usados na obtenção de modelos matemáticos serem de grande utilidade para os astrônomos; *o modelo matemático dos eventos ocorridos na explosão de uma bomba de hidrogênio é aplicável na análise de uma nova estrela*.

De um modo geral, o campo do laser, quer no âmbito militar quer no civil ainda se encontra incipiente, porém crescendo mais depressa do que se previra, tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos. Podem, pois, os raios laser vir a ser a salvação da humanidade como nova fonte inesgotável de energia, ou a sua própria destruição na forma de armas mais perigosas.

A "Guerra Eletrônica" definida como sendo a atividade militar que compreende o emprego da energia eletromagnética para determinar, explorar, reduzir ou evitar a utilização do espectro eletromagnético, por parte das ameaças ou inimigo potencial, permitindo seu uso pelas forças amigas, considerada *a grande vencedora nas Malvinas*, foi largamente utilizada no conflito mundial de 1914-18. Largamente utilizada através da radiogoniometria; assim, quando em 1917 os alemães se prepara-

vam para ocupar a *Linha Hindenburg*, cometeram o erro de transmitir suas novas posições muito antes de ocupá-las, sendo suas mensagens interceptadas pelos franceses.

Na Segunda Guerra Mundial a Luftwaffe enviou o dirigível L.Z.-130 graf Zeppelin para a costa da Inglaterra para localizar e interceptar as primeiras estações de radar de alerta; no entanto, ecos sonoros denunciaram a presença do aparelho espião levando os ingleses a interromper suas emissões.

A *Guerra do Yon Kippur* em 1967 foi palco de grande combate em novas técnicas e tecnologia aplicada no campo da "Guerra Eletrônica". "Simultaneamente com duros combates, desenvolveu-se um amplo teste dos mais sofisticados armamentos e equipamentos bélicos, alguns inéditos na época". Um desses foi sem dúvida "os eficazes mísseis, em especial os antiaéreos, que demonstraram ser possível reduzir-se acentuadamente a vantagem da superioridade aérea, até então considerada decisiva".*

Durante a Guerra das Malvinas "as tropas de desembarque britânicas usaram vários sistemas de armas eletronicamente comandadas e pequenos sensores que, fornecidos aos habitantes das ilhas, foram colocados em instalações importantes e orientaram os aviões ingleses para eficazes ataques a alvos terrestres... A guerra não decla-

rada no Atlântico Sul mostrou-nos que a força armada sem meios para atuar na Guerra Eletrônica sucumbirá facilmente, ao defrontar-se com forças bem equipadas e adestradas nesta nova dimensão da guerra".*

Considerada como uma das pontas de lança da guerra do século XXI, mas já presente nos conflitos atuais, vem chamando a atenção de diversos países do Mundo. Conseqüentemente, depois da Guerra das Malvinas, começou a "Guerra Eletrônica" a tomar nova dimensão nos planos de previsão tecnológica do Exército Brasileiro. Com a publicação do Decreto de criação do sistema, a Subchefia de Ciência e Tecnologia do Estado-Maior do Exército prepara-se para colocar em ação, dentro dos próximos cinco anos, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, a ser instalado numa grande área locada no Distrito Federal.

A implantação de mais ativo complexo industrial militar no Brasil tem sua origem na denúncia unilateral que o governo Geisel fez ao Acordo Militar com os Estados Unidos, em março de 1977. De lá para cá, cerca de 350 empresas vêm, no Brasil, produzindo direta ou indiretamente mais de 100 mil empregos. A contribuição brasileira para a "Paz Morna" da "Guerra Fria" contrasta com a das Superpotências, visto que apenas parcela marginal atende às encomendas internas, enquanto expor-

* Flávio Acauan Souto — "Yon Kippur: a Guerra Regional na Era Atômica" — *A Defesa Nacional* — Nº 716 — Novembro/Dezembro de 1984.

* Humberto José Correia de Oliveira — "O Combate Eletrônico" — *A Defesa Nacional*, Nº 718 — Março/Abril de 1985.

tamos 95% do que produzimos, com o Itamaraty apoiando no setor mercadológico.

Vêm contribuindo para o *crescimento do complexo bélico brasileiro* vários fatores, entre os quais se destacam: o fato de nossos armamentos serem mais fáceis de manter e operar, tendo assim preferência na área do Terceiro Mundo, sempre às voltas com problemas financeiros e pessoal qualificado; as restrições feitas pelo Congresso dos Estados Unidos sobre a transferência de armamentos; e a Guerra das Malvinas nos levando a ver lacunas na área de tecnologia de ponta, sobretudo no setor de sistemas balísticos e eletrônico de precisão. "Paralelamente à conquista da autonomia tecnológica e novos mercados, verifica-se uma grande mudança nos conceitos geopolíticos da estratégia militar brasileira. No estudo do Coronel Geraldo Cavagnari, do Estado Maior do Exército, publicado em março na *Folha de S. Paulo*, o dogma do alinhamento automático deu lugar a uma avaliação mais realista dos perigos e oportunidades que o cenário internacional coloca para as potências médias, como o Brasil". Por outro lado, continua Paulo Kramer,* "quase nenhuma licença de exportação é negada: prevalece a postura pragmática de — vender a quem possa pagar. E não faltam clientes, como mostra a história bem-suce-

dida das principais empresas do ramo, como a EMBRAER, a AVI-BRÁS AEROESPACIAL (foguetes, mísseis e bombas) e a ENGE-SA (canhões, tanques e blindados de todos os tipos), todas localizadas no município paulista de S. José dos Campos, hoje a capital do complexo industrial brasileiro".

Nesse mundo de contrastes conclui-se então, que, mesmo com a entrada de nações emergentes na corrida armamentista, a humanidade aspira a paz. Mas, *a despeito do encontro Mikhail Gorbachev-Ronald Reagan em fins de 1985, a "Paz Morna" deverá ainda nortear por algum tempo a "Guerra Fria"*. Sem chegar a um consenso com os Estados Unidos, a Rússia procurou agitar bilateralmente a questão do desarmamento; em Paris, no mês de outubro de 1985 obteve um "não" formal do Presidente François Mitterand.

Enquanto os políticos não se entendem, os cientistas, de seu lado, procuram mostrar que a Ciência não é a solução. É esta, pelo menos a opinião de *Louis Rosen*, físico de 67 anos, que em Los Alamos, no isolado deserto do Novo México, participou do *Projeto Manhattan* que desenvolveu a bomba atômica antes que Hitler a conseguisse. Rosen bem o sabe que contribuiu também para a pesquisa útil na indústria e medicina, acreditando que os Estados Unidos precisam ter boas defesas; no entanto, é de opinião de que "agora deveríamos acrescentar aos laboratórios um grande centro para estudar estratégias destinadas a

* "Complexo Industrial Militar e Exportação de Armamentos no Brasil" in Brasil: Perspectivas Internacionais — Nº 4 — Ano I — Novembro/Dezembro de 1984.

evitar conflitos internacionais, buscando o controle de armas, a verificação no cumprimento dos acordos, a defesa estratégica e coisas semelhantes".*

É fato historicamente comprovado que as questões vêm sendo as mesmas da década de 60 — defesa contra mísseis e modernização das forças estratégicas, enquanto o nível de compreensão dos políticos não é mais amplo do que há vinte anos atrás. Conseqüentemente, a "Paz Morna" da "Guerra Fria" tende a continuar, com os dois lados não querendo ceder; enquanto

os problemas se encontram no âmbito da Geopolítica da Confrontação, não podendo ser resolvidos por meios técnicos, a *Ciência continua a fornecer novas oportunidades*, sem conseguir penetrar no cerne das questões sociopolíticas e psicossociais. Diante do impasse, continua válida a observação feita por Churchill: — "a próxima idade da pedra poderá vir nas asas prateadas da Ciência".

- * In Flora Lewis — "A Ciência não é a Solução" — *Jornal do Brasil* — de 8 de outubro de 1985.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".



UMA NOVA FORMA DE GUERRA

Jair de Araújo Caldas Xexéo

A revista VEJA, número 794, de 23 Novembro 1983, publica a seguinte notícia: "SUPERPOTÊNCIAS — ARMA INVISÍVEL. Livro diz que URSS domina a manipulação mental".

Ao voltar de sua histórica visita à União Soviética, em 1972, o então presidente americano Richard Nixon notou estranhas variações de comportamento em si mesmo e em membros de sua comitiva... Cinco anos mais tarde, foi o ex-presidente Jimmy Carter quem passou a se comportar de modo diferente do normal.

Agora, um livro recém-publicado nos Estados Unidos — "Guerra Psíquica: Ameça ou Ilusão?" — sugere: — Carter e, antes dele, Nixon e sua equipe teriam sido submetidos a processos de manipulação mental pelos so-

viéticos durante o período em que tiveram contato pessoal com eles. A hipótese encaixa-se perfeitamente no contexto das avançadas pesquisas de parapsicologia desenvolvidas na URSS, garante o autor do livro, Martin Ebon, um especialista em assuntos soviéticos. Segundo sustenta Ebon, a quantidade de tempo e recursos que a URSS efetivamente joga nestas pesquisas leva a crer que seu objetivo, a longo prazo, seja o de ter em mãos uma arma definitiva: o uso de processos extra-sensoriais para barrar mísseis em movimento e controlar a mente dos oficiais encarregados de detoná-los ou mesmo dos líderes políticos e militares adversários... No campo da parapsicologia, a estrela é um artigo assinado pelo tenente-coronel John Alexander, em outubro de 1980, numa publicação interna

do Exército americano, Military Review. Lá, Alexander afirma que "o poder letal das armas operadas através da força da mente já foi demonstrado" e que as técnicas soviéticas de controle mental estão bastante avançadas.

Antes disso, em 1963, o hoje coronel reformado Thomas Bear-den percebera a presença de "forças psicotônicas" — a suposta interferência da mente sobre a matéria —, emitidas de Moscou, no naufrágio, sem motivo aparente, do submarino nuclear americano Thresher, no Atlântico Norte. O ex-diretor da CIA, Stansfield Turner, admitiu, em 1977, que a agência conduzia experiências com telepatia, e Victor Marchetti, agente da espionagem americana, contribuiu com a afirmação de que a CIA tentou estabelecer contato mediúnico com um de seus agentes em Moscou, o coronel russo Oleg Penkov. Também foram feitas experiências com percepção extra-sensorial em pelo menos um dos vôos da NASA, o da Apollo 14, em 1971 — e o astronauta Edgard Mitchell, a bordo da espaçonave, entusiasmou-se tanto que hoje dedica tempo integral ao tema. Ebon admite que as denúncias de "guerra mental" entre as superpotências não passam, por enquanto, de especulação. Mas as pesquisas existem, como confirma Lisette Coly, da prestigiada Parapsychological Foundation, de Nova York. Segundo Coly, "cientistas respeitados, lá e aqui, estão avaliando seriamente as possibilidades da parapsicologia, para fins militares"

A transcrição, acima, resume as possibilidades da inteligência humana poder funcionar, conscientemente, nas frequências cerebrais ALFA (7 e 14 ciclos por segundo) e TETA (4 a 7 ciclos por segundo). Tais frequências permitem a mente buscar as informações gravadas ou armazenadas noutro cérebro, à distância, ou mesmo atuar sobre a matéria, viva ou não.

A partir daí, nós, soldados, podemos levantar uma interrogação: Foi introduzido um novo complicador na Arte da Guerra? Acreditamos que sim, tais os infinitos recursos que a mente humana tem em estado latente e que, despertados, podem realizar o que nos parecia impossível. A mente pode desenvolver ao máximo o sistema nervoso periférico e provocar maravilhas, através de uma sensibilidade extraordinária. Pode agir com tal precisão, que nem o rádio, nem a televisão, nem o cérebro eletrônico podem alcançar.

Pediríamos, apenas, ao leitor menos avisado, que se colocasse na posição do cientista, abstendo-se de conceitos religiosos que apenas conduziriam a um debate estéril, posicionando-se como observador. Um observador que, sem derrubar as estruturas fundamentais da verdade, se adapta às circunstâncias mesológicas e sócio-culturais; se atualiza continuamente e acompanha a evolução técnico-científica dos tempos.

Não pretendemos, nem estamos capacitados para tal, esgotar o assunto, mas tão-somente dar uma idéia das possibilidades da Parapsicologia na nossa profissão. Não

nos prenderemos, também, a estudar a biologia por não sermos especializados, nem perdermos muito tempo com explicações possivelmente enfadonhas, havendo, no entanto, a necessidade de algumas vezes, irmos a ela. Neste trabalho procuramos conceituar a parapsicologia e seus mais simples fenômenos, as suas aplicações militares e a nossa conclusão.

O QUE É AFINAL, A PARAPSICOLOGIA?

A palavra provém do grego PARA + PSYKHÉ + LOGOS, e trata do estudo de certos fenômenos psíquicos, de natureza quase normal, e que no passado recente eram chamados "ocultos". Portanto, estuda os fenômenos quase normais (paranormais) e manifestações extraordinárias, provocadas pela mente humana; espontaneamente ou por treinamento. Tais fenômenos e manifestações são despertados pelas impressões causadas em um ou mais dos cinco sentidos humanos. A isso chamamos Hiperestesia.

A Hiperestesia, naqueles cuja sensibilidade é bem desenvolvida ou foi desenvolvida, conduz ao cérebro, via sistema nervoso periférico, as impressões ainda imperceptíveis do mundo exterior. Diríamos, para melhor explicitar, que é uma espécie de radar, que certas pessoas treinadas ou não, estas paranormais, têm na epiderme, com o qual captam qualquer ação imperceptível ao comum dos indivíduos. Através do seu sistema neuro-vegetativo le-

vam as impressões ao cérebro, que as projeta para a imaginação.

Como sabemos, a mente apresenta dois aspectos ou dois valores: tanto atua sobre si, como fora de si; portanto, reflexiva e objetiva. Pode concentrar-se, pensar e tirar conclusões, bem como agir sobre e além da matéria, do tempo e do espaço. Pode até prever o futurível, sempre baseada em impressões passadas ou presentes, gravadas no cérebro. A mente capta tudo o que está no ar, tudo que impressiona os sentidos, e sobre estas impressões prognostica no campo do previsível em todas as suas opções.

Quando a mente age, liberta do consciente, através do nível alfa, pode divagar pelo espaço, atuar sobre o inconsciente de outras pessoas e até dominá-las, de tal forma que as leve a sentir efeitos físicos à distância. Isto posto, podemos falar das Propriedades Psi.

Propriedade Psi é a capacidade da nossa mente em captar e interpretar todas as impressões arquivadas no inconsciente. As propriedades Psi são faculdades dos paranormais, isto é, pessoas dotadas dos cinco sentidos, mas que os apresentam mais desenvolvidos (naturalmente ou por treino) que o homem comum.

Para facilidade de entendimento, podemos dizer, sinteticamente, que as propriedades Psi são divididas em: telepatia (telepsiquia), clarividência, precognição e psicocinésia.

Vejamos uma a uma.

a) *Telepatia ou telepsiquia*: é a faculdade do inconsciente de conhecer tudo o que aconteceu dentro do particular mundo presente, passado e futuro (estes dois últimos limitados à ordem de duzentos anos, aproximadamente, no passado e futuro). Normalmente se apresenta com dois aspectos: 1) *direta*, quando sem alguma coisa (objeto) como agente, sintoniza-se a mente de outra pessoa; 2) *indireta*, quando alguma coisa (objeto) relacionada a alguém, desperta o inconsciente, atingindo a mente daquele alguém.

Entretanto, quando o fenômeno conduzir uma mensagem, estaremos diante da telepsiquia.

b) *Clarividência*: é a faculdade que o sensitivo tem de ver e enxergar fatos, pessoas, objetos, lugares, que se encontram e ocorrem longe de si. Trata-se de captação, pela hiperestesia, de impressões que imperceptivamente chegam ao cérebro inferior. Por vezes, a impressão torna-se tão visível que se materializa cabendo, inclusive, a fotografia.

c) *Precognição*: é a faculdade que o sensitivo possui de conhecimento antecipado do futuro. Entretanto, está sujeita a erros, quando se trata de lidar-se com a liberdade humana de decidir sobre os seus rumos, fenômeno vulgarmente conhecido como sexto sentido.

d) *Psicocinésia*: é a ação da mente sobre a matéria, mesmo à distância. Daí, podermos dizer, sobre o poder da mente humana, ser ela capaz de realizar modificações biológicas no organismo, como curar,

criar anticorpos, etc.; de causar movimentos à matéria inerte; atuar sobre cargas elétricas e sobre a combustão, causando a ignição ou evitando-a.

Após estas simples e sintéticas conceituações, poderemos nos colocar diante de suas possíveis aplicações militares.

Aplicações Militares

A utilização de um sensitivo no *campo das informações* permitiria, de antemão, prever as condutas do campo oposto ao nosso e até mesmo plantar-se em sua mente a nossa idéia, levando-o a executar a manobra pretendida pelo nosso lado; ou, simplesmente, não executá-la.

Observamos que a própria documentação reservada, para um sensitivo com um dos seus sentidos humanos desenvolvidos, o deixaria de ser, pois através da telepatia, da clarividência ou da precognição, o que se julgava reservado o deixaria de ser. Além disso, toda manobra ou intenção do inimigo poderia fatalmente ser detectada, facilitando, sobretudo, o nosso estudo de situação, pois estaria ele à mercê da nossa mente treinada e desenvolvida.

A simples e resumida conceituação dos fenômenos paranormais realizados por um homem em estado ALFA ou TETA, acrescida das notícias que, um tanto ou quanto temerosas, são transcritas, nos dão conta de um limiar da guerra do século XXI.

Se o planejamento militar envolve responder "que fazer, como

fazer, quando fazer, onde fazer, com que meios fazer, para que fazer", envolvendo um processo de decisões sucessivas e que se desenrola em várias fases, nem sempre de contornos bem definidos, um Estado-Maior que trabalhasse em ALFA, por exemplo, com maior rapidez responderia a aquelas perguntas, pois estaria em tranqüilidade, em descanso, em inspiração, com criatividade, memória lúcida e aberto à percepção subjetiva.

Da mesma forma, já sabemos que a mente humana pode e tem capacidade de agir sobre a matéria e, conseqüentemente, poderia atuar sobre o equipamento e sobre a saúde física e mental do oponente, imobilizando-o ou retardando-o. Logicamente, não se fala ou se pretende que um sensitivo pare ou atue sobre uma grande unidade, (o que não é impossível) mas, antes de tudo, que aja sobre o líder respectivo, onde atuar, seja sobre a sua mente, seja sobre o seu físico. Desta forma, estaríamos agindo sobre o moral da tropa por vias indiretas, baixando ou elevando aquele.

Resumidamente, a utilização da telepsiquia dos nossos sensitivos poderia atrair para a nossa causa o apoio de Chefes de Estado indefinidos, tornando-os aliados, imobilizando-os, ou então, desfazendo alianças espúrias, conforme a mensagem mental a eles destinadas, sistematicamente.

Por outro lado, sabemos como os elementos meteorológicos causam uma série de problemas a uma tropa, seja pelas doenças, seja pelos danos aos equipamentos,

trafegabilidade, além de condicionarem as atividades bélicas. Entretanto, analisando simplisticamente, um sensitivo, pela clarividência ou pela precognição, levantaria onde a ação meteorológica estava se desenvolvendo ou se desenvolveria, permitindo com antecedência, um Estado-Maior oferecer novas LA ou introduzir, nas antigas, variações sensíveis.

Hoje, quando se fala em Guerra Eletrônica, em que se interfere ativamente sobre vários ou sobre todos os equipamentos de comunicações, vale a pena lembrar a aplicação da Psicocinésia neste novo leque da guerra. O fenômeno, não só capaz de curar, interfere também nas transmissões, pode imobilizar um sistema eletrônico através de panes e é capaz, até, de gerar um bloqueio nas ondas eletrônicas do equipamento.

A utilização deste fenômeno, a psicocinésia, por sua atuação sobre a matéria, teria larga aplicação na recuperação dos efetivos, se utilizado nos Hospitais da Retaguarda, bem como para aliviar tensões e males momentâneos nos Postos de Triage, mas, antes de tudo, causadores de baixas no inimigo.

CONCLUSÕES

Pelo exposto, altamente reduzido e sem pretensões de esgotar o assunto, podemos concluir que está se estabelecendo um novo tipo de Guerra: a Guerra Mental; ou então, um novo condicionante foi introduzido nos vários tipos de guerra capitulados.

Isto deduzimos "à luz da visão integral do homem e de sua vocação, não só natural e terrena, mas também sobrenatural e eterna", pois o homem tem no desenvolvimento continuado do cérebro o aspecto que melhor o identifica. Em consequência, baseado num treinamento, o homem poderá realizar fenômenos que poderão influir na Arte da Guerra, seja nas decisões a tomar, seja sobre os equipamentos utilizados ou a utilizar.

A Guerra continuará a existir sob vários tipos e formas, mas o avanço científico, principalmente sobre o campo da mente, poderá fazê-la ser conduzida da melhor

forma, para aquele que conseguir plantar, à distância, sua idéia no cérebro do oponente, e dele retirar o que pensa ser segredo.

BIBLIOGRAFIA

- SILVA, José — Método Silva Mind Control.
- ARESI, Albino — Homem Total.
- ARESI, Albino — Tese de Doutorado.
- COUÉ, Emile — Domínio de Si Mesmo.
- IRALA, Narciso — Controle Cerebral e Emocional.
- CAROTHERS, Merlin — O poder do Louvor.
- MURPHY, Dr Joseph — O poder do Subconsciente.
- JAMES e JONGEWARD, Mariel e Dorothy Nascido para Vencer.
- CAPRIO E BERGER, Frank e Joseph — Ajuda-te pela Auto-Hipnose.
- NOTAS DE AULA DA ECEME.



O Ten Cel Inf QEMA Jair de Araújo Caldas Xexéo tem os seguintes cursos militares: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Comunicações, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É Bacharel em Administração de Empresa, pela Universidade do DF, com especialização em Pessoal e Reforma Administrativa pela Fundação Getúlio Vargas. Tem cursos de Parapsicologia feitos na Associação Mens Sana, do Rio de Janeiro, no Centro Latino-Americano de Parapsicologia, São Paulo, no Centro de Desenvolvimento e Estudos de Parapsicologia, em Santa Catarina, e na Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, no Rio Grande do Sul.



O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Henrique da Costa Corrêa

INTRODUÇÃO

Para interpretarmos o pensamento de Maquiavel, acreditado que devemos, antes de tudo, conhecer sua obra ou, pelo menos, seus principais escritos, sem dúvida "O Príncipe", "Comentários da Primeira Década de Tito Lívio", "Arte da Guerra" e "História Florentina". Devemos, outrossim, nos informar a respeito da época em que foram escritos.

Existem, aproximadamente, vinte e cinco interpretações principais da obra de Maquiavel. Essas são as mais famosas, porém, também existem outras tão controvertidas quanto as primeiras e as de quem, como nós, se aventura a tal. Cada geração adapta o seu livro mais famoso, "O Príncipe", a seu bel-prazer, segundo conveniências próprias.

"O Príncipe", publicado em 1532 e republicado em 1810 por Ângelo Ridolfi, foi escrito em 1513, quando o ostracismo político levou Maquiavel a recolher-se em sua propriedade rural, mais ou menos, a sete milhas de Florença, em Santa Andrea, Percussina. Estava com quarenta e três anos de idade e quatorze de observação e experiência políticas.

Era comum, naquela época, que os escritores dedicassem trabalhos a príncipes. E Maquiavel, também, o fez, dedicando "O Príncipe" a um membro da família Medici, Lourenço de Medici, com a intenção de ser novamente aproveitado na política pelos Medici, que estavam de volta ao poder, em Florença.

Escreveu um manual, cuja finalidade seria auxiliar os príncipes a se manterem no poder, principal-

mente estimulando a um especificamente, Lourenço de Medici, na unificação e transformação dos pequenos estados italianos em grande monarquia absolutista, nos moldes da França, Espanha e Alemanha, capaz de expulsar os invasores estrangeiros do solo italiano.

Fruto da experiência do autor, utiliza conselhos para situações possíveis de ocorrer, visando contribuir para a liderança do príncipe e ensinando a chave do sucesso.

Aí reside, no meu entender, o porquê da leitura atenta deste livro, ainda hoje, por grande parte dos leitores, pois todos desejam obter sucesso e poder, e nele procuram ensinamentos próprios à consecução desses objetivos.

Maquiavel tornou-se uma figura lendária. Comumente, a palavra maquiavélico significa astucioso, manhoso, sem princípios, amoral politicamente, apreciador do lema "os fins justificam os meios" (11:9-11). Simboliza tudo que existe de dissimulação, de demoníaco, de inescrupuloso. Essas são as reações dos que o condenam em nome de uma moral tradicional, existindo também os que o admiram em nome do realismo político.

O cerne do pensamento de Maquiavel é o crucial problema do relacionamento da política com a moral. Como suas idéias estavam de acordo com a prática política da época, não causaram escândalo em Florença, sendo aceitas com tranquilidade.

A campanha que desfigurou a imagem de Maquiavel foi desencadeada pelo cardeal inglês Regi-

nald Pole que o acusou de despotismo, justificador de violências e arbitrariedades e de espírito satânico.

Foi ainda combatido, ferozmente, pelos jesuítas, interessados que os Estados voltassem ao controle da Igreja. Convenceram mesmo o Papa Paulo IV a colocar Maquiavel em um índice de "persona non grata", decreto este confirmado em 1564 pelo Concílio de Trento.

As doutrinas de Maquiavel foram responsabilizadas pelo massacre idealizado por Catarina de Medici e conhecido como "noite de São Bartolomeu", em livro do protestante Inocêncio Gentillet, publicado em 1576 e, posteriormente, traduzido na Inglaterra.

Cromwell, ministro de Henrique VIII, sofreu enorme influência de Maquiavel (19:507).

As idéias de Maquiavel influenciaram o Conde Cavour, na Itália, no século XIX, em sua luta pela fundação e libertação do Estado. Sofreram influência de Maquiavel: Luís XIV, Napoleão, Bismarck e, no século atual, Mussolini e Hitler.

No Brasil, o Estado Novo parece ter adotado tais idéias na solução dos perigos representados pelo comunismo e integralismo (18:53) e o movimento de 64 parece ter seguido, o que é discutível, alguns pontos para a preservação do poder revolucionário.

Outros consideraram o autor como um defensor republicano, baseando-se no livro "Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio". O absolutismo expresso em "O Príncipe" seria um mero expediente político. Para Jean

Jacques Rousseau (5:62), fingindo dar lições aos reis, Maquiavel, na realidade, em "O Príncipe", ensinava o povo a se defender dos tiranos.

O Renascimento considerou Maquiavel o profeta da unificação italiana e a interpretação contemporânea, o criador da ciência política moderna.

Maquiavel exprimiu, pela primeira vez, a noção de Estado como organização da sociedade na forma que, hoje, conhecemos. Foi a percepção da evolução histórica de unidades políticas fracas e divididas, como ocorria na Itália do Renascimento, para um Estado forte e centralizado, que motivou Maquiavel a ser considerado o pai da moderna ciência política. Na realidade, pressentiu os delineamentos do Estado moderno, através de uma intuição da centralização política do século XVI, na Europa, e interpretou uma condenação às instituições do feudalismo medieval.

Observando fatos, meditou sobre as leis próprias da política. Maquiavel revolucionou, inovou em termos de análise da realidade, observando apenas os fatos indutivamente, sem julgar valores. A criatividade desse método indutivo de análise da realidade, sem considerar os valores sociais, tornariam para uns, Maquiavel, o primeiro cientista político, ao contrário de outros, que, assim, consideram Aristóteles o fundador da ciência política. Criou uma obra que rompeu com o medievalismo, com os cânones e com o feudalismo, con-

siderada a pedra fundamental da ciência política moderna.

O problema político foi enfrentado sem disfarces doutrinários. Os fenômenos da sociedade e da história, considerados como pertencentes à natureza. Estavam, pois, lançadas as bases da ciência política moderna. Por isso, o livro "O Príncipe" costuma, hoje em dia, ser incluído para leitura em cursos de ciência política, na tentativa de serem visualizadas as contribuições do autor no estudo da política. Nesse livro, a ascensão ao poder é defendida como uma conjugação do valor do príncipe com o destino e a manutenção do poder obtidos com sutileza, astúcia, crueldade, se necessária, e um exército capaz de fazer a lei ser cumprida.

A contradição entre ética e política ainda não se conseguiu em nossos dias, resolver, satisfatoriamente, o que torna Maquiavel um contemporâneo nosso. Maquiavel não elaborou uma teoria política científica. Não parte de postulados metafísicos ou teológicos, mas de realidades empíricas, imediatas, por ele observadas, adotando um processo indutivo. Estabelece uma tese política e a analisa, fixando o valor prático. Desfilam personalidades julgadas por ele modelares, símbolos para o novo príncipe almejado (5:5-57). Só após a morte é que sua obra começaria a viver, projetando-lhe glória e imortalidade que tão profundamente venerou.

Vejam como Maquiavel marcou presença na história, as experiências vividas por ele, as princi-

pais considerações políticas e militares expressas em sua obra, principalmente em "O Príncipe", suas idéias e a influência das mesmas, na Idade Moderna.

BIOGRAFIA

Nasceu em Florença, aos 3 de maio de 1469. Seu nome completo era Niccolò di Bernardo Machiavelli. O pai era advogado de tendências republicanas. A mãe, casada já em segundas núpcias, era bastante católica. Maquiavel teve instrução geral, conhecimentos superficiais de latim e direito.

Aos vinte e nove anos foi nomeado secretário da segunda chancelaria de Florença, aos 28 de maio de 1498, após a morte do frei dominicano Savonarola, prior do convento de São Marcos, enforcado e queimado na Piazza della Signoria, cinco dias antes. Aí Maquiavel desempenhou tarefas burocráticas, assessoria política e missões diplomáticas, granjeando prestígio de funcionário consciencioso e intelectual.

O problema inicial que Maquiavel teve em sua atividade pública, foi a reconquista de Pisa, durante a qual teve de explicar a Luís XII, rei da França, a baixa qualidade dos soldados que o soberano deixara na Itália para tal tarefa.

Maquiavel criou para sempre a convicção de que tropas mercenárias traziam desgraça e ruína para quem as contratasse.

Grande admiração consagrou a Cesar Bórgia, filho de Alexandre VI, por representar em seu ponto de vista, a perfeita encarnação de

virtude, tanto que o apresentou como o modelo de sua concepção de "O Príncipe". Criou uma milícia com recrutamento popular e, para instrutor da tropa, escolheu o lugar-tenente de Cesar Bórgia, Don Michele.

Dirigiu, pessoalmente, as operações contra Pisa, que se rendeu aos 4 de junho de 1509, após uma guerra de quinze anos. Em outubro de 1510, reforçou a milícia florentina com uma cavalaria ligeira.

Aos 7 de novembro de 1512, foi demitido das funções, após a queda do governo republicano de Soderini, a quem servia, o qual se recusara aderir à Liga, formada pelo Papa Julio II contra a França, de quem Florença era tradicionalmente amiga.

Volta a família Medici a reinar em Florença, tendo à frente o cardeal João de Medici.

Maquiavel teve de pagar uma fiança de mil florins-ouro e chegou mesmo a ser submetido a torturas.

Com a morte do Papa Julio II, em 21 de fevereiro de 1512, foi eleito papa, com o nome de Leão X, o então cardeal João de Medici, que reinava em Florença.

Recolhido à sua propriedade rural, nesse período de tranqüilidade e paz, escreveu suas duas obras fundamentais: "Il Principe" ou "De Principatibus" e "Discorsi sopra la Prima Deca de Tito Livio".

Em 1516, morreu Juliano de Medici e Florença passou a ser governada por Lourenço de Medici, que, contando com o apoio decidido do Papa Leão X, prati-

camente teve restabelecido o esquema político dos tempos dos Bórgia, em que César Bórgia contava com o apoio incondicional do pai, Alexandre VI. Tal fato despertou o entusiasmo de Maquiavel que teve, então, a idéia de dedicar-lhe "O Príncipe", na tentativa de unificar a Itália, libertando-a dos invasores estrangeiros, ao mesmo tempo que chamaria a atenção de Lourenço, com aquele livro, para a situação injusta em que se encontrava.

Um amigo de Maquiavel, Francisco Vettori, embaixador junto ao Papa, teria sido encarregado de entregar a Lourenço de Medici, o livro "O Príncipe", não se sabendo se cumpriu ou não a missão. O fato é que Lourenço não deu a mínima atenção ao livro, continuando Maquiavel a encontrar derivativos apenas nas reuniões literárias e no desempenho de missões de particulares.

É grande a produção literária de Maquiavel. Em 1518, escreveu as comédias "Clizia", "Mandragora", considerada a melhor do teatro italiano, "Andria" e o poema "Serenata". Conseguiu, por benevolência do cardeal Júlio de Medici, que sucedera no poder a Lourenço, morto em maio de 1519, uma posição de historiador da República.

Foi-lhe encomendado escrever "Istorie Fiorentine", que devia abranger o período da queda do Império Romano à morte de Lourenço, o Magnífico, que reinava por ocasião do nascimento de Maquiavel.

Dedicou os últimos sete anos de vida à elaboração da "Istorie Fiorentine".

Em 1520, Maquiavel estava entregue à tarefa de escrever os sete livros da "Arte Della Guerra". Em abril de 1526, era nomeado provedor de um órgão governamental encarregado de fortalecer os muros da cidade de Florença.

Morreu aos 21 de junho de 1527 e foi sepultado em Florença, na Igreja de Santa Croce.

Sua experiência foi uma mesclagem do passado clássico da Idade Média com a contemporaneidade do Renascimento Italiano, levando-o a se revelar o político, o diplomata, o estrategista, o filósofo e o escritor.

CONTEXTO HISTÓRICO DO RENASCIMENTO ITALIANO

Equivale tal estudo a uma passagem ainda que rápida, pelo Renascimento Italiano. O ano de 1469 do nascimento de Maquiavel, é a data em que o poder político em Florença passou a um jovem de vinte anos, Lourenço de Medici, "o Magnífico", filho de Pedro de Medici.

Florença se transformou então, no maior centro cultural e artístico da Europa, numa época de intenso esplendor renascentista.

Ressurgiram os padrões estéticos greco-romanos a par de uma onda de paganismo, corrupção de costumes e depravação moral. Ergueram-se, então, os pregadores de penitência, como o dominicano Jerônimo Savonarola. Nicolau Maquiavel cresceu sofrendo a influência dessas duas correntes.

Os cinco principais governos que dividiam, politicamente, a Itália, eram Milão, Veneza, Florença, Nápoles e o Papado, e que constituíam a "Santíssima Liga".

Lourenço de Medici morreu em 1492 e foi substituído por seu filho Pedro, que não conseguiu impedir a invasão de Carlos VIII da França, ocasião em que os Medici foram obrigados a se exilarem.

Jerônimo Savonarola emergiu venerado como profeta e instaurou um regime popular. Por forte pressão de Alexandre VI, pai de César Bórgia, posteriormente Savonarola foi enforcado, queimado e teve as cinzas lançadas no Rio Arno a 23 de maio de 1498. Uma reforma institucional elegeu ao poder Pedro Soderini, para o qual Maquiavel tornou-se indispensável colaborador.

Os maiores problemas enfrentados, em distintas épocas, por Florença, foram a crescente expansão territorial de César Bórgia, a grande expansão comercial de Veneza, as vitórias espanholas no sul da península italiana, a reconquista de Pisa, o imperador Maximiliano, da Alemanha, que sonhava restaurar o Sacro Império Romano e o choque do papa Júlio II com o rei da França Luís XII, por ter Florença nessa ocasião se recusado a fazer parte da liga contra a França.

A consequência imediata foi a queda do governo republicano de Soderini e a volta ao poder dos Medici. Assumiu o cardeal João de Medici, futuro papa Leão X, substituído, então, em Florença por Juliano de Medici, até 1516, data em que este morreu.

Seguiu-se Lourenço de Medici, a quem Maquiavel dedicou "O Príncipe". Este morrendo em 1519, foi seguido pelo cardeal Júlio de Medici.

O papa Leão X morreu em 1521, sucedendo-lhe no trono Adriano VI, morto em 1523, e Clemente VII, o qual formou com a França, Florença e Veneza uma "liga santa" contra Carlos V, da Alemanha. Com a liga derrotada, Roma foi assaltada e saqueada por tropas alemãs e espanholas durante vários dias, em maio de 1527. O Papa se refugiou no Castelo de Sant'Agelo, os Medici uma vez mais se exilaram e, em Florença, restabeleceu-se a constituição formulada por Savonarola.

PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Maquiavel não criou regras que estivessem em contradição com a sua época ou que incentivassem, egoisticamente, a corrupção e o absolutismo para interesse pessoal. Registrou normas que, no seu entender, explicariam êxitos ou fracassos políticos.

Existe, popularmente difundido, um falso maquiavelismo, o qual, na realidade, nada tem com o pensamento de Maquiavel. O maquiavelismo autêntico corresponde a idéias referentes à técnica política, ao pessimismo sobre o homem na sociedade e às relações do homem com o Estado.

Maquiavel não é, pois, maquiavélico no sentido vulgar da palavra. Por outro lado, vale ser dito que a força, a astúcia, os meios violentos e cruéis, remontam à an-

tigüidade grega, não tendo a Idade Média cristã os abolido de todo. Tais métodos ressurgiram com ímpeto durante o Renascimento.

Assim, o maquiavelismo vulgar já existia anteriormente a Maquiavel. Suas idéias foram alicerçadas na história e em fatos do seu tempo.

O conceito maquiavélico de liberdade é muito diferente do atual, referente à individualidade do homem. Liberdade se confunde com lei e ordem. O homem não tem direitos invioláveis diante do Estado. A igualdade de todos perante a lei só se atinge com a Revolução Francesa, no século XVIII.

Para o autor, todos os indivíduos devem limitar seus desejos em favor dos interesses do Estado. Concebeu o Estado soberano, não subordinado à Igreja, a Deus e ao direito natural. Considerou maus o engano, a fraude, a violência, e o emprego da força, mas os aceita como necessários em muitas ocasiões, para consolidação e preservação do poder, que o príncipe deve preservar a qualquer custo, sem contemplações ou escrúpulos, desde que para o bem da coletividade. Criou uma nova ética, naturalista, pelo reconhecimento da necessidade do mal (5:101). As ações devem ser julgadas pelos resultados políticos e não pela moral.

Tais idéias chocaram-se, violentamente, com a consciência moral da tradição política cristã, em que o Estado está limitado pela lei moral ou natural. Segundo Maquiavel, a grandeza ou virtude individual

seria a capacidade de fazer o destino e a própria história, impondo a vontade aos acontecimentos (5:97).

Não existiriam religiões falsas ou verdadeiras, mas as capazes de mais despertarem sentimentos cívicos de veneração às leis do Estado, por isso, as antigas considerou-as superiores à cristã que só pregava resignação, humildade, desprendimento pelos bens terrenos e glórias mundanas.

Apesar de reconhecer a república como a forma de governo capaz de melhor atender ao Estado, concluiu, entretanto, que para a Europa do século XVI, seria preferível a monarquia absoluta.

Acreditou que a natureza humana fosse imutável e considerou a história como capaz de se repetir (5:74). Por isso defendeu os aspectos políticos militares da Antiguidade com tanto ardor, para serem aplicados na sua época (14:117). Considerou, também, que a corrupção no Estado é inevitável pela predominância dos interesses particulares sobre os interesses públicos e coletivos.

Maquiavel foi pessimista em relação ao homem, que só praticaria o bem ou se submeteria às leis por necessidade, uma vez que o Estado seria indispensável à própria defesa e segurança. A moral e a justiça não preexistiriam ao Estado, mas dele resultariam.

Moral e política tinham para Maquiavel um objetivo comum, qual seja o bem da comunidade ou do príncipe e, por isso, não condenou quaisquer processos necessários ao bem do Estado. A

harmonização entre prudência, ímpeto, violência, arte, paciência e impaciência, determinariam ou não o sucesso, se bem que preferiu com bastante evidência o ímpeto à prudência, em seus valores.

Acreditou que a base fundamental de qualquer Estado é o militarismo com forças próprias e não mercenárias. Defendeu o recrutamento popular para a constituição de um exército, com treinamento militar na paz e detalhou dispositivos de batalha e alojamento de tropas.

Dizia Maquiavel: "sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica totalmente à sorte" (11:82).

Aconselhou aos príncipes serem os comandantes das tropas, organizando-as e disciplinando-as. Recomendou, outrossim, o planejamento e o adestramento das mesmas com exercícios práticos e valorizou os ensinamentos da História.

Subordinou a guerra à política, antecipando-se três séculos a Clausewitz (7:25).

As idéias de Maquiavel, concentradas nos aspectos políticos e militares, repeliram o feudalismo, as milícias mercenárias, o domínio dos papas e sua ingerência nos Estados, mas não tiveram a sensibilidade, segundo Karl W. Deutsch, para reconhecerem as profundas mudanças econômicas e sociais da época (3:91).

O discernimento do bem pela razão humana e o livre arbítrio, impondo-o à vontade, conforme a tradição aristotélico-tomista, não foram aceitos por Maquiavel, que

defendeu a predominância da vontade sobre a razão.

Quanto à frase "os fins justificam os meios", comumente atribuída a Maquiavel, na realidade não é encontrada em sua obra. O que na realidade declarou foi que o homem de Estado é julgado pelo povo apenas pelos êxitos alcançados e não pelos meios empregados (5:97), (6:147). Baseado nisso justificou Rômulo ter assassinado o próprio irmão e as crueldades de César Bórgia. Para Maquiavel, não existiam meios antecipadamente bons ou maus, só os avaliando posteriormente em função da eficiência havida.

CONCLUSÕES

Seria ainda válido, em nossos dias, o pensamento de Maquiavel? Ou melhor, tem sido ainda usado e aplicado tal pensamento?

Em meu ponto de vista permanece utilizado em termos de política nacional e internacional. Quanto à validade é passível de raciocínios e elucubrações concernentes.

No âmbito interno os Estados procuram não demonstrar acintosamente a aplicabilidade das idéias de Maquiavel. Mas o que dizer do totalitarismo moderno? Sacrifica direitos humanos em prol da segurança e do interesse do Estado. Aqui o poder escolhe discricionariamente os meios de sua preservação e expansão.

No âmbito externo ou internacional, a partir do século XVI, os Estados incorporaram a chamada

soberania nacional, que persiste até a atualidade. Não estão submetidos a nenhum poder transcendental, a Deus, à Igreja, à religião. A conduta dos Estados só depende deles, do bem considerado na sua coletividade. Por acaso não é isto um dogma maquiavélico, onde só o poder controla o poder e a lei é a força dominante?

O Estado moderno soberano, no entanto, está prestes, se é que ainda não terminou, a acabar. Ou melhor, existirão apenas dois Estados soberanos, duas superpotências, praticando deterrência, limitando os desejos expansionistas pelo medo da destruição recíproca, tal a aparente igualdade em armas nucleares. É a bi-polarização do poder.

Quanto à validade do pensamento maquiavélico, a conquista e a preservação do poder não podem justificar o político, que deve se submeter à ética e ao direito.

Em minha opinião, aí reside uma das maiores falhas de Maquiavel, por não aceitar um substrato ético transcendente, por tornar a moral, a religião e o direito escravos do Estado, cuja razão de ser para ele, é a própria existência e expansão.

Não são válidas em meu entender suas idéias quando distorceram a autoridade do Estado, exageraram o valor da política desumana, não reconheceram os direitos humanos individuais, a consciência moral humana, quando foram pessimistas em relação ao homem considerado incapaz de praticar desinteressadamente o bem, ao preceituarem ações imo-

rais, cruéis e regras desumanas, na preservação do poder.

São válidas, entretanto, no tocante à percepção da técnica política e no conhecimento de sua real natureza, quando, na realidade, auxiliam a aceitação do intrincado problema relativo à consciência ética diante da existência política no mundo.

Seus dogmas militares relativos às forças próprias, ao treinamento militar e ao recrutamento popular evidentemente tem ainda valor na atualidade. Seus detalhamentos de dispositivos de batalha valeram-lhe, ainda, ser considerado o primeiro estrategista moderno.

Quanto aos comentários relativos à corrupção, em que diz ser inevitável no Estado, deixo a critério de cada um, que, certamente, terá a oportunidade de comparar tal assertiva à atualidade.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981. 175 p.
2. COUTINHO, Lourival. *O General Góes de páe* . . . 2. ed. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956. 544 p.
3. DEUTSCH, Karl W. *Política y Gobierno*. Politics and Government. Trad. E. L. SUÁRES, Madrid, Fondo de Cultura Económica, 1976. 608 p.
4. DOWNS, Robert B. *Obras Básicas: Fundamentos do Pensamento Moderno*. Trad. Hilda Pareto Soares Maciel & Maria Celina Deiró Hahn, Rio de Janeiro, Bibliex, 1969. 296 p.
5. ESCOREL, Lauro. *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. 126 p.
6. FRIEDRICH, Carl G. *Uma Introdução à Teoria Política*. Trad. Leonidas Xansa &

- Luiz Corção. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 186 p.
7. GILBERT, Felix. Machiavelli: The Renaissance of the Art of war. In: Edward Mead Earle. *Makers of Modern Strategy* 2. ed. Princeton, 1973. 553 p.
 8. LUZ, Heitor da. Maquiavel: a política que o maquiavelismo renegou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1977.
 9. MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei. *A Arte da Guerra, A Vida de Castruccio Castracani, Belfagor, o Arquidiabo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1980. 66 p.
 10. ———. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. 462 p.
 11. ———. *O Príncipe*. II Príncipe. Trad. Robert Grassi. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 158 p.
 12. ———. *O Príncipe, anotado por Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia*. Trad. Aurora Pereira de Carvalho. Rio de Janeiro, 1979. 130 p.
 13. MOREIRA, Marcílio Marques. Maquiavel, mestre de príncipes. *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 17 set, 1978.
 14. MOSCA, Gaetano & BOUTHOUX Gaston. *História das Doutrinas Políticas*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 416 p.
 15. O PENSAMENTO de Nicoló Machiavelli. *Política*. out/dez 1977. Publicação avulsa do arquivo do jornal O Globo.
 16. RAPOSO FILHO, Américo. Pensamento Político-Estratégico de Maquiavel. *Caderno de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro. 1:7-15, jan, 1982.
 17. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 415 p.
 18. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Notas sobre Maquiavel e o Brasil. In: Universidade de Brasília. *Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília, 1981. 57 p.
 19. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo, Nacional, 1942. 523 p. 2º Tomo.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra Médico Henrique da Costa Corrêa concluiu o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, em 1984. Realizou os Cursos de Medicina Preventiva e de Administração Hospitalar no Centro Médico de Bethesda, EUA. É Professor Assistente de Cirurgia Abdominal na Universidade Gama Filho e Instrutor de Cirurgia Geral no Hospital Naval Marcílio Dias.



COMPATIBILIDADE ENTRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Luiz Paulo Macedo Carvalho, p.s.c.

A GUISA DE INTRODUÇÃO

É nosso objetivo apreciar somente os aspectos filosófico-doutrinários da Segurança e sua compatibilidade com o desenvolvimento da indústria bélica nacional sem entrar, contudo, em quaisquer considerações de natureza conjuntural. Primeiramente, cabe salientar que Segurança é uma das necessidades básicas da pessoa e dos grupos humanos, bem como um direito inalienável do homem e das nações, conforme preconiza a *Escola Superior de Guerra*.

A palavra Segurança exprime noção de confiança, garantia, proteção ou tranquilidade, diante de ameaças à pessoa humana, às instituições, a bens e aos estados-nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 10 dez 48) estabelece, em seu Art. 3º, que *"Todo indivíduo tem direito à segurança de sua pessoa"* e, no

Art. 7º, que *"Todos têm o direito de ser protegidos"*. Para isso, desde priscas eras, o direito outorga responsabilidades ao estado de garantir a segurança de todos, mas, por outro lado, exige que todos cumpram suas obrigações na preservação da ordem pública. Daí, muito acertadamente, a nossa Constituição reza, no Art. 86, que *"Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei."*

O problema crucial está, porém, em determinar o ponto de equilíbrio entre as responsabilidades do estado de zelar pelo interesse coletivo, como detentor do monopólio da força, e os direitos e obrigações naturais do cidadão, subordinados à vontade da nação.

Na esfera internacional, marcada por conflitos de interesses nacionais e pela existência de múltiplos centros de decisão, ganha importância a segurança e o conse-

qüente fortalecimento da expressão militar, apesar do acalentado ideal de um desarmamento universal que assegure a paz na terra.

A propósito, vale recordar o pensamento do Papa Paulo VI:

"Um desarmamento sensato é uma outra armadura da paz... A sua fraqueza, que se afigura incurável para os diagnósticos que se dizem realistas dos estudos históricos e antropológicos, provém especialmente do fato de o desarmamento militar dever ser comum e geral, a fim de não vir a constituir um imperdoável erro de impossível otimismo, de ingenuidade cega e de excitante ocasião propícia para a prepotência de outrem. O desarmamento ou é atuado por todos, ou então é um delito por falta de defesa; a espada, no concerto da humana convivência, como esta se processa histórica e concretamente, não tem porventura sua razão de ser, para a justiça e para a paz?"

Onde há homens, há ambições e orgulhos, por conseguinte, há conflitos e temores. O temor gera insegurança. A insegurança é, pois, "consequência do fato de viver", o que leva a concluir ser a segurança absoluta utópica. Mas isso não quer dizer que possamos relegá-la a um segundo plano ou deixá-la de buscar incessantemente.

Assim, os escassos recursos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas do homem e à garantia de seus legítimos direitos, tais como solução de problemas de saúde, educação, subsistência, oportunidade social, liberdade etc.

induzem a se pensar em *Segurança Individual*.

Ao mesmo tempo, sendo o homem um animal social, ou seja, um ser essencialmente gregário, não pode prescindir da garantia de propriedade, do capital, do trabalho, isto é, daquilo que lhe assegure estabilidade sócio-político-econômica.

Isto prova a imperiosa necessidade de gozar de *Segurança Comunitária*.

A ordem pública, assegurada à nação pelos municípios, estados-membros e união, garantindo as seguranças individual e comunitária, constitui o que se chama *Segurança Pública*.

Por sua vez, compete ao estado garantir a ordem pública e proteger o grupo nacional, como um todo, contra interferências diversas, a fim de satisfazer às aspirações e interesses da nação, surgindo desta forma a necessidade de *Segurança Nacional*.

Envolvendo todos estes aspectos já mencionados da Segurança, o apoio recíproco que se venha a estabelecer entre nações ou grupo de países, com interesses comuns, resulta na concepção de *Segurança Coletiva*, sem se admitir, contudo, sob hipótese alguma, que se sobreponha ou seja um último estágio de Segurança Nacional.

É conveniente, agora, caracterizar as diferenças conceituais entre *Segurança e Defesa*.

O conceito de Segurança é mais abrangente, traduzindo-se por um estado de cobertura integral contra qualquer tipo de ameaça interna ou externa. Já por Defesa

compreende-se um ato dirigido especificamente para se proteger contra uma ameaça prevista e determinada.

Em outras palavras, a Segurança abarca a Defesa, embora revista-se de variações, decorrentes dos regimes políticos adotados e dos estágios de desenvolvimento alcançados em cada país. Desta forma, nos regimes autocráticos, apesar da Segurança e da Defesa cobrirem toda a nação, concentra-se mais na sobrevivência do Estado e, nas Democracias, no bem-estar do povo e benefício geral da nação.

Queremos, ainda, ressaltar, a respeito desse assunto, certas noções essenciais. Em uma democracia, em que o fim último da ação do estado é o bem comum, a Segurança Nacional tem seus alicerces na Segurança Pública.

Segurança Nacional é o que se busca atingir através de ações coordenadas das quatro expressões do poder nacional: Política, Econômica, Psicossocial e Militar.

Segurança não é encargo exclusivo da expressão militar, embora a ela caiba significativa parcela; não é força militar ainda que ela possa estar computada; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança abarca muito mais, engloba conceito muito mais amplo, exigindo ações de todas as expressões do poder nacional e a participação de todos os cidadãos.

Segurança e desenvolvimento guardam, entre si, relações de interdependência. Depende da conjuntura a prevalência, seja da segurança, seja do desenvolvimento

que, por acaso, possa existir num determinado instante da vida nacional.

A Segurança necessita ser adequada aos recursos do país, para que não se torne um entrave ao desenvolvimento. Contudo, uma coisa é certa: o Desenvolvimento exige um razoável grau de Segurança, e esta, um processo continuado de desenvolvimento. Sob um enfoque político não há como dar precedência à Segurança ou ao Desenvolvimento, de vez que ambos devem ser atendidos equilibradamente. O enfoque estratégico, isto é, considerados os óbices existentes ou potenciais, evidenciados pela conjuntura, é que se pode constatar se as ações devem se inclinar para um ou outro pólo.

Finalmente, a segurança deve ser proporcionada em dois campos distintos: o externo e o interno, constituindo-se de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares destinadas à conquista e manutenção dos objetivos nacionais permanentes, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais.

SEGURANÇA X DESENVOLVIMENTO

Comprovada a necessidade de segurança nacional, façamos uma digressão sobre a compatibilidade entre a Segurança e Desenvolvimento.

O poder nacional tanto pode estar centrado na Segurança como no Desenvolvimento econômico. Assim foi o caso de

Esparta e Atenas, na antiguidade, e, quarenta anos atrás, o exemplo contrastante da Alemanha Nazista e dos EUA. A compatibilidade ou incompatibilidade entre a expressão militar e a econômica conduz ao dilema tão problemático da "bala e do parafuso", valendo-se do dizer de Roberto Campos.

A força da expressão militar reside principalmente no armamento de que dispõe, enquanto a riqueza econômica traduz-se no bem-estar proporcionado. Em tempos idos, quando o armamento era mais rudimentar, para não dizer até mesmo artesanal, exigindo investimento de capital limitado e tecnologia simples, a expressão militar e econômica não defrontavam alternativa séria.

Hoje em dia, porém, assumindo a guerra características de um fenômeno mais científico-tecnológico do que sociológico, que reclama vultuosa soma de capital e avançada tecnologia, a expressão militar pode ser considerada, em determinados aspectos, até um subproduto da economia. Assim sendo, é reavivado o dilema em pauta: investimento na aquisição de material bélico ou meramente na produção industrial.

Este talvez seja um dos mais graves dilemas vividos pelos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Procurando se armar, sem dispor de sólida estrutura econômica, reduzem os investimentos em bens de capital que garantam um desenvolvimento harmônico e equilibrado. A posse de armamento sofisticado em detrimento de uma economia bem alicerçada

passa a ser sinônimo de fraqueza, conquanto dê a ilusão de segurança.

Acresça-se a isso o agravante do rápido obsolescimento dos sistemas de armas, ocasionado pela escalada da corrida armamentista e do desenfreado progresso das ciências e da tecnologia, que torna o puro investimento em material bélico não só improdutivo como pouco durável.

Mas o fato é que, no mundo da atualidade, nenhum país, desenvolvido ou não, pode sonhar viver desarmado ou confiar na proteção de sua posição geográfica, de tradição neutralista, de solucionar litígios por arbitragem e de alianças instáveis, quer de blocos ou com alguma grande potência. Com o desenvolvimento do poder aeroespacial e naval, aliado aos engenhos nucleares, tais tipos históricos de proteção têm validade reduzida e questionável. Ademais, como recentemente ficou comprovado, quando os interesses das superpotências falam mais alto, não hesitam elas em postergar compromissos firmados.

A URSS resolveu o aludido dilema, conseguindo em pouco mais de 30 anos atingir um grande desenvolvimento industrial, que custou à Europa 100 anos para alcançar e aos EUA, da ordem de 80, transformando-se a Rússia em grande potência militar. Todavia, para chegar a este estágio, perfeitamente admissível a longo prazo, mas inadmissível a curto prazo, valeram-se os soviéticos de trabalho escravo e drástica redução no consumo.

Outro exemplo que também pode ser apontado foi o da Alemanha de Hitler, a despeito de já possuir tradição de nação industrializada à época da Segunda Guerra Mundial.

A solução ideal, aparentemente, mais aconselhável e normal, é a da opção pelo desenvolvimento para depois fortalecer-se militarmente, possibilidade essa concedida apenas a poucos países — EUA e Canadá, “que se beneficiaram de circunstâncias absolutamente excepcionais” para se permitirem a um orçamento mínimo de defesa e concentração maciça na industrialização.

Parece-nos que, no caso brasileiro, uma solução para o dilema de “bala ou parafuso”, aumentando os gastos com a defesa sem afetar os investimentos produtivos, está em dar prioridade aos investimentos militares de caráter bivalentes, isto é, aqueles passíveis de servirem tanto aos propósitos de segurança quanto aos de desenvolvimento.

Na verdade, nada de novo existe na solução proposta. Imposições de ordem econômica sugerem retorno aos métodos adotados nas antigas sociedades, que se caracterizaram justamente por não distinguirem a arma da ferramenta. A flecha servia tanto para a guerra como para a paz. Provia na paz os alimentos para com ela própria se fazer a guerra.

O material bélico produzido hoje no país para exportação, embora as forças armadas não o possam adquirir em larga escala para se reequiparem como precisam,

gera emprego, capta divisas, desenvolve tecnologia e garante autonomia para, em caso de crise, assegurarmos a soberania do país sem dependência externa.

Apesar dos modernos blindados, submarinos nucleares, aviões supersônicos e engenhos bélicos sofisticados fascinare qualquer militar profissional, reconhecemos que o país mais forte não é o que possui mais armas, porém aquele que tem condições de produzir e substituir prontamente o material que se fizer necessário em caso de mobilização.

No Brasil, contrariamente ao que acontece em outros países em desenvolvimento, os gastos com material bélico têm ficado muito aquém das reais necessidades do país, há anos, colocando mesmo em risco a Segurança, a fim de se garantir uma industrialização sólida e o bem-estar da Nação.

Tomemos como exemplo o Ministério do Exército e consultemos um documento que, apesar de ser público, é muito pouco conhecido: o Orçamento da União, que estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro. Verificando a distribuição percentual dos recursos em 1984, constatamos o seguinte:

Transportes.....	8.14%
Educação e cultura	5.31%
Aeronáutica.....	3.56%
Agricultura.....	2.55%
Exército.....	2.41%
Marinha.....	2.27%
Interior.....	1.37%
Saúde.....	1.35%
Trabalho.....	0.34%
Justiça.....	0.23%

Convém notar ainda que a renda orçamentária do Exército, para 1984, fixada em 570 bilhões de cruzeiros destinava-se a cobrir as despesas com adestramento, alimentação, vestuário, assistência médica, pagamento de pessoal, movimentação e custeio, restando, infelizmente, quantia bastante modesta, na verdade, para investimentos em material bélico.

É interessante, ainda, ressaltar que os recursos do Ministério do Exército vêm caindo, ao longo do tempo. Em 1972, a fatia era de 6,73% do orçamento da União. Eis a distribuição percentual nos últimos anos:

1979	3.57%
1980	2.78%
1981	2.60%
1982	2.53%
1983	2.69%
1984	2.41%

Por outro lado, levando-se em conta o valor real da moeda, comprova-se que o Exército estava recebendo em 1984, apenas 44.4% do que recebeu em 1979.

O brasileiro é um dos povos que menos tem despendido com Segurança nos últimos anos, segundo dados fornecidos pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres.

Seria insensato, mesmo a qualquer pessoa indiferente às exigências da "Realpolitik", advogar redução nas despesas com material bélico na atual conjuntura internacional. Afigura-se mesmo inevitável aumentá-la. Todavia, não há engenhos bélicos sem o respaldo de uma retomada industrial que suporte e assegure autonomia nacional.

Clemenceau já disse que "a guerra é um assunto demasiadamente complicado para ser exclusividade dos generais".

QUADRO COMPARATIVO DE GASTOS MILITARES E EFETIVOS

País	População (milhões)	Forças Armadas (Efetivo Global)	Efetivo do Exército		Gastos Militares Anuais	
			Total	% Pop	US\$/Hab.	\$ PNB
Alemanha (RF)	61.4	495.000	335.000	0,54	462	4,1
Argentina	29.5	153.000	100.000	0,33	354	—
Brasil	131	274.000	183.000	0,131	14	0,8
Cuba	10	153.000	125.000	1,25	128	9,7
Estados Unidos	236.7	2.135.900	780.800	0,32	846	6,5
Espanha	38.8	330.000	240.000	0,61	119	2,5
França	54.6	471.350	304.500	0,55	415	4,2
Inglaterra	56	325.909	161.539	0,28	436	5,3
Itália	58	375.100	260.000	0,44	162	2,6
Portugal	10.2	63.500	39.000	0,38	80	3,4
URSS	274.3	5.115.000	2.750.000	1,00	—	—
Venezuela	15.6	44.250	27.500	0,17	78	1,7

Fonte: "The Military Balance" — 1984/1985.

A afirmação de *Adam Smith*, o decano dos economistas clássicos, em 1776, torna-se cada vez mais válida à luz da guerra em nossos dias:

"Na guerra moderna, o grande dispêndio das armas de fogo dá evidente vantagem à nação que melhor puder suportar essa despesa e, conseqüentemente, à nação opulenta e civilizada sobre a pobre e bárbara. Nos tempos de antanho, as nações opulentas e civilizadas experimentavam dificuldade em defender-se das pobres e bárbaras. Nos tempos modernos, são os pobres e bárbaros que encontram dificuldade em defender-se contra os opulentos e civilizados".

A maior lição que o Brasil deve tirar da Segunda Guerra Mundial é a compreensão da necessidade de mais ampla cooperação entre todos os integrantes das diferentes classes, nas questões relativas à segurança nacional.

Na guerra moderna, todos os habitantes de um país podem ser igualmente atacados e hostilizados pelo inimigo. Não há distinção entre combatente e não-combatentes. A participação dos civis na luta, mesmo em setores antigamente

reservados aos militares, é cada vez maior.

Analisando o modo como procederam os contendores no último conflito, constata-se a importância excepcional atribuída à colaboração dos operários especializados, técnicos, engenheiros, cientistas, pesquisadores, empresários, projetistas, professores, industriais, homens de imprensa, enfim, de todos os segmentos da sociedade com a expressão militar do poder nacional.

O dito "O Exército é a nação em armas" traduz uma realidade cujo reconhecimento se impõe a todos nós. Logo, as questões relativas à segurança nacional interessam igualmente a todos os membros de qualquer comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- Escola Superior de Guerra — *Manual Bélico*, Rio de Janeiro, 1983.
- Campos, Roberto de Oliveira — *O Poder Nacional — Seus Fundamentos Econômicos*, ESG, Rio de Janeiro, 1953.
- Oliveira Júnior, Ernesto Luiz — *Segurança Nacional, Desenvolvimento Nacional e Ensino*, ESG, Rio de Janeiro, 1949.
- "The Military Balance" — Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Londres, Inglaterra, 1984-85.



O Cel QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho possui os cursos de Técnica de Ensino, de Motomecanização (EsMB) de Aperfeiçoamento (EsAO), de Comando e Estado-Maior (ECEME), de Estado-Maior do Exército Britânico (Staff College Camberley), do Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield), de Extensão de Manutenção e Reparação Automóvel, do Exército dos EUA (Aberdeen Proving Ground), e Superior de Guerra (ESG), além de ser bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Integrou também o corpo permanente da Escola Superior de Guerra e o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Comandante da EsIE (Escola de Instrução Especializada)



O OFICIAL E A SUA FORMAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA

José Viriato Coelho Vargas

O autor registra especial agradecimento ao Maj DAVID G. BELL, USAF, aluno da Escola de Comando e Estado-Maior da Força Aérea Americana (Air Command and Staff College) em Montgomery, Alabama, cuja colaboração possibilitou a confecção deste Artigo.

Dentro da hierarquia das Forças Armadas de qualquer país, o oficial é o elemento humano que se destina a ocupar as posições de liderança e decisão do maior ao menor Escalão. Dentre os militares é, portanto, o que necessita a mais apurada e elaborada formação, a fim de desempenhar eficazmente as funções que irá exercer. Nas Forças Armadas Brasileiras, a Escola Naval, a Academia Militar das Agulhas Negras e a Academia da Força Aérea são o espelho da preocupação que é dedicada à formação do oficial de carreira, desde seu critério de seleção de pessoal até à metodologia empregada para se atingir os objetivos

desejados para a formação do novo oficial. É fato, porém, a necessidade de um número expressivo de oficiais egressos de outras origens para atender à demanda das três Forças, para o preenchimento de claros, principalmente, de oficiais subalternos.

O quadro apresentado no parágrafo anterior é por demais conhecido de todos os oficiais de nossa Marinha, Exército e Aeronáutica, donde se depreende o natural interesse de cada um de nós, no sentido de conhecer como o problema se apresenta em outros países e quais os sistemas de formação por eles empregados.

O objetivo deste artigo é

apresentar um estudo detalhado dos critérios utilizados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos da América, para a gestão e formação de seus oficiais, tomado como exemplo, por ser, juntamente com a União Soviética, a maior potência militar da atualidade.

I — BREVE HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE DEFESA (DOD — Department of Defense) NOS EUA

- 1789 — Fundação do Departamento de Guerra
- 1798 — Fundação do Departamento Naval
- 1942 — Fundação da Junta de Chefes de Estado-Maior
- 1947 — Criação do Estabelecimento Militar Nacional
- 1949 — Troca de Denominação para Departamento de Defesa (DOD)

O Ato de Segurança Nacional de 1947 criou o "Estabelecimento Militar Nacional", que iniciou suas atividades em 18 SET 47. O Exército, Marinha e Força Aérea eram departamentos executivos a nível gabinete, com o Secretário de Defesa funcionando primariamente como coordenador. Em 1949, Emendas no Ato de Segurança Nacional estabeleceram o Secretário de Defesa como o assessor principal do Presidente em assuntos de defesa e a denominação foi trocada de "Estabelecimento Militar Nacional" para "Departamento de Defesa". As Emendas também fizeram com que os Departamen-

tos Militares se subordinassem ao Departamento de Defesa e fossem providos de procedimentos fiscais e orçamentários uniformes.

O Ato de Reorganização do Departamento de Defesa de 1958 tirou os Departamentos Militares da cadeia operacional de comando, que desde então tem sido liderada pelo Presidente com o Secretário de Defesa através da Junta de Chefes de Estado-Maior, que lideram os Comandantes de Comandos unificados e específicos.

II — UMA LEGISLAÇÃO UNIFORMIZADORA PARA O OFICIALATO — H.R. 13958

O H.R. 13958 foi um projeto de lei, apresentado pelo Departamento de Defesa dos EUA (Pentágono), substituindo o H.R. 7486 cujos estatutos foram revogados.

O H.R. 13958, data de 1976, tendo sido oficializado no mesmo ano pelo Congresso Norte-Americano, constituindo-se na legislação básica que regula o oficialato nas Forças Armadas dos Estados Unidos. É um trabalho que é fruto da própria História Militar americana, profundamente objetivo, global e realista.

A — HISTÓRICO

Para a perfeita compreensão da necessidade desta legislação global e uniformizadora, é necessário estarmos familiarizados com o de-

envolvimento do Corpo de Oficiais das Forças Armadas dos EUA, com o passar dos anos, desde sua criação, numa abordagem resumida, porém abrangendo os diversos fatores que contribuíram para essa evolução, conforme se segue:

— Longa História de Corpo de Oficiais com Formação Incompleta ou Deficiente

Em todos os pontos da longa história dos EUA, o corpo de oficiais das Forças Armadas, como um todo, tem estado despreparado para o combate ao momento em que a guerra começou. Isto foi verdade até, e inclusive, na 2ª Guerra Mundial; antes, em todo conflito, considerável esforço foi necessário para melhorar o corpo de oficiais e colocá-lo pronto para o combate. A primeira Lei Geral de aposentadoria para as Forças Armadas dos EUA foi aprovada em 1862, era intitulada "Uma Lei para Melhorar a Eficiência do Exército Americano", e sua proposta principal não era estabelecer benefícios de aposentadoria, mas preferencialmente criar um mecanismo para remover oficiais idosos e desgastados de posições de comando. O problema de ter um Corpo de Oficiais com o nível adequado de experiência e maturidade a cada escalão de comando continuou, e antes de cada guerra algum sistema foi necessário para permitir a remoção daqueles não preparados ou sem vocação para o comando.

— Desenvolvimento do "Ato Pessoal dos Oficiais" após a 2ª Guerra Mundial

Após a 2ª Guerra Mundial, o Congresso e o Poder Executivo tentaram criar uma estrutura gerencial de longa duração, em que o corpo de oficiais pudesse ser dirigido com sucesso e através da qual o problema histórico do despreparo para a guerra pudesse ser evitado. O resultado deste esforço foi o "Ato Pessoal dos Oficiais" de 1947. O que este Ato fez essencialmente foi criar o que é chamado sistema de promoção "*Acima - ou - fora*". Este sistema estipulou que os oficiais passariam através dos vários postos em grupos homogêneos (normalmente grupos anuais) e seriam cogitados para promoção aos vários pontos em suas carreiras de acordo com os vários termos estabelecidos no Ato. O Ato estipulou que os oficiais ultrapassados por duas vezes em promoções seriam, após um certo número de anos, dependendo de seu posto, removidos do serviço ativo ou, se tivessem condições legais, transferidos para a reserva. O Ato consequentemente, proporcionou uma distribuição apropriada de oficiais de desejável maturidade e experiência nos vários postos — o que é referenciado como distribuição por posto.

— Ajustes Graduais do Congresso

Desde 1947 o Congresso Americano tem, efetivamente, se encarregado de um sem-número de

dilemas a tratar em bases "ad hoc" (provisórias), no que se refere a problemas com a evolução da regulamentação do Corpo de Oficiais. Até agora, as injunções do Ato Pessoal de Oficiais, não tinham sido revistas como um todo.

B — A MANUTENÇÃO DO SISTEMA "ACIMA - OU - FORA"

Como a experiência demonstrou ao longo dos anos, uma tabela de postos sempre revisada, junto com os procedimentos de seleção continuada, aposentadoria compulsória e pontos de distinção na Lei, fazem com que a continuação do Sistema "Acima - ou - Fora" seja a base fundamental para a direção de Pessoal no oficialato. Não há nada de novo neste conceito. Existe nos EUA, efetivamente por mais de 25 anos e como um todo, tem servido ao país muito bem. O Sistema deu às Forças Armadas dos EUA o que elas nunca tiveram antes em tempo de paz — um corpo jovem, vigoroso e totalmente pronto de oficiais para o combate

Ao considerar o H.R. 13958, a Comissão das Forças Armadas (Comitê sobre as Forças Armadas do Congresso dos Estados Unidos que analisou, estudou e editou na sua íntegra, o H.R. 13958) raciocinou principalmente com a manutenção da qualidade média do corpo de oficiais. A Comissão estava, portanto, igualmente consciente que um sistema de tal com-

plexidade, ao lidar com seres humanos, muito cuidado deve ser tomado para assegurar que as mudanças não afetem inadvertidamente o pessoal envolvido ou a qualidade da Força como um todo. Qualquer mudança radical no sistema, então, teria que ser empreendida em uma base cuidadosa após um extenso estudo.

— Estudo Planejado de Padrões de Carreira Alternativos

Apesar disso, a Comissão acreditava que podia ser frutífero considerar padrões de carreira diferentes para oficiais em certas áreas específicas onde os tipos de serviços ou a capacidade para desempenhá-los não está relacionada à idade e não requer a estrutura normal de promoções associada com a força militar clássica.

A Comissão, portanto, solicitou ao Departamento de Defesa que fosse conduzido um estudo adicional no sentido de desenvolver padrões de carreira variados para especialidades não-combatentes e submetidos os resultados deste estudo de volta a ela, visando o início de tais mudanças para grupos específicos de oficiais numa base experimental. O H.R. 13958 materializa esses resultados.

Uma das preocupações frequentemente manifestadas com o sistema "Acima - ou - Fora" é a crença de que seja um sistema mais dispendioso porque os oficiais se aposentam mais cedo e passam um período relativamente mais longo nas listas de aposentados e os subs-

titutos devem ser treinados e pagos.

Certos modelos de computadores de várias estruturas da Força, examinados pelo Departamento de Defesa de acordo com perguntas levantadas pela Comissão, indicaram que o custo não é necessariamente reduzido pela exigência de períodos mais longos de serviço dos oficiais do serviço ativo. De fato, o Departamento de Defesa acredita que pode provar que o custo de tais modelos seriam mais altos.

C — A Ultrapassagem na Promoção não é Considerada um Estigma (CARONA)

A Comissão acredita que é importante reconhecer a proposta do sistema "Acima - ou - Fora" e o fato de que uma ultrapassagem para promoção ("CARONA") sob este sistema não deve ser considerada um estigma ou inadvertidamente se reflita na qualidade do serviço dos oficiais não selecionados para promoção.

O fato simples é que se o sistema está funcionando bem, necessariamente, ele resultará em ultrapassagem em promoção de oficiais que estão plenamente qualificados para servir no próximo posto mais alto. Isto é porque a função do sistema "Acima - ou - Fora" é para estabelecer em cada posto mais oficiais que estejam qualificados a servir no próximo posto que os regulamentos requerem. Consequentemente, as Forças terão seletividade e podem apanhar o me-

lhor de uma seleção de oficiais plenamente qualificados. Se não houvesse número suficiente de oficiais totalmente qualificados a servir no próximo posto mais alto, então algo estaria fundamentalmente errado com o sistema.

A dispensa de oficiais notáveis não deve ser censurada no sistema "Acima - ou - Fora". De fato, a História mostra que oficiais notáveis foram dispensados em reduções de efetivos após tempo de guerra ou em outras reduções de efetivos muito antes da criação do sistema "Acima - ou - Fora".

No entanto, entre os militares americanos existe a preocupação de que esses oficiais ultrapassados em promoções ou involuntariamente dispensados nos últimos anos não sejam impropriamente rotulados como fracassados. Isto é uma grande ofensa a um grupo notável de americanos que serviu a seu país com habilidade e coragem. A Comissão, então, deu especial ênfase no sentido de que é importante reconhecer sua contribuição, é importante para eles saberem que o país reconhece seu valioso serviço.

D — A ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL DA RESERVA

O Departamento de Defesa havia informado à Comissão das Forças Armadas que a legislação reguladora da estrutura do oficial da reserva teria de ser modificada, face à flagrante necessidade de compatibilização entre os sistemas de administração dos oficiais regu-

lares e da reserva. O H.R. 13958 materializou esta evolução com seus novos procedimentos.

— A nova lista de serviço ativo

O H.R. 13958 estabelece uma única lista de serviço ativo para cada Força Armada.

A lista de serviço ativo contém os nomes de todos os oficiais comissionados nos postos de segundo-tenente ou aspirantes-a-oficial e acima, exceto para oficiais aposentados e oficiais da reserva excluídos do serviço ativo. Todos os outros oficiais da reserva na ativa estão na lista de serviço ativo.

A lista de serviço ativo estabelece a antigüidade dentro do posto, para determinar os acessos para promoção e estabelecer um período apropriado para o sistema de promoção. A lista também determina zonas de promoção e oportunidade de promoção relativa e para a determinação legal de fracasso de seleção.

— Um Oficial deve tornar-se regular após o 11º Ano de Serviço

O H.R. 13958 estabelece novas normas, em um de seus mais importantes feitos, por uma força de carreira toda regular ao fim de 11 (onze) anos de serviço e, adicionalmente, faz melhoramentos importantes na administração de oficiais da reserva no serviço ativo. A integração de oficiais da reserva na Força de carreira, nunca mais tarde do que no 11º ano de serviço, extingue a anomalia do oficial da reserva de carreira discutida ante-

riormente e acaba com a vulnerabilidade ao desgaste forçado, dantes experimentado pelos oficiais da reserva na ativa por longo tempo. A seleção dentro da força regular ocorre desde o segundo até durante e inclusive o 11º ano, e está antecipado que a maioria da integração da força regular será efetuada no 9º ano. Conseqüentemente, o 11º ano é somente o último em uma série de oportunidades de integração para o oficial da reserva.

E — A IGUALDADE NA APOSENTADORIA

O H.R. 13958 mantém o sistema de aposentadoria dos militares em vigor nos EUA. Acrescenta, porém, modernizações que dizem respeito ao estabelecimento de uma aposentadoria compatível para o pessoal militar de menos de 20 anos de serviço, particularmente enfocando o conceito de permitir um aumento na anuidade, aos 60 anos, para aqueles desligados do serviço ativo, involuntariamente. A igualdade na aposentadoria sobrevém naturalmente com a criação da força toda regular após o 11º ano de serviço.

III — PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

O Departamento de Defesa, com a efetivação do H.R. 13958, uniformizou a legislação para o oficialato nas Forças Armadas. Em consequência, salvo pequenas dife-

renças devido às atribuições específicas de cada força, os programas empregados para a formação de oficiais são basicamente similares.

O Departamento de Defesa delega, então, a cada força, a atribuição de elaborar os programas que julgue necessários, observando-se sempre o H.R. 13958.

Devido ao voluntariado ser a condição básica para o ingresso no Corpo de Oficiais (nos EUA, todos os militares devem ser voluntários, em tempo de paz), as Forças Armadas elaboram extensos e abrangentes programas para divulgação em todo país, de seu trabalho, funcionamento, emprego e detalhes acerca dos períodos de formação dos candidatos. Este procedimento visou atingir o público jovem, a fim de atrair um maior número de interessados, possibilitando assim a seleção e obtenção de pessoal com real potencial para o desempenho das funções do futuro oficial.

Conforme estabelece a legislação, existem as forças "Regulares" (de carreira) e as da "Reserva", atuando ambas em conjunto e no serviço ativo, porém sua formação inicial difere. Estabeleceram-se, então, programas para a formação de oficiais da Reserva e Regulares (de carreira). Nos Estados Unidos, devido às vastas obrigações das Forças Armadas, por seu papel no cenário internacional, existem as tropas que constituem o pessoal em serviço ativo (Regulares e Reserva), a Força em Reserva e a Guarda Nacional.

A — O OFICIAL DA RESERVA

Juntamente com o oficial regular, o oficial da reserva constitui a força em serviço ativo. Sua formação, portanto, envolve vários aspectos, obedecendo a um elaborado programa, iniciando por uma eficiente propaganda e divulgação da Força Armada nos colégios de 2º Grau (High School) e nas universidades (College), de onde surgirão os futuros oficiais da Reserva da Força.

— O Corpo de Treinamento dos Oficiais da Reserva (ROTC)

O ROTC é um projeto de recrutamento que institui cursos em liderança militar em Escolas e Universidades. Ele surgiu do Ato de Distribuição de Terra de 1862 (Land Grant Act) e começou a operar completamente através do Ato de Defesa Nacional de 1916. Compreende um curso de 2 a 4 anos de trabalho e exercícios, mais várias semanas de treinamento de campanha. Todas as Forças têm programas semelhantes.

A condição básica para o candidato receber a Comissão de Oficial no primeiro posto, é que ele tenha concluído o curso universitário com média geral em torno do nível "C", o que corresponderia no Brasil, aproximadamente, a uma média 6,0 (seis). Como se nota, emprega-se, nos EUA, o termo "Comissão", que significa investir o homem no primeiro posto da carreira.

O trabalho de recrutamento inicia-se ainda nos colégios de 2º

grau, estendendo-se por mais de 600 (seiscentas) universidades por toda parte dos Estados Unidos, Porto Rico e Guam. O ROTC é um programa que funciona paralelamente ao curso universitário, no próprio campus, graduando-se com uma Comissão de Oficial, juntamente com a graduação da especialidade de sua escolha na universidade. Dispõe o candidato de opções de sua escolha, caso deseje requerer a sua entrada no programa.

Caso a escola em que o candidato freqüente não ofereça o ROTC, então, ele provavelmente poderá freqüentar em outra que o possua. O currículo é uma combinação de treinamento de liderança e direção — boa preparação para qualquer carreira. E as aulas e instruções são apenas umas poucas horas por semana.

No verão, antes do quarto ano da universidade, o candidato sairá das salas de aula para colocar em prática o que aprendeu, diretamente no terreno, em uma Unidade Militar para a qual foi designado, durante seis semanas de treinamento de campanha.

O candidato pode optar pelo ROTC desde o terceiro ano do 2º grau, submetendo-se a um treinamento básico de 6 semanas de acampamento no verão antes de entrar na universidade, entrando no programa desde seu primeiro ano de universidade, sendo que os dois primeiros anos do programa serão sem qualquer obrigação militar. Como segunda opção, se o aluno não participar dos dois primeiros anos, ele ainda não perde sua

chance. Ele pode ser admitido ainda na segunda parte do ROTC dentro do programa de dois anos. Para se qualificar, ele terá apenas que se submeter a um acampamento de seis semanas durante o verão, antes do terceiro ano da universidade, obviamente, com remuneração custeada pelo governo.

Dentro desse mesmo programa, obedecendo a um número preestabelecido de vagas, o candidato pode prestar exames de caráter geral, principalmente social, a fim de conseguir uma bolsa de estudos que custeará os pagamentos de sua universidade e lhe proporcionará uma mensalidade para suas despesas pessoais. Esta bolsa é oferecida pela Força Armada para os aprovados, que freqüentarão o ROTC juntamente com todos os outros candidatos.

Cumprе ressaltar que nos Estados Unidos, diferentemente do Brasil, todo ensino de nível superior é custeado pelo aluno, comumente a preços inacessíveis a boa parte da população. Daí, a importância desta disponibilidade de bolsas de estudo, a fim de proporcionar o acesso ao programa a todas as camadas da sociedade americana.

As bolsas de estudo podem ser de 4 anos (duração da maior parte dos cursos universitários nos EUA), 3 anos ou 2 anos. Em alguns cursos, como por exemplo da área médica ou engenharia, em que a duração é maior, podem ser concedidas bolsas de estudo durante o tempo de formação curricular.

Para as bolsas de 4 anos, o candidato deve dar entrada de seu requerimento até o início (outono) do terceiro ano de seu 2.^o grau (High School). As de 3 anos, no início (outono) de seu primeiro ano na universidade. E, finalmente, as de 2 anos, no início (outono) do segundo ano universitário.

Cumprindo com sucesso o curso universitário e o ROTC, o aluno estará numa posição de direção como segundo tenente, logo após a universidade. Isto significa que ele se graduará diretamente assumindo deveres e responsabilidades que a maioria de seus colegas terão que adquirir gradualmente.

Ao fim do ROTC, após receber a sua Comissão de Oficial, o novo segundo tenente, poderá optar pela força em serviço ativo, a força em reserva ou a Guarda Nacional.

— O Serviço de Saúde (Medical Team)

As Forças Armadas dispõem de programas a nível superior, para preencher as necessidades de pessoal especializado em medicina, farmácia, odontologia, fisioterapia e enfermagem. Estes oficiais constituem o Serviço de Saúde.

— Aviação

Todas as Forças Armadas nos EUA dispõem de um programa para formação de pilotos, navegadores e operadores de mísseis, tendo em vista que todas possuem aeronaves próprias para seu uso, isoladamente ou em conjunto. A formação destes oficiais aviadores

exige um período bem maior para sua preparação. Cada Força Armada oferece seu próprio currículo, variando, inclusive, a duração do curso.

O candidato deve ser um oficial já comissionado, seja da reserva ou regular. No Exército, para ser piloto, o oficial deve submeter-se a um curso de 40 semanas. Na Marinha e no CFN, o oficial frequenta um curso com a duração de 13 a 16 meses. Na Aeronáutica, serão 49 semanas de treinamento intensivo. Este programa é o utilizado, inclusive, pelos oficiais regulares (Carreira), oriundos das Academias Militares.

— O Corpo Jurídico (Judge Advocate General's Corps)

Todas as Forças dispõem de um Corpo Jurídico, constituído de oficiais com formação superior em Direito, sendo advogados formados por qualquer universidade reconhecida pela Associação dos Advogados Americanos (ABA — American Bar Association) e licenciados para atuarem na Justiça Federal (Federal Court).

Na Aeronáutica, após criteriosa seleção, os advogados candidatos ao Corpo Jurídico fazem curso básico de orientação militar de 2 semanas, já com a Comissão de Oficial, desde seu primeiro dia de incorporação. Ao término deste curso, são integrados ao Corpo Jurídico da Aeronáutica.

No Exército, os candidatos podem ser advogados provenientes do meio civil, ou militares de outras especialidades, ou ainda ofi-

ciais formados pelo ROTC, que requeiram adiamento do serviço ativo, mediante solicitação para frequentar a Escola de Direito. Ressalte-se que nos Estados Unidos, a formação do advogado constitui-se de 4 anos inicialmente na faculdade de Direito, passando em seguida a mais 3 anos na Escola de Direito. Após competitiva seleção, os aprovados recebem a Comissão de Oficial, e a seguir frequentam um curso de orientação militar de 2 semanas em Fort Lee, Virgínia, e então vão diretamente para Escola Geral de Direito em Charlottesville, Virgínia, para mais um curso básico de 10 semanas em práticas militares.

Na Marinha e no CFN, os candidatos devem adquirir a Comissão de Oficial através dos programas usuais de formação, aliada à formação civil em Direito. Após competitiva seleção, já como oficiais, receberão instrução inicial sobre o sistema de justiça militar na Escola de Justiça Naval (NJS), em Newport, Rhode Island. Ao término deste curso, serão incorporados ao Corpo Jurídico.

Como no Brasil, as Forças Armadas não dispõem de um Corpo Jurídico Militar. A título de ilustração, as considerações a seguir dão uma breve explanação das funções que são desempenhadas pelo Corpo Jurídico nas Forças Armadas dos EUA. Os oficiais advogados atuam nas mais diversas áreas do Direito, conforme se segue:

1- Justiça Militar Criminal e Disciplinar;

2- Legislação Contratual e de Aquisição;

3- Justiça do Trabalho;

4- Queixas e Responsabilidades Sobre Injúrias ou Calúnias;

5- Magistério;

6- Justiça Administrativa;

7- Assistência Jurídica ao Pessoal Militar;

8- Assuntos Internacionais;

9- Litígios;

10- Propriedade Real e Intelectual.

— O Programa para Candidatos a Oficial Após a Universidade

Este programa visa dar oportunidade aos jovens americanos já formados por alguma universidade americana reconhecida, e que desejem ingressar nas Forças Armadas. Basicamente, é um programa comum a todas as Forças, havendo apenas diferenças de currículos, apropriados a cada especialidade, além de variações na duração do curso.

O candidato deve passar nos exames e ser submetido a um Comitê de Seleção. Após um treinamento básico militar inicial, o candidato passará a prática de exercícios, aulas de Estudos Militares, treinamento no campo, liderança, organização e administração, ao término do que será comissionado como segundo tenente da reserva, passando ao serviço ativo.

No Exército, o programa é conhecido como Escola de Candidatos a Oficial (OCS — Officer Candidate School), e tem a duração de 22 semanas.

Na Aeronáutica, o curso é cen-

tralizado na Escola de Treinamento de Oficiais (OTS — Officer Training School), situada em San Antonio, Texas, e tem a duração de 12 semanas. Na Marinha e no CFN, tem a duração de 10 semanas.

B — O OFICIAL DA ATIVA (REGULAR)

Como no Brasil, os EUA mantêm em funcionamento três Academias Militares, com ensino em nível superior, para formação de seus novos oficiais que integrarão diretamente a Força Regular (Carreira). O programa prevê 4 anos de ensino universitário inteiramente custeados pelo governo, em regime de internato, ainda incluindo uma ajuda mensal para despesas pessoais.

Ao receber a Comissão de Oficial o militar tem o compromisso de permanecer na ativa por um mínimo de 5 anos. Em se tratando de formação dos oficiais que integrarão o Corpo de Oficiais Regulares, o Departamento de Defesa considera de máxima importância que as Academias Militares tenham prioridade absoluta no ensino Militar.

— A Academia Naval dos EUA (U. S. Naval Academy)

A Academia Naval estabeleceu-se em 1845 na cidade de Annapolis, no estado de Maryland, onde permanece até os dias de hoje. O Estabelecimento tem por finalidade formar os novos oficiais da Força Regular (Carreira), da Marinha

e do CFN dos EUA. Atualmente, são aceitos aproximadamente 1350 candidatos por ano, que quando matriculados passam a ser "Aspirantes" (Midshipmen). Ao término do curso recebem os títulos de Bacharel em Ciências e Bacharel em Artes, além do que são comissionados como segundos-tenentes do Corpo de Fuzileiros Navais ou Guardas-Marinha da Marinha de Guerra.

— A Academia Militar dos Estados Unidos (U. S. MA — United States Military Academy — West Point)

A Academia Militar dos EUA está localizada em West Point, no estado de New York. É um estabelecimento de ensino superior, também, com a finalidade de formar os novos oficiais do Exército Regular (Carreira). Foi criada através de um ato do Congresso no ano de 1802, sendo que seus métodos de treinamento e tradições foram determinados pelo Coronel Sylvanus Thayer, Superintendente da Academia de 1817 a 1833. Os candidatos devem requerer seu ingresso na Academia ainda no início (outono) do 2º ano do 2º Grau (High School), a partir daí ficando em condições de prestar exames e serem submetidos ao Comitê de Seleção. Todos os anos são admitidos cerca de 1.500 candidatos que, ao momento da matrícula, são incluídos no Exército Regular, como Cadetes. Ao encerrar o curso, o cadete recebe a Comissão de Oficial como segundo-tenente entre uma de mais de

30 especialidades a escolher, além do grau de Bacharel em Ciências.

— A Academia da Força Aérea dos Estados Unidos (United States Air Force Academy)

A Academia da Força Aérea foi criada em 1954, localizando-se aos pés das Montanhas Rochosas próximo a Colorado Springs, no estado do Colorado. O estabelecimento admite aproximadamente 1.500 jovens, entre homens e mulheres, em seu programa universitário de 4 anos, a cada ano. Os formandos recebem um grau de Bacharel em Ciências e uma Comissão como segundo-tenente da Força Aérea dos EUA. O programa educacional é altamente intensivo, com um currículo balanceado que inclui Ciências Físicas e Sociais. Adicionalmente, a Academia proporciona aos cadetes conhecimentos básicos em operações especiais através de matérias tais como Engenharia Astronáutica.

Como para as outras Academias, a admissão para a Academia da Força Aérea é geralmente feita por indicações de Senadores ou Representantes do governo dos EUA, mas outros caminhos para obtenção de uma indicação para admissão também existem.

C — A FORÇA EM RESERVA

A força em Reserva tem por finalidade complementar os efetivos da Força em serviço ativo, em caso de mobilização. O pessoal destinado ao oficialato é recrutado nas universidades, sendo que eles rece-

bem formação básica e específica juntamente com o curso universitário, recebendo ao momento de sua graduação uma Comissão de Oficial no primeiro posto. À luz do treinamento que é feito durante a faculdade, os novos oficiais cumprirão anualmente um programa de meios-expedientes (part-time) por um final-de-semana a cada mês, além de um treinamento de campanha com a duração de duas semanas. Todas as ocasiões em que desempenham serviço, seja nos finais-de-semana, no treinamento anual ou em caso de emprego, serão remunerados de acordo com o posto, pelo Governo Federal.

D — A GUARDA NACIONAL (National Guard)

A Guarda Nacional é constituída de grupos de voluntários da reserva do Exército e da Força Aérea dos EUA, com uma Força combinada autorizada de cerca de 500.000 homens, que se originou da milícia voluntária organizada em 1792. Cada estado, território e o distrito de Columbia tem suas Unidades da Guarda Nacional. As Unidades do Exército são administradas pelo Departamento da Guarda Nacional do Departamento do Exército e as Unidades da Aeronáutica pelo Departamento da Força Aérea. Os Atos Nacionais de 1920 e 1933 deram poderes ao Presidente para convocar as Unidades em tempo de crise nacional. Os Governadores podem também convocar as Unidades Estaduais durante greves, motins, desastres e

outras emergências. Em anos recentes, Unidades da Guarda Nacional têm controlado distúrbios civis, freqüentemente no meio de disputas.

Um integrante da Guarda Nacional presta um juramento duplo ao governo federal e a seu estado. Em tempos de paz, um guarda deve freqüentar 48 sessões de exercício e um treinamento de campanha de duas semanas, anualmente. O pessoal destinado ao oficialato é recrutado nas Universidades, onde realizará treinamento idêntico ao observado no parágrafo anterior, recebendo ao término da faculdade uma Comissão de segundo-tenente.

E — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto os oficiais da reserva como os regulares, mesmo antes do H. R. 13958, podiam cumprir os 20 anos de carreira na Força Armada, o que lhes garante a aposentadoria pelas leis americanas. Porém existiam diferenças entre os dois "status" no Corpo de Oficiais. A situação de oficial regular apresentava profundas vantagens em relação ao oficial da reserva durante o serviço ativo, no que tange a oportunidades na carreira, reduções em efetivo, promoções, além de outros aspectos. Após a aposentadoria, tanto os oficiais regulares como os da reserva são regidos em suas atividades pelas leis de conflito de interesses. Além das várias restrições comuns a ambos, os oficiais regulares não podem também:

— Testemunhar em processo de queixa contra o país, se eles estivessem em serviço ativo durante a ocorrência do fato;

— Testemunhar em processo de queixa que envolva a Força Armada dentro de dois anos após a aposentadoria;

— Representar qualquer pessoa na venda de qualquer coisa às Forças Armadas;

— Vender suprimentos ou material bélico dentro de três anos após a aposentadoria para qualquer ramo do Departamento de Defesa, a Guarda Costeira, a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica ou ao Serviço de Saúde Pública.

Além disto, os oficiais regulares devem registrar uma Declaração de Emprego com o Centro de Finanças e Contabilidade da Força, dentro de 30 (trinta) dias após a aposentadoria.

Por último, existe a Legislação de compensação dupla que limita o pagamento de aposentado do oficial regular que dispõe de um emprego federal. Estes oficiais recebem seu salário civil na íntegra, mas seus vencimentos militares são reduzidos a uma taxa anual no valor da primeira ajuda de aposentadoria (Aux Inatv), de US\$ 4.708,81 (dado de 01 Mar 79), mais a metade de seu vencimento normal.

Essas diferenças geravam uma situação desconfortante e insatisfatória para ambas as classes. Tais problemas perduraram até o surgimento do H. R. 13958.

A nova legislação estabeleceu uma força toda regular, a partir de, no máximo, 11 (onze) anos de

serviço ativo, o que naturalmente faz com que o militar ao atingir os 20 anos de serviço ativo pertença à Força Regular, desta forma eliminando as diferenças anteriormente existentes.

Ao leitor pode parecer que seria temerário a equiparação de oficiais de origens diferentes, ou seja, os regulares das Academias, há longo tempo estabelecidas, tradicionais e de inquestionável eficiência, com os da reserva, de formação militar simultânea com sua universidade (ROTC) ou em período curto, para o candidato já formado a nível superior (OCC, OCS & OTS). Como resposta a esta dúvida natural, surge primeiramente um fator comum; a formação universitária, através de uma confiável e consistente estrutura de ensino superior nos Estados Unidos.

Para um maior esclarecimento, nada melhor do que a análise do que os próprios militares americanos têm a dizer sobre os métodos de formação de seus oficiais, sejam da reserva ou regulares. O Maj. Gen. Larry M. Killpack, Assistente do Vice-Chefe de Estado-Maior, Assuntos de Pessoal, do Quartel-General da Força Aérea dos EUA, em um trecho de sua alocução, na cerimônia de formatura do ROTC do Instituto Politécnico da Virgínia (VPI/SU) em Blacksburg, Virgínia, no dia 9 de junho de 1978, enfatizou aos formandos: "... Não é por acidente que o ROTC é, por si só, a maior fonte de oficiais da Nação. Nós obtemos nossos oficiais de carreira de três fontes primárias. Vocês todos conhecem as

Academias Militar, Naval e da Força Aérea.

As Academias estabelecem um currículo especificamente planejado para se concentrar na educação e treinamento que necessitamos para uma proporção de nosso Corpo de Oficiais; no entanto, elas são estabelecimentos fixos com uma capacidade limitada. Mesmo se fosse econômica e administrativamente possível fazê-lo, não tentaríamos produzir todos os nossos oficiais de uma fonte única.

Nossas instruções do ROTC são ministradas como créditos de faculdades e universidades através do país.

Como as Academias das Forças Armadas, as Unidades do ROTC necessitam de um período longo para a seleção e formação de um oficial. Embora isto varie um pouco no ROTC (nós temos alguns alunos matriculados somente por dois anos), no entanto, precisamos saber de nossas necessidades com dois ou três anos de antecedência para programação dos meios e recursos destas instituições.

Não é possível tanto para o ROTC ou Academias alterar drasticamente os efetivos a serem formados para satisfazer as necessidades das Forças Armadas, no caso de exigüidade de tempo em uma emergência. Para isto, existe em funcionamento uma terceira fonte que pode muito bem atender a esta necessidade em pouco tempo, as Escolas de Treinamento e de candidatos a oficial (OCC, OCS & OTS). Nelas, com um mínimo de

tempo para seleção e formação, pode-se prover o fluxo de oficiais para o serviço ativo, mesmo para flutuação de efetivo rápida ou imprevista de acordo com a situação.

Mas, como já foi dito, o ROTC tem sido e é a nossa maior fonte dos oficiais da Força Aérea ao longo dos anos. De fato, cerca de 43% dos oficiais na lista de serviço ativo da Força Aérea hoje, foram comissionados através do ROTC. E, interessantemente, 43% dos oficiais da última lista de seleção para General de Brigada foram graduados pelo ROTC — quase o dobro da percentagem dos formados pela Academia da Força Aérea.

E, como um adendo, posso mencionar que a qualidade acadêmica média de graduados de ambas as fontes é excelente. De fato, os critérios acadêmicos para seleção ao programa de bolsas de estudo para o ROTC são iguais àqueles para admissão na Academia.

Os graduados pelo ROTC também têm uma outra característica que é valiosa para as Forças Armadas como organizações militares e para si mesmo como indivíduos.

Todos vocês têm tido convivência com a sociedade civil e no meio universitário, através de seus companheiros de faculdade e de seu dia-a-dia no "campus". Isto ajuda a assegurar que nós estamos basicamente em consonância com os valores da sociedade que servimos. Esse conceito é um dos mais antigos e mais cuidadosamente preservados entre todas as tradi-

ções das Forças Militares Americanas..."

Quanto à Guarda Nacional, além de atuar como instrumento governamental de acordo com a lei, ela funciona indiretamente como elemento congraçador da população, que em suma é quem integra seus efetivos. A responsabilidade pela manutenção da ordem pública não se limita apenas aos órgãos governamentais, ação esta que é exercida também efetivamente pela porção da sociedade civil que constitui a Guarda Nacional. É, portanto, um órgão importante na preservação dos valores e ideais comuns do povo americano, a um custo impressionantemente baixo, se considerados os benefícios que ela traz junto à opinião pública, mesmo em situações de normalidade, e nos malefícios que resultariam de sua não existência.

O recrutamento para o ROTC nas universidades e para o OCC, OCS ou OTS entre os voluntários já possuidores de um diploma de nível superior, representa, por si só, um passo muito importante na popularização das Forças Armadas, junto à classe intelectual mais esclarecida da sociedade civil, responsável pela criação de novas tecnologias, pelo estudo e apreciação das ideologias de governo, pela divulgação cultural em todas as camadas sociais, entre outros importantes aspectos. Além do que, estabelece como patamar para o oficialato, o nível superior, equiparando assim, culturalmente, estes oficiais aos egressos das Academias Militares.

IV — CONCLUSÃO

As profundas diferenças entre a estruturação do oficialato nas Forças Armadas Americanas e Brasileiras são um fato, como pode o leitor concluir. Todavia, é possível também identificarmos vários pontos positivos de grande importância na organização do oficialato americano, que podem ser de grande utilidade às Forças Armadas de qualquer país, pelos objetivos por eles atingidos, de interesse comum a qualquer nação.

Dentre esses pontos, pode-se ressaltar o estabelecimento do nível superior como plataforma cultural para o oficial da reserva. De fato, em qualquer país possuidor de uma infra-estrutura universitária confiável, a adoção do sistema de recrutamento de candidatos a oficial nas universidades é perfeitamente viável, sendo que a médio prazo, todos os oficiais da reserva disporiam de nível superior. Quanto ao custo para a instauração do programa, pode-se concluir que bastariam apenas algumas adaptações nos sistemas já existentes, mantendo-se os centros de formação já em funcionamento, para os períodos de treinamento em campanha ou em regime de internato, e destacando seu próprio pessoal para instruções nas próprias universidades, com o apoio de Unidades Militares das proximidades. À luz do que é feito nos Estados Unidos, o curso seria oferecido apenas nas universidades pré-escolhidas pelos Comandos Militares, e o número de vagas preenchido mediante prévia se-

leção entre os alunos candidatos ao ingresso no curso. Os objetivos a serem atingidos com a adoção deste programa, seriam os mesmos já mencionados neste artigo, quando da análise do modelo americano, além do que a especialização universitária do oficial poderia, eventualmente, ser aplicada a serviço das Forças Armadas.

O oficial das Forças Armadas Brasileiras, a par de suas primeiras obrigações, desempenha ainda funções de caráter singular. No aspecto jurídico, em seu dia-a-dia na caserna, freqüentemente o oficial pode ser encarregado de uma Sindicância, um Inquérito Policial Militar, ou mesmo a participação em Conselhos de Justiça. Extra-oficialmente ainda, presta apoio a seus subordinados, face ao grande número de problemas sociais e jurídicos que, inevitavelmente, os envolvem.

Para a defesa de seus interesses jurídicos, os militares dos Estados Unidos dispõem de um Corpo Jurídico de oficiais, anteriormente descrito neste artigo. A instauração de um programa similar em qualquer país, implicaria em um ônus adicional ao governo, sem sombra de dúvida. No entanto, em sendo do interesse do país um Corpo Jurídico Militar, poderia ser viável o aproveitamento de uma infra-estrutura sólida já existente. Em verdade, uma formação completa em Direito nas Academias Militares, como complementação do currículo já existente, supriria essas necessidades, representando um custo aceitável, considerando-se os benefícios a serem ob-

tidos com tal programa, pois além da formação de oficiais com potencial para integrarem um eventual Corpo Jurídico Militar, todos os oficiais de carreira, a médio prazo, passariam a dispor também de uma formação civil a nível superior, além da militar, na área do Direito, plenamente utilizável em seu trabalho nos Corpos de Tropa, seja qual for sua Arma, Quadro ou Serviço.

BIBLIOGRAFIA

- SUPPLEMENT TO THE AIR FORCE POLICY LETTER FOR COMMANDERS —

Nr 9 September 1978 — Publicado pelo *Escritório do Secretário da Força Aérea Americana*.

- DEFENSE 84 — ALMANAC — SEPTEMBER 84 — Publicado pelo *Departamento de Defesa dos Estados Unidos*.
- H.R. 13958 — Estatuto da Câmara dos Deputados que Regula o Oficialato nas *Forças Armadas dos Estados Unidos da América*.
- COMMANDER'S DIGEST — Vol 18, Nr 19, 06 Nov 75.
- PUBLICAÇÕES DE DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS DE RECRUTAMENTO E FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS AMERICANAS — Impressas pelos Serviços de Recrutamento das Forças Armadas dos Estados Unidos para o ano de 1984.



1º Ten Int José Viriato Coelho Vargas serve atualmente na Companhia de Dobragem, Manutenção de Pára-Quedas e Suprimento Pelo Ar. Formou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras no ano de 1980, no Serviço de Intendência. Possui o Curso Básico de Pára-Quedas (1984) e o Curso de Mestre de Salto (1985).



O PRÍNCIPE PERFEITO

Joaquim Thomaz

Foi de surpresa, senão, mesmo, de espanto, a indiferença da nossa imprensa ao registrar a morte, há dias ocorrida, do professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, figura ilustre de Mestre e de Historiador que o Brasil acaba de perder.

Era ele, em verdade, uma figura suma no campo da Intelectualidade, abrangendo as mais delicadas manifestações do Espírito, a elas dando o fulgor do seu talento peregrino que se apresentava sempre fulgurante fosse na prosa, fosse na escrita, fosse no verbo, pois que a sua ilustração não se restringia ou se acomodava em uma só destas coisas, mas era ampla, difusa, universal, não se atendo somente em escrever, mas também se expandindo no falar, quando por tantas vezes a sua

oratória chegava aos limites do Sublime.

Tive a fortuna de ser dele amigo por mais de sessenta anos batidos, desde a vez em que nos encontramos na redação da "GAZETA DE NOTÍCIAS" como redatores do jornal, e que tínhamos vinte e vinte e um anos, respectivamente, com a cabeça cheia de sonhos e o coração palpitando à glória da mocidade que enfrentava, galharda, as asperezas que íamos encontrando no nosso caminho de rapazes pobres que necessitavam trabalhar para poder prover-se do necessário para as nossas vidas que vinham despontando...

A hora crucial, mesmo, para que estivéssemos todos ou quase todos — redatores, repórteres, fotógrafos, contínuos — nos seus lugares na redação, era de cinco às

oito, quando cada um de nós fazia o seu trabalho e o entregava ao José Guilherme, então secretário, homem sisudo, grave, solene, lido nos clássicos, que também secretariava a "A NOTÍCIA" que naquele tempo se imprimia em papel cor-de-rosa e era dirigido pelo querido Candido Campos, o homem das camisas mais espalhafatosas e das gravatas mais berrantes que já conheci neste Rio de Janeiro.

Quando o Wladimir Bernardes, dono do jornal, chegava à "Gazeta", todo mundo corria a vê-lo no seu gabinete. O nosso diretor era um homem de mil simpatias. Repartia-se, com efusão, por todos nós, dando atenção a todos e a todos tratando com doçura e afeabilidade. A maioria queria "vales" de vinte e trinta mil réis já preparados, que necessitavam da rubrica do "chefe" para serem pagos pelo Ernesto Bernardes, tio de Wladimir, que então exercia as árduas funções de gerente. Estava no poder Artur Bernardes e a "Gazeta" ia próspera nesse tempo com grande publicidade que lhe era dada por influência do governo. Além do Pedro Calmon e eu, ainda lá estavam na redação o Humberto de Campos, o Waldemar Bandeira, o Sisínio Rodrigues, o Alfredo Bernardes, o Astério de Campos, Mme. Chrysanthème — famosa jornalista, hoje quase inteiramente esquecida — Franklin Palmeira, Francisco Schettino, Madeira de Freitas, Dermeval Sá Lessa, Raul de Leoni, Agripino Grieco, Eduardo Daneman, Délio Flôres, Raymundo Magalhães (pai do acadê-

mico de igual nome), Carlos Cerqueira, Adauto Sobral, Joaquim de Melo, o fotógrafo Jatahi, os contínuos Ermirio e José Riola, nome um pouco esquisito, mas que lhe caía bem pela sua figura magriça e macilenta, com sua bigodeira à lusitana e a sua careca luzidia, mas perfeito sempre no trato respeitoso com que nos distinguia quando nos vinha servir o café, fazendo sempre uma medida e nos chamando sempre de "vossas excelências". Usava suspensórios e colarinho alto com uma surrada gravata borboleta. Era típico o Riola com as suas medidas e as excessivas gentilezas.

Mas, regressemos ao tema principal deste artigo que é o Pedro Calmon, que seria, mais tarde, catedrático de Direito Constitucional na Faculdade Nacional de Direito, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras e Sócio da Academia das Ciências, de Lisboa, homem afável e bom, homem digno por todos os aspectos em que pudesse ser visto, e que realizou uma obra memorável quando Reitor da nossa principal Universidade, impulsionando-a, desenvolvendo-a, acelerando-a, modernizando-a, pondo-a no mesmo nível das principais Universidades de todo o mundo e dotando-a de professores do mais alto nível pedagógico e que bem entendiam do seu árduo ofício da arte de ensinar.

Quero contar aqui um episódio ocorrido entre eu, o Pedro Cal-

mon e o Humberto de Campos e vários redatores na redação da "Gazeta de Notícias":

Humberto de Campos que lera um soneto meu publicado na véspera na respectiva seção literária do jornal, logo que entrei na sala da redação foi me dizendo: "Parabéns pelo bonito soneto de ontem! Mas você escreveu ali um adjetivo que compromete inteiramente a estrutura dele. É o adjetivo "BRUSCO" que está rimando com "OFUSCO" e, levantando-se da cadeira onde estava sentado, tomou-me pelo braço e caminhou comigo até onde estava a coleção do jornal do mês, disposta sobre uma larga mesa forrada de feltro verde. Abriu o jornal e foi direto à página onde estava impresso o soneto e leu:

*"A estrela viva dos meus sonhos
eras*

*Tu, meu Amor, que assim
resplandecias:*

*Com tua luz vivíssima vivias
Com todo brilho das demais
esferas!*

*Tinha a tristura hibernica das
heras*

*O teu olhar de lâmpadas
doentias,*

*Farta de bens jamais tu te sentias,
Cheia de males de antiquadas
Eras!*

*Ardeste sempre no meu teto
BRUSCO,*

*Na tua sombra agora inda me
ofusco,*

*Procurando-te a luz entre os
abrolhos;*

Vivo só te esperando noite e dia,

*Com saudade de quando
escurecia*

E tua luz me adormecia os olhos!"

A turma, generosa, bateu palmas, quando Calmon sentenciou: o Brusco estava absolutamente certo, pois que eu o empregara corretamente no sentido de embaçado, de turvo, de nevoento, de cerração. Corremos todos aos dicionários e lá estava: "Brusco — do Latim Ruscus ou do Italiano Brusco? — áspero, arrebatado, imprevisível, rápido, ESCURO, NUBLADO, SOMBRIO". No auge da alegria, pois que todos nós sorriamos com o sucedido, Humberto nos disse a todos que tinha aprendido mais uma, pois até ali "brusco" era para ele uma coisa que acontecia sem se esperar, de modo inesperado, surpreendentemente.

Daí para cá Pedro Calmon e eu, quando nos víamos, e se acaso, quiséssemos nos referir ao memorável Humberto de Campos, não o evocávamos pelo nome de batismo, mas, apenas e só, pelo designativo de "O Brusco", o que fazíamos por entre boas risadas e o próprio Humberto, que sabia disso, também ajudava a rir, pois que era um episódio longínquo da nossa distante mocidade e servia muito para adoçar a lembrança dos nossos primeiros embates na nossa comum e idêntica peleja de trabalhar para sobreviver.

Fiquei pasmado, suspenso, lerdo e quedo quando vi o modo por que trataram o fato doloroso do passamento de Pedro Calmon. O noticiário da imprensa foi o mais pífio possível, à exceção louvável

de dois ou três jornais. A televisão, tão pródiga e exagerada para com certas coisas que acontecem neste País, foi da mais enervante mudez, não registrando no vídeo o cortejo do grande morto no Cemitério de São João Batista.

A pobreza mental, da qual constantemente padecemos, só abre alas e canta loas a certos afortunados que estrelam o nosso futebol e o nosso carnaval. Quando morre algum deles é, então, um deus-nos-acuda: as fanfarras ressoam aos ares, os jornais abrem páginas de alto a baixo para celebrar o "gênio" que soube, em vida, arrastar aos pés uma bola ou, então, puxar um samba nas passarelas da cidade. As multidões se movimentam e, quase sempre, transformam um féretro numa festa. Só faltam soltar fogos. Enterram o morto debaixo de cantorias que até o enterro fica mais parecido com um *meeting* político do que mesmo uma cerimônia grave e séria como deve ser o da despedida de alguém que parte deste mundo.

A gente fica contristado com o ver a desenvoltura dos fãs que acorrem ao campo-santo para o enterro de um baterista de roda de samba ou de um ponta-esquerda que disputou e ganhou com muitos gols renhidas partidas de futebol. Mas tudo isso a nossa boa gente faz com a maior candura e pureza, com a inocência de uma criança quando atira uma pedra. A boçalidade enreda-a toda e não há por que tirá-la daí...

Felizmente não houve nada disso no enterro do inolvidável amigo Pedro Calmon. Os amigos que

o levaram à sua tumba— onde dormirá justamente até à chegada das trombetas do Juízo Final — portaram-se como deviam se portar. Estavam todos compungidos e tristes com a sua infausta morte tão de todos nós sentida, tão de todos nós chorada, tão de todos nós lastimada, pois que todos o admiravam, o queriam, o estimavam pelas suas excelsas virtudes de cidadão e de cavalheiro.

Sob certos aspectos podia-se encontrar na sua figura a daquele infelizmente rei Dom João II, de Portugal, a quem a História chamaria o Príncipe Perfeito — administrador excelente, homem de ação e de brio, morto envenenado em Alvor, junto de Faro, no Algarve, e que teve um governo sobremodo movimentado, quicá arejado, quando revolucionou toda a vida administrativa da veneranda Lusitânia de tantas glórias, e com mão forte conteve o ímpeto dos fidalgos que contra ele conspiravam, eliminando-os com a ajuda de seus fiéis.

A semelhança de Calmon com tal personagem pode ser vista, também, na equânime simpatia de que ele gozava em todas as rodas da sociedade brasileira, mormente naquelas em que ele era pessoalmente conhecido e nas quais se fazia estimar pelas excelências de seu bom caráter e pelos afagos de seu coração.

Era de fato um príncipe perfeito pelas realizações que fez com a sua inteligência e a sua sabedoria, quer no campo de seu trato humano — afável e sempre gentil — como ainda na lavoura a que o seu



Infantaria, o que, aliás, é uma possibilidade comum às demais Armas e Serviços.

Deve dispor de pessoal adestrado para, junto com os equipamentos adequados prestar apoio logístico a partir de uma área selecionada, no terreno, sendo desejável, mas não imprescindível, o aproveitamento da infra-estrutura econômica local.

Para fins de otimizar a eficiência e eficácia do apoio, seus meios devem, em princípio, ser empregados de forma concentrada. O apoio de manutenção, por sua vez, deve sempre que possível incluir a presença de equipes trabalhando junto às Unidades apoiadas.

Veremos em seguida as implicações das características acima resumidas para a administração, instrução e filosofia de trabalho do B Log como uma Organização Militar específica de apoio.

Instrução

Toda a instrução do B Log deve ser planejada com vistas à missão específica ou função essencial da Unidade: prestar apoio logístico a uma GU, em campanha ou em tempo de paz. Para cumprir essa missão primordial, a Unidade deve dispor de pessoal especializado em diferentes áreas como mecânica de automóveis e de armamento; usinagem; solda; pintura; lanternagem; capotaria; marcenaria; eletricidade de automóveis; saúde; condução de viaturas leves e pesadas, comuns ou especializadas; armazenagem e distribuição de combustíveis e lubrificantes, gêneros

alimentícios e peças de reposição em geral.

Desse modo, o adestramento dos B Log está relacionado ao desenvolvimento das habilidades e especializações necessárias aos trabalhos de manutenção e relacionados a indivíduos, frações, Subunidades e à Unidade como um todo. Os homens devem ter capacidade de efetuar os trabalhos especializados tanto na sede do B Log quanto no campo, pressupondo-se, inclusive na pior hipótese, dada a localização da área de apoio logístico, de não se poder contar com nenhum ou quase nenhum recurso local, isto é material ou infra-estrutura industrial e de serviços.

Além do adestramento, a Unidade deve buscar também, através da instrução, melhorar o seu aprestamento — capacidade de no menor tempo possível passar de uma situação de paz ou de rotina para outra de pronto emprego operacional — em condições de rapidamente deslocar-se e desdobrar-se no terreno prestando seu apoio.

Esta capacidade implica em dispor do pessoal adestrado e do material, incluindo viaturas e equipamentos, em condições adequadas de uso e de deslocamento.

A Unidade deve, ainda, como requisito operacional, ter condições de defender-se a si própria, o que inclui a defesa das instalações e dos comboios nos deslocamentos.

Vemos assim que a operacionalidade do B Log está estreitamente ligada a sua especialidade como organização de manutenção e suprimento, distinguindo-o das demais

OM, principalmente as de combate e, em menor escala, das de apoio ao combate. O truísmo ou caráter óbvio da proposição é apenas aparente haja vista a tendência de os Cmdo de GU tratarem as OM subordinadas de forma homogênea, partindo do princípio que os B Log são "antes de mais nada, Organizações Militares" e, portanto, sujeitas às mesmas injunções do serviço.

Este ponto é fundamental, sendo justamente o objetivo maior do presente trabalho, tentar demonstrar que o B Log embora não possa ser igualado a uma empresa, deve ser administrado de forma empresarial e ter respeitada a sua natureza específica e técnica, voltada à produção.

A consequência principal para o planejamento da instrução, das considerações feitas acima é o caráter essencial e pragmático sob que deve ser encarada a instrução de qualificação de modo que o soldado aprenda fazendo, trabalhando em estreito contato com o graduado chefe da equipe, à semelhança do relacionamento aprendiz-artesão nos primórdios da industrialização. Estamos nos referindo apenas às QM das seções ou oficinas que efetivamente estão voltadas para os trabalhos de manutenção ou suprimento; as demais poderão ter uma IIQ normal, como nas demais OM.

A IIB continuaria a ser ministrada conforme prevê o PP, visto ser fundamental tanto para a formação do reservista quanto para o próprio serviço militar e disciplina que os novos soldados tenham

uma sólida formação militar inicial, conservada ao longo do ano com o mínimo indispensável de Ordem Unida (Formaturas), Educação Física e Serviços de Escala.

A parte comum do IIQ seria incorporada à IIB, considerando-se suficiente o período de dez semanas para a formação básica do soldado de B Log. Convém lembrar que o Cmt OM pode alterar as previsões de carga horária dos PP, a fim de atender às peculiaridades da Unidade.

A parte peculiar da IIQ das QM diretamente ligadas ao esforço de produção do B Log seria ministrada através do desempenho efetivo dos cargos correspondentes no próprio trabalho nas oficinas, ao longo do restante do ano, conforme previam os PP antigos.

A justificativa para as propostas acima é que não podemos deixar de considerar que o recruta incorporado num B Log (e com mais forte razão nos Parques) deve ser encarado sob um enfoque duplo: 1º) O do Serviço Militar; neste caso deve ser formado como soldado após a IIQ. 2º) O do B Log como uma OM específica com encargos específicos de produção, semelhantes a uma empresa de manutenção privada, carecendo de mão-de-obra semi-especializada. Acreditamos que ambos os objetivos seriam atingidos mediante a IIB (10 semanas) e o trabalho diário nas oficinas no restante do ano. Isto porque em caso de mobilização o que o B Log vai precisar realmente é de homens especializados nas áreas de manutenção e suprimento de material bélico os quais, após

breve reciclagem da instrução básica estariam em condições de desempenhar suas tarefas de natureza técnica. O mais difícil, custoso e demorado é a formação de especialistas e não a do combatente básico.

O CFC, por outro lado, deveria ter igualmente um caráter altamente pragmático na fase peculiar, de modo que os instruendos realmente tivessem oportunidade de executar os trabalhos previstos nas suas QM, após uma breve introdução teórica de cada assunto correspondente. A oficina, e não a sala de aula, deveria ser o local mais frequente de instrução.

Estamos querendo defender que a instrução de Cabos e Soldados dos B Log deve ser adaptada às peculiaridades da OM como Órgão de Manutenção, sem prejuízo sensível dos objetivos essenciais previstos nos PP.

Administração e Filosofia de Trabalho

No que se refere ao apoio logístico, o B Log pode ser comparado a uma empresa privada prestadora de serviços de manutenção (incluindo o suprimento). Dessa forma, deve sofrer as mesmas injunções administrativas no campo da Administração de Produção que é uma área especializada da Administrativas no campo da Administração de Produção que é uma área especializada da Administração de Empresas. Isto não significa que o B Log deva ser igualado a uma empresa, visto que, por ser uma OM, sofre injunções insubs-

tituíveis e intransferíveis. A orientação do Cmdo é que deve ser empresarial e não tratar a Unidade como se ela fosse de arma base.

Aceita a premissa acima, segue-se todo um corpo de reflexos sobre a instrução, já tratados, e sobre a filosofia de trabalho e de atuação do pessoal, particularmente dos oficiais: exercício efetivo das funções de Planejamento e Controle da Produção; uma Seção de Compras dinâmica e flexível; avaliação de custos; controle de estoques sistemático e constante; supervisão adequada da mão-de-obra; controle de qualidade; desenvolvimento de sistemas e métodos de trabalho, treinamento especializado do pessoal, acompanhamento do desenvolvimento tecnológico relativo a novos processos de trabalho, ferramental e auto-peças, etc; enfim, toda uma gama de atividades no campo de racionalização do trabalho e de uma gestão empresarial da organização.

Pode-se dizer que o B Log como organização prestadora de serviços exige para ser eficiente e eficaz, de parte de seus oficiais, particularmente do Cmt, E/4, E/3, Cmt e Subalternos da Cia MB e Cia Int conhecimentos de Administração de Empresas, em especial de Administração de Produção, além de um mínimo de conhecimentos técnicos relativos ao material e serviços ligados à manutenção e suprimento de Material Bélico e ao Transporte.

O que vemos, no entanto, é que algumas vezes os oficiais classificados em B Log não dispõem,

por formação, dos conhecimentos, vivência e experiência exigidos. atuando, em consequência, como diletantes, sem compreender as peculiaridades da OM. O fato se agrava por ser o B Log Unidade que reúne oficiais de diferentes Armas e Serviços, além de receber tratamento não diferenciado dos Cmdo de GU, cujos oficiais do EM também tendem a não perceber e respeitar a natureza logística de Órgão de Manutenção dos B Log.

Desejamos reiterar que não estamos advogando uma "apaesanição" dos B Log, pois seria altamente negativo e prejudicial para uma OM, funcionar e ser comandada e administrada como se fosse uma organização civil, perdendo as características da profissão militar. As formaturas diárias, as solenidades cívico-militares, os serviços de escala, o culto aos nossos valores, vultos e símbolos nacionais, o respeito às normas disciplinares militares são fatores indispensáveis e insubstituíveis numa OM e devem ser seguidos nos B Log. Advogamos sim, atenção no caráter específico e logístico da Unidade, a orientação do Cmdo concentrada na missão principal da OM: prestar apoio logístico na paz ou em operações.

O Cmdo do B Log é difícil justamente por ser uma OM logística com os problemas comuns das demais OM acrescentadas de outros de caráter mais técnico e de produção. (Vtr, Conj e Armamento das OM apoiadas).

O que fazer? O que propomos para superar as dificuldades apontadas?

Julgamos que os Cmt de B Log deveriam sempre que possível ser escolhidos dentre aqueles oficiais com curso de moto ou armamento ou com alguma vivência em Unidades de Manutenção. Reconhecemos, no entanto, que alguns oficiais de armas classificados em B Log se esforçam e são bem-sucedidos em adquirir mentalidade logística, prestando bons serviços à Unidade. Alguns, inclusive, adquirem ao longo da carreira, experiência, vivência e conhecimentos profundos de apoio logístico. Os S/3, pelo menos deveriam ser Capitães com EsAO ou Majores de Material Bélico ou de Intendência. Os B Log devem procurar inscrever seu pessoal de produção em cursos de treinamento sem ônus, ministrados pelas Empresas Automobilísticas ou de Auto Peças, nas próprias sedes das Unidades e se possível, trazer o pessoal civil instrutor para dentro da própria OM. Os Tenentes de Mat Bel devem aprofundar-se mais no conteúdo técnico da manutenção, pesquisando diretamente junto a profissionais civis ou lendo publicações técnicas, distribuídas pelas empresas do ramo. De forma semelhante, uma parte dos oficiais de Intendência deveria ter oportunidade, na carreira, de se dedicarem à logística em contraposição à Administração Financeira e Orçamentária, o que aliás já foi tema de proposta ao EME.

Os EM das GU poderiam evitar sempre que possível, atribuir aos B Log encargos estranhos às missões de apoio logístico. Deveriam, ainda, atentar para a natureza es-

pecífica da OM em todas as missões atribuídas às OM da GU, o que não significa que o B Log não deveria participar de qualquer evento, e sim, que nos planejamentos, a participação dos B Log deveria ser coordenada e influenciada pela sua natureza específica de órgão logístico.

Os EM de GU devem considerar que, quanto mais um B Log puder trabalhar na sua rotina, concentrado no apoio logístico, mais ele estará se adestrando bem como preparando adequadamente a reserva.

Conclusão

Esperamos ter feito algumas observações úteis quanto aos B Log como Organização Militar específica. Tentamos defender a Logística Militar que ao lado da tática e da estratégia formam o grande tripé de nossa profissão.

Nossa posição é que a Logística deve ter maior atenção e maior peso no ensino, na instrução e nos planejamentos operacionais.

Antes de se debater a questão se o Mat Bel deve ser Quadro, Arma de apoio ao Combate ou Serviço¹ é preciso que ele, através das OM correspondentes, particularmente, dos B Log, aperfeiçoem seu adiestramento e aprestamento, fazendo-se respeitar pela eficiência e eficácia do seu pessoal e daquelas Unidades, o que exige muito esforço e trabalho, com a agravante da falta de recursos. Estamos exortando o aperfeiçoamento dos B Log e do seu pessoal, o que não implica, obviamente, em qualquer crítica negativa ao estado atual deles, mesmo porque não dispomos de dados obtidos de pesquisa de campo quanto à qualidade do apoio prestado pelos B Log do Exército como um todo, o que aliás, seria interessante que fosse efetuado.

1 Em recente artigo é feita uma explicação didática das origens e fundamentos doutrinários da Logística. Ver "A ARMA DE LOGÍSTICA" do Ten Cel Int QEMA Luiz Geraldo Matheus Figueira — A DEFESA NACIONAL — JAN/FEV 84.

O Ten Cel QMB Ivan Fialho tem os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da EsAO e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). No campo civil, é graduado em Administração Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, com Mestrado em Administração de Empresa, na área da Teoria de Organizações e Comportamento Organizacional, pela Escola de Administração de Empresa de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Está atualmente servindo no Comando da 9ª RM/DE e Comando da 2ª DE.

Fiatalis.
Com a mais
moderna e
completa linha
de máquinas,
faz muito mais.

Nivela por cima a qualidade dos seus produtos.

Para isso ela teve que se transformar na fábrica mais bem equipada da América Latina.



Carrega a responsabilidade de ser a melhor.

Assistência técnica espalhada por todo o país e rápida reposição de peças.



Dá a maior força para o pessoal do campo.

Para um país com vocação agrícola, nada melhor do que o talento da Fiatallis.



Cava empregos para os trabalhadores brasileiros.

No Brasil, gera milhares de empregos diretos e indiretos, entre operadores, mecânicos, técnicos e engenheiros.



FIATALLIS

Procure uma concessionária Fiatallis. Ela pode fazer por você muito mais do que você imagina.



35 ANOS EM NOSSA TERRA



ASPECTOS FILOSÓFICOS E EDUCACIONAIS NA OBRA DE RONDON

Parte II

João Marinonio Aveiro Carneiro

RONDON E O RONDONISMO

VIDA

Iniciando sua vida como ajudante do então Major Antonio Gomes Carneiro, herói da Lapa, o 1.^o Tenente do Estado-Maior de 1.^a Classe, em 1890, viu abrir-se diante de si uma vida em prol da Religião da Humanidade.

Em sua trajetória pelos Sertões do Brasil, Rondon não só tratou dos problemas ligados à Telegrafia. A gama de trabalhos desenvolvidos são de tal ordem que apresentamos em anexo a este trabalho. De vida simples e austera, desde os tempos primeiros de sua existência, nunca saiu da Escola Militar enquanto aluno. Sem livros por não possuir recursos, buscava através de grande esforço e persistência, com anotações e estudo, o

almejado título de alferes-aluno o que poderia liberá-lo um pouco de tanta privação que se impunha. Tal desiderato custou-lhe quase que a própria vida, vítima que fora de insidiosa doença.

Vencida esta etapa, apesar de dificuldades inúmeras, consegue, em 04 de julho de 1888, o almejado título de Alferes-aluno. Era um título acadêmico de difícil obtenção, vez que era um prêmio àqueles que, no 1.^o e 2.^o anos, não tivessem obtido nota inferior a "*plenamente*" em nenhuma matéria.

Participante de primeira hora dos movimentos abolicionista e da Proclamação da República, Rondon via em seu mestre Benjamin Constant, o paradigma a ser seguido por toda a vida. Sendo necessário a ligação entre a "*Brigada Estratégica*" e os oficiais revoltados da Armada, Benjamin Constant, indica-o juntamente com Tasso

Fragoso para tão importante missão.

A República recém-proclamada institui a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia, para ali vai Rondon. Sempre desejara construir um dia a carta de seu Estado natal. Seguidor, com fervor, das idéias de José Bonifácio de Andrada e Silva, que já em 1823, propunha a extinção do tráfico dentro de 4 a 5 anos, abolindo gradualmente a escravidão dentro de 33 anos, defensor da fraternidade entre os Homens, da liberdade dos negros e de proteção ao silvícola, trilogia que foi a sua marca ao longo de sua vida.

Podemos caracterizar a vida de Rondon, sertanista e explorador, em fases. A primeira delas, de 1890 a 1898, em que foram assentados 580 Km de linha e o levantamento topográfico de 600 quilômetros de estrada por terras nunca dantes atravessadas por homem branco, a terra dos Bororo. Esta foi, em suas próprias palavras *"minha escola, meu chefe, e que haveriam de empenhar toda a atividade de minha vida e o meu inquebrantável entusiasmo pelo serviço da Pátria e da República"*²⁹

De 1892 a 1898, como chefe do 16.^o Distrito Teleográfico de Mato Grosso, foi refeita a linha de Cuiabá ao Araguaia e levantados os dois divisores do Rio das Mortes, o principal, como o São Lourenço e o secundário, como o Rio das Garças.

Sua segunda fase ocorreu no ano de 1899 que foi passado por inteiro no Rio de Janeiro como auxi-

liar técnico da Intendência Geral da Guerra sob o General Francisco de Paula Argolo, quando então tratou do mapeamento entre os rios Cuiabá e Araguaia que tanto palmilhara anteriormente.

Seu regresso ao sertão em 1900, marca-lhe nova fase, a terceira. Chefe da Comissão Construtora da Linha Telegráfica do Sul de Mato Grosso. Ali ficaria até 1906, assentando 1656 quilômetros de linha. Trabalhos Topográficos e Astronômicos são realizados.

Em 1907, outra fase se inicia, a construção da linha telegráfica do Noroeste de Mato Grosso que se estenderia até 1914. Nesta fase, ocorreu a Expedição Roosevelt - Rondon que, iniciando-se na foz do Apa penetrou pelo rio da Duvida chegando até Manaus, num percurso de mais de três mil quilômetros, quando ocorreram estudos dos mais profícuos, listados em anexo. Deste trato com o sertão surge-lhe a condição da prática humanística do trabalho de proteção ao verdadeiro dono das terras, o indígena, acalentada desde seus tempos de menino, em Mimoso.

O Ministro da Agricultura Rodolfo Miranda o escolhe em 1910, para organizar e dirigir o serviço com a maneira que seguira até então de tratamento humano e pacífico com o indígena. É claro, entretanto, que tal idéia não surgira repentinamente, fora antes o resultado de uma vivência exaustiva no contato direto com o indígena.

São bem claras suas idéias.

"Tal diretriz não se traçara ao acaso de uma inspiração do

momento; ao contrário disso, foi ele o fruto de um dever maduramente aceito como produto necessário de convicções e de sentimentos que nos conduziram a respeitar as indefesas populações fetichistas nas suas propriedades, nas suas pessoas, e nas suas instituições políticas, sociais e religiosas.

Os meus abnegados companheiros de desbravamento de sertões e de explorações geográficas aceitaram e sempre praticavam o lema inflexível que constitui a bandeira destas Expedições.

Afrontar todos os perigos, até a morte, mas nunca matar³⁰.

Caingang, Botocudo, Parintintin.

Nhambiquara, Barbado, Kep-Keri-Nato.

Parnanat, Tacuatep, Ipsat-Nat, Urumi.

Aritime, Bororo, Pareci, Bacaheri, Jarús.

Urupás, Caripumás, são contatados, estudados e respeitados.

Na fase de 1915 a 1919, — o Sertão do Juruena é descoberto. O vale do Araguaia, Xingu, Tapajós. Levanta-se o vale do Paraguai, traça-se o divisor do Paraná com o Taquari e Aquidauana. As cabeceiras dos rios Correntes, Itiquira, Garças e São Lourenço do Arinos, Teles Pires, os divisores destes rios e do Xingu com o Cuiabá e rio das Mortes. Retraçam-se os cursos do rio Paraguai e seus tributários, Miranda, Aquidauana, Negro, Taquari, São Lourenço, Piquiri, Correntes, Itiquira, Cuiabá,

Tenente Lyra e Jaurú, Aporé; afluentes do Paranaíba, Araguaia e seus tributários; das Garças e das Mortes; Fresco, tributário do Xingu; Teles Pires, confluyente do Juruena; Roosevelt com seus formadores Duvida e Capitão Cardoso; Gy-Paraná e seus tributários Jarú, Anary e Machadinho, Jamaré e seu confluyente Candeias; Jacyparaná e seu tributário Branco; Sucundury e Canuamam; alto e baixo Guaporé e seus tributários Corumbiara, São Miguel e Cantario; baixo Mamoré. Descobre-se a serra do Norte e sua origem, cujas nascentes do rio Nhambiquara, 12 de outubro e Ikê se encontram.

Servindo à Nação brasileira que tanto amara por setenta e quatro anos, vinte e cinco dos quais depois de reformado, situa-se Rondon, como já tantos o colocam "primus inter pares". Assoma também como aquele que mais de si deu em termos de descoberta de regiões até então virgens, podendo-se estimar entre 300.000 a 500.000 quilômetros quadrados de área desbravada.

Em sua longa permanência, sempre com serviços pesados e exaustivos, em regiões, nas mais das vezes endêmicas em que foram inúmeras vigílias e fomes, agiu sempre como um soldado, uniformizado e em cumprimento aos regulamentos militares. Pacificou, individualmente, tribos indígenas temidas por sua periculosidade, descobriu novos grupos de silvícolas, criou núcleos indígenas e os educou.

Oficializou a mística de proteção ao índio — o verdadeiro dono

da terra — sendo o inspirador da criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, e do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1930, em cuja chefia esteve em primeiro lugar.

Realizou orientação geral em estudos de História Natural, Geologia, Mineralogia, Paleontologia, Botânica, Zoologia e Etnografia. Graças a seus trabalhos, ficaram conhecidos pelo mundo, geólogos como: Euzébio Paulo de Oliveira, Alberto Betim Paes Leme, zoólogos como: Alipio de Miranda Ribeiro, botânicos como: Frederico Carlos Hochne, João Geraldo Kuhlman, Alberto José Sampaio, etnógrafos como: Edgard Roquette Pinto, o alemão naturalizado e amigo dos índios Kurt Nimendaju e João Barbosa Farias, paleontologistas.

Era conhecedor dos hábitos e nomes vulgares de quase todos nossos animais vertebrados e invertebrados, das plantas de nossos bosques e sua utilidade. Conhecia os nomes e localização de minuciosas tribos. Falava corretamente o Bororo e circulava por outras tantas línguas indígenas.

Como Inspetor de Fronteiras, palmilhou-as todas, com exceção da que temos com o Uruguai tendo como resultado maior, boas cartas parciais e gerais e relatórios profundos, trabalhos que reputamos como novos no gênero e que são ainda inéditos.

Porém seu destaque maior foi com relação ao Homem. Homem que era a meta da Religião da Humanidade. O devotamento, a tenacidade, a conduta virtuosa, a

força moral, a paciência na resolução de impasse entre os homens e nações tiveram em Rondon a expressão máxima.

No caso de Leticia, por exemplo, a forças colombianas e peruanas já estavam mobilizadas e tomando posições de guerra quando Rondon, General-de-Divisão Reformado, de forma pessoal, interveio como Árbitro do Brasil. Os delegados dos países em conflito são mudados, o do Peru, duas vezes, o da Colômbia, cinco, mas Rondon permanecia inquebrantável no servir. Perdeu um olho por falta do cuidado exigido ao caso, mas a paz é finalmente conseguida, graças a este Homem para quem a Fraternidade Universal era apanágio maior.

Conseguiu de seus oficiais, seus auxiliares militares e civis, a execução de trabalhos não só que se apresentavam como superiores à condição física dos homens, mas em muitos casos, acima, inclusive dos conhecimentos acadêmicos que possuíam. Exemplo típico disto é a assertiva do Major Luiz Thomas Reis, que foi na Comissão Rondon, Desenhista-Cartógrafo, Fotógrafo e Cinematografista — o primeiro técnico a filmar paisagens e animais selvagens no interior do Brasil.

Colaborador emérito, emprestou seus trabalhos à pátria brasileira, não só no Ministério da Guerra, mas o fez no Ministério da Viação (1890-1891), no da Agricultura, porque nele foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (1910) e o Conselho Nacional

de Proteção aos Índios (1939) e no Ministério das Relações Exteriores, por quatro vezes. A primeira, quando da visita de Theodore Roosevelt, em que o Presidente Hermes da Fonseca e o Ministro Lauro Muller entenderam de colocá-lo à disposição do ilustre visitante para um percorrer dos sertões brasileiros. A segunda, em 1921, quando da visita do General francês Mangin, grande africanista. Face a esta consideração, Rondon é designado pelo Presidente Epitácio Pessoa e seu Ministro Azevedo Marques para acompanhá-lo, vez que Rondon era o grande defensor da fraternidade entre os homens e havia lutado nas campanhas abolicionistas brasileiras. O General Mangin, em discurso na Escola Militar, aponta o General Rondon como modelo a ser imitado por cadetes e oficiais de todos os postos.

A terceira vez, quando Árbitro Internacional a respeito do artigo 6º do Protocolo de 24 de maio de 1934 na dissensão entre o Peru e a Colômbia, no tocante a posse do Porto de Letícia.

A quarta oportunidade surge em 1943, quando da visita do Presidente da Bolívia, General Penaranda. Rondon está reformado desde 1935, mas o empenho do governo brasileiro foi de tal ordem ao próprio Itamarati, mandou confeccionar novos uniformes para Rondon, a fim de que o presidente boliviano o tivesse ao lado, em primeiro uniforme.

Sintetizando, podemos classificar seus serviços humanitários

prestados no interior do Brasil da seguinte forma:

1º — No Setor Geográfico Geral;

2º — Em contato com os aborígenes;

3º — Na construção de um sistema de linhas telegráficas;

4º — Nos domínios da História Natural.

Como ele, somente Benjamin Constant, seu mestre amado, consegue — em tempo de paz — levar seus discípulos a uma grande obstinação no cumprimento do dever. Agindo pela palavra e pelo exemplo, levou-os aos maiores sacrifícios na ânsia maior do dever cumprido.

O exemplo de suas conferências e Ordens do Dia realizadas ao longo dos anos, afloram-nos dados que nos levam a concluir sobre o pensamento de Rondon.

É em seu próprio relato do contato primeiro com os ferocíssimos Nhambiquaras que isto emerge.

“No dia 22 de outubro de 1910, saímos do acampamento de Saueiná, em demanda do Ju-ruena, devendo eu de passagem ir pelo trilho dos índios à aldeia cuja proximidade se revelava pela frequência de pegadas recentes.

Éramos quatro e marchávamos em fila: o da frente ia armado de Winchester, em seguida eu, com minha Remington de caça, em terceiro lugar o Ten. Lyra e por fim o fotógrafo Le-duc, ambos com pistolas Colt. Ainda não havíamos feito um quilômetro, quando sinto no rosto um sopro e vejo de relan-

ce um vulto, como de passarinho que cruzasse o meu caminho, na altura dos olhos e bem próximo. Acompanhei com a vista, à direita, e só então compreendi.

A choupa de uma flecha, cuja ponta se cravava em solo arenoso, ali estava vibrando. Já uma segunda mensageira da morte me passara rente da nuca, roçando o capacete, e diante de mim, a uns doze passos, dois guerreiros Nhambiquaras retesavam os seus arcos.

Tiro a espingarda do ombro, dou um tiro à esquerda e logo outro à direita... e isto num instante tão fugaz que já estava tudo terminado antes que os seus companheiros se apercebessem do ocorrido.

... Passada a surpresa quise-ram meus companheiros meter-se pelo mato em perseguição aos índios; a isto opus-me, mas para mantê-los foi preciso apelar para o prestígio de meu posto...

Não viéramos à conquista de índios, mas sim para trazer até o Juruena o reconhecimento de que necessitavam as operações posteriores da comissão de Linhas Telegráficas...

Retiravam-nos com a satisfação de termos plenamente realizado o programa que nos impuseramos ao organizarmos esta primeira expedição³¹.

Assim, destaca-se o amor ao outro, a tendência altruísta que busca os valores transcendentais.

"Um sentimento de conhecimento não ditado pelo interes-

se, adquire valor, na medida em que um indivíduo se uniu de maneira durável a uma concepção das relações para com o próximo que ultrapassa seus interesses e sobrevive à sua satisfação".³²

O paradoxo da explicação do querer, da força adicional necessária a uma decisão aqui tem sua marca indelével.

Como diz Claparède:

Toda decisão é um drama que consiste no sacrifício de um desejo no altar de outro desejo.

Assim que o exercer seu "o ato voluntário, como que o que opera a síntese refletida de nossas tendências em vistas de uma ação no mundo",³³ Rondon posiciona-se com o seu ser no mundo. Desta maneira vemos que a vontade realmente é completa quando é concluída numa situação inteligente, como foi o caso, pois se outra não fosse medida tomada, uma série de retaliações seriam levadas a efeito de ambos os lados.

Tal atitude revela-nos, também, a noção de coragem.

"É uma ação universal do espírito no qual qualquer dado mental serve de obstáculo, antes de servir de meio, em vontade do desmentido que ele inflige provisoriamente à nossa exigência de valor".³⁴

Virtuoso como poucos, Rondon ao conhecer o valor do Homem dentro de um conhecimento vivo e concreto o elege dentre tudo, fazendo que toda a sua vida se coloque em defesa deste princípio,

possuindo mesmo o que Aristóteles havia assinalado *"a disposição adquirida e durável para agir de maneira voluntária e refletida"*. É ainda a justa medida que a razão do homem de bem deve fixar. É a mesotés, como ponto de perfeição, é a harmonia regida pela inteligência lúcida e flexível, fazendo com que a virtude surja-nos como algo racional.

Justo, compreendendo que seu dever não pode, em nada, ser comprometido. Sua retidão e sua conduta o colocam como homem de bem, dentro de uma justiça racional em que ninguém valha mais de que o outro.

Seu exemplo foi seguido por seus comandados.

"O Tenente Nicolau levava a locação do Juruena para a Serra do Norte, quando, à tardinha, voltando dos trabalhos para o acampamento do Ranchão, fora subitamente atacado, ao descer para o córrego Dois Mu-cocos, pelos Nhambiquaras, ca- indo juntamente com seu auxi- liar aspirante Tito de Barros, va- rados pelas flechas daqueles ín- dias.

*Acudidos pelos praças que queriam sair contra os atacan- tes indígenas, aqueles abnega- dos oficiais puderam, no meio de suas dores, impedir a justa indignação de que se apodera- ram os praças".*³⁵

O exemplo dado por Rondon foi a linha de atuação que seus comandados seguiram, apesar da situação fantásticamente adversa, em que falou mais alto o funda-

mento da consciência moral, o cumprimento do dever.

Assim Rondon colocava-se co- mo aquele que enfeixava as carac- terísticas básicas do poder de dar o exemplo, de saber como fazer e o de compreender para exigir.

Recebendo influências de Go- mes Carneiro em que via o prático, de Benjamin Constant, o espiritual e de sua esposa; Rondon viveu pa- ra a Religião da Humanidade, para o Homem dentro da visão de Uni- verso, com sua dignidade que se realiza através da Sociedade, tendo o *"Amor por princípio, a Ordem por base, e o Progresso por fim"*.³⁶

Enquanto que o Positivismo tra- çou-lhe a *"norma agendi"*, de uma forma ou de outra dá nova feição as assertivas comtianas, colocando- se dentro da realidade brasileira, e mais do que isto da realidade de nossos sertões.

Em o *"Novo Apóstolo das Sel- vas"*, Castro Menezes, assim, se re- feriu a Rondon:

"Rondon, ao lado das tarefas de técnico, desdobra, maravi- lhosamente, as energias de um santo. E de tribo em tribo, de taba em taba, de maloca em ma- loca, esse homem admirável vai surgindo de olhos brilhantes e sorriso nos lábios, estendendo ao silvícola, sobre a palma da mão leal, sementes de fraterni- dade, germes de progresso, de paz, de harmonia e confian- ça".³⁷

Rondon destaca-se também pe- los seus trabalhos etnográficos que realiza em várias fases, a saber: 1908 a 1910; de 1910 a 1912 com Roquette Pinto; de 1913 a 1914;

de 1914 a 1915, porém é na proteção ao silvícola que diuturnamente realizava a sua maior obra, centrado nas convicções de José Bonifácio, que as fizera próprias.

Quando do assalto de seringueiros de Jovino Lemos, nas cabeceiras do Javary, no alto Candeia, que mataram índios e incendiaram a aldeia, Rondon assim se expressou, em telegrama, ao chefe do Escritório Central:

"Urge comunicar sociedade, por intermédio imprensa, assassinio dois índios, tribo desconhecida, das cabeceiras Javary no Alto Candeia, por seringueiros de Jovino Lemos, proprietário seringal aquele rio e incêndio respectiva aldeia. Inspeccionando serviço cargo Tenente Amarante, divisória águas Javary e Candeias, tive conhecimento daquele recente assassinato e aquela outra barbaria que levem conhecimento governo Mato Grosso, pedindo providências punição criminosos e respeito terras índios. Propus-me a demarcar essas terras, evitar continuação abusos. Há muita deficiência proteção nossos indígenas reanima bugreiros voltaram antigas perseguições, matando, roubando, expulsando nossos patrícios aborígenes no mais sagrado seu lar que destroem.

Em nome da civilização e humanidade verberei criminosos coniventes assassinatos, apelando sentimentos proprietários, sentido por tempo a tão bárbara prática a que se entregam esses seringueiros. Montamos guarda defesa da vida, proprie-

dade índios, enquanto permaneceremos nestas paragens, cumprindo nosso dever de homem civilizado e de soldado.

*Saudações — Rondon".*³⁸

E, pois, no entendimento correto de encarar o nativo como seu irmão, seu patrício, a quem pela maneira convivência mansa deve-se se abrir novos horizontes e que eles pudessem ver o homem branco com menos hostilidade é que Rondon se embrenhou nos sertões brasileiros em busca do desconhecido para conhecer, para amar e realizar-se como pessoa.

É Gomes Carneiro que o indica para fazer parte da Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia e dele se refere Rondon:

"Gomes Carneiro, meu amado Mestre do Sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares, a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado revelar cansaço ou ignorância — porque só assim, será a autoridade do chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o índio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica onde o bororo mantinha as suas aldeias, já no empolgante exemplo que me deste de não insistir contra os avisos que nobremente dá o índio ao invasor de sua terra,

*antes de fazer sentir materialmente, que sua presença é desagradável".*³⁹

Ora, com tal professor e num campo tão fértil medraria em Rondon as posições de seu mestre e ele como ninguém foi o apanágio dos fracos contra os opressores ao longo de toda a sua vida, legando aos pósteros a lição de amor à Humanidade, feita com os olhos voltados não naquilo que o Positivismo apresentava ser missão dos exércitos em tempo de paz, mas também no acendrado amor à Pátria.

A inspiração maior de seu chefe e amigo em defender o gentio tornou-se uma posição que jamais abriria mão.

Posicionava-se publicamente a este respeito várias vezes das quais destacamos a seguinte:

*"Um novo atentado entre os Índios — ... Há muita deficiência proteção nossos indígenas, reanima bugreiros, voltarem antigas perseguições matando, roubando, expulsando nossos patrícios aborígenes no mais sagrado seu lar que destroem".*⁴⁰

A INFLUÊNCIA FAMILIAR

Casando como positivista que era, no Templo de Humanidade, Rondon assim se expressou:

*"Fundava nossa família que, desde logo, consagrei ao serviço da Pátria e da Humanidade, como me consagrara meu Pai, antes de morrer".*⁴¹

D^a. Francisca Xavier da Silva, D^a. Chiquita, assim se chamava

aquela que durante toda a vida haveria de apoiar de forma ímpar a trajetória de Rondon, o homem do mundo, da Religião da Humanidade. Positivista convicta, seguiu de forma plena o que era preconizado por Comte, como: o papel da mulher no lar.

*"Esta multiplicidade se acha dogmaticamente indicada por nossos instintos simpáticos, e cada um dos quais corresponde especialmente numa das principais influências femininas. A mãe, a esposa e a filha devem, em nosso culto, como na existência que ele idealiza, desenvolver respeitosamente em nós a veneração, o apego e a bondade".*⁴²

Assim era na esposa que o homem Rondon buscava o refúgio supremo de sua própria família e de si próprio, principalmente nas horas extremas, quando mesmo após o seu passamento agarrava-se a sua foto e a ela apelava. Dedicada à educação dos filhos e à guarda do santuário do lar, era a esposa, a amiga, a companheira donde fruíram os sopros, que suavizaram a vida deste intrépido defensor dos oprimidos.

Assim, a mulher haveria de ser mantida pelo homem e, devendo ainda estar acima das disputas políticas de modo, centrada nos ensinamentos Comtistas pudesse vir a formar, da maneira mais elevada possível, num máximo de patamar moral e aperfeiçoamento do próprio homem, pai, filho ou esposo.

Quando de seu convite para assumir a presidência da Comissão

Mista, relata ao General Jaguaribe de Mattos, em carta de 04 de novembro de 1934:

"Sabes que detesto as intrigas políticas. Nunca servi governo algum por aulicismo. Os meus serviços foram sempre prestados ao Brasil, quaisquer que fossem os órgãos que nos momentos o representassem. Não quis como também sabes, no auge das tentativas da revolução e depois de organizado o Governo Revolucionário, colaborar com essa administração correspondente. Recusei todos os postos, desde o golpe revolucionário de Porto Alegre, até o momento em que me preparava para entregar ao meu substituto a Chefia de Inspeção de Fronteiras, que procurava entre nossos antigos companheiros de Comissão Telegráfica.

Foi quando surgiu o Protocolo de 24 de maio, de Amistad e Cooperación, em que o Brasil teria de ocupar lugar saliente na sua execução. Lembrado o meu nome para desempenhá-lo, fui pessoalmente, e por intermédio do Ministro do Exterior, convidado pelo ainda Ditador e próximo Presidente Constitucional, para, exercer tão elevada função como Presidente da Comissão Mista, criada pelo Protocolo para velar pelos acordos fraternais, que puseram cobro a guerra iminente, que em setembro de 1932, irrompeu nas águas do Amazonas.

Depois de bem refletir, de comum acordo com minha esposa; considerando que o serviço a

prestar redundará em prestígio do nome da nossa mui amada Pátria, resolvemos, eu e minha Chiquita dar a última prova de nossa dedicação patriótica forçando as derradeiras energias de nossa já avançada velhice. Aceitamos o sacrifício de nova separação, já tão arraigada nas nossas almas, habituados como estamos com a vida subjetiva, mais nobre e mais elevada, que a realidade objetiva.

Aqui estou no derradeiro posto, que exerço com alma, esperando daqui sair para me recolher ao lar onde aguardarei com digna coragem a transformação da vida que dediquei exclusivamente ao serviço de nossa grande Pátria.

Eis meu caro Amigo, explicado o móvel de resolução que me atirou a estas plagas internacionais, por amor ao Brasil.

Não tenho, nem nunca tive ambições. O meu passado atestará esta verdade. Aqui estou servindo e não usufruindo. Bem ou mal, dou o que tenho de mais precioso, a minha honrada velhice, em homenagem ao Brasil"⁴³ (os grifos são nossos).

Em carta ao General Jaguaribe de Mattos, datada de 04 de novembro de 1934, posiciona ao amigo e companheiro, a tentativa de extinção do SPI, dizendo-lhe que a vitória era somente moral, posto que o crédito que fora perdido para organizar aquilo que a Revolução de 1930 havia desorganizado por ação do Ministro da Fazenda.

"Gaúcho da escola de Castilho que tudo fez para destruí-lo. Talvez como plano oculto de satisfazer o clero revolucionário que entrou na dança com o intuito de restabelecer o regalismo nas suas relações com o Poder temporal, aspiração máxima do Vaticano..."

... Julgo, entretanto, pouco segura a sorte do SPI em virtude da insistência do Vaticano, valendo-se do apoio político dos Bispos e do Cardeal ao governo revolucionário retrógrado. A nomeação para Embaixador na Corte do Vaticano, do ex-Ministro da Viação, da Ditadura, clericalista maquiavélico, presunçoso e pretensioso, muito concorrerá para o grande êxito. Estamos na fase mais perigosa da República aquela em que o Padre conseguiu penetrar e dominar.

Os positivistas somos poucos, e todos medíocres, sem capacidade combativa capaz de enfrentar os bispos que dominam o meio intelectual brasileiro. Infelizmente o Sr. Lemos e o Sr. Mendes não deixaram sucessores. Aconteceu aqui o que sucedeu em Paris por toda a parte. Isso não nos desanima, entretanto. O homem se agita e a humanidade o guia.

A evolução social segue a sua trajetória irrevogavelmente. Não há poderes, na terra ou no céu, capazes de modificar o destino humano. Os bispos influem de tal modo na política nacional, revolucionária, que nada se re-

solve em certo departamento, sem audiência do Cardeal".⁴⁴

Aqui Rondon se coloca abertamente contra o clero, pois não vê nele, naquele momento histórico, que o País atravessa, o humanismo. A crença na dignidade do Homem, naquilo que implica numa teologia, dentro de uma perspectiva cristã era o que Rondon apoiava em determinadas condições.

Recusava-se a crer na existência de um destino preparado para o homem, acreditando na Teoria da Evolução, a qual se tornara incontestável, desde quando a *"Humanis Generis"* autorizara aos católicos filiarem-se à tese transformista. E no dizer de Teilhard de Chardin que *"os dedos da Evolução constituem uma verdadeira prope-dêutica a uma filosofia cristã da História"*.

Sempre preocupado com o Homem, habitante do sertão, índio ou branco, colocava Rondon seu pensamento apenas nos aquartelamentos para a tropa nas fronteiras, investindo contra a situação em que se encontram, chegando a propor simplesmente sua supressão a continuar o estado de violência ao Homem.

"Que os aquartelamentos que preenchem as condições requeridas pelo seu conforto e satisfação plenamente as necessidades de higiene exigidas para a boa saúde do soldado... que os quatro contingentes especiais que fazem vigilância das fronteiras do Norte... encontram-se acampadas em ranchos cobertos

de palha, com paredes de pau-a-pique, simplesmente barreadas e piso de chão batido. A cobertura de palha, foco de todos os insetos que infestam as vivendas da roça: grilos, baratas, lacraias, escorpiões, aranhas de todas as espécies e tamanhos sendo comum nelas se encontrarem cobras venenosas. As paredes barreadas são ninhos do infeccioso Barbeiro, que se aglomera nos ranchos forrados nas mesmas paredes. No chão dos ranchos, criam-se pulgas, bichos-de-pé e carrapatos-de-chão. Em ranchos desta ordem vivem nossos soldados; aí curtem o seu triste destino, abandonados, sem higiene e sem assistência médica; quase todos palúdicos e verminosos. Como complemento do Quartel é de justiça que todo o Destacamento tenha um médico e a respectiva farmácia. A continuar como se encontram os Contingentes Especiais, melhor suprimi-los.

Não é humano exigir do soldado sacrifício da saúde em tempo de paz, a pretexto de policiamento de fronteira, com irrisão da dignidade nacional"⁴⁵ (os grifos são nossos).

Para os adultos, seria proposta a criação de linhas de tiro, atendendo de certa maneira a paixão do silvícola por este tipo de atividade, considerando ser esta sua aspiração máxima — atirar de carabina.

No trato diário e pelo exemplo, o silvícola iria absorvendo atitudes cívicas, na medida em que, de forma periódica, viria a participar das

festas patrióticas. Desta maneira, a Escola, por sua ação e o meio adequado, daria o apoio que tornaria, mais completa, a transformação mental do silvícola para sua melhor adequação à sociedade.

E no dizer do próprio Rondon:

"Embora pensando que a evolução mental do índio se faria mais lógica e racionalmente, proporcionando-lhe conhecimentos positivos do Mundo e do Homem de modo a que sua alma, isto é, o conjunto de seus sentimentos e das suas funções intelectuais atingir mais rapidamente a meta das aspirações humanas sobre o seu reinado na terra, sou de parecer que nenhum inconveniente haveria em aceitar a colaboração do sacerdote católico que se oferece a pregar as suas doutrinas aos nossos selvagens no sentido da catequese correspondente. Essa intervenção deve ser aceita franqueando os Estabelecimentos oficiais a essa propaganda; e nas fronteiras subvencionando as Escolas que ali o clero católico queira criar para a educação dos filhos dos índios, além das Escolas oficiais e leigas das Povoações e Postos Indígenas. Este processo é empregado pelo governo inglês na Guiana, nosso confinante do Rio Branco".⁴⁶

OBRA — SUA META O HOMEM

Rondon, o Sertão, seu Habitat — a Educação

Para visão de sertanista e desbravador, Rondon dizia dentro do

enfoque positivista, ou seja, que a exploração da terra deveria ser feita de modo simultâneo com o assentar de novos núcleos populacionais e com uma infra-estrutura a nível de lavouras de subsistência, inicialmente, criação de gado, pequeno comércio a fim de os silvícolas que ali tinham sua morada, pudessem ter ambiente propício, para que pudessem evoluir de forma espontânea natural.

Assim, executava este homem notável, trazendo para o meio da civilização, os índios não pela violência, mas pelos serviços que lhes eram postos à disposição, e que por imitação, deles se utilizariam mais tarde.

Por isso cria, em 7 de setembro de 1908, o Departamento Central do Juruena, *primeiro núcleo de proteção aos indígenas daquele vasto sertão*.⁴⁷

Os dados que eram obtidos do contato com o indígena brasileiro de colocar, em sua verdadeira extensão, sua definição etnológica, vez que se não era o índio cantado em prosa e verso por nossos escritores, também não era o indolente e inservível para o trabalho.

Rondon utilizou, durante décadas, seus serviços nas linhas telegráficas para que a *"língua de Mariano"* pudesse circular pelos sertões brasileiros. Sua ação pacificadora e integradora o faria, sem que violentasse a cultura indígena em sua expressão mais pura e genuína.

Desta maneira pacífica, atraindo à civilização inumeráveis tribos, graças à diretriz maior que traçara e que se esmerava em não descurar.

"Tal diretriz não se traçara ao acaso de uma imposição de momento, ao contrário disso, foi ela o fruto de um dever maduramente aceito como produto necessário de convicções e sentimentos que nos conduziram a respeitar às indefesas populações fetichistas em suas propriedades, nas suas pessoas e nas suas instituições políticas, sociais e religiosas".⁴⁸

As grandes linhas de aproximação entre o Positivismo e o fetichismo, nos dá Comte, condições de que o Homem possa transitar de sua existência primitiva ao seu estado final, sem que sejam necessários os intermediários.

Desta forma, Rondon assevera:

"Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente, sem que se tente forçá-los a passar pelo teologismo".⁴⁹

Por esta razão era avesso a qualquer forma de catequese indígena, e dentro deste espírito procurava substituir este conceito pelo de proteção. Era por assim dizer, o eco da concepção de José Bonifácio.

A proteção seria levada a realizar-se através de ações que visassem introduzir por aceitação não forçadas, condições de facilitação na aprendizagem de novos ofícios e na produção agrícola e industrial, dando-lhes liberdade de trabalho e assegurando a propriedade do produto de seu trabalho.

No que diz respeito à instrução, ela seria de nível primário e profissional, sem que, no entanto, houvesse obrigatoriedade. Ora, é marcante tal posicionamento de Rondon e do Brasil no concerto das Nações ao tratar o gentio com a dignidade e o respeito humano e o faria logo, como princípio de direito, sem que houvesse violação aos costumes, tradições e crenças, evitando-se com isto uma transição brusca. Dando-lhes condições de que, paulatinamente, a evolução fosse se realizando à luz de um desenvolvimento progressivo e natural.

Rondon, assim era considerado como o "Apóstolo das Selvas".

*"Rondon ao lado daquelas tarefas de um técnico desdobra maravilhosamente as energias de um Santo. E de tribo em tribo, de taba em tava, de maloca em maloca, esse homem admirável vai surgindo, de olhos brilhantes e sorriso nos lábios, estendendo ao selvagem, sobre a palma da mão leal, semente de fraternidade, germes de progresso, da paz, da harmonia e da confiança".*⁵⁰

Em seus textos que nos deixou, clarifica suas posições como quando o General Mangin, como hóspede do Governo Brasileiro, interpeleou-o a respeito de aproveitamento que fazíamos dos índios existentes e espalhados pelo interior do Brasil.

Respondera Rondon que eram nucleados com o intuito de civilizá-los e encaminhá-los aos traba-

lhos agrícolas. Quando Mangin estranhou o seu aproveitamento no Exército, onde poderiam ter seu emprego, com benefícios de ambos os lados acrescentando:

*"Acredito que o Brasil encontraria nos selvagens um material admirável a empregar na sua defesa, melhor do que aquele que a França utilizou nas suas Colônias. Aqui o Estado-Maior amoldaria um elemento nacional ao Serviço Militar, sem nenhum trabalho especial de persuasão, ao passo que nós, nas nossas Colônias, vamos trabalhar em elemento estrangeiro, com sentimentos contrários aos dos seus colonizadores, dando lugar tantas vezes a lutas, que os meus colegas brasileiros não teriam de um modo absoluto na transformação e civilização de seus indígenas".*⁵¹

Tal encontro levaria Rondon a modificar parte de sua proposição, fazendo com que o silvícola tivesse sua educação militar através de introdução do regime disciplinar militar e o ensino através de exercícios que fosse inerente ao militar, para os jovens.

Sendo o homem a sua maior preocupação, assim se referia:

*"Se não existissem aquelas populações completamente desprotegidas, flageladas e perseguidas, não teria forças necessárias para enfrentar os cansaços e intempéries, as febres, as indisciplinas, os perigos de toda espécie e a longa ausência do lar".*⁵²

Conseguiu Rondon resguardar aos índios Quiniguinan e Terenas as últimas terras que lhes restavam, obtendo do governo de Mato Grosso o reconhecimento da propriedade de terra por estes silvícolas.

Preconizava as seguintes “*normas sociológicas*” para o aproveitamento do índio:

1º — *Não afastar o índio do seu habitat, pois conhecemos o efeito desastroso desse afastamento;*

2º — *Não forçá-los a trabalhos, respeitar sua organização tribal;*

3º — *Criar-lhe, pelo exemplo e pelo fornecimento de coisas úteis, novas necessidades;*

4º — *Induzi-los, por meios suasórios, aos trabalhos mais do seu agrado que forneçam recursos necessários para a compra de artigos correspondentes às suas novas necessidades;*

5º — *Revelar-lhe pelo ensino livre e adequado, novos horizontes de vida, selecionando os mais capazes para guia do povo;*

6º — *Ter em vista, quanto aos trabalhos, o regime gregário da atividade indígena, não só na execução, mas também e sobretudo, na distribuição dos produtos, o que impedirá toda a tentativa de loteamento.*⁵³

Mas não só estas normas adotava, tendo ainda enunciado quatro regras principais que constituem a síntese dos direitos humanos dos silvícolas:

1 — *Morrer, se preciso for; matar nunca;*

2 — *Respeitar as tribos como povos independentes;*

3 — *Garantir a posse de terra ao indígena que nela vive, que é necessária à sua subsistência;*

4 — *Assegurar aos índios a proteção direta do Estado.*⁵⁴

Centrado pois, nos princípios que o Patriarca de nossa Independência tinha para o verdadeiro dono da terra, que nos dizia:

a — *Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam;*

b — *Brandura, constância e sofrimento de nossa parte que nos cumpre como usurpadores e cristãos;*

c — *Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda de nossa parte;*

d — *Procurar com dádivas e admoestações fazer as pazes com os índios inimigos;*

e — *Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos.*⁵⁵

Assim, procura minimizar ao máximo, dentro de seus limites e capacidade, o escárnio que vinha sendo alvo por parte de seus irmãos brancos, o gentio, formando assim na consciência psicológica e moral, o indigenista humanitário, o humanista, aquele que em seu Grupo de Trabalho, trazia o que melhor havia no país de conhecimento interdisciplinar como para servir de forma permanente à Pátria.

Dizia-se ainda que a civilização “*não é fim, mas meio de criar, de-*

*senvolver, aperfeiçoar uma ordem artificial que suprima, ou pelo menos, atenuie as asperezas de ordem natural".*⁵⁶

Em todos os seus atos no Ser-tão, era a Bandeira Nacional hasteada e a Ordem do Dia se fazia ao ar a incutir a seus homens o amor à Pátria, dever, o civismo, o amor ao próximo fazendo abarcar com esta idéia a Humanidade como um todo.

Mas não ficava tão-somente na elevação do homem e em sua transcendência.

Colocava-se dentro da visão pragmática de seu mestre e amigo Gomes Carneiro.

Em Vila Bela ou Mato Grosso o abandono que a Vila e sua população estava fez com que um misto de emoção e de indignação se apoderasse de Rondon determinando um verdadeiro mutirão para que limpa e arrumada a Vila, pudesse dar dignidade a seus moradores.

Suas Ordens do Dia, de próprio punho, são obras de enlevo e exaltação do Culto da Humanidade e do dever. Modesto, não se preocupava com homenagens, medalhas e diplomas. A família sim, ligava-se a estas expressões. Podem ser vistas suas fotografias em que o destaque maior no peito é tão-somente a medalha militar de Tempo de Serviço.

Quando retorna de Letícia em que graças a sua intervenção Bolívia e Peru dão-se as mãos num gesto de paz e confraternização, nada reclama quanto a seus proventos. Por insistência de seu secretário é feito um requerimento solicitando as diárias que tinha por direito re-

ceber. Rondon por diversas vezes nega-se a assiná-lo posto que julgava-se suficientemente pago e que cumprira com seu dever. Acontece que a família não tinha a mesma opinião e o pressionava. Vindo o numerário, metade ele dá a família e com a outra metade constrói a Escola Santa Claudina, em Mimoso, sua terra natal.

Jamais teve para si as honras e sim pretendeu sempre dividi-las com os companheiros, por este motivo seria digno de nota e comemorações o dia 27 de junho, data em que o Marechal Mallet mandava um Aviso para o Estado-Maior do Exército que determinava que o então Capitão Rondon, organizasse uma Comissão que passaria a posteridade como Comissão Rondon.

Aí está o marco inicial de um trabalho hercúleo de mais de cinqüenta anos de um grupo abnegado de homens, que deixaram a terra sulcada de, aproximadamente, trezentos e cinqüenta corpos destes heróis anônimos na construção de um Brasil maior, digno e que tenha como razão magna do progresso — o Homem.

CONCLUSÃO

O que se deflui da Dissertação apresentada é a preservação maior realizada por Rondon, da visão científica de José Bonifácio, bem como seu apreço pelas Ciências a serviço do conhecimento do Homem.

Vê-se pois que a Escola Militar abraça o positivismo, enquanto o mesmo possibilita o crescimen-

to científico e tecnológico, não o aceitando, no entanto, quando é dada uma guinada política e mesmo religiosa. Fica bem clarificada a idéia do nexo criativo entre os ideais do positivismo e o da técnica militar dentro de uma visão geoestratégica nacional.

Rondon acima de todos os demais, concilia uma posição que não é só antagonista mas é auto-excludente, a do militar positivista.

Quando convidado a pedir exclusão do Exército e assumir o sacerdócio positivista, recusa; no entanto, quando lhe dão o Comando Militar para combater os insurretos não só o aceita mas cumpre com destaque a missão que lhe é atribuída.

Pacificou individualmente, conseguindo estabelecer a paz entre grupos indígenas. Descobriu novos grupos de aborígenes. Criou núcleos indígenas, educou-os, tornando-os excelentes técnicos profissionais. Oficializou a mística de proteção ao aborígene, o verdadeiro dono da terra — sendo o inspirador do Serviço de Proteção aos Índios, dentro do que preconizava o Patriarca de nossa Independência — necessidade de substituir em relação aos selvagens como em relação a todos os povos, a atitude fraterna, inerente à preponderância da Humanidade, à atitude conquistadora, apenas conciliável com o predomínio de divindades fatalmente rivais.

Destacou-se no encaminhamento e orientação geral dos Estudos de História Natural, Geologia, Mi-

neralogia, Botânica, Zoologia e Etnografia.

Árbitro não só entre os aborígenes e entre estes e o branco, mas também entre os Estados.

As tropas colombianas e peruanas já se encontravam mobilizadas, quando, de forma pessoal, Rondon se posiciona para desarmar os espíritos que tendiam à luta fratricida.

NOTAS

29. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III v. nota 1.
30. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Saudação ao Presidente da República*. Abril, s. ed., 1923.
31. RONDON, Cândido Mariano da Silva — *Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro, Luzinger, 1910, p. 26.
32. ODIER — *Les deux sources — consciente et inconsciente de la vie morale*. Neuchâtel, Baconnière, pág. 43, s.d.
33. VERGEZ, Andre e HUISMAN, Denis — Op. cit. pág. 9, v. nota 7.
34. LE SENNE, René — *Traité de morale generale*. Paris, PUF, s.d., p. 536.
35. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, v. nota 1.
36. COMTE, Augusto — *Catecismo Positivista*, in Os Pensadores, São Paulo, Abril, v. XXXIII, pág. 201, 1973.
37. MENEZES, Castro — *Novo Apóstolo das Selvas*, Jornal do Comércio, 7/10/1915.
38. RONDON, Cândido Mariano da Silva — *Telegrama*. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1/3/1917.
39. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, V. nota 1, pág. 91.
40. RONDON, Cândido Mariano da Silva — *Carta*. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 31/3/1917.
41. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, v. nota 1, p. 102.
42. COMTE, Augusto — Op. cit. pág. 2, v. nota 3.
43. RONDON, Cândido Mariano da Silva — *Carta ao General Jaguaribe de Mattos*. 4/11/1934.

44. Cf — fonte citada pág. 76, v. nota 43.
45. Cf — fonte citada pág. 76, v. nota 43.
46. Cf — fonte citada pág. 76, v. nota 43.
47. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, v. nota 1, p. 257.
48. HORTA BARBOSA, Luís Hildebrando de Barros — *Pelo índio e pela sua proteção oficial*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, publ. n.º 86, 1947, p. 45.
49. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, v. nota 1, p. 340.
50. CASTRO, Menezes — Op. cit. pág. 71, nota 37.
51. MANGIN, Gen., Grande africanista francês — *Carta ao Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon*, s.e., s.d.
52. RONDON, Cândido Mariano da Silva — *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, 1969.
53. PAULA ASSIS, José — *Rondon, símbolo da fraternidade*. São Paulo, Revista do Ateneu Paulista de História, Ano VIII, n.º 8, Janeiro, 1971, p. 107.
54. PAULA ASSIS, José — Op. cit. pág. 107, v. nota 53.
55. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar — *A Obra ciclópica de Rondon*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1956, p. 18.
56. VIVEIROS, Esther de — Op. cit. pág. III, v. nota 1, p. 321.
7. BENICIO DA SILVA, Valentim et CASTELLO BRANCO, Firmino Lopes. *Rondon Civilizador do Sertão*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
8. BENTO, Claudio Moreira. *Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, 1978.
9. BENTO, Pereira de Lemos. *Do Amazonas ao Acre*, s. ed., 1916.
10. BOCHENSKI, Josef. *Diretrizes do Pensamento Filosófico*, São Paulo, Herder, 1961.
11. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Rondon*. São Paulo, s. ed., 1939.
12. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *A obra ciclópica do General Rondon*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1956.
13. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Rondon, uma religião de Pátria*. Curitiba, Guaíra, 1942.
14. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Impressões da Comissão Rondon*. Porto Alegre, Globo, 1929.
15. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Relatório*. Rio de Janeiro, Expedição Roosevelt-Rondon, Anexo 5, 1916.
16. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Relatório*. Rio de Janeiro, Caso Fawcett, Inspetoria dos Índios do Mato Grosso, Jan, 1928, 1929.
17. BOTELHO DE MAGALHÃES, Amílcar Armando. *Rondon uma relíquia de Pátria*. Curitiba, Guaíra, 1942.
18. BRASIL, Instituto Nacional do Livro. *A grande aventura de Rondon*. Rio de Janeiro, 1971.
19. BRASIL, Ministério da Guerra, Biblioteca Militar, *Rumo ao Oeste*. Rio de Janeiro, Gráfica Lammert, s.d.
20. BRASIL, Ministério da Guerra, *Ordens do Dia*, Cândido Mariano da Silva Rondon, 1912, 1913, 1914, 1915, s.ed., s.d.
21. BRASIL, Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Cultura política e pensamento autoritário*. Introd. de Ricardo Velez Rodrigues, Brasília, 11-22, 1983.
22. BRASIL, FUNAI. *Legislação*. Brasília, Ministério do Interior, 1974.
23. BRASIL, FUNAI. *Estatuto do Índio*.

BIBLIOGRAFIA

1. ARARIPE, Tristão Alencar. *Tasso Frágoso, um pouco de História de Nosso Exército*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960.
2. ARRUDA, Antonio de. Aspectos psicossociais da vida e da obra do Mal. Rondon. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, Ano 52, n.º 1, Jan/Mar, V, 79. pág. 95-117, 1966.
3. AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*, 4.ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1964.
4. BANDEIRA, Duarte. *Rondon — o bandeirante do século XX*. São Paulo, Martins, s.d.
5. BAUER, Guilherme. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona, Bosch, 1970.
6. BEALS, Ralph et HOIJER, Harry. *Introducción a la Antropología*. Madri, Aguilar, 4.ª ed., 1972.

- Brasília, Ministério do Interior, 1974.
24. BRASIL, FUNAI. *Boletim Informativo*. Brasília, Ministério do Interior, Ano II, nº 7, 1973.
25. BRASIL, FUNAI. *Boletim Informativo*. Brasília, Ministério do Interior, Ano II, nº 8, 1973.
26. BRASIL, FUNAI. *Boletim Informativo*. Brasília, Ministério do Interior, Ano III, nº 9-10, 1973.
27. BRASIL, FUNAI. *O que é a FUNAI*. Brasília, Assessoria de Relações Públicas, 1973.
28. BRASIL, FUNAI. *Política Indigenista*. Brasília, Ministério do Interior, Pub. nº 2, 1974.
29. BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. São Paulo, Melhoramentos, 1973.
30. BRUGGER, W. *Dicionário de Filosofia*. Philosophisches Wörterbuch. Trad. Antonio Pinto de Carvalho, 2ª ed., São Paulo, Herder, 1969.
31. CASTRO, Menezes. Novo Apóstolo das Selvas. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 7 out. 1915.
32. CLUBE POSITIVISTA. *Admissão do Marechal Rondon*. Rio de Janeiro, 1956.
33. COMTE, Augusto. *Catecismo positivista/Cathecisme positiviste*. Trad. Miguel Lemos, in: Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 101-302, Vol. XXXIII, 1973.
34. COMTE, Augusto. *Cours de philosophie Positive/Cours de Philosophie Positive*. notice biographique / par M. Daille. Paris, Larousse, 1930.
35. COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva/Cours de Philosophie Positive*. Trad. José Arthur Guinotti, in: Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 5-45, Vol. XXXIII, 1973.
36. COMTE, Augusto. *Discurso sobre o espírito positivo/Discours sur l'esprit positif*. Trad. José Arthur Guinotti, in: Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 47-100, Vol. XXXIII, 1973.
37. COMTE, Augusto. *Système de politique ou traité de sociologie*. Institut de la Religion de L'Humanité. Paris, George Gréss, p. 520, Vol. I, 1912.
38. CRUZ COSTA, J. *Augusto Comte e as origens do Positivismo*. 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1956.
39. CRUZ COSTA, J. *A Filosofia no Brasil*. Porto Alegre, s.ed., 1945.
40. CRUZ COSTA, J. *Contribuição às idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
41. CRUZ COSTA, J. *O pensamento brasileiro*. São Paulo, s. ed., 1946.
42. CRUZ COSTA, J. *O Positivismo e a República*. São Paulo, Nacional, 1956.
43. COUTINHO, Edilberto. *Rondon, o civilizador da última fronteira*. Guanabara, Olivé, 1969.
44. CRIPPA, Antonio. *Idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Convívio, Vol. I, 1979.
45. CRIPPA, Antonio. *Idéias políticas no Brasil*. São Paulo, Convívio, Vol. I, 1979.
46. CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi*. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973.
47. DIEGUES JUNIOR, Manuel. *As regiões do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
48. DOBZHANSKY, Theodosio. *O homem em evolução*. São Paulo, Polígono, 1968.
49. DOWNS, Robert. *Fundamentos do pensamento moderno*. Rio de Janeiro, Renes, 1969.
50. DUBOS, René Jules. *Um animal tão humano*. São Paulo, Melhoramentos, 1974.
51. FONTANA, Dino Fausto. *Literatura brasileira*. São Paulo, Saraiva, 1965.
52. FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
53. FRANCOVICH, Guilherme. *Filósofos brasileiros*. Trad. Irineu Strenger, São Paulo, Flama, 1939.
54. GUERRA, Flavio. *Rondon, o sertanista*. Rio de Janeiro, Distribuidora Rend, 1965.
55. GRUBBER, Hermann Joseph. *O Positivismo ortodoxo no Brasil*. São Paulo, Cupolo, Revista Brasileira de Filosofia, Vol. XV, nº 59, 1965.
56. HERSKOVITS, Melville J. *Antropologia cultural*. São Paulo, Mestre Jou, Tomo I, 1963.
57. HORTA BARBOSA, Luis Hildebrando de Barros. *Comemoração fúnebre do Templo de Humanidade no dia de Ho-*

- mero 170. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, s. ed., 1968.
58. HORTA BARBOSA, Luis Hildebrando de Barros. *Diário*. Serviço de Proteção aos Índios, s.ed., 1912.
 59. HORTA BARBOSA, Luis Hildebrando de Barros. *Pelo Índio e pela sua proteção oficial*. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial, Pub. n.º 86, 1947.
 60. LAERCIO DE BARROS, Hugo. *Augusto Comte e o Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia, Ano V, n.º 5, Jornal do Brasil, 1946.
 61. LALOUP, Jean et NELIS, Jean. *Cultura e Civilização*. São Paulo, Herder, 1966.
 62. LANDMANN, Michael. *Antropologia filosófica*. México, Hispano Americana, 1961.
 63. LESSA, Pedro. *Discurso e conferências*. Rio de Janeiro, s.ed., 1916.
 64. LESSA, Pedro. *Dissertação e polémica*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1909.
 65. LESSA, Pedro. *Estudos de filosofia do direito*. Rio de Janeiro, s.ed., 1912.
 66. LINS, Ivan. *Augusto Comte e a filosofia das ciências*. São Paulo, Revista Brasileira de Filosofia, Instituto Brasileiro de Filosofia, V. VII, Fase III, 312-325, 1957.
 67. LINS, Ivan. *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, s.ed., 1936.
 68. LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1967.
 69. LINS, Ivan. *Perspectivas de Augusto Comte*. Rio de Janeiro, São José, 1965.
 70. LINS, Ivan. *O Positivismo em São Paulo*. Revista Brasileira de Filosofia, Instituto Brasileiro de Filosofia, Vol. XII, Fasc. 48, 432-452, 1962.
 71. LAFITTE, Pierre. *Moral Positiva*. Rio de Janeiro, Oliveira e Cia., 1938.
 72. LE SENNE, René. *Traité de morale generale*, PUF, s.d.
 73. LONGCHAMPT, J. *Építome da vida e dos escritos de Augusto Comte*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, n.º 179, 1898.
 74. MARIAS, Julian. *Obras de Julian Marias — História da Filosofia*. 10ª ed., Madrid, Revista do Ocidente, 1958.
 75. MARIAS, Julian. *O sentido do Positivismo/El sentido del positivismo*. Trad. João de Orlando Canaan. Texto extraído da "História da Filosofia", 10ª ed., Madrid, Revista do Ocidente, 346-347, 1959 (manuscrito em português, 1983).
 76. MARIAS, Julian. *História da Filosofia*, 3ª ed., Porto, Souza e Almeida, 1973.
 77. MARIAS, Julian. *Introdução à Filosofia*. São Paulo, Duas Cidades, 1947.
 78. MATTOS, Jaguaribe de. *Discursos de despedida*. s.ed., 1932.
 79. MAUL, Carlos. *O Exército e a Nacionalidade*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950.
 80. MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. *A ilustração brasileira e a idéia de Universalidade*, s.ed., s.d.
 81. MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto e seu significado pedagógico*. São Paulo, USP, s.d.
 82. MELLO FRANCO, Afonso Arinos. *História e técnica do partido político no direito constitucional brasileiro*. Rio de Janeiro, s.ed., 1948.
 83. MELLO FRANCO, Afonso Arinos. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, José Olympio, Coleção Brasil em Questão, 1975.
 84. MENDES, Raimundo Teixeira. *Ainda os indígenas do Brasil e a política moderna*. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 253, 1908.
 85. MENDES, Raimundo Teixeira. *O cientificismo e a defesa dos indígenas brasileiros*. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 276, 1908.
 86. MENDES, Raimundo Teixeira. *Esboço biográfico de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, s.ed., 1913.
 87. MENDES, Raimundo Teixeira. *A influência Positivista no atual Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais*. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 334, 1909.
 88. MENDES, Raimundo Teixeira. *Ainda pelos martirizados descendentes dos indígenas e dos africanos*. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 392, 1915.
 89. MENDONÇA, G.C. *Calendário Positivista, católico, romano e republicano*. Rio de Janeiro, Dois Irmãos, 1957.
 90. MONDOLFO, Rodolfo. *Problemas y*

- método de investigación en la historia*. 2ª ed., Buenos Aires, s.ed., s.d.
91. MORAES FILHO, Evaristo. *Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo*. Rio de Janeiro, São José, 1957.
 92. MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
 93. MULLER, Lauro. *Conferências*. Rio de Janeiro, Liga de Defesa Nacional, 15/11/1921.
 94. ODIER. *Les deux sources — Conscience et inconscience de la vie morale*. Neuchatel, Baconnière, s.d.
 95. OLIVEIRA, Luis Humberto. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Pub. 94, 1947.
 96. OLIVEIRA, João Marciano. *Pelos indígenas brasileiros*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 138, 1894.
 97. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. 2ª ed., São Paulo, Pioneira, 1972.
 98. OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis, s.ed., 1957.
 99. OTAVIO, Rodrigues. *Os selvagens americanos perante o direito*. São Paulo, Nacional, 1964.
 100. PADILHA, Tarcísio Meireles. *Filosofia, ideologia e realidade brasileira*. Americana, 1971.
 101. PAIM, Antonio Ferreira. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1967.
 102. PAIM, Antonio Ferreira. *Introdução à filosofia contemporânea no Brasil, a mentalidade dos positivistas*. São Paulo, Revista Brasileira de Filosofia, Vol. XVI, Fasc. 64, Cupolo Ltda, 1960.
 103. PAIM, Antonio Ferreira. *Getúlio Vargas, o Castilhismo e o Estado Novo*. Rev. Convivium 22(4), Jul/Ago, São Paulo, 358-372, 1979.
 104. PAIM, Antonio Ferreira. *Como se caracteriza a ascensão do Positivismo no Brasil*. Revista Brasileira de Filosofia XXX(119), 249-269, Jul/Set, 1980.
 105. PAIVA, Mario Garcia. *A grande aventura de Rondon*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1971.
 106. PAROLINI, Eulália et alii. *A contri-*
buição de Rondon para a Antropologia brasileira. Revista do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, DACED (2): 7-18, Abr/Jun, Vol. 719, 1982.
 107. PAULA ASSIS, José. *Rondon, símbolo da Fraternidade*. São Paulo, Revista do Ateneu Paulista de História, Ano VIII, nº 8, Janeiro, 1971.
 108. PRADAL, Hugo. *Rondon e as comunicações*. Revista do Instituto Geográfico e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, XXV, nº 52, 1966.
 109. PRADO, Eduardo Barros. *Eu vi o Amazonas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952.
 110. REALE, Miguel. *Pedro Lessa e a filosofia positiva em São Paulo*. São Paulo, Revista Brasileira de Filosofia, Instituto Brasileiro de Filosofia, Vol. IX, Fasc. IV, 521-554, 1959.
 111. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
 112. RIBEIRO, Darcy. *O indigenista Rondon*. Rio de Janeiro, MEC, 1959.
 113. RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
 114. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *A filosofia positiva de inspiração positivista no Brasil*. In: Filosofia e Desenvolvimento. Sociedade Brasileira de Filosofia Católica, Atas da IIª Semana Internacional de Filosofia, Vol. 2, 518-540, 1977.
 115. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *O Castilhismo e o Trabalho após 30*. Unidades VII e VIII do Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro, 1980.
 116. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia de República*. Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, 1980.
 117. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Tradição centralista e aliança liberal*. In: Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, *Aliança Liberal: documento da campanha presidencial*, intr., 2ª ed., 9-43, Brasília, 1982.
 118. RODRIGUES, Ricardo Vélez. *A ditadura republicana segundo o apostolado positivista*. UnB, Brasília, 1982.
 119. ROMERO, Silvio. *Doutrina contra o*

- evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1895.
120. ROMERO, Silvio. *Explicações indispensáveis, prefácio a vários autores*. Rio de Janeiro, s.ed., 1894.
 121. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Assentamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1916.
 122. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Cartas*. s.ed., s.d.
 123. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Centenário do nascimento do General Antonio Ernesto Gomes Carneiro*. Rio de Janeiro, In: Revista Militar Brasileira, Ano 34, n.º 3-4, Jun/Dez, Vol. 44, 1946.
 124. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915*. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1916.
 125. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferência*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
 126. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas*. Rio de Janeiro, Leuzinger, Pub. 68, 1910.
 127. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Discurso*. Manaus, Velho Livro, s.d.
 128. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Manuscrito*. s.ed., s.d.
 129. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Conferências, Suplemento Literário de "A Manhã", 16/8/42.
 130. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *A etnografia e etnologia do Brasil em revista*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Pub. 93, 1946.
 131. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil do Centro, Norte e Sul de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
 132. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil. Norte do Rio Amazonas*. Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Pub. 99, 1914.
 133. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Inspeção de Fronteiras*. s.ed., 1907.
 134. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório dos Trabalhos realizados de 1900-1906*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Pub. 69/70, 1949.
 135. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Plano de Operações. Campanha 1928/1929*. s.ed., s.d.
 136. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Relatório*. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, Inspeção de Fronteira, 1930.
 137. RONDON, Frederico. *Pelos sertões e fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, s.ed., 1969.
 138. ROQUETTE PINTO, Edgard. *Ensaio de Antropologia brasileira*. São Paulo, Nacional, 1933.
 139. ROQUETTE PINTO, Edgard. *Ensaio brasileiro*. São Paulo, Nacional, s.d.
 140. ROQUETTE PINTO, Edgard. *Rondonia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.
 141. SANTOS, G. dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
 142. SANTOS, Silvio Coelho dos Santos. *Índios e brancos no sul do Brasil*. Florianópolis, Edme, 1973.
 143. SCHNERB, Robert. *O século XIX*. In: História Geral das Civilizações. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1958.
 144. SCIACCA, Michele Frederico. *História da Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, Vol. III, 1966.
 145. RIO GRANDE DO SUL. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas de "A Federação", 1891.
 146. ROOSEVELT, Theodore. *Nas selvas do Brasil*. Trad. Luiz Guimarães Junior, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1943.
 147. SILVA, Valentim Benício e CASTELO BRANCO, F.L. — *Rondon o civilizador do sertão*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
 148. SOBRAL, Francisco Fernandes. *Armas e varões assinalados*. Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1963.
 149. SODRÉ, Newton Werneck. *História da literatura brasileira*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
 150. SODRÉ, Newton Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

151. SOUSA, Boanerges Lopes de. *Do rio Negro ao Orenoco*. (A terra, o homem). Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Pub. 111, 1959.
152. SOUZA, Otávio Tarquínio de. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins, 1944.
153. TABORDA, Vasco José. *Rondon e o Prêmio Nobel da Paz*. s.ed., s.d.
154. TOBIAS, José Antonio. *História da Educação no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Juris Credi, s.d.
155. TORRES, Luzo. *Um erro*. Rio de Janeiro, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Pub. 334, 1912.
156. TOYNBEE, Arnold. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
157. VALENÇA DE MELLO, A. *Política Positivista de Augusto Comte*. Rio de Janeiro, Vol II, Civilização Brasileira, 1981.
158. VILLAS BOAS, Orlando e VILLAS BOAS, Claudio. *Xingu, os Índios, seus mitos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
159. VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. *História dos Filósofos*. Trad. Lélia de Almeida Gonzales, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1970.
160. VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. *Introdução à filosofia das ciências*. Trad. Lélia de Almeida Gonzales. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1970.
161. VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. *História das Filosofias*. Trad. Lélia de Almeida Gonzales, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1967.
162. VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, São José, 1958.
163. XAVIER, Agliberto. *Diretrizes*. Rio de Janeiro, s.ed., 1939.
164. ZEA, Leopoldo. *O Positivismo no México, apogeo y decadencia*. Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1968.
165. ZEA, Leopoldo. *El positivismo*. IN: *Estudios de historia de la filosofía en México*, Mexico, Universidade Nacional Autonoma, 1973.



O Cel Inf ME João Marinonio Aveiro Carneiro é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Filosofia pela Universidade Gama Filho (UGF), Doutor e Livre-Docente em Sociologia da Educação (UFRJ) e Doutor em Filosofia (UGF). É professor de Filosofia na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



AS CARACTERÍSTICAS DO PESQUISADOR EM INFORMAÇÃO

João Amâncio de Queiroz Neto

É necessário, em qualquer circunstância, estimar a situação tal qual se apresenta, envolta em dúvidas e fatores desconhecidos, e então julgar sensatamente o que se vê, adivinhar o que não se vê, tomar rapidamente uma decisão e agir logo, em decorrência, sem vacilação."

— Von Moltke —

INTRODUÇÃO

INFORMAÇÕES é, provavelmente, a menos compreendida e a mais mal retratada das profissões, cheia de peculiaridades e dificuldades. O Presidente KENNEDY, em 28 NOV 61, assim se referiu a essa atividade humana:

"— Seus êxitos não são proclamados, seus insucessos são apregoados. Por motivos óbvios, não se pode falar das operações que correm bem. As que correm mal, geralmente, falam por si."

Nenhuma afirmação poderia ser mais feliz do que essa, expressando claramente o fato de que o mundo das Informações constitui-se num campo de batalhas silencioso, onde se digladiam as inteligências.

A "arte das Informações" é especial, na medida em que não

existem Universidades voltadas exclusivamente para o ensino de matérias específicas ao desempenho profissional daqueles que se dedicam a essa atividade. A única influência que os estudos prévios têm sobre a carreira de Informações é orientar o indivíduo no sentido da parte analítica ou da busca de dados, conforme o caso, ou, ainda, para um determinado setor de conhecimentos específicos, no caso de tratar-se de um perito técnico, especializado em determinadas áreas do conhecimento humano.

O Manual de Informações (M-07) define a Atividade de Informações pela sua finalidade, ao lhe creditar "a produção de conhecimentos que habilitem as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, à oportuna tomada de decisões ou elaboração de planos". Da definição depreende-se a imensa ampli-

tude do trabalho das Informações, que abrange praticamente todas as atividades humanas. Estas, ao serem analisadas, irão buscar suas raízes no passado, que faz parte do presente, na medida em que seus fatos influenciaram ou se ligam, de qualquer modo, aos acontecimentos atuais. Estas relações causais são objeto de pesquisa nos Órgãos de Informações quando, através do passado, busca-se entender os fatos presentes. Por outro lado, modernamente e cada vez mais, as Informações têm procurado antecipar-se aos acontecimentos, através da previsão. Esta, dentre todas as atividades intelectuais desenvolvidas pelo homem, é a que mais se caracteriza por trazer, implícita, a possibilidade de erro potencial. Trata-se, como no dizer de SHERMAN KENT, em sua obra *"Informações Estratégicas"*, de vislumbrar os fatos através do *"nevoeiro do futuro"*. Para devesar o desconhecido, não há melhor caminho do que a mente humana.

A natureza muito especial de uma organização profissional de Informações requer, então, que seus servidores sejam criteriosamente recrutados e selecionados para as tarefas a desempenhar, de forma que o façam com competência e dedicação. A qualidade do pessoal é, portanto, a condicionante principal da eficiência de um Serviço de Informações. De fato, se, no universo das atribuições afetadas a essa atividade, o homem recebe, às vezes, a ajuda técnica de mecanismos sofisticados, dentre os quais destacam-se a eletrônica e a informática, ele continua per-

manecendo o elemento essencial pois, em matéria de juízo, nada há que possa substituir a inteligência do ser racional.

Uma vez caracterizada a importância do elemento humano para a Atividade de Informações, o presente trabalho buscará esboçar um perfil das características do pesquisador em Informações, atendendo-se única e exclusivamente às peculiaridades que distinguem ou assemelham tal serviço com outros tipos de pesquisas. Assim sendo, procurar-se-á abordar o assunto analisando-se as características inerentes à profissão do analista de Informações, as quais servirão para orientar o raciocínio na busca da conclusão final.

Não serão objeto de nosso estudo as características morais e psicológicas, uma vez que as julgamos inerentes a todos os servidores de um Órgão de Informações, em qualquer cargo ou nível de desempenho profissional, sejam ou não analistas.

O CONHECIMENTO

Uma vez que o analista de Informações desenvolve uma atividade voltada primordialmente para a produção de conhecimentos, torna-se mister, para uma exata compreensão do seu trabalho, que, antes de tudo, entenda-se perfeitamente o que seja o CONHECIMENTO.

a. Tipos e características do conhecimento

No ser humano podem existir, concomitantemente, diversas for-

mas de conhecimentos, resultantes de um processo contínuo de acumulação de experiências vividas. Tal fato, entretanto, não acarreta conflitos, devido à extração e uso seletivo que a mente faz, quando necessário, do conhecimento específico e adequado a cada situação enfrentada.

De um modo geral, podemos admitir a existência de 4 tipos principais de conhecimentos:

1) *Conhecimento popular (ou de senso comum)* — é dado pela familiaridade que se tem com um determinado fato ou assunto. Geralmente, as pessoas possuem um “conhecimento familiar” do pequeno mundo em que vivem, resultante de suposições e/ou experiências pessoais. É um tipo de informação íntima, porém não sistematizada, desde que não foi suficientemente refletida a ponto de poder reduzir-se a uma formulação geral. Tais conhecimentos (ou experiências pessoais) não podem ser transmitidos fácil e compreensivelmente de uma pessoa para outra.

2) *Conhecimento religioso (ou teológico)* — implica na crença de que as verdades tratadas

são infalíveis e indiscutíveis, por serem reveladas pelo sobrenatural. É um conhecimento sistemático do mundo como obra de um criador divino e cujas evidências não são verificadas. A adesão da mente constitui-se num ato de fé, apoiado numa doutrina que contém proposições sagradas.

3) *Conhecimento filosófico* — não emerge da experimentação e sim dos diversos ramos do pensamento universal. Não é confirmado e nem refutado, pois não admite verificação, como ocorre com as hipóteses do conhecimento científico.

4) *Conhecimento científico* — é estruturado com base em dados classificados, que oferecem explicações plausíveis e que já foram submetidas à verificação, através da experimentação. A verdade a ser atingida, contudo, é falível, pois sustenta-se em teorias que podem ser substituídas posteriormente por outras, consideradas mais efetivas ou válidas.

Resumindo, podemos apresentar, como principais características dos diversos tipos de conhecimento, o quadro abaixo:

Conhecimento POPULAR	Conhecimento RELIGIOSO	Conhecimento FILOSÓFICO	Conhecimento CIENTÍFICO
Valorativo	Valorativo	Valorativo	Real (Factual)
Reflexivo	Inspiracional	Racional	Contingencial
Assistemático	Sistemático	Sistemático	Sistemático
Verificável	Não verificável	Não verificável	Verificável
Falível	Infalível	Infalível	Falível
Inexato	Exato	Exato	Aproxima-se da exatidão

CONCLUSÃO PARCIAL

Desses 4 tipos, o conhecimento POPULAR e o RELIGIOSO não se coadunam com a Atividade de Informações, conforme se depreende de suas respectivas características.

b) O conhecimento filosófico

É na Filosofia que se vai buscar a gênese da Atividade de Informações como produtora de conhecimentos. No sentido filosófico, conhecimento é uma relação de inteligência existente entre um Sujeito e um Objeto. Dependendo da preponderância dessa relação, teremos, respectivamente, o conhecimento subjetivo e o objetivo. Várias escolas procuram estudar a teoria do conhecimento, cada uma delas enfocando o assunto de acordo com seus pontos de vista particulares. Filosoficamente, o conhecimento admite 3 tipos de classificações: quanto à origem, à essência e ao critério.

1) Quanto à origem

Nesta classificação, as escolas procuram a fonte de onde emana o conhecimento humano:

a) **RACIONALISMO** — o conhecimento é nato, gerado na razão pura, no intelecto, no pensamento. Independe da experiência.

b) **EMPIRISMO** — o conhecimento é fruto da experiência sensível. Nada persiste no intelecto, sem que haja passado anteriormente pela experiência dos sentidos.

c) **INTELLECTUALISMO** — Constituindo-se na síntese dos anteriores, considera o conhecimento como fruto do pensamento

e da experiência. Tira os conceitos da experiência, prolongando-os através de representações intelectualizadas.

2) Quanto à essência

Procura-se verificar se o Sujeito prepondera na determinação do Objeto ou se este condiciona aquele.

a) **SUBJETIVISMO** — o Objeto não é independente do Sujeito, isto é, a essência do conhecimento reside neste e não naquele, pois o Sujeito é quem apreende a realidade dos fatos.

b) **OBJETIVISMO** — julga essencial o conhecimento do Objeto em si mesmo. O que persiste é a realidade do fato (Objeto) e não o pensamento do Sujeito.

c) **IDEALISMO** — nega o Objeto real, uma vez que toda a realidade está encerrada na consciência.

d) **REALISMO** — a Verdade está separada do Objeto e do Sujeito. A impressão do Objeto no espírito é que fornece a imagem realística do fato.

e) **FENOMENALISMO** — considera as coisas não como são, mas sim como se nos aparecem. Admite que o Sujeito só pode chegar a uma Verdade específica dentro de suas próprias possibilidades e limitações, sem nunca chegar a uma Verdade Universal ou Absoluta.

3) Quanto ao critério

A filosofia procura determinar o modo pelo qual se atinge a Verdade do conhecimento.

a) **DOGMATISMO** — é possível ao Sujeito apreender o Objeto, is-

to é, o indivíduo aceita o fato como este se apresenta ou é captado pelos seus sentidos. É a posição do pensamento infantil (aceita tudo conforme percebe pelos sentidos).

b) **CETICISMO** — duvida do conhecimento, não aceita que o fato possa ser compreendido como ele o é na realidade. Admite as seguintes subdivisões:

(1) **Subjetivismo** — a visão é a do Sujeito, que pode diferir do Objeto como este se apresenta no plano real.

(2) **Relativismo** — todo conhecimento é restrito a apenas uma parte do todo, do conjunto, e não pode ser apreendido pelo Sujeito em sua plenitude.

(3) **Pragmatismo** — todo conhecimento só é válido na medida em que ele vá orientar a prática, em que vá ser útil de alguma forma. O conhecimento é julgado através do grau de utilidade que ele possa ter.

O ceticismo é a posição do pensamento juvenil (duvida de tudo que vê ou sente).

c) **CRITICISMO** — toma como base o Dogmatismo (o Objeto vai se imprimir integralmente no Sujeito). Admite-se a possibilidade da existência do conhecimento, mas este tem que ser exaustivamente questionado. Esta é a posição do pensamento do homem adulto: antes de aceitar plenamente o fato como verdadeiro, procura pesquisar a sua origem e características.

CONCLUSÕES PARCIAIS

1) Na Atividade de Informações, a produção do conhecimento final é feita, inicialmente, pela apreensão dos fatos através dos sentidos externos; posteriormente, aqueles sofrerão um processo de elaboração mental do analista. Dentro desse enfoque, a Atividade de Informações enquadra-se dentro do INTELLECTUALISMO, à medida em que o Informe é o relato, a observação ou o registro de um fato (logo, é empírico) e a Informação é resultante da integração e processamento de todos os Informes disponíveis sobre o assunto (portanto é um processo racional).

2) A posição de um analista de Informações, na produção do Conhecimento, deve ser objetiva (eliminando todo o subjetivismo ou opiniões particulares e pessoais que possam ser introduzidas em suas indagações) e caracterizada por um realismo crítico, ou seja, admitindo a possibilidade da existência de um engano ou erro no julgamento da realidade dos fatos, irá questioná-los incessantemente, buscando o convencimento sobre a verdade dos mesmos.

3) A pesquisa efetuada pelo analista, durante as atividades desenvolvidas para a produção do conhecimento, caracteriza-se pelo ceticismo metódico, pois que os Informes deverão ser escoimados ou decantados de seus falsos valores.

4) Por outro lado, ao elaborar a sua Informação, o analista não pode deixar de levar em conta o pragmatismo dos seus trabalhos,

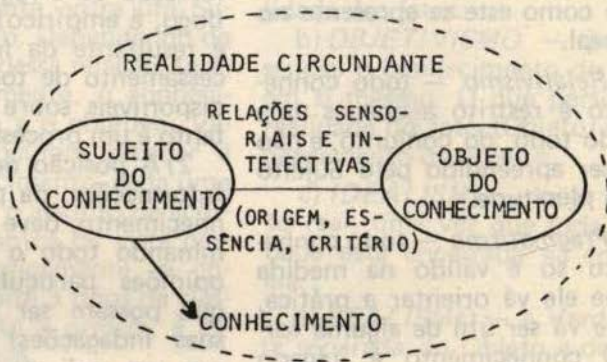
preocupando-se com o grau de utilidade que o conhecimento final produzido irá ter para quem vai dele se utilizar.

5) Segundo o resumo visto sobre a teoria do conhecimento filosófico, podemos estabelecer as relações de analogia com o CONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES de acordo com o seguinte quadro:

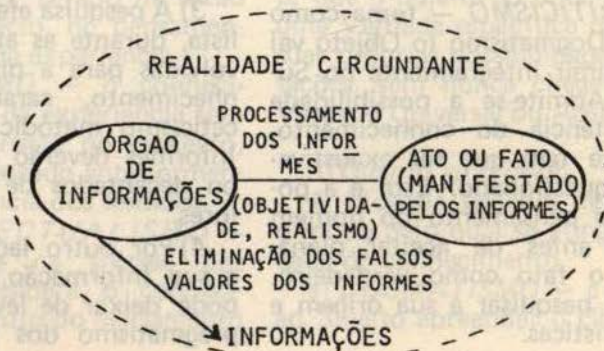
c) *O conhecimento científico*
Ciência, etimologicamente, provém do termo latino "scientia" que, por sua vez, provém de "scire", que significa "aprender" ou "conhecer".

Karl Pearson, em sua obra "Gramática da Ciência", assim a define:
— "A classificação dos fatos, a determinação de sua seqüên-

1 - NA FILOSOFIA



2 - NAS INFORMAÇÕES



cia e de sua significação relativa é a função da CIÊNCIA."

Outra definição comumente aceita é a que se segue:

— "Ciência é uma forma especial de conhecimento da realidade, baseada no raciocínio, na reflexão, e sustentada numa lógica racional cujo produto é passível de ser submetido à verificação."

O aspecto lógico da ciência pode ser definido através do método de raciocínio e do enunciado sobre o fenômeno investigado. É uma tentativa de descrição, interpretação, explicação e verificação exata dos fatos da natureza. O cientista busca a certeza, aceitando apenas as hipóteses que foram submetidas exaustivamente aos testes mais rigorosos.

Em resumo, podemos dizer, então, que a Ciência visa aumentar os conhecimentos humanos ou melhorar a compreensão acerca dos fenômenos da natureza já conhecidos. O conhecimento científico é fruto de uma série de procedimentos, racionalizados pela pesquisa, e visa solucionar problemas e responder questões sobre os fenômenos naturais.

Genericamente, admite-se a seguinte classificação da ciência:

1) *Ciências Sociais* — embora subjetivas, são derivadas da aplicação sistemática de técnicas analíticas, tão rigorosas quanto o permitam os dados e a situação, com a finalidade de aumentar a compreensão sobre o comportamento do indivíduo ou de grupos. Neste ramo encontram-se a

Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, etc.

2) *Ciências Naturais ou Exatas* — expressam relações existentes entre os diversos fenômenos da natureza, através de enunciados teóricos obtidos mediante a realização de repetidas experiências, submetidas a rigoroso controle, com as quais se obtém bases seguras de previsão ou definição. É o caso da Matemática, Física, Química, etc.

O conhecimento científico possui as seguintes características:

1) *Factual* — porque lida com ocorrências ou fatos.

2) *Analítico* — porque procura compreender uma situação global através de seus componentes parciais. Implica em duas operações: dissociação e remontagem de fatos.

3) *Geral* — porque não se preocupa com objetos ou fatos individuais e sim com a visão ampla e global de uma seqüência de fatos, que se repetem através da experiência.

4) *Sistemático* — porque contém:

a) ocorrências ou fatos que se inter-relacionam de modo ordenado, lógico e completo;

b) fontes de informações, das quais se obtém o conhecimento;

c) teorias ou hipóteses, formuladas a respeito dos acontecimentos ou fatos;

d) "conclusões", que são os resultados obtidos sobre os fenômenos observados, em condições mais ou menos amplas e uniformes, sob as quais os mesmos ocorreram.

5) *Acumulativo* — porque seleciona, dentre os conhecimentos adquiridos anteriormente, aqueles que são mais significativos e operacionais e que permitam uma melhor compreensão do fenômeno como um todo. Trata-se, enfim, de um processo seletivo em que os novos conhecimentos somam-se aos das experiências anteriores, dando, como resultado, novas situações, condições ou realidades.

6) *Falível* — porque não é definitivo, absoluto ou final, podendo ser alterado ou sofrer evolução, desde que novas teorias ou conhecimentos surjam em futuro próximo ou remoto.

7) *Verificável* — porque a validade empírica ou provável de uma afirmação, hipótese, dado ou teoria é passível de ser testada, para fins de comprovação ou recusa definitiva, através das observações feitas em laboratório.

8) *Explicativo* — busca incessantemente o “por quê” e o “como” do fenômeno estudado.

9) *Preditivo* — porque a Ciência age dentro do plano do previsível, ocupando-se do provável, em busca da certeza. Tem a função de prognosticar, baseando-se na indução probabilística. A Predição é um dos aspectos mais importantes da Ciência. Por isto, ela se baseia em informações específicas, fidedignas e válidas, referentes à realidade atual ou pretérita. A Predição, na sua expressão mais limitada, é uma possibilidade de que o fenômeno vá ocorrer.

10) *Útil* — porque não basta apenas conhecer a realidade, os fatos, como se dão os fenômenos.

É preciso também que o conhecimento tenha alguma aplicação prática, sirva para alguma coisa, seja utilizado de algum modo, mesmo que essa utilização vá se dar somente a longo prazo.

CONCLUSÕES PARCIAIS

1) O pesquisador da Atividade de Informações, no seu trabalho de produção de conhecimentos específicos, não pode ignorar a importância das Ciências Sociais e Naturais. Aquelas, por tratarem das atividades humanas, consideradas individualmente ou em grupo, servem como auxílio na compreensão do comportamento das pessoas, enquanto que estas fornecem subsídios para levantamentos estatísticos e cálculo de probabilidades, essenciais para o difícil mister da previsão e antecipação dos acontecimentos.

2) O conhecimento científico, pelas suas características específicas e modo peculiar de obtenção, assemelha-se muito ao produzido pelo analista de Informações.

d. O conhecimento informação

Na Atividade de Informações, o conhecimento INFORMAÇÃO representa a verdade, oportuna e bem apresentada. A utilidade é o seu princípio dominante, cujo corolário é a oportunidade.

A produção do conhecimento INFORMAÇÃO pressupõe tirar-se a mais valiosa conclusão ou interpretação dos fatos disponíveis. Para tanto, compreensão exata dos dados existentes, julgamento criterioso e perspectiva ampla e global

da situação em estudo são fatores essenciais para o sucesso da missão do analista.

Antes de ser produzido, o conhecimento INFORMAÇÃO sofre uma prévia verificação, análise e interpretação, na busca incessante da essência da verdade. Resulta, portanto, de um esforço mental consciente, realizado mediante um trabalho árduo, formal e sistemático, no qual sobressaem o levantamento de dados e a pesquisa, consideradas atividades básicas.

A inteligência não pode prescindir da informação, assim como esta de nada servirá, se não houver nela a aplicação da inteligência. Ambas — a inteligência e a informação — estão intimamente relacionadas e coexistem juntas. Assim sendo, o conhecimento INFORMAÇÃO resulta do pensamento lógico e imaginativo, temperado com objetividade e ceticismo. Essas qualidades devem ser desenvolvidas no pesquisador de Informações, através do estudo e treinamento de procedimentos específicos.

O conhecimento INFORMAÇÃO será inútil se não for completo, abrangente, preciso, oportuno e diretamente relacionado com o problema em estudo. Ele não é produzido apenas pelo conhecimento em si, mas sim, porque se destina à tarefa prática de realizar uma ação de assessoramento à autoridade ou escalão que o solicitou.

Para a Atividade de Informações, o tempo representa um elemento de importância decisiva para a produção do conhecimento.

Os usuários estão interessados não apenas em fatos e acontecimentos do passado, como também no presente e, até mesmo, nas previsões sobre o futuro desconhecido. Sendo assim, às vezes a missão dada ao pesquisador de Informações requer a elaboração de documentos que contêm conclusões com uma faixa muito grande de incerteza. Neste caso, descaracteriza-se o conhecimento INFORMAÇÃO, dando surgimento a outros dois tipos de conhecimentos — a apreciação e a estimativa.

Na apreciação o analista de Informações expressa a sua opinião sobre o assunto que é objeto da pesquisa. Por ser altamente subjetiva e pessoal, traz em seu contexto a dúvida e a incerteza, ainda que suas conclusões estejam baseadas em profunda e criteriosa análise dos fatos ou conhecimentos existentes sobre o assunto. As opiniões, como qualquer outra parte importante da produção de Informações, devem ser criticamente examinadas, pois cabe-lhes o ônus da prova, antes de sua utilização efetiva como expressão da verdade, que poderá ter sido falsada durante o processo, independentemente da participação do analista.

A estimativa, à medida em que pretende antecipar-se aos fatos, possui grande valor para a Atividade de Informações, quando alicerçada em uma sólida base de dados descritivos e correntes, precedidos de uma análise criteriosa. A previsão, alicerce da estimativa, pode não ter um valor absoluto, não representar a última palavra

sobre o assunto e, até mesmo, não ser exatamente precisa. Isto pode ser facilmente compreendido se levarmos em consideração o fato de que as Ciências Sociais não atingem, de modo algum, a precisão característica das Ciências Naturais e é quase certo que nunca a atingirão.

CONCLUSÕES PARCIAIS

1) A produção do conhecimento **INFORMAÇÃO** é uma atividade essencialmente humana, já que depende inteiramente da compreensão, bom senso e julgamento dos fatos pela inteligência, na busca da verdade.

2) O conhecimento **INFORMAÇÃO** não tem razão de ser, caso não exista uma expectativa imediata de sua utilização para assessoramento, o que o diferencia do conhecimento científico.

3) Outro fator de distinção entre o conhecimento científico e os produzidos pela Atividade de Informações é que estes resultam de uma análise criteriosa e profunda de fatos ou acontecimentos já ocorridos e cuja possibilidade de repetição no tempo é vedada ao pesquisador, enquanto que aquele pode ser deduzido através de inúmeras experiências, repetidas exaustivamente em laboratório.

4) É difícil imaginar-se qualquer ciência social ou natural que não diga respeito, direta ou indiretamente, a algum aspecto levado em consideração pelo pesquisador de Informações, durante o seu trabalho de produção dos conhecimentos afetos a essa atividade.

O MÉTODO DE PESQUISA

Conforme já visto anteriormente, na produção do conhecimento o pesquisador não pode deixar de valer-se de um processo sistemático, baseado em procedimentos racionais que lhe permitam atingir os resultados desejados.* Esse processo — o método de pesquisa — expressa, na realidade, uma forma de agir ao longo de um caminho, na busca do objetivo final.

Quer seja no domínio das Ciências, quer seja na Atividade de Informações, o pesquisador vale-se do método como um meio para disciplinar a sua inteligência, racionalizar os processos empregados e excluir o acaso dos resultados obtidos. O método, além do mais, adapta o esforço a ser empregado às exigências do problema em estudo, determina os meios de investigação e a ordem de pesquisa a ser seguida. Em suma, o método oferece segurança e economia de meios na árdua e trabalhosa faina em busca do conhecimento.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pelo método no trabalho de pesquisa, é necessário conhecer as suas particularidades, para que possamos compreender perfeitamente até que ponto estas poderão influenciar ou mesmo definir as características da personalidade do pesquisador.

a. O Método da pesquisa científica

O Método Científico implica em se utilizar, de forma adequada, a reflexão e a experimentação.

É o traço característico da Ciência.

A pesquisa científica tem por finalidade tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, isto é, a forma como se processam, a sua estrutura e função, as mudanças que se operam e até que ponto podem ser controladas e orientadas. Não lhe basta, porém, a acumulação de fatos e sim a sua compreensão, o que se obtém desenvolvendo e lançando hipóteses precisas, que se manifestam sob a forma de questões ou de enunciados.

Hert manifesta que *"a pesquisa é a aplicação da inteligência humana, de maneira sistemática, à solução de um problema, cuja resposta não é imediatamente conhecida."* A inteligência é, portanto, condição necessária, porém, não suficiente. Como requisitos básicos para o sucesso devem existir, ainda, os seguintes fatores:

- 1) Segurança e confiança na experiência.
- 2) Observação direta dos fatos.
- 3) Natureza autocorretiva.
- 4) Procura da certeza.
- 5) Perseverança e paciência.

A pesquisa científica compreende 5 fases fundamentais, a saber:

- 1) Preparos iniciais para a realização da pesquisa.
- 2) Execução do *"trabalho de campo"*, através da aplicação de métodos e técnicas de pesquisa específicas para obtenção de dados.
- 3) Processamento e análise dos dados obtidos.
- 4) Interpretação e explicação

reconstrutiva dos fenômenos pesquisados.

5) Preparação do relatório, ou seja, a comunicação dos resultados alcançados pela pesquisa.

A *Preparação* da pesquisa está vinculada ao planejamento da mesma. O *Processamento* tem por objetivo estabelecer critérios de ordem e classificação dos dados brutos, enquanto que a *Análise* está relacionada com os processos de decomposição das relações causais, produtoras e correlacionais. A *Interpretação* é uma atividade intelectual que trata de encontrar significados mais amplos para as propriedades relacionais dos dados.

O pesquisador científico dedica-se ao estudo de assuntos referentes exclusivamente à sua especialidade, aí colocando muito de sua experiência profissional. Sua intenção é ampliar as fronteiras dos conhecimentos humanos, sem se preocupar com a utilização imediata do seu trabalho, no qual põe em jogo a própria reputação.

Na pesquisa científica, a veracidade de um fato é verificada, normalmente, através de experiências decisivas de laboratório. Assim sendo, grande parte de seus trabalhos envolvem a experimentação. O resultado da pesquisa é largamente difundido para toda a comunidade de sábios e cientistas. Contudo, a publicação do trabalho desenvolvido pode tardar a ser divulgada, até que o próprio pesquisador ou seus orientadores e colaboradores diretos julguem as descobertas adequadas para justificarem as conclusões obtidas.

Em síntese, o Método Científico

fico é um conjunto de procedimentos, experimentados e comprovados, que servem para demonstrar como funciona uma teoria. Como tal, pode ser aplicado a qualquer tipo de atividade ou investigação na qual as teorias sejam desenvolvidas e submetidas à comprovação. No caso de sua utilização nas Ciências Sociais, por exemplo, poder-se-á defini-lo como uma atividade científica que, através de procedimentos lógicos e sistemáticos, encaminha-se à descoberta de novos fatos ou à verificação de fenômenos anteriores, envolvendo procedimentos individuais ou de grupos, bem como a analisar suas conseqüências, inter-relações, explicações causais e as leis naturais que os governam.

Durante o trabalho desenvolvido pelo pesquisador científico, este deve preocupar-se com duas condições principais ao êxito almejado:

1) Ao equacionar a sua pesquisa, deve tomar todo o cuidado no sentido de obter realmente os dados que representam uma amostra significativa daquilo que se deseja observar e demonstrar.

2) As conclusões finais devem sempre apoiar-se nos dados levantados e pesquisados, sem deformações ou desvios das mesmas, assim evitando adaptá-las a uma teoria de sua preferência ou a seus próprios conceitos pessoais.

CONCLUSÕES PARCIAIS

1) A pesquisa científica visa a enriquecer o conhecimento teóri-

co sobre os fenômenos ou problemas da realidade existencial.

2) O que caracteriza o Método Científico é, essencialmente, poder-se, através dele, chegar a leis, princípios gerais ou regras que, de certa forma, definem ou explicam um comportamento social ou um fenômeno físico.

3) É errado supor-se que o Método Científico seja uma técnica utilizada exclusivamente por cientistas. Ele pode também ser aplicado a uma série imensa de atividades que necessitem de um procedimento sistemático e racional para obter-se conclusões precisas e oportunas.

4) O pesquisador científico não sofre limitações quanto ao tempo porque ele não está, necessariamente, voltado para o atingimento de objetivos utilitários imediatos.

5) Na pesquisa científica a validação da teoria pode ser feita através da comprovação de várias hipóteses, ao mesmo tempo, em laboratório ou experiências específicas.

6) O cientista social não está interessado em convencer ou prever e sim em expor os elementos da situação, identificar os fatores críticos que influirão na solução, obter as relações exatas entre as causas e conseqüências. Não resolve problemas, portanto.

7) Na pesquisa científica a tendenciosidade deve ser evitada, pois é um defeito que compromete e até mesmo anula todo o trabalho realizado.

b. O Método para produção de conhecimentos de Informações

Não será abordada, neste item, a descrição do Método em si, por julgarmos que o nosso Manual M-07 esgota o assunto, ao tratar das fases para a elaboração da INFORMAÇÃO e do ESTUDO DE INFORMAÇÃO. Nosso objetivo será tecermos algumas considerações a respeito do mesmo, ressaltando algumas de suas particularidades que irão influenciar o trabalho do pesquisador, comparando-o com o Método de pesquisa científica, visto anteriormente, em suas analogias e diferenciações.

Na Atividade de Informações, ao utilizar o Método para produzir conhecimentos, o pesquisador visa resolver um problema, real ou potencial, envolvendo uma tomada de decisão, elaboração de um planejamento ou o acompanhamento da execução de um ato decisório de uma autoridade ou escalão competente.

No seu desenvolvimento, as pesquisas descritiva e prospectiva constituem a maior parte dos processos que envolvem o Método para a produção desses conhecimentos.

A pesquisa descritiva procura reconstituir, explicar, interpretar ou descrever um determinado fato. A "prova", neste caso, está ligada à análise de dados que apóiam ou recusam determinada hipótese ou conclusão formulada.

A pesquisa prospectiva procura formular novos princípios, teorias ou proposições que permitam ao

pesquisador prever ou profetizar quais serão os resultados decorrentes da interação das variáveis. A "prova", neste caso, será a comparação entre os resultados previstos e os resultados reais (de qualquer forma, porém, só se efetuará após divulgada a conclusão do pesquisador).

Na produção do conhecimento de Informações verifica-se a veracidade através da busca de fatos adicionais ou cruciais, bem como por meio de experiências mentais. Busca-se evidências, condições possíveis ou prováveis de terem ocorrido, um quadro geral da situação que esteja concordando com as condições conhecidas, com o bom senso e com as experiências anteriores.

A essência do Método para a produção de conhecimentos de Informações é não apresentar o pesquisador, "a priori", nenhuma dificuldade ou objeção às idéias expostas ou recebidas sobre o assunto. Todas devem ser convenientemente acatadas, para um posterior estudo, criterioso e profundo. Algumas, por vezes, encontrarão objeções tão óbvias que serão imediatamente afastadas. Outras destacar-se-ão pela excelência e propriedade sobre as demais, devidamente comprovadas pelo elenco de dados reunidos e se constituirão nos "fatos significativos" do problema em estudo.

Na Atividade de Informações, o pesquisador, ao exercer o difícil mister da previsão, vale-se de todos os métodos principais de investigação e compreensão da realidade dos fatos: o empírico, o

lógico-matemático, o dedutivo e o indutivo. Entretanto, ao utilizar o Método para produzir conhecimentos de Informações, não pode o pesquisador, em todas as suas etapas, prescindir não só do conhecimento genérico sobre o assunto, resultante de sua experiência e vivência profissional, como também de exercitar frequentemente o seu bom senso.

Ao contrário do cientista, ao pesquisador de Informações é vedado difundir amplamente o assunto que está sendo estudado e a forma pela qual o trabalho vem se realizando. Por motivos óbvios, tal procedimento visa não só preservar a segurança, a compartimentação e o sigilo da própria Atividade de Informações, como também salvaguardar os agentes e as próprias fontes de informes.

Nos Órgãos de Informações é comum exigir-se que o analista apresente o resultado do seu trabalho de pesquisa, ainda que lhe falte a obtenção de alguns dados ou que não tenha absoluta confiança em outros, já obtidos. Isto se dá porque, muitas vezes, certas decisões não podem ser adiadas até que se possa dispor de todos os informes necessários. Nesses casos, em que o pesquisador de Informações trabalha premido pelo tempo, ele precisará retirar muito de poucas possibilidades e, assim, o real proveito de suas conclusões para o correto assessoramento da chefia dependerá, em muito, da sua inteligência, perspicácia e talento individuais.

Pode ocorrer também o fato de que, durante a aplicação do

Método para a produção de conhecimentos de Informações, por mais criterioso que tenha sido o trabalho desenvolvido pelo pesquisador, por maiores que sejam a sua habilidade e capacitação profissionais, por vezes alguns dados objetivos normalmente fugirão ao seu controle e ocultar-se-ão à pesquisa. Neste caso, não pode o analista rejeitar a sua intuição, desde que esta seja estruturada em conhecimentos e compreensões que constituam a essência da verdade. A intuição deverá ser relegada quando baseada, pura e simplesmente, no desejo pessoal de acertar a solução, desprezando fatos e evidências que a contrariem frontalmente. Cumpre ressaltar, porém, que a intuição não pode ser encarada pelo pesquisador como uma fonte natural, pessoal e infalível da verdade, uma vez que, por depender de critérios humanos, pode ser causa de falhas nas conclusões. Estas deverão apoiar-se em dois instrumentos fundamentais do Método — a busca incessante e meticulosa de dados confirmados, pertinentes ao assunto, e o trabalho de análise e elaboração mental sobre estes, efetuado pelo raciocínio do homem.

CONCLUSÕES PARCIAIS

1) O Método para a produção de conhecimentos de Informações representa um caminho ideal a ser seguido por todos os pesquisadores, objetivando alcançar a **VERDADE** sobre determinados fatos ou assuntos em estudo (conhecimento **INFORMAÇÃO**) ou, ain-

da, estabelecer uma previsão segura sobre a evolução de uma situação em desenvolvimento (conhecimento *ESTIMATIVA*).

2) Ao Método não cabe prever todas as situações que possam surgir ao pesquisador e, muito menos, apresentar uma proposta de soluções a esses imprevistos. O Método é um meio extremamente seguro e válido, de que se serve o pesquisador para o cumprimento de sua missão mas, em definitivo, *NÃO SUBSTITUI* o talento, a capacidade e a inteligência humanas.

3) A produção de conhecimentos afetos à Atividade de Informações é, na realidade, um processo de elaboração mental em que sobressai o pensamento criador, através da aplicação do Método.

4) O Método para a produção de conhecimentos de Informações em muito assemelha-se ao Método de pesquisa científica. Contudo, existem certas peculiaridades que os distinguem perfeitamente:

a) As conclusões, nas Informações, nem sempre são suscetíveis de uma prova concreta, como no caso das Ciências Naturais.

b) O pesquisador de Informações não dispõe, virtualmente, de qualquer controle sobre as variáveis intervenientes do problema, isto é, não pode fazer experiências, como o pesquisador científico, uma vez que os fatos não se repetem mais e são passíveis de se perderem no passado.

c) O produto final do Método para a produção de conhecimentos de Informações obedece ao critério da utilidade e, normalmente, sofre restrições no tempo, enquan-

to que isso não ocorre nas conclusões da pesquisa científica.

5) Muitos pontos de contato aproximam a produção dos conhecimentos de Informações com a pesquisa científica, embora existam algumas diferenças significativas entre elas. Tal fato não vem invalidar, em absoluto, a utilização de determinados aspectos do Método científico pelo pesquisador em Informações.

6) Entre algumas diferenças, não de Método mas sim de circunstâncias que cercam essas atividades, salientamos que a pesquisa científica tem maior liberdade para examinar teorias e princípios, enquanto que o pesquisador em Informações orienta a sua pesquisa para que esta seja utilizada objetivamente, como uma ferramenta, para um determinado fim.

7) A pesquisa científica é livre na orientação de seus estudos para o campo onde espera encontrar os dados necessários. Já o analista de Informações é compelido, pelas solicitações do usuário, a pesquisar em terrenos onde, muitas vezes, as lacunas são embaraçosamente grandes.

8) O tempo de duração do trabalho, fator irrelevante na pesquisa científica, é de vital importância para o homem de Informações. Diríamos, mesmo, que é um fator vital de sobrevivência para a própria Atividade.

9) A produção dos conhecimentos de Informações, baseada num Método de estudo e pesquisa sistemática de dados, através de processos intelectuais, retira das Ciências grande parte de suas apli-

cações. Pode-se mesmo, em última análise, considerar a Atividade de Informações como fazendo parte das Ciências Sociais e o Método científico como sendo o mais apropriado conjunto de procedimentos para a pesquisa em Informações.

CONCLUSÕES FINAIS

Nos itens anteriores tivemos oportunidade de abordar, de uma forma bastante ampla e genérica, algumas peculiaridades de que se reveste o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores, na produção de conhecimentos específicos. Vimos que, na Atividade de Informações, estes resultam de um processo de elaboração mental, que culmina com o nascimento de uma idéia que não existia anteriormente. É o resultado do raciocínio e da capacidade de interpretar os fatos, mesmo com insuficiência de dados.

Tendo em vista tudo o que já foi anteriormente explanado, podemos agora passar a relatar as qualidades e características que devem ser peculiares ao pesquisador em Informações, elemento essencial dessa Atividade. A maioria dos mais célebres fracassos ocorridos nos Serviços de Informações não foi devida à insuficiência na coleta ou falta de dados e sim decorrente da análise incorreta dos mesmos, o que justifica a afirmação anterior.

O levantamento das características do pesquisador em Informações, antes de mais nada, deve levar em consideração um fator fun-

damental — o **HOMEM** — e este é dificilmente programável. Dadas as particularidades individuais de cada ser humano, será impossível obter-se indivíduos que se ajustem perfeitamente a todas as características que pudéssemos levantar como ideais a essa difícil e nobre profissão. De uma maneira geral, porém, podemos esboçar um perfil aproximado de um bom analista ou pesquisador em Informações, segundo os resultados que se almeja atingir com o produto de seus trabalhos.

Em primeiro lugar, o analista ou pesquisador em Informações precisa "*compreender*" o assunto em estudo e, para isso, antes de mais nada, é necessário "*saber*". Assim, a *inteligência* é, sem contestação, a primeira das qualidades desejadas, seguida de *boa capacidade intelectual*. Não se pode esperar que um analista ou pesquisador em Informações transforme-se em um economista ou cientista político pelo simples estudo de um problema desse tipo, se ele já não o for anteriormente. Da mesma forma, não seria lícito esperar-se um bom trabalho realizado por neófitos nesses campos, por maiores que sejam o empenho e a dedicação dos mesmos.

O *real conhecimento da área ou matéria estudada* pressupõe, por sua vez, uma *longa experiência e vivência profissionais*. Esse domínio amplo e absoluto da técnica de sua respectiva especialidade de conhecimentos faz com que o analista ou pesquisador em Informações descubra novos fatos ou estabeleça novas relações entre os

já conhecidos, tão logo perceba e registre quaisquer alterações havidas na sua área, que não seriam absolutamente notadas por uma mente não especializada. São esses elementos que, estimulados pela mínima alteração havida, entram imediatamente em ação, para provar a importância ou insignificância, a validade ou não dos fatos observados. Estão constantemente proporcionando conhecimentos necessários à verificação da exequibilidade de objetivos traçados na formulação de planos ou na política de um governo.

O processo analítico de Informações, desde a coleta, a seleção e a avaliação inicial dos informes recebidos, até à preparação de estudos de alto nível, requer, principalmente, uma *mente bem treinada*, livre de preconceitos e imune a julgamentos precipitados. Isto determina um *alto grau de imparcialidade*. Os pesquisadores devem ser pessoas desapaixonadas, que possam realmente analisar, estudar, ver e ouvir sem usar suas próprias paixões e idéias preconcebidas.

O *senso crítico* do pesquisador manifesta-se em determinada fase de seu trabalho, quando recebe os elementos a serem analisados, dos quais o seu julgamento criterioso extrai os fatores principais, para dar-lhes a devida ênfase. Deve-se evitar o extremo da crítica excessiva a todos as idéias, o que é prejudicial ao trabalho de análise. Recomenda-se um meio-termo ideal, caracterizado pelo *ceticismo sadio* e sem distorções.

O *discernimento* é fundamental ao pesquisador em Informações,

para permitir-lhe decidir entre o que é realmente importante e aquilo que tem importância secundária. Esta qualidade vem normalmente associada ao senso crítico, a que já nos referimos, e à *capacidade de julgamento*.

A *integridade moral* é essencial na apresentação das conclusões do trabalho do pesquisador em Informações. O resultado não pode ser distorcido em sua essência, com prejuízo da verdade, apenas para agradar aos usuários ou escalões superiores. Ainda que desfavorável à opinião geral e passível de causar polêmica, a conclusão da pesquisa efetuada pelo analista deve ser apresentada da forma como foi imposta pelo universo de dados coletados.

A *mente intuitiva ou especulativa* é característica daquelas pessoas que vivem sempre procurando explicação para todos os acontecimentos. Nada lhes passa despercebido e para tudo se volta a sua curiosidade. Este é o comportamento natural de um bom pesquisador em Informações. A mente intuitiva associa-se o *espírito de observação* pois aquele que está habituado a observar constantemente tudo o que se passa ao seu redor poderá captar com mais facilidade os fatos que são importantes ou que concorrerão para uma mudança no quadro geral da situação, antes que esta se apresente em plenitude.

A *paciência* e a *perseverança* também são qualidades típicas do pesquisador em Informações. Paciência para percorrer todas as fases do Método, ainda que seu trabalho

se torne monótono e desinteressante, por vezes. Perseverança para não desistir diante de obstáculos que se antepõem à sua pesquisa e nem se deixar abater pelos contratempos que freqüentemente ocorrem durante o trabalho.

O pesquisador em Informações deve também possuir *capacidade inventiva*, isto é, na falta do recurso com o qual ele contava, substituí-lo ou improvisar uma alternativa. Sua imaginação deve levá-lo a pesquisar novas fontes de informes, quando as conhecidas não o suprem convenientemente com os dados requeridos.

Espírito de ordem é fundamental ao pesquisador em Informações, principalmente quando lida com uma grande massa de dados e necessita manter um registro periódico dos acontecimentos, mesmo aqueles que, à primeira vista, parecem sem importância, pois sua validade poderá alterar-se com a evolução posterior da situação. O analista ou pesquisador em Informações não deve, porém, ser apenas um receptor passivo de impressões, que lhe chegam através dos conhecimentos auridos pelos fatos. Não pode restringir-se também a ser um mero acumulador de grande massa de dados pertinentes ao assunto estudado, sem deles se aproveitar ou fazer uso de alguma forma — ou seja, sem produzir um conhecimento útil. Deve ser dotado da sensibilidade que caracteriza a *previsão*, isto é, sem restringir-se apenas ao simples acompanhamento dos fatos, procurar antepor-se a eles, descortinar

o seu desdobramento futuro. Caso contrário, sua pesquisa perderá em sentido e sutileza, tornando-se incompleta e sem razão de ser, pois suas conclusões estarão sempre a reboque dos acontecimentos e as reações serão posteriores aos fatos acontecidos.

Com freqüência, é impossível dar uma resposta inteligente a um problema afeto à Atividade de Informações, sem adicionar-lhe um fator de cunho subjetivo. O analista lida muito com probabilidades, desde a simples avaliação dos Informes até a elaboração final das conclusões do seu trabalho, principalmente quando está fazendo uma Avaliação ou uma Estimativa sobre determinado assunto. Assim, ter "*mentalidade probabilística*" e pensar no mundo sob o ponto de vista estatístico ajuda a formar o verdadeiro quadro da situação e auxilia na nítida compreensão do problema em questão. As melhores contribuições de um analista de Informações, quando este se vê obrigado a dar a sua opinião ou prever o desenvolvimento futuro de uma situação em andamento, freqüentemente ocorrem pelo uso acurado das probabilidades. A "*mente probabilística*" utiliza-se honestamente do "*risco calculado*". Não permite que a presença detetada de um risco paralise a sua ação e nem pretende convencer-se, e aos outros, de que não existe o risco. Ao contrário, enfrenta-o explicitamente e planeja com antecedência como reagirá, caso o risco se concretize.

Contudo, nunca é demais frisar

que a análise estatística dos fatos e o emprego da teoria das probabilidades para deles chegar-se a uma conclusão jamais podem, por si sós, oferecer uma larga base, suficientemente ampla para as decisões, quando aplicadas à Atividade de Informações. Em certo ponto do processo, devem entrar a *capacidade de julgamento* e o *bom senso* do analista, decorrentes de seu tirocínio, experiência e capacitação profissional.

O analista de Informações, por fim, deve ser *ponderado e equilibrado*, ao emitir suas opiniões ou conclusões nos trabalhos a ele afetos. Isto significa fugir dos extremos, isto é, não lhe cabe a posição de idealismo puro — de KANT e DESCARTES —, nem tampouco o realismo radical de PLATÃO.

Em última análise, independentemente do fato de possuir ou não o pesquisador em Informações todas as características anteriormente apontadas, não se deve nunca esquecer que do elemento humano muito depende o sucesso de qualquer trabalho efetuado nesse campo de atividades.

Finalmente, para encerrar, gostaríamos de apresentar em resumo, de tudo o que até então foi visto, para caracterizar as qualidades e características pessoais de um bom pesquisador da Atividade de Informações. Ousaríamos chamá-lo "*DECÁLOGO DO ANALISTA*", tendo em vista que seus mandamentos deverão estar sempre presentes para todo aquele que faz das Informações a sua procissão.

— DECÁLOGO DO ANALISTA DE INFORMAÇÕES —

- 1) Ser perspicaz, em relação a novos problemas ou idéias.
- 2) Ser capaz de trabalhar bem e arduamente, mesmo sob condições desfavoráveis.
- 3) Aprender a discernir entre a realidade e a ficção.
- 4) Ser capaz de distinguir entre o essencial e o prescindível.
- 5) Possuir espírito interrogativo.
- 6) Ter grande dose de engenhosidade.
- 7) Prestar atenção aos detalhes.
- 8) Expressar suas idéias com clareza, propriedade e objetividade.
- 9) Não ser rígido e nem obstinado em suas idéias.
- 10) *Não ser ambicioso e nem esperar recompensas pessoais pelo resultado dos seus trabalhos.*

BIBLIOGRAFIA

1. KENT, Sherman. "Informações Estratégicas", tradução do Cel Hélio Freire. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1967. 213p.
2. PLATT, Washington. "A produção de Informações Estratégicas", tradução dos Maj Álvaro Galvão Pereira e Cap Heitor Aquino Ferreira. Biblioteca do Exército, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1974. 328p.
3. PETTEE, George S. "O Futuro das Informações". LS-A-06-101, Escola Nacional de Informações, Brasília, 1974.
4. DULLES, Allen. "A Arte das Informações", tradução pelo Serviço Nacional de Informações, Rio de Janeiro, 1966. 509p.
5. TCHAIKOVSKY, Fanin Malin. "A contribuição da Ciência nas informações". Nota de Aula da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1969.
6. ESG, Equipe da DAICI. "As Informações: conceitos fundamentais". Nota de Aula da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1969.
7. CLAUSER, Jerome K./WEIR, Sandra M. "Metodologia de Pesquisa em Informações- Excertos", tradução pela Escola Nacional de Informações, Brasília, 1984.
8. FERRARI, Alfonso Trujillo. "Metodologia da Pesquisa Científica". Editora McGraw - Hill do Brasil, São Paulo, 1982. 318p.
9. KNELLER, George F. "A Ciência como atividade humana", tradução de Antônio José de Souza, Editora da Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro, 1980. 310 p.

O Ten Cel Art QEMA João Amancio de Queiroz Neto é Comandante do 18º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), Rondonópolis, MT.



A ARMA DE MATERIAL BÉLICO

Adão Pantoja de Maria

O mundo acelera suas mutações, em todos os setores da atividade humana. A arte da guerra, como não poderia deixar de ser, vem evoluindo no mesmo ritmo dos demais ramos do conhecimento humano, beneficiando-se do grande impulso que esse período de apurada tecnologia vem emprestando à pesquisa e ao desenvolvimento.

Nos últimos anos temos nos defrontado com uma nova realidade bélica difícil de ser concebida há um quarto de século e quase impossível de se imaginar como será daqui a uma década.

O uso de satélites para a coleta de informações, valendo-se de fotografias feitas pelos mais variados processos; a utilização de satélites portadores de potentes emissores de raios laser, a serem utilizados na destruição de mísseis balísticos intercontinentais; artefatos nuclea-

res táticos, que, pesando pouco mais de 20 kg, podem ser conduzidos por pequenas frações em incursões no território inimigo, são alguns dos mais avançados equipamentos cuja existência já ultrapassou as barreiras do sigilo.

Sistemas de armas comandados por computadores, equipamentos de visão noturna do tipo passivo, telemetria laser e inúmeros outros equipamentos, que há bem pouco tempo só eram concebidos em aventuras de super-heróis da ficção científica, já fazem parte da realidade do material bélico de nosso Exército.

Não resta dúvida que tão, ou mais, importante quanto o pessoal capacitado a operar tais equipamentos é o grupo responsável por assegurar a operacionalidade desses itens, o que, em última análise, garantirá a eficiência do material, das Unidades às quais estão distri-

buídos e, como resultado final, do Exército.

Esse grupo de especialistas, que tem respondido com presteza e eficiência às solicitações e que, à custa de muita dedicação e trabalho, tem mantido em alto nível a capacidade operacional dos equipamentos de nossas Unidades é o Quadro de Material Bélico.

O Exército Brasileiro vem passando por uma fase de reaparelhamento e reestruturação, fruto de uma nova realidade. No campo do pessoal, foram adotadas providências que há muito se faziam necessárias, tais como a redução do número de Qualificações Militares de Sargentos, como forma de se conseguir um controle mais efetivo e um tratamento menos diferenciado entre as diversas QMG/QMP; foi ampliada a permanência do Oficial temporário, suprindo-se assim uma grande necessidade de Oficiais subalternos e a carreira do Oficial formado pela AMAN já está melhor definida, considerando-se o fluxo de promoções, acesso a Cursos, etc.

Quer nos parecer que um dos últimos grandes passos a ser dado nesse campo será a definição do Material Bélico como *Arma*, pondo a termo uma indefinição que perdura por 25 anos e que tem sido causa de apreensões e frustrações para muitos Oficiais.

A CRIAÇÃO

O advento da motorização e da mecanização trouxe consigo a necessidade de uma reestruturação do Exército. Os maravilhosos en-

genhos que passaram a povoar os campos de batalha a partir da ofensiva de Somme (1916) exigiam inúmeras novas preocupações, até então desconhecidas dos estrategistas e mesmo dos comandantes táticos.

A preparação das forças antes de uma operação passou a impor um meticuloso planejamento de distribuição de combustíveis e munições, que deveriam acompanhar essas tropas, agora muito mais móveis. Os carros blindados e, posteriormente, as demais viaturas tinham que ser preparadas com muito cuidado, para não apresentarem defeito durante as ações, comprometendo dessa forma o planejamento tático. As tropas de infantaria passaram a exigir meios de transporte, de modo a poderem acompanhar e apoiar os blindados, limpando o terreno por onde esses passavam e ocupando as posições inimigas ultrapassadas. Cresceu a complexidade do planejamento e das ações de combate.

Aumenta a necessidade de especialistas. Os engenhos blindados, mecanizados e motorizados exigiam muitos outros tipos de apoio, que até então não se mostravam com uma importância tão relevante.

O incremento da necessidade de apoio ao movimento, impondo o emprego de maior quantidade de meios para a preparação das vias de acesso e, numa segunda etapa, sua ampliação, paralelamente à desobstrução das vias pela remoção dos obstáculos lançados pelo inimigo, tudo isso associado à criação de obstáculos à ação das for-

ças adversárias, deu uma nova dimensão a atividades em campanha da arma de Engenharia, que já vinha atuando nos campos de batalha.

As maiores distâncias percorridas e os espaços mais largos onde passaram a atuar os blindados tornavam mais difíceis as ligações entre o comando e as tropas mais avançadas. A necessidade de se manter permanentemente aberto o canal de comando se constituiu na grande motivação para que fosse dada uma forma mais consistente à arma de Comunicações, uma vez que os antigos meios óticos e os mensageiros já não atendiam às necessidades.

Da mesma forma, de nada adiantariam as vias de acesso desobstruídas se as viaturas, em seu deslocamento durante as ações, fossem imobilizadas por defeitos mecânicos. Tal necessidade determinou o surgimento de uma nova arma, responsável pela manutenção desse novo material, que deveria prepará-lo para as ações de combate, apoiá-lo durante sua atuação no campo de batalha, inclusive removendo aqueles que não pudessem ser consertados rapidamente, para não deixar abandonados itens tão caros, tão importantes e de produção tão complexa.

Surge o Material Bélico. Em nosso Exército o surgimento do Material Bélico, como estrutura organizada, ocorreu em 4 de novembro de 1959, com a Lei nº 3.654, que entre outras atribuições para o novo Quadro, estabelecia "... *prover as necessidades em pessoal especializado para o*

exercício de funções de Comando das unidades de manutenção ...".

Como o diploma legal de criação do QMB punha em extinção o Quadro Técnico da Ativa (QTA), e com o objetivo de atender à necessidade do Exército em Engenheiros Militares para ocupar cargos previstos nos estabelecimentos fabris, foi assegurado aos Oficiais possuidores do Curso de Material Bélico da AMAN o acesso direto ao Instituto Militar de Engenharia (IME), tratamento idêntico ao dispensado aos Oficiais das armas de Engenharia e Comunicações.

Posteriormente, a Lei nº 5.398, de 4 de março de 1968, pôs fim à isenção do concurso de admissão para ingresso no IME por parte dos Oficiais das armas de Engenharia e Comunicações e do quadro de Material Bélico, exigindo dos mesmos o preenchimento dos requisitos impostos aos Oficiais das demais armas.

Em 1960 eram declarados Aspirantes a Oficial pela AMAN os pioneiros do Material Bélico do Exército Brasileiro. Classificados nos diversos Pelotões de Apoio de MB, nas Companhias Leves e Médias de Manutenção e nos Batalhões de Manutenção e comandando Subtenentes e Sargentos habilitados por Cursos realizados em Arsenais e nas Escolas de Instrução Especializada (Cursos de Manutenção de Armamento) e de Motomecanização, iniciaram uma nova era na história de nosso Exército, que agora passava a sentir-se mais seguro quanto ao seu material, colocado sob os cuidados de brilhantes Oficiais e especialistas possuidores

do mais elevado grau de capacitação profissional.

OS PRIMEIROS ANOS

O acesso direto ao IME levou a quase totalidade das turmas de Oficiais de Material Bélico a concluir um dos Cursos daquele Instituto. Uma vez especializados num dos ramos da engenharia que lhes era facultado (Mecânica e Armamento, Mecânica e Automóveis, Metalurgia, Química, Eletricidade ou Eletrônica), os Oficiais de Material Bélico passavam a desempenhar suas funções em Fábricas do Exército, em Arsenais ou em outros locais específicos tais como o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Campo de Provas da Marambaia, Laboratórios Químicos Regionais, o próprio IME, entre outros.

As primeiras turmas de Oficiais de Material Bélico contavam com muitas das mais brilhantes inteligências de suas turmas de AMAN e tais Oficiais, frequentando os Cursos do IME, voltados primordialmente para a pesquisa, e atuando em funções nas quais puderam expandir seu potencial, muito produziram para o Exército, mas o preço pago pelo Material Bélico foi muito alto.

Mesmo tendo frequentado regularmente o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a grande maioria dos Oficiais de Material Bélico envolveu-se de tal modo com suas atividades ligadas à engenharia que, quando a Lei n.º 6.625, de 19 de novembro de 1975, definindo as linhas mili-

tar bélica e científico-tecnológica, impôs a opção por parte dos mesmos, muito poucos Oficiais com a formação do Curso de Material Bélico da AMAN e possuidores de um dos Cursos do IME permaneceram no Quadro de Material Bélico.

Tal evasão, que beneficiou sobremaneira o Quadro de Engenheiros Militares (QEM), apesar de danosa para o Material Bélico, era perfeitamente compreensível, por estar envolvendo homens que já haviam passado mais tempo atuando como Engenheiros Militares do que como Oficiais da linha militar bélica.

Em virtude da falta de Oficiais de Material Bélico para preencher os cargos privativos dos postos mais elevados da hierarquia militar nas Unidades de Manutenção, tais cargos foram sempre ocupados por Oficiais das diversas armas, possuidores dos Cursos de Motomecanização ou de Manutenção de Armamento.

O passar do tempo e a definição dos Cursos do IME como uma opção de especialização ao alcance dos Oficiais de qualquer arma ou do Serviço de Intendência reverteu a tendência do Oficial de Material Bélico encaminhar-se para a linha militar científico-tecnológica.

A modernização por que vem passando o Exército Brasileiro, com a aquisição de novos engenhos de guerra e a potencialização de outros itens bem sucedidos, associada à consolidação da atual estrutura organizacional, foram fatores que muito contribuíram para motivar os Oficiais de Material Bé-

lico mais jovens. Outro fator que contribuiu para incrementar tal motivação foi uma reorientação do Ensino Profissional do Curso de Material Bélico da AMAN, agora direcionado para as atividades específicas do MB e não mais como uma formação preparatória para os Cursos do IME. O resultado tem sido o aumento da permanência dos Oficiais no Quadro de Material Bélico, como uma progressiva redução da evasão para o QEM.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

A aspiração dos Oficiais de Material Bélico em verem a transformação de seu Quadro em Arma não tem sua base em fatores passionais, mas numa série de aspectos doutrinários, legais e direitos adquiridos.

A atual estrutura do apoio administrativo do Exército Brasileiro abrange três grandes áreas:

- pessoal;
- logística;
- assuntos civis.

Por seu turno, a logística engloba cinco atividades:

- saúde;
- construção;
- manutenção;
- suprimento;
- transporte.

Dessas atividades três são específicas de armas ou serviços, senão vejamos:

- a atividade logística de saúde é encargo do serviço de Saúde;
- a atividade logística de construção está afeta à arma de Engenharia;
- a atividade logística de trans-

porte está vinculada ao serviço de Intendência.

A atividade logística de suprimento está afeta a diversas armas, serviços e quadro, em função da classificação administrativa dos diversos tipos de suprimento.

Desde 1983, os artigos de suprimento vêm sendo classificados da forma que se segue:

- Classe I — Artigos de subsistência;
- Classe II — Artigos de intenção;
- Classe III — Combustíveis e lubrificantes;
- Classe IV — Material de construção;
- Classe V — Armamento e munição;
- Classe VI — Material de engenharia;
- Classe VII — Material de comunicações e eletrônica;
- Classe VIII — Material de saúde;
- Classe IX — Material de motomecanização;
- Classe X — Material não incluído nas outras classes.

Das classes acima são encargo da arma de Engenharia as classes IV e VI, da arma de Comunicações a classe VII, do serviço de Saúde a classe VIII, do serviço de Intendência as classes I e II e do quadro de Material Bélico as classes V e IX.

A classe III (Combustíveis e lubrificantes), ao nível dos grandes escalões, está vinculada ao quadro de Material Bélico, ao qual competem as atividades de operação e manutenção do Sistema Interzonal de Combustíveis e Lubrificantes (SI-

COL), enquanto que a distribuição dos escalões menores é encargo do serviço de Intendência.

A atividade logística de manutenção, a exemplo do que ocorre com a de suprimento, está afeta a diversas armas, serviços e quadro.

Assim sendo, temos a seguinte distribuição de encargos, no que se refere à manutenção:

- 1º escalão de todos os tipos de material, exceto o material de saúde: usuário;
- 2º escalão de todos os tipos de material, exceto o material de saúde: pessoal orgânico de manutenção, da Unidade detentora;
- 3º, 4º e 5º escalões dos diversos tipos de material da gestão do DMB: Unidades de Material Bélico, com as exceções que se seguem —
 - 3º, 4º e 5º escalões do material de comunicações das Unidades de Comunicações;
 - 3º, 4º e 5º escalões do material de engenharia das Unidades de Engenharia;
- todos os escalões do material de saúde: Unidades de Saúde.

Em consequência da importância do material cuja manutenção está sob sua responsabilidade, formou-se no Exército um estereótipo vinculando a atividade logística de manutenção ao quadro de Material Bélico.

Na realidade, compete ao quadro de Material Bélico participação na atividade logística de suprimento — administra as classes III (quando da distribuição nos gran-

des escalões), V e IX e na atividade logística de manutenção, englobando os trabalhos de evacuação do material bélico danificado do campo de batalha. A par desse engajamento em atividades logísticas, são atribuídos, também, ao Material Bélico os trabalhos de caráter técnico relacionados com as atividades de suprimento e manutenção do Sistema Interzonal de Combustíveis e Lubrificantes (SI-COL).

No que se refere às missões de apoio ao combate, cabem ao Material Bélico as operações de Guerra Química, a Remoção de Granadas e Bombas e as Informações Técnicas.

Quanto às missões de combate, o Material Bélico, como as demais armas de Apoio ao Combate, executa tanto a defesa de seus locais de trabalho, como provê a sua própria segurança nas marchas e nos estacionamentos.

Durante as operações, os elementos de Material Bélico desdobram-se praticamente desde a linha de contato até as áreas mais recuadas do TO, abrangendo toda a ZC e a ZA, em largura e em profundidade.

Além disso, quando do emprego de seus elementos em campanha, o Comandante de Material Bélico prevê o lançamento de Seções de Manutenção prestando apoio direto aos elementos apoiados de valor Unidade, as quais atuam a partir das Áreas de Trens de Estacionamento desses elementos, quase que permanentemente.

Desempenhando uma gama de atividades que incluem missões lo-

gísticas, trabalhos de caráter técnico, missões de apoio ao combate e missões de combate, o Material Bélico em muito se assemelha à Engenharia e, embora tanto tenham em comum, esta última é definida como Arma, enquanto o primeiro recebe a frágil denominação de Quadro.

ASPECTOS LEGAIS

O Artigo 7º da Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959, que criou o Quadro de Material Bélico, diz expressamente, quanto ao objetivo fundamental da formação dos Oficiais do novo Quadro: *"... prover as necessidades em pessoal especializado para para o exercício de funções de Comando das unidades de manutenção ..."*, além de citar outras missões de apoio ao combate.

Ora, em nosso Exército a habilitação para o exercício das funções de Comando é conseguida pela realização do Curso de Comando e Estado-Maior, da ECEME. Assim sendo, dentro do desenrolar normal de sua carreira, o Oficial de Material Bélico deveria freqüentar o CCEM/ECEME, o qual é também freqüentado pelos Oficiais das demais armas.

Em 1972, sentindo-se prejudicado por uma decisão administrativa que o matriculou no Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços, um Oficial de Material Bélico recorreu à Justiça e teve reconhecido seu direito de freqüentar o CCEM, juntamente com os companheiros das outras armas, conforme Acórdão do Tribunal Fede-

ral de Recursos de 27 de julho de 1972.

A jurisprudência formada a partir da decisão daquela Corte permitiu que até o ano de 1984 quinze Oficiais de Material Bélico concluíssem o Curso de Comando e Estado-Maior, exatamente como os Oficiais das demais armas.

A par do amparo na decisão do TFR, tem ocorrido que, até os dias atuais, as funções de Comando das Unidades de manutenção, quando não preenchidas por Oficiais de Material Bélico, sempre foram ocupadas por Oficiais das Armas, numa irretorquível demonstração de que o Exército, de forma tácita, equipara o Material Bélico às armas.

Dessa forma nos deparamos com um direito adquirido, que nivela o Quadro de Material Bélico às armas, na medida em que reconhece em ambos o direito de freqüentar o mesmo Curso na ECEME e temos uma situação de fato, caracterizada pelo exercício das funções de Comando das OM de manutenção por Oficiais das armas, enquanto não existem suficientes Oficiais de Material Bélico para prover tais cargos.

RESTRIÇÕES À EXPRESSÃO "QUADRO"

É oportuno que façamos um comentário sobre a expressão "Quadro", ponto focal do presente artigo.

No Exército existem vários Quadros:

- QEMA
- Q O

- QSG
- QSP
- QEM

Um QUADRO é permanente em suas características básicas, embora variando quanto aos elementos que o compõem em determinado período. Assim sendo, um Oficial ao concluir um dos Cursos da ECEME ingressa no QE-MA, enquanto que um outro Oficial concludente de um dos Cursos do IME passa a integrar o QEM.

Isto posto, verifica-se que poderia até haver um Quadro de Material Bélico, o qual, por exemplo, seria constituído pelos Oficiais de Material Bélico e pelos Oficiais das armas, possuidores do Curso de Manutenção de Armamento ou de Motomecanização e que estivessem no efetivo exercício das funções privativas do Material Bélico, previstas nos QO. A propósito, esse tem sido o tratamento dispensado aos Quadros como o QEMA, QO, QSP e QSG.

Quanto ao Oficial formado pelo Curso de Material Bélico da AMAN, quer nos parecer que os dados disponíveis, atualmente, são suficientes para sua definição como integrantes da *arma* de Material Bélico.

Talvez seja motivo de questionamento por parte de pessoas mais desavisadas a reação a uma expressão, aparentemente tão irrelevante, como "Quadro". Tem ocorrido que, em decorrência de tal expressão que não define a real situação do Material Bélico, resultam uma permanente insegurança e várias restrições.

A insegurança está relacionada quanto aos dias vindouros do Material Bélico, no que tange à sua afirmação no contexto do Exército, apesar do trabalho de grande profundidade e importância que lhe está afeto. Tal preocupação se deve ao fato de, por ser apenas um Quadro, existir a permanente ameaça de ser posto em extinção, como já o foram o QTA e o Quadro do Magistério, dando lugar a novas estruturas, apesar de seu quartel de existência e dos resultados que vem apresentando em seu trabalho.

Quanto às restrições, é sabido que nos QO de diversas Unidades são previstas vagas para Oficiais de qualquer arma, algumas das quais exigem alguma habilitação especial.

Freqüentemente, os Oficiais de Material Bélico têm sido impedidos de ocuparem tais vagas, apesar de habilitados, sob a alegação de, em sendo vagas privativas de Oficiais de qualquer arma e sendo o Material Bélico um quadro, não estarem em condições de preenchê-las.

Como alguns exemplos de vagas destinadas a Oficiais de qualquer arma e que não vêm sendo ocupadas por Oficial de Material Bélico, com base na argumentação acima, podemos apontar as vagas de instrutor das Seções de Educação Física e de Instrução Especial da AMAN e de Comandante da Companhia de Comando e Serviços dos Batalhões Logísticos.

A ARMA DE MATERIAL BÉLICO

Atualmente o Material Bélico encontra-se bem estruturado, contando com um efetivo de Oficiais conforme o quadro abaixo:

Nos dias de hoje, encontramos Oficiais de Material Bélico ocupando importantes funções nos diversos escalões de nosso Exército, em locais como o Gabinete do Ministro, Estado-Maior do Exército e no Comando de Unidades de manutenção, todos atuando com muito brilhantismo.

O crescente universo de Oficiais cuja aspiração maior é ver definido como arma o quadro que os congrega, ao qual se apegaram e em torno do qual desenvolveram um profundo espírito de corpo, já não pode passar despercebido.

O razoável lapso de tempo decorrido desde a criação do Material Bélico, até os dias atuais, foi suficiente para que o nosso Exérci-

to assistisse ao crescimento e a afirmação desse grupo.

Quer nos parecer que as situações de fato anteriormente comentadas estão conduzindo, de forma concreta, ao reconhecimento do Material Bélico como arma.

Em virtude de tratar-se, apenas, de revestir com o necessário cunho de direito uma situação de fato perfeitamente delineada, já que tal mudança, além de proporcionar aos integrantes do atual QMB a tão esperada segurança, não acarretará alterações mais profunda na atual situação do pessoal de nosso Exército, não existem maiores óbices a tal modificação.

Todos os Oficiais que se irmanam em torno dos canhões coloniais cruzados, símbolo do Material Bélico, anseiam, a cada dia, em ver o amanhã em que será modificado o Art 8º da Lei de Organização Básica do Exército), passando a ter a seguinte redação:

POSTOS	CURSOS			TOTAL
	CCEM	EsAO	AMAN	
Cel	2	—	—	2
Tel Cel	9	20	—	29
Maj	6	32	—	38
Cap	—	52	105	157
1º Ten	—	—	96	96
2º Ten	—	—	24	24
Asp Of	—	—	35	35
SOMA	17	104	260	381

(Dados atualizados até 31 de dezembro de 1984)

2 — Oficiais Combatentes, constituindo os seguintes Quadros das Armas:

- Infantaria;
- Cavalaria;
- Artilharia;
- Engenharia;
- Comunicações;
- Material Bélico.

As atuais mudanças por que vem passando nosso Exército indicam estar diante de nós o momento histórico do surgimento da Arma de Material Bélico.

Brevemente farão parte do passado as incertezas e as desagradáveis restrições impostas ao pessoal de Material Bélico em decorrência da designação de "quadro" que, aplicada de forma questionável há 25 anos, já se prolongou por mais tempo do que devia e já inquietou mais do que se pode imaginar.

CONCLUSÃO

A constante sofisticação dos engenhos de guerra tem concorrido de forma acentuada para o aumento da importância das atividades de apoio administrativo.

Objetivando proporcionar à força apoiada melhores condições para manobrar, os últimos conflitos foram o palco onde a Engenharia viu uma nova valorização de suas atividades, as Comunicações cresceram de importância e receberam meios mais eficientes e o Material Bélico surgiu e se afirmou.

Por motivos ainda não claramente definidos, a Lei nº 3.654 de 4 de novembro de 1959, que

determinou a criação do Material Bélico, deu à nova estrutura a designação de "quadro".

A utilização pouco apropriada da expressão, a qual caracteriza estruturas como o QEMA, QSG, QEM, entre outras, deixou de considerar as missões que estão afetas ao Material Bélico, além de dar margem a inúmeros problemas.

Tendo a seu cargo atividades logísticas, trabalhos de caráter técnico, missões de apoio ao combate e missões de combate, o Material Bélico desenvolve um rol de atividades que em tudo se assemelha às que estão afetas à arma de Engenharia e, inexplicavelmente, enquanto esta é considerada "arma", aquele foi designado "quadro".

Após ter sido reconhecido o direito dos Oficiais de Material Bélico freqüentarem o Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, em igualdade de condições com os Oficiais das demais armas, tais Oficiais têm concluído aquele Curso e vêm desempenhando brilhantemente as funções decorrentes de tal habilitação.

A esse fato deve ser associado o reconhecimento tácito, por parte do Exército, de estar o Material Bélico ao nível das demais armas, à medida em que têm sido designados Oficiais das diversas armas para prover os cargos privativos de Oficiais de MB, enquanto estes não existem em quantidade suficiente para preenchê-los.

Apesar de perfeitamente clara a situação, algumas restrições ainda são impostas aos Oficiais de Material Bélico, em função da expressão "quadro".

Os encargos afetos ao Material Bélico, em tudo semelhantes aos que cabem a uma estrutura definida como arma, as situações de direito já definidas e as situações de fato são dados que evidenciam não haver razão para retardar a definição como *Arma* do atual quadro de Material Bélico.

É oportuno lembrar que, ao se definir o Material Bélico como arma, o Exército terá como retorno o aumento de sua flexibilidade em termos de pessoal, o que é um aspecto da maior importância em se tratando de administração da carreira.

O momento vivido por nosso Exército, marcado por seu reaparelhamento e reestruturação, está mostrando a chegada da oportuni-

dade da transformação em arma do atual quadro de Material Bélico.

Por tudo isso, resta a certeza da proximidade do dia em que os homens de Material Bélico receberão mais essa injeção de ânimo, da qual resultará um retorno inimaginável de satisfação profissional e produtividade acima de qualquer expectativa, na medida em que verão valorizado o *Material Bélico* a que tanto amam e pelo qual não medem sacrifícios.

BIBLIOGRAFIA

- C 100-10 — Apoio Administrativo,
- Lei de Organização Básica do Exército,
- Lei do Ensino no Exército,
- Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959.



O Maj QMB Adão Pantoja de Maria tem a seu crédito os seguintes cursos: Material Bélico, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comunicação Social, do Centro de Estudos do Pessoal. Exerceu as funções de Instrutor de Material Bélico e Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. Exerce atualmente a função de Chefe dos Serviços Regionais de Armamento e Munições e de Motomecanização da 8ª Região Militar, Belém — PA.

Os encargos afetos ao Material Bélico, em tudo semelhantes aos que cabem a uma estrutura definida como arma, as situações de direito já definidas e as situações de fato são dados que evidenciam não haver razão para retardar a definição como *Arma* do atual quadro de Material Bélico.

É oportuno lembrar que, ao se definir o Material Bélico como arma, o Exército terá como retorno o aumento de sua flexibilidade em termos de pessoal, o que é um aspecto da maior importância em se tratando de administração da carreira.

O momento vivido por nosso Exército, marcado por seu reaparelhamento e reestruturação, está mostrando a chegada da oportuni-

dade da transformação em arma do atual quadro de Material Bélico.

Por tudo isso, resta a certeza da proximidade do dia em que os homens de Material Bélico receberão mais essa injeção de ânimo, da qual resultará um retorno inimaginável de satisfação profissional e produtividade acima de qualquer expectativa, na medida em que verão valorizado o *Material Bélico* a que tanto amam e pelo qual não medem sacrifícios.

BIBLIOGRAFIA

- C 100-10 — Apoio Administrativo.
- Lei de Organização Básica do Exército.
- Lei do Ensino no Exército.
- Lei nº 3.654, de 4 de novembro de 1959.



O Maj QMB Adão Pantoja de Maria tem a seu crédito os seguintes cursos: Material Bélico, da Academia Militar das Agulhas Negras; Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, da EsAO; Comunicação Social, do Centro de Estudos do Pessoal. Exerceu as funções de Instrutor de Material Bélico e Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras. Exerce atualmente a função de Chefe dos Serviços Regionais de Armamento e Munições e de Motomecanização da 8ª Região Militar, Belém — PA.



NOVAS PROPOSTAS NORTE-AMERICANAS PARA REDUÇÕES DE ARMAS

David Emery

O autor é Vice-Diretor da Agência Norte-Americana para Controle de Armas e Desarmamento. O artigo que se segue trata das contrapropostas soviéticas para a redução das armas e da resposta pelos EUA. Foi adaptado de um recente pronunciamento de Emery perante a Primeira Comissão das Nações Unidas.

O controle dos armamentos deve ser parte de um esquema e de uma política mais amplos — política mais ampla para deter a agressão e promover uma adesão maior aos princípios dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A rivalidade entre Leste e Oeste não é resultado de personalidades; de meros mal-entendidos, da construção de armamentos, ou de competição econômica. A rivalidade resulta de fundamentais diferenças morais e políticas que se refletem em diferenças ao longo de uma ampla gama de problemas internacionais, regionais, de direitos, de defesa, e outros. As armas são o sintoma dessa luta, não sua causa. As armas não trazem a guerra. O que a trazem são atos agressivos e políticas agressivas.

É claro que os EUA reconhecem a necessidade de reduzir de

maneira estável, radicalmente, os atuais arsenais nucleares. Precisamos fazer o máximo, sem demora, para eliminar a grave ameaça que as armas nucleares apresentam. É por causa dessa ameaça que o Presidente Reagan tem declarado repetidamente, durante o curso das negociações nucleares bilaterais EUA-União Soviética, em 1982 e 1983, e nas atuais conversações em Genebra.

— Que não há meta mais importante do que a eliminação da ameaça do conflito nuclear, em parte por intermédio de uma autêntica redução de armas;

— Que para chegar a um acordo estavam dispostos a chegar até um marco extra com a União Soviética;

— E que concederam aos negociadores norte-americanos uma flexibilidade sem precedente, na ten-

tativa de diminuir as diferenças entre ambos os lados.

À luz desse argumento, após a reunião com o Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Shevardnadze, em Setembro, o Presidente Reagan recebeu de bom grado as propostas para substanciais reduções de armas, apresentadas pelos EUA em Genebra.

Permitam-me referir-me à contraproposta soviética — que não haja erro — ela é unilateral. Há partes simplesmente inaceitáveis: por exemplo, a insistência soviética em contar mísseis norte-americanos de médio alcance e aeronaves com sistemas estratégicos, ao mesmo tempo em que cerca de 2.000 de suas próprias aeronaves e mísseis comparáveis (inclusive todos os SS-202), além de quase 300 bombardeiros de revide, não seriam reduzidos.

A União Soviética está plenamente consciente de que sua posição para incluir em sua redefinição de "estratégico" os chamados "sistemas de base avançada" foi rejeitada por quase todos os Governos dos EUA desde início dos anos 70, por causa do efeito negativo que exerceria sobre nossa capacidade de contribuir para a defesa de nossos aliados.

Igualmente inaceitável é a exigência soviética de compensação pelos sistemas inglês e francês em uma negociação bilateral.

Há outros aspectos desfavoráveis, na posição soviética. Consideradas as grandes e não-restritas defesas soviéticas contra a força de bombardeio de retaliação dos EUA, não podemos aceitar qual-

quer limite direto para o número de bombas de gravidade ou para os mísseis de ataque de curto alcance transportados em bombardeiros pesados. Da mesma forma, a insistência soviética em proscrever a pesquisa de defesa estratégica permitida pelo tratado ABM, o que impediria nossa capacidade de determinar se podemos estabelecer no futuro uma relação estratégica baseada em sistemas defensivos não-ameaçadores que não matam ninguém, não é aceitável para os EUA.

Por outro lado, segundo afirmou o Presidente, a contraproposta soviética contém sementes positivas que devem ser alimentadas. Em particular, foi um passo positivo a aceitação soviética do conceito de profundas reduções em forças ofensivas estratégicas; foi algo que nos esforçamos por encorajar desde 1977. Nós, portanto, decidimos construir sobre isso, envidando outro esforço para estabelecer uma base comum para a negociação, aproximando-nos tanto dos princípios básicos de passadas propostas norte-americanas que continuam sobre a mesa — quanto nos elementos positivos da contraproposta soviética.

Moldamos o novo pacote de modo a conseguir profundas reduções, ao mesmo tempo em que mantínhamos nosso válido ponto focal na necessidade de reduzir os mais desestabilizadores sistemas de armas — sistemas que contam com a maior velocidade, que são os mais potentes, mas que, ainda assim, estão se tornando sempre mais vulneráveis e que, uma vez

lançados não podem ser recuperados. Os mísseis balísticos, e os ICBMS, especialmente, apresentam essas características capazes de proporcionar uma capacidade de, em uma crise, desfechar o primeiro ataque. A eliminação dessas armas aumentará imensamente a estabilidade, e reduzirá significativamente o risco da guerra nuclear. Temos que ir além do velho enfoque de reduzir apenas os sistemas anacrônicos; e, em vez disso, dar prioridade a reduções dos sistemas que aumentam o risco da guerra nuclear.

As propostas dos EUA são de âmbito geral, e incluem novos elementos nas três áreas de negociação: armas estratégicas, forças nucleares de alcance intermediário, e defesa e espaço.

Na medida em que nos aproximamos da reunião de Genebra, a discussão pública a seu respeito vai-se tornando sempre mais intensa.

É de se esperar, e geralmente produz uma das grandes consequências das sociedades abertas — a compreensão pública. Gostaria de descrever a linha geral das novas propostas dos EUA.

Nas negociações sobre reduções de armas estratégicas, nossa nova proposta tem como base o princípio de reduções de 50%, contido na recente contraproposta soviética. Introduzimos os seguintes elementos:

- Reduções de 50% em ogivas de míssil balístico, para um limite igual de 4.500;

- Reduções para um limite igual de 3.000 no número de ogi-

vas transportadas por mísseis balísticos intercontinentais norte-americanos e soviéticos — um meio termo entre o limite de 2.500 anteriormente proposto pelos EUA e o limite de 3.600 contido na contraproposta soviética, e

- Uma redução de 50% no total máximo de peso de lançamento de míssil balístico estratégico de cada um dos lados.

Dependendo da aceitação soviética para essas disposições, os EUA aceitariam um limite igual de 1.500 para o número de mísseis Cruise de lançamento aéreo (ALCMS) transportados em bombardeiros pesados norte-americanos e soviéticos — uma redução de 50% dos níveis planejados dos EUA — e uma sensível redução no número permissível de ALCMS, anteriormente proposto pelos EUA.

Isso resultaria em um total de ogivas de míssil balístico, mais ALCMS, igual a 6.000 (segundo a contraproposta soviética).

Os EUA, além do mais:

- Aceitariam reduções para um limite igual no número de mísseis balísticos estratégicos norte-americanos e soviéticos (ICBMS e SLBMS) de 1.250 a 1.450 em ambos os lados (uma redução de 40-50% dos atuais níveis soviéticos determinados pelo tratado SALT);

- Aceitariam um limite igual de 350 bombardeiros pesados em cada lado (uma redução de percentual similar nos níveis norte-americanos determinados pelo tratado SALT).

Na área das restrições qualitativas propomos duas proscricções de

modernização. Primeiro, proscreveríamos a modernização de mísseis balísticos estratégicos pesados, e seu número permaneceria como é atualmente. Isso significa a restrição da força soviética de SS-18. Esses mísseis, particularmente, podem destruir por si sós e efetivamente toda a força norte-americana de mísseis baseados em terra. Segundo, considerada a crescente dificuldade para verificar os números e o 'status' de ICMBS móveis e determinar com certeza que qualquer tipo de ICBM móvel transporta apenas uma ogiva, propomos uma proscrição a todos esses sistemas. As reduções feitas durante a modernização de suas forças pelos dois lados seriam levadas a termo de acordo com uma fórmula de diminuição que saliente sistemas estabilizadores, de preferência a sistemas desestabilizadores.

Nas negociações sobre forças nucleares de alcance intermediário as anteriores propostas norte-americanas continuam sobre a mesa, e continuaremos em busca da total eliminação global de toda a classe de mísseis LRING baseados em terra. Não há razão no mundo que justifique a necessidade de a União Soviética ou os EUA utilizarem essas armas. Devemos ter a vontade política de eliminá-las inteiramente. O mundo não estaria assim substancialmente seguro?

Enquanto não atingimos essa válida meta, como um passo provisório potencial, os EUA apresentaram novas propostas INF. Especificamente:

— Os EUA estariam dispostos a limitar, em fins de 1985, o atual nível de instalação do LRINF norte-americano na Europa (140 Pershing II e mísseis Cruise de lançamento terrestre) em troca da concordância, pela União Soviética, em reduzir para esse mesmo número os lançadores SS-20 posicionados na Europa. Isso serve para elaborar sobre a idéia soviética de deter as instalações de INF na Europa.

— Os EUA teriam a liberdade de combinar lançadores de míssil Cruise de disparo terrestre e Pershing II dentro desse limite geral; mas a combinação exata, que resultaria em igual nível de ogivas nesses mísseis e em mísseis SS-20 na Europa, seria tema de discussão. Os EUA se reservariam o direito de realocar dentro da Europa seus mísseis remanescentes, caso assim fosse decidido pelos EUA e seus aliados.

— A União Soviética deveria reduzir o número de lançadores SS-20 na Ásia, fora do alcance da Europa, em proporções para a redução de lançadores SS-20 dentro do alcance da Europa.

— Finalmente, o resultado final limitaria ambos os lados a um número igual global de ogivas de míssil LRINF.

Também seriam adequadamente reduzidos os mísseis de alcance mais curto. Os EUA se reservariam o direito de igualar os mísseis INF soviéticos de alcance mais curto na Europa e em base global; por exemplo, pela instalação de versões de alcance mais curto do míssil Pershing II.

Também no grupo de negociações sobre defesa e espaço, os EUA apresentaram novas idéias. Estamos propondo à União Soviética que ambos os lados explorem mais uma possível transição cooperativa para uma confiança maior em sistemas defensivos. Os EUA também estão propondo que as partes se unam em uma iniciativa de "laboratórios abertos" com relação à pesquisa de defesa estratégica. Sob uma iniciativa dessa natureza, as partes forneceriam uma à outra relatos regulares sobre os respectivos programas de defesa estratégica, e também dariam a oportunidade de visitas às instalações e aos laboratórios de pesquisa associada. Consideramos essa iniciativa um exemplo do tipo de esforço cooperativo conjunto que visa a assegurar uma transição estável para uma confiança maior em defesas, no futuro. Ao mesmo tempo, deixamos claro, para os soviéticos, que os EUA estão empenhados na busca de seu programa de defesa estratégica; que seu programa é permitido pelo tratado ABM e que os EUA o desenvolverão em total observância desse tratado e de todas as demais obrigações internacionais.

Os EUA continuam a salientar para os soviéticos a vital natureza das relacionadas questões de verificações e observância dos acordos existentes, e sua relação com o progresso visando a futuros acordos. Está claro que as violações dos acordos existentes solapam a confiança no processo do controle de armas.

São esses os principais elementos de nossas novas propostas. O que os EUA esperam conseguir, ao elaborar essas novas propostas? Durante três anos vimos propondo cortes de cerca de metade nos mísseis balísticos estratégicos dos EUA e da União Soviética, e cortes de aproximadamente um terço nas ogivas desses mísseis. Durante quatro anos propusemos a eliminação de toda a classe de mísseis INF de alcance mais longo baseados em terra, inclusive o Pershing II norte-americano, o míssil Cruise de lançamento terrestre e o SS-20 e SS-4 soviéticos. Recebemos de bom grado o fato de que a União Soviética, finalmente, tenha respondido às nossas propostas.

Em resposta à contra-oferta soviética, tentamos agora apresentar uma proposta que engloba o novo empenho soviético para reduções mais profundas, e que estrutura essas reduções, e as forças resultantes, a fim de acomodar de maneira justa e estabilizadora as estruturas de força de ambos os lados. Nossas propostas reduções correspondem às sugestões soviéticas, e incluem: As reduções de 50% no mais importante armamento estratégico. As novas propostas dos EUA constituem mais uma demonstração de nosso sério empenho em alcançar reais e duradouras reduções de armamentos, e de nossa disposição a atingir mais um marco na busca de áreas de terreno comum e avenidas de progresso na assistência à prevenção da guerra.



INFORMAÇÕES

EMBRAER PARTICIPA DE FEIRAS EM 3 CONTINENTES

A EMBRAER estará participando, no ano que vem, de várias exposições de produtos e de tecnologia aeroespacial em três continentes: Ásia, Europa e América do Sul. A primeira delas será a "Asian Aerospace-86", em Cingapura, um conjunto de 55 ilhas no Sudeste Asiático, e a seguir virão as feiras promovidas pelo Chile, China e Inglaterra, além das exposições paralelas em reuniões de operadores da aviação regional, aviação executiva e mais de uma dezena de eventos nacionais.

A participação da EMBRAER nesses eventos, sempre com o apoio dos revendedores e empresas de assistência técnica credenciadas, está sendo coordenada pela Divisão de Planejamento de Marketing da empresa com operações que visam a assegurar mercados já conquistados e facilitar a penetração de produtos brasileiros em outras regiões do mundo. Será, por exemplo, a primeira vez que a EMBRAER participa da Exposição Aeroespacial Asiática,

região que merecerá, também, um conjunto de demonstrações dos aviões brasileiros em vários países.

As exposições

Em Cingapura, nação independente que até 1965 constituía um protetorado inglês e com população de origem chinesa e malaia, a EMBRAER montará um "stand" de 80 metros quadrados onde serão colocadas maquetes dos aviões TUCANO — de treinamento militar — BRASÍLIA e BANDEIRANTE — de transporte de passageiros. Lá, a EMBRAER será apoiada pela AEROMIL, representante da Empresa na Austrália. A "Asian Aerospace-86", com participação de fabricantes de aviões e equipamentos aeroespaciais de todo o mundo, começa no dia 15 de janeiro do ano que vem e dura 04 dias.

Em Santiago do Chile, a EMBRAER já é uma tradicional participante da Feira Internacional de Defesa e Aero-espço. A Exposição começará no dia 09 de março do ano que

vem, indo até o dia 16, tendo no "stand" da EMBRAER — de 40 metros quadrados — as maquetes de todos os aviões em produção atualmente no Brasil. No espaço dedicado à exposição estática ficará um avião BRASÍLIA, pressurizado para 30 passageiros, e o mais sofisticado aparelho em produção no Brasil, que também fará vôos de demonstração para clientes em potencial.

Na China

No final do mês de março, a EMBRAER volta à China para participar de dois eventos programados pelo governo brasileiro para demonstração de produtos e tecnologias aqui desenvolvidas. Será a EXPO-86 Brasil-China, coordenada pelo Itamaraty, com a participação de várias indústrias e empresários brasileiros que, além de mostrar seus produtos e possibilidades, participarão de palestras e conferências destinadas a demonstrar para o público e autoridades chinesas o estágio de desenvolvimento e a capacitação tecnológica do país.

A EXPO-86 Brasil-China começa dia 30 de março e vai até 06 de abril do ano que vem. Em agosto, no dia 31 começará a mais antiga feira aeroespacial do mundo, a de Farnborough, na Inglaterra, promovida a cada 02 anos e da qual a EMBRAER já participou algumas vezes. Lá serão demonstrados os aviões BRASÍLIA, AMX e TUCANO, que participarão dos shows aéreos e farão vôos de demonstrações para clientes em potencial. A EMBRAER disporá de um chalé para recepção de clientes e visitantes e um "stand", além de uma área de exposição estática dos aviões.

Começam a ser programados também, para outubro do ano que vem, o quarto Encontro Internacional de Operadores do Avião Bandeirante, com a participação de cerca de 30 países, e o primeiro Encontro Internacional de Operadores do avião Brasília, que ocorrerão simultaneamente no Brasil. Esses encontros são realizados com a finalidade de reunir representações de empresas e órgãos públicos que operam os aviões brasileiros com a finalidade de trocar informações sobre o sistema, características e condições de operação dos aviões produzidos no Brasil. Outro evento importante que terá a participação da EMBRAER será a Reunião Anual de Operadores de Aviões Executivos dos Estados Unidos (National Business Aircraft Association —

NBAA), que ocorrerá no final de setembro e início de outubro na cidade de Anaheim, na Califórnia. A empresa estará presente, ainda, nas duas reuniões, uma no primeiro e outra no segundo semestre do ano que vem, dos Operadores da Aviação Regional dos Estados Unidos (Regional Aviation Association — RAA).

A participação nos eventos, programados na Europa, Estados Unidos e América do Sul, segundo a Divisão de Planejamento de Marketing da EMBRAER, tem como objetivo assegurar e ampliar a penetração dos aviões brasileiros nos mercados dessas regiões. Nelas já voam quase 300 aeronaves fabricadas pela EMBRAER. No mercado asiático, também há produtos da EMBRAER em utilização constante, mas se trata de uma região que passa agora a ser explorada de forma mais sistemática devido a seu grande potencial para a compra de aviões.

Só o mercado chinês por exemplo, segundo estudos de publicações especializadas internacionais, tem uma demanda da ordem de 2 mil aviões a ser atendida dentro dos próximos 20 anos. Naquela região, ainda, é possível abrir as portas de mercados importantes, pelo Japão, Indonésia, Cingapura, Austrália, Malásia, Tailândia, Coreia e vários outros países.

EMBRAER AMPLIA ATUAÇÃO NO AMX

Como parte de sua atuação no programa binacional de desenvolvimento do caça tático AMX, a EMBRAER será a fornecedora única dos trens de pouso principais da aeronave, a serem fabricados pela Divisão EDE, sob licença das empresas francesas Eram e Messier-Hispano Bugatti. O programa AMX, do qual a EMBRAER realiza 30 por cento, está exigindo uma expansão e modernização do complexo industrial da empresa, com a aquisição de modernas máquinas de "shot-peening" e usinagem por controle numérico com cinco eixos.

MODERNIZAÇÃO

Além de novas máquinas e do moderno sistema CAD-CAM (Computer Aided Design-Computer Aided Manufacturing), que estão sendo utilizadas intensamente na atual fase de desenvolvimento dos protótipos do AMX, a

EMBRAER está construindo um conjunto de hangares e prédios para abrigar a fabricação de células e montagem final do jato militar, além de um hangar de preparação para voo. Em sua filial EDE (EMBRAER Divisão Equipamentos), localizada também em São José dos Campos, a empresa está também preparando-se para atender às necessidades do programa AMX. Em julho deste ano foi firmado um contrato entre EMBRAER e a indústria francesa Eram para a transferência de tecnologia para a fabricação do trem de pouso principal do AMX. Este produto deverá ser o principal item de produção da Divisão EDE nos próximos anos, juntamente com componentes hidráulicos, rodas, freios e outros dispositivos eletro-mecânicos do AMX.

Um grupo de técnicos da Divisão EDE já esteve na França, nas empresas Eram e Messier-Hispano Bugatti, para iniciar o programa de transferência de tecnologia do trem de

pouso do AMX. Até janeiro do próximo ano estarão no Brasil as informações técnicas necessárias para o início da produção do trem de pouso, ainda em 86, envolvendo inicialmente adaptação de normas e processos, fabricação de ferramental e treinamento de pessoal.

Uma série de novos equipamentos e instalações especiais também já estão sendo implantados na Divisão EDE capacitando-a para os seguintes programas de produção: trem de pouso do EMB-312 TUCANO, cujo número de unidades construídas supera a centena; pilones e ejetores de carga para o TUCANO, com início de produção e entregas a partir de julho de 1986, trem de pouso para o TUCANO na versão RAF (Royal Air Force), da Inglaterra, e, finalmente, o trem de pouso principal, componentes hidráulicos, rodas, freios e dispositivos eletro-mecânicos para o AMX.



"PERERECA", UM VELHO CHASSI QUE VIROU BLINDADO

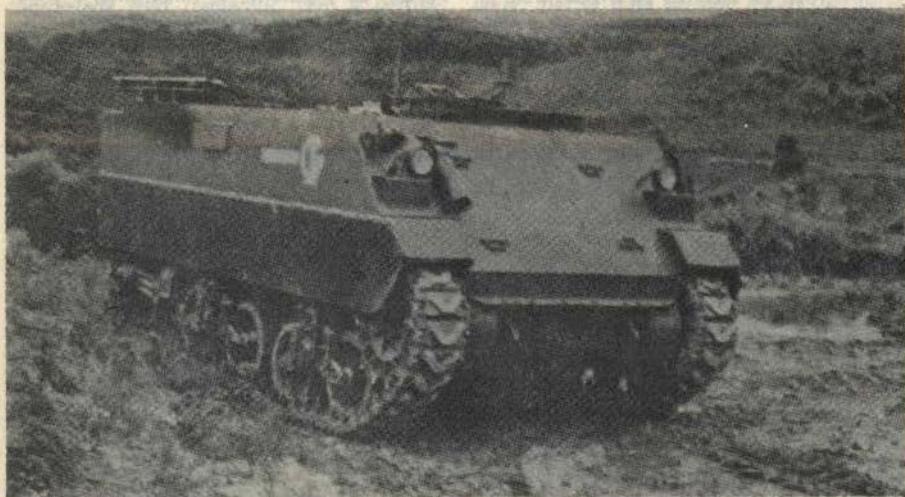
O velho e saudoso M3A1 só sobrou o chassi. Mas a partir daí, o Brasil desenvolveu o projeto do novo Carro Morteiro de 120mm. A transformação exigiu um novo "invólucro" blindado de aço, a nacionalização da caixa de marchas e transmissão e a substituição de um antigo motor a gasolina por um diesel nacional Mercedes Benz de 6 cilindros e 172 HP. O modelo recebeu também um novo conjunto de roletes e lagartas.

Três homens constituem a tripulação da viatura que a 55 km/h desloca suas 9 tonela-

das quando carregado. O veículo mede 4,60m de comprimento, 2,24 de largura e 2,22 de altura e é equipado com uma metralhadora .50 e um morteiro de 120mm.

Uma outra versão do M3A1 é o seu Carro Socorro que difere do Carro Morteiro nos aspectos que esta nova função lhe impõe: duas sapatas hidráulicas traseiras para maior firmeza do veículo, um braço hidráulico, espécie de grua, para o levantamento de cargas pesadas. Pesando 12 toneladas e apto a desenvolver 65 km/h em estrada, a viatura é equipada de rádio e possibilita a condução de uma arma leve de defesa.

O "Perereca", como é informal e afetivamente conhecido o M3A1, apresenta também a versão blindado antiaéreo.



CANHÕES NAVAIS POLIVALENTES

A fábrica Bofors, da Suécia, está recebendo encomendas de diversos países para fornecimento dos canhões polivalentes de 57 mm Mk 2, a fim de equipar patrulhadores rápidos de ataque. Entre os clientes que já adquiriram o canhão de 57 mm Mk 2 estão a Marinha sueca e a Marinha canadense, para suas fragatas patrulhadoras. A nova peça de artilharia naval foi testada no HMS "Stockholm" (na foto) em novembro de 1984, belonave que está armada com canhões Bofors de 57 mm Mk2 e de 40 mm, incluindo mísseis anti-barco RBS 15.





LIVROS

LECOR E A CISPLATINA, Paulo de Q. Duarte, Bibliex, Rio de Janeiro, 1985, 2 vols.



Custa a crer que no Brasil, cuja História tem meio milênio, possam existir perkdos e homens que, apesar de terem desempenhado extraordinária influência política e militar, permaneçam ignorados em suas reais proporções.

Para os iniciantes, nossa História parece

não ter raízes ou, se as tem, são bastante superficiais, iniciando-se seus primeiros filamentos nos acontecimentos que determinaram a vinda de D. João VI. Há mais soma de conhecimentos da História da Grécia, de Roma, da Inglaterra e dos Estados Unidos do que da de Portugal, de onde herdamos a cultura, o idioma, a religião, os costumes, as leis e a política.

A ocupação do Uruguai de 1816 a 1828 e a imponente personalidade de Tenente-General Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna, bem mereciam o jato de luz que o livro do General Paulo de Queiroz Duarte lança em estudo profundo e pioneiro.

Lecor pertence à plêiade de portugueses que, já tendo conquistado fama em sua Pátria, vieram para o Brasil e aqui tiveram a intuição sábia de se dedicar à nova terra como uma continuação da Lusitânia.

Como Presidente da Província Oriental do Uruguai, cargo que exerceu por muitos anos, tudo fez para que seu povo visse, na incorporação ao Brasil, o melhor caminho político a seguir no rumo da segurança, do progresso e da civilização. Sua política prudente e digna foi um poderoso instrumento de expansão territorial e, se não conseguiu realizar o acalentado sonho da Província Cisplatina, pelo menos impediu que o Uruguai fosse incorporado às Províncias Unidas do Rio da Prata, o que teria aumentado de muito nossas dificuldades nas linhas meridionais.

Lecor e a Cisplatina retrata com fidelidade a vida e os hábitos daquelas frias terras do sul, seus caudilhos e conflitos, bem como a instabilidade característica das ex-colônias hispano-americanas. Ficamos surpresos e orgulhosos ao vermos as tropas sem agasalho, sem cavalaria e sem pagamento do soldo por 36 meses, continuar a bater-se galhardamente com um sentido de grandeza raras vezes observado em qualquer campanha.

O livro é uma larga janela que se abre para um passado rico de fatos políticos e militares que, infelizmente, se têm confinado apenas ao episódio marcial da batalha do Passo do Rosário.

Conduzido com farta e documentada argumentação surge a figura do Visconde da Laguna que, saindo da penumbra do esquecimento, vem, ainda em tempo, figurar entre os grandes vultos do período do Reino Unido e do Primeiro Império.

Ele orientou com segurança a vaga luso-brasileira até o Rio da Prata e, quando lhe faltou o suporte da jovem nação tão atribulada pelos problemas nascidos da Independência, soube manobrar com tal diplomacia que assegurou, para os tempos vindouros, a compreensão e a amizade do nobre povo uruguaio para com os brasileiros.

Além disso, no estudo da personalidade de Lecor, o autor traça um seguro roteiro das campanhas napoleônicas na península ibérica, com suas marchas e contramarchas, das quais os brasileiros só têm conhecimento a partir da aproximação de Junot, de Lisboa, e o embarque precipitado da Família Real.

O General Paulo de Queiroz Duarte, que já é um consagrado historiador, entrega, com este notável livro, uma fonte preciosa de consulta aos estudiosos do presente e do futuro.

Elber de Mello Henriques

MARK CLARK, de Martin Blumenson. 306 páginas, Congdon & Weed, N.Y., 1984. US\$ 17.95.

A liberação em anos recentes de documentos até então considerados reservados tem resultado em uma pletoia de novas biografias de proeminentes generais da 2ª Guerra Mundial. Martin Blumenson, bem conhecido entre os aficionados da história militar, serviu-se desses documentos e de muitas outras fontes primárias para gerar a primeira biografia completa do General Mark W. Clark. O resultado é uma obra interessante, de leitura sumamente agradável e levemente revisionista do homem que comandou as forças americanas durante a maior parte da Campanha da Itália.

Mark Clark inicia com os fatos mais notáveis da infância de Clark e prossegue através dos anos em West Point e seu começo de carreira, proporcionando, porém, menos detalhes do que os, em geral, fornecidos por outras biografias a tais fases iniciais da vida. Não

obstante, Blumenson consegue dar ao leitor uma boa visão dos anos de formação de Clark. A essência dessa obra são os atos, fatos e circunstâncias que se juntaram para fazer de Clark um dos mais famosos e bem-sucedidos generais da 2ª Guerra Mundial. Boa parte da obra é dedicada ao curioso Acordo Darlan, que contribuiu para que os Aliados se introduzissem no Norte da África sem grandes conflitos com os franceses de Vichy e para que Clark se mantivesse no posto de comandante do V Exército Americano, durante algumas das batalhas mais controversas da guerra.

Clark ganhou notoriedade por ter sido escolhido pelo General Dwight D. Eisenhower (a quem serviu como subcomandante e chefe da seção de planejamento para a invasão do Norte da África) para realizar uma visita clandestina à Argélia, com a finalidade de conseguir o apoio do General François Darlan, comandante das forças francesas em Vichy, na região do Norte da África francês. Apesar dos perigos de uma viagem submarina a uma costa hostil e da escassa coordenação, Clark chegou ao local do encontro e conseguiu, depois de exaustivas negociações e muita intimidação, convencer Darlan a instruir suas tropas a que não se opusessem aos desembarques aliados. Tal feito facilitou grandemente a Operação Torch, salvou muitas vidas aliadas e, pela primeira vez em sua carreira profissional, Clark foi alçado à cena da imprensa mundial.

O êxito desse empreendimento, aliado à comprovada habilidade de Clark como instrutor, organizador e planejador, acelerou o processo de sua escolha como comandante do recém-ativado V Exército Americano e preparou o cenário para a controvérsia que se originou da condução das sangrentas batalhas em Salerno, Anzio e Rapido. Ao tratar desses episódios, Blumenson procura refutar as alegações de que Clark ambicionava a sua própria glória e que estava mais interessado em notoriedade do que no conteúdo do que realizava. Embora tal imputação não seja de todo refutada, Blumenson consegue impor uma percepção mais favorável a Clark, apresentando um bom volume de provas para substanciar sua afirmação de que Clark estava mais preocupado em alcançar reconhecimento público para o desempenho em combate de seu V Exército do que em realçar sua própria reputação. O empenho de Clark nesse sentido foi frequente-

mente frustrado pelo general britânico, Sir Harold Alexander, que, aparentemente cumprindo ordens de Winston Churchill, esforçava-se por realçar o papel dominante dos britânicos na Campanha.

Blumenson não permite que o problema da notoriedade obscureça o seu relato das táticas e estratégia da Campanha da Itália nem as decisões políticas que afetaram a sua execução. O autor analisa pormenorizadamente cada batalha, incluindo críticas a Clark quando as considera justificadas. Embora Blumenson seja evidentemente um admirador de Clark, não deixa que suas opiniões pessoais venham a afetar a objetividade de sua obra. Seu relato é equilibrado e completo e se constitui numa esplêndida contribuição à crescente lista de biografias de líderes militares proeminentes.

MEMÓRIAS DE UM SOLDADO, Ernani Ayrosa da Silva, Bibliex, Rio de Janeiro, 1985, 199 pág.



O grande e indiscutível mérito destas "Memórias de um Soldado", como depoimento do General-de-Exército Ernani Ayrosa da Silva sobre as reminiscências da sua vida, está precisamente na autoridade e na expressão militar do próprio autor, uma vocação de soldado percorrida, em linha

reta, dentro do Exército, de menino do Colégio Militar à Chefia do Estado-Maior do Exército, como General de quatro estrelas, depois de ter sido, como Capitão, o posto em que mais o soldado se afirma na carreira, um grande herói, destacado nas fileiras da FEB, como combatente do glorioso 6º Regimento de Infantaria.

E isso, desde as primeiras ações da nossa Força Expedicionária, a começar da conquista de Camaíore, em 18 de setembro de 1944, até o combate de Fornovo, em 29 de abril de 1945, Valeu-lhe a primeira "Silver Star", conferida em campanha, pelo General Mark Clark, Comandante do V Exército Norteamericano, sendo a segunda fruto do seu destemor e espírito de iniciativa e liderança,

em circunstâncias dramáticas, que o fizeram prisioneiro dos alemães, depois resgatado pela evolução favorável das operações.

Entre as excepcionais condecorações que o glorificaram na guerra, figura a Medalha "Sangue do Brasil", outorgada em razão dos graves ferimentos recebidos no combate de Fornovo, em abril de 1945. Ressalte-se que o então Capitão Ayrosa já fora ferido, em setembro de 1944, no ataque sobre Lama e Lama de Sotto, tendo ocultado seus ferimentos a fim de que não fosse impedido de continuar no comando de sua tropa.

O Marechal Mascarenhas de Moraes, com sua autoridade mais alta e abrangente, deixou-nos, como legado maior, o livro mestre daquela homérica expedição da FEB, que aqui é relembraada neste livro de um dos seus mais respeitáveis e destacados combatentes, pela bravura, o sangue-frio, o caráter impoluto e as virtudes morais de um verdadeiro soldado e líder, como o comprovam os elogios dos seus chefes mais autorizados.

Nisso está, sem dúvida, o grande valor deste seu depoimento sobre a História da FEB, em páginas destinadas aos seus leitores, os de hoje, e principalmente, os do futuro, como preciosa contribuição para preservar-lhe a autenticidade, como fonte de civismo destinada às gerações porvindouras, porque a presente ainda a guarda muito viva no espírito, quando o Brasil festeja as glórias da FEB e a sua participação vitoriosa, neste 40º aniversário da memorável luta que libertou o mundo, então sob a ameaça de ser amordaçado, nos seus anseios de liberdade, pela dominação do nazi-fascismo.

O General Ayrosa relata a história da sua formação, dentro do Exército, evocando passagens que constituem valioso depoimento sobre a carreira militar, que abraçou pela vocação aos seis anos de idade, como ele próprio nos conta neste livro com que a Biblioteca do Exército completa e documenta, para o futuro, a participação do Brasil na II Guerra Mundial, num Teatro de Operações da Europa, um acontecimento inédito da nossa História Militar, que deve ser contado e recontado pelo testemunho e em livros dos seus participantes mais credenciados, como depoimento e autêntica mensagem do Exército em que eles se formaram, destinada a servir de lições de civismo ao Exército das novas gerações.

Foi o que eu pude concluir depois da leitura deste oportuno livro em que o General Ayrosa nos conta a história da sua vida militar, com observações, comentários e reminiscências de um soldado a quem muito ficou devendo o Exército, não apenas pelos exemplos, como pela experiência da guerra, que ele trouxe da Campanha da Itália para beneficiar a atualização do nosso Ensino Militar com a sua contribuição, até o fim da carreira, já como Chefe do Estado-Maior do Exército.

O General Ayrosa alude ao meu nome neste livro, ao narrar o conflito de consciência que o teria levado a encerrar a sua brilhante carreira, o que não fez devido à minha intervenção, por dever funcional, diante da sua nobreza, ante o dilema do caráter que o angustiava. Esse episódio o punha diante da opção entre cumprir o dever do regulamento ou o dever de filho exemplaríssimo, o que me fez ainda mais admirá-lo.

Pude superar o episódio, em nome do interesse do Exército, que não deveria interromper a carreira de um militar e de um caráter da sua estatura moral, por ter sempre entendido que o "regulamento é uma trilha e não um trilho", na condução dos problemas não previstos, que se apresentam, sobretudo os de sentido moral e humano.

Deixo aqui, sobre o episódio, o meu depoimento e o meu testemunho, em homenagem ao traço predominante na personalidade e no caráter do autor destas "Memórias de um Soldado".

A. de Lyra Tavares

TRIUMPHANT FOX: Erwin Rommel and the Rise of the Afrika Korps, de Samuel W. Mitcham Jr., 224 páginas, Stein & Day Publishers, Briarcliff Manor, N. Y., 1984. US\$ 18.95.

Pesquisado e escrito com esmero, *Triumphant Fox* constitui um relato altamente interessante de um período de 12 meses da vida do Marechal de Campo Erwin Rommel, "o Raposa do Deserto". A obra de Samuel W. Mitcham Jr. concentra-se na primeira campanha conduzida por Rommel em 1941 no Norte da África, apresentando uma viagem vívida das suas vitórias e derrotas táticas frente a esmagadoras desigualdades — tanto no campo de batalha como no Quartel-General Supremo sediado em Berlim.

Rommel desponta a esta altura da sua carreira militar como dedicado, leal 3 às vezes ingênuo defensor da guerra de blitzkrieg conforme era conduzida pelo exército nazista. Antes de se constituir na figura central do Norte da África, já havia demonstrado ser um grande comandante na 1.ª Grande Guerra e durante a violenta investida alemã de 1940 através da Bélgica e da França. Rommel tomou decisões arrojadas, correu riscos e, principalmente, celebrou vitórias e mais vitórias.

Rommel era o comandante perfeito para mudar a maré de reveses que caracterizou o esforço italiano no Norte da África em 1940. Ao chegar à África em 12 de fevereiro de 1941, o "moral [do Eixo] era o mais baixo possível. O fato de a situação ter-se transformado logo depois deve-se nitidamente à intervenção e à participação pessoal de Rommel.

O relato instante por instante da brilhante investida de Rommel contra as forças australianas e britânicas é apresentado em *Triumphant Fox* em detalhes carregados de emoção e de suspense. A despeito da fadiga do exército italiano e da insuficiente contribuição do Alto-Comando alemão, dois meses após a chegada de Rommel, o Afrika Korps havia avançado desde o porto de Mersa Brega, no Atlântico, rompido as defesas britânicas, penetrado até a fronteira egípcia e lançado o cerco a Tobruk.

Durante a Primeira Campanha da Cirenaica, Rommel demonstrou observar diariamente a sua própria máxima de jamais proporcionar ao inimigo batido a oportunidade de recuperação. No princípio de abril de 1941, a Força Aliado do Deserto Ocidental já se transformara em ruínas. Apenas os maciços esforços marítimos enviados pelo Primeiro-Ministro Winston Churchill acrescidos da invulgar falta de apoio de Berlim conseguiram impedir o avanço de Rommel até o Suez.

A despeito do combate feroz pela conquista de cada palmo de terreno, Rommel já havia retraído, a 12 de janeiro de 1942, a seu ponto de partida, em Mersa Brega, após haver perdido 32 por cento de seus combatentes e 90 por cento das suas viaturas de combate. Conforme é citado no epílogo de *Triumphant Fox*, "a derrota alemã... representou apenas uma fase temporária da guerra no Norte da África, fase bastante curta, por sinal".

Mj Gen (R/1) Stan L. McClellan,
do Exército dos EUA

POLÍTICA e ESTRATÉGIA

revista trimestral de política internacional e assuntos militares

A CONSTITUINTE E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS
Edmundo Campos Coelho

**O ESTATUTO CONSTITUCIONAL
DAS FORÇAS ARMADAS**
João Quartim de Moraes

AS FORÇAS ARMADAS NA CONSTITUIÇÃO
Oliveiros S. Ferreira

**O PODER MILITAR NA CRISE
DO ESTADO CONSTITUCIONAL**
Paulo Bonavides

OS MILITARES E A DEMOCRACIA
Walder de Góes

**FORÇAS ARMADAS:
SEGURANÇA INTERNA OU EXTERNA**
Ubiratan B. de Macedo

INFORMÁTICA E INDÚSTRIA BÉLICA
Domício Proença Júnior

RECURSOS HUMANOS E NECESSIDADES MILITARES
Irving L. Horowitz

**RELAÇÕES BRASIL-CUBA:
UMA REAPROXIMAÇÃO DELICADA**
David Fleischer

Inclua-me entre os assinantes de Política e Estratégia

Nome

Rua

Cidade **Estado** **CEP** **Telefone**

Anexo cheque no valor de Cr\$ 65.000 do Banco **em nome do**
nº

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
Alameda Eduardo Prado, 705 - 01218 - São Paulo - SP



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

AS MELHORES OBRAS DOS MELHORES AUTORES

A BIBLIX OBTEVE EM 1984 MUITO SUCESSO EM SUA PROGRAMAÇÃO EDITORIAL, PUBLICANDO AS SEGUINTE OBRAS:



**"OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI"**

Vol. 2 - Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte



"UMA VISÃO DA ANTÁRTICA"

Coronel Elber de Mello Henriques



"GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS"

General Carlos de Meira Mattos



"A ARTE DE SER CHEFE"

Gaston Courtois



**"BRASILEIROS NO SINISTRO
TRIÂNGULO DAS BERMUDAS?"**

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama



**"J. B. MASCARENHAS DE MORAES
MEMÓRIAS"**

Vol. 1 e Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes



**"JOSÉ BONIFÁCIO
E A UNIDADE NACIONAL"**

Therezinha de Castro



**"O INCRÍVEL PADRE
LANDELL DE MOURA"**

Ernani Fornari

**PREVENDO O SUCESSO DESTA
PROGRAMAÇÃO, A BIBLIX IMPRIMIU
ALGUMAS COLEÇÕES ALÉM DO NÚMERO
NECESSÁRIO À DISTRIBUIÇÃO AOS
ASSINANTES E AS COLOCA À DISPOSIÇÃO
DO PÚBLICO.**



"TEORIAS GEOPOLÍTICAS"

Coronel Octavio Tosta

**PARA ADQUIRI-LAS BASTA PREENCHER O PEDIDO
NA PÁGINA AO LADO E REMETÊ-LO PARA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA**



BIBLIOTECA do EXÉRCITO EDITORA

SEGUINDO A NOSSA LINHA DE SUCESSOS EDITORIAIS,
APRESENTAMOS A PROGRAMAÇÃO 85.

**OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
NA GUERRA DO PARAGUAI**
Volume 2 - Tomo IV
General Paulo de Queiroz Duarte



O PEQUENO PRÍNCIPE
Antoine de Saint-Exupéry



TERCEIRO BATALHÃO
O Lapa Azul
Agostinho José Rodrigues

HIPÓLITO DA COSTA,
Ideias e Ideais
Professora Therezinha de Castro



**EXPEDIÇÕES MILITARES
CONTRA CANUDOS**
Seu Aspecto Marcial
General Tristão de Alencar Araújo



MARECHAL JOSÉ PESSOA
A Força de um Ideal
Cel. Hiram de Freitas Câmara

**A EVOLUÇÃO
DO PENSAMENTO
ESTRATÉGICO NAVAL
BRASILEIRO**
Vice-Almirante Armando Amorim
Ferreira Vidigal



**NOSSO EXÉRCITO,
ESSA GRANDE ESCOLA**
A. de Lyra Tavares



**MEMÓRIAS
DE UM SOLDADO**
Ernani Ayrosa de Silva



MONTESÉ
Marco Glorioso de
uma Trajetória
Cel. Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da Programação
Cr\$ 43.800
a partir de 1º julho
de 1985

(No primeiro semestre de 85,
este valor era de Cr\$ 24.300)



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Mercúlio Dias — 3º andar — CEP 20465 — Rio (RJ)
Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261



PROGRAMAÇÃO 84
VALOR — Cr\$ 40.000



PROGRAMAÇÃO 85
VALOR — Cr\$ 43.800
(VALOR EM VIGOR
A PARTIR DE 01/JUL/85)

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro

Cidade

Est.

CEP

Data

Assinatura

- ☐ — VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex
☐ — CHEQUE NOMINAL N° _____ BANCO _____
☐ — ORDEM DE PAGAMENTO - BANCO DO BRASIL
AG. TIRADENTES/RJ — CONTA 396000-5



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cr\$ 67.200

— PAGAMENTO:

- Em cheque ☐ Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.
- Em vale postal ☐ A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
20455 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 253-4628



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.

OFICIAL DA RESERVA DA MARINHA: NÃO FIQUE SO' NA SAUDADE.



Os bons tempos podem voltar: há uma promoção esperando você.

Em apenas um mês, sem prejudicar suas atividades atuais, você mergulha num curso de reciclagem e sobe de posto mesmo na reserva.

Escreva para a Caixa Postal 828(CEP 20001)-Rio de Janeiro-mandando seu nome e endereço ao Ministério da Marinha.

Escreva hoje mesmo.

A Marinha não vai deixar você na saudade.

**MINISTÉRIO
DA MARINHA**

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

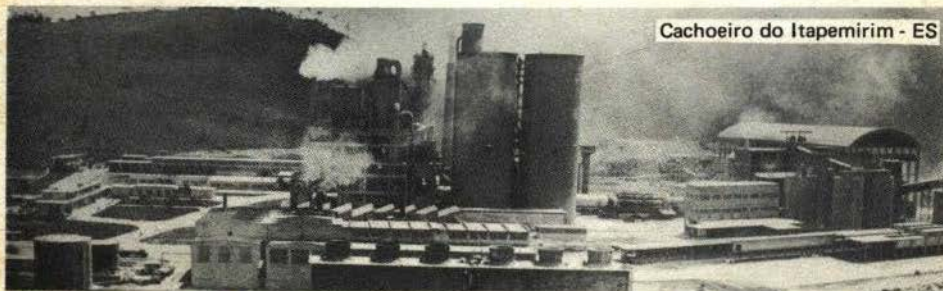
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP